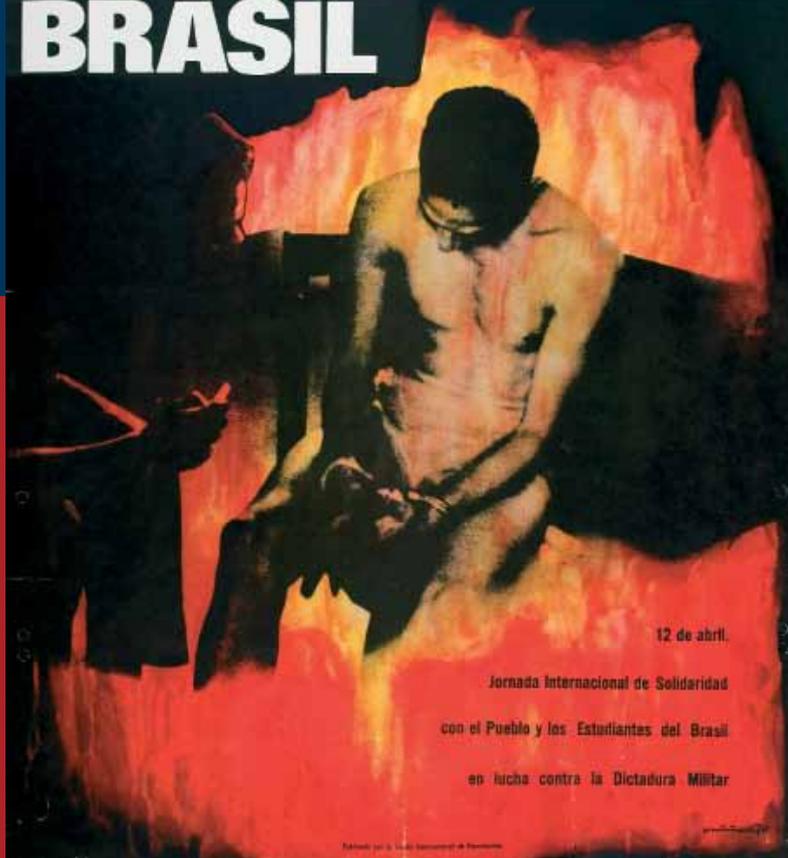


CADERNOS
Pense
HISTÓRIA & MEMÓRIA

Contra la represión y las torturas en BRASIL



12 de abril.

Jornada Internacional de Solidaridad
con el Pueblo y los Estudiantes del Brasil
en lucha contra la Dictadura Militar

BERNARDO KUCINSKI E ÍTALO TRONCA

PAU DE ARARA

A VIOLÊNCIA MILITAR NO BRASIL

CADERNOS

Perseu

MEMÓRIA & HISTÓRIA
Nº 1 – JULHO DE 2013



CADERNOS

Perseu

MEMÓRIA & HISTÓRIA
CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Iliada

Diretores: Ariane Leitão, Artur Henrique,
Fátima Cleide, Joaquim Soriano

COMITÊ DE HISTÓRIA DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Alexandre Fortes (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Célia Reis Camargo (Universidade Estadual Paulista)

Chico Alencar (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Daniel Aarão Reis Filho (Universidade Federal Fluminense)

Ecléa Bosi (Universidade de São Paulo)

Elizabeth Cancelli (Universidade de São Paulo)

Jacob Gorender (Universidade de São Paulo) (*in memoriam*)

Luiz Felipe de Alencastro (Universidade de Paris-Sorbonne)

Marcelo Ridenti (Universidade Estadual de Campinas)

Márcio Meira (historiador)

Marco Aurélio Garcia (Universidade Estadual de Campinas)

Maria Célia Paoli (Universidade de São Paulo)

Maria Victória Benevides (Universidade de São Paulo)

Michael Hall (Universidade Estadual de Campinas)

Sílvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Vladimir Sacchetta (jornalista)

Zilda Iokoi (Universidade de São Paulo)

EQUIPE DO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Aline Fernanda Maciel, Carlos Henrique Metidieri Menegozzo, Dainis Karepovs, Fábio Dantas Rocha,
Luana Soncini, Rodrigo Cesar, Sarkis Apolinário Alves, Vanessa Xavier Nadotti

PAU DE ARARA

A VIOLÊNCIA MILITAR NO BRASIL

BERNARDO KUCINSKI E ÍTALO TRONCA

COM APÊNDICES DOCUMENTAIS

O PAU DE ARARA É O INSTRUMENTO DE TORTURA MAIS UTILIZADO
PELOS MILITARES BRASILEIROS: PÉS E MÃOS AMARRADOS,
O PRESO É SUSPENSO EM UMA BARRA DE MADEIRA OU DE FERRO INTRODUZIDA
LONGITUDINALMENTE NO ESPAÇO ENTRE OS JOELHOS E O ANTEBRAÇO.

Pau de Arara
Bernardo Kucinski/Ítalo Arnaldo Tronca

Tradução: Maria Almeida Stedile

Copyright© 2013 dos autores

CADERNOS PERSEU
Série Memória & História

EQUIPE

Coordenação: Dainis Karepovs

Revisão técnica: Luana Soncini e Vanessa Xavier Nadotti

EDITORA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação Editorial

Rogério Chaves

Assistente Editorial

Raquel Maria da Costa

Preparação de Texto

Angélica Ramaciotti

Revisão

Sylmara Beletti

Projeto Gráfico & Arte Final

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Diagramação

Márcia Helena Ramos

Capa

Iconografia: Centro de Documentação e Memória da UNESP. Acervo ASMOB.
Pesquisa por Vladimir Sacchetta.

Imagens

As fotografias constantes desta publicação foram gentilmente cedidas pela família de Luís Merlino, por Bernardo Kucinski e por Lêda Mariana Marques Santos Tronca. A capa do *Livro Negro da Ditadura Militar* é uma reprodução extraída de CARVALHO, Ricardo (Coord.) *As capas desta história*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011. As duas capas de *Veja*, as dos três livros de Ítalo Tronca e as capas das duas primeiras edições de *Pau de Arara* (França e México) são do acervo pessoal de Dainis Karepovs.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K95p Kucinski, Bernardo. Pau de arara : a violência militar no Brasil : com apêndices documentais / Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca ; notas e versão direta do português por Flávio Tavares. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

248 p. : il. (Cadernos Perseu. Memória & História ; 1)
Inclui bibliografia e anexos.
ISBN 978-85-7643-153-4

1. Brasil - História. 2. Ditadura e ditadores. 3. Tortura. 4. Militares - Violência. 5. Brasil - História - Revolução, 1964. I. Tronca. Ítalo. II. Tavares, Flávio. III. Título. IV. Série.

CDU 981.088

CDD 981.063

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

1ª edição: julho de 2013

Todos os direitos reservados à Editora Fundação Perseu Abramo.

Centro Sérgio Buarque de Holanda

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 - São Paulo/SP - Brasil

Tel.: (55 11) 5571-4299

revistaperseu@fpabramo.org.br

Editora da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 244

04117-091 - São Paulo/SP - Brasil

Tel.: (55 11) 5571-4299 - Fax: (11) 5571-0910

editorial@fpabramo.org.br - www.efpa.com.br

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem das fotos usadas neste Caderno PERSEU. Nem sempre isso foi possível. Teremos prazer em creditar as fontes caso se manifestem.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALGUMAS PALAVRAS	11
INTRODUÇÃO	15
A TERRA E O POVO	15
EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA	17
AS ORIGENS	23
AS PRIMEIRAS MANOBRAS	25
1. ALGUNS AUTORES DO DRAMA	25
2. O PLANO COHEN	26
3. O “ESTADO NOVO”	30
4. A FARSA DEMOCRÁTICA	33
5. TERROR NOS QUARTÉIS	36
6. O GOLPE ABORTADO	39
7. O ENTREATO 1956-1961	43
A GRANDE CONSPIRAÇÃO	45
1. PORTO ALEGRE TRIUNFA	45
2. FALANGE CONTRA AS REFORMAS	49
3. O DILEMA DE GOULART	53
4. OPÇÃO DE CLASSE	55
AS CARAS DO GOLPE DE ESTADO	59
1. OS CORONÉIS DE RECIFE	62
2. A “CONSPIRAÇÃO” EM GOIÁS	65
3. O CENIMAR	66
4. O QUE CHAMAVAM DE “SUBVERSÃO”?	67
O PODER MILITAR	77
A VALSA INSTITUCIONAL: O ATO INSTITUCIONAL Nº 2	79
1. UMA “SESSÃO DE CALDO”	82
2. UM SOLDADO NA PRESIDÊNCIA	83
3. O GENERAL E O ESTUDANTE	85
4. O CORONEL E O OPERÁRIO	92
5. O ÚLTIMO ATO	96
OPERAÇÃO TORTURA	105
1. A ESCALADA	105
2. O GOLPE DENTRO DO GOLPE	115
3. SOLUÇÃO QUASE FINAL	120
4. O JOGO DA VERDADE	130
5. PERSPECTIVAS	135

ANEXO: TESTEMUNHOS E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TORTURAS 149

1. RONALDO DUARTE	151
2. ALDUÍSIO MOREIRA DE SOUZA	152
3. CARLOS LIMA AVELINE E CARLOS CARDOSO AVELINE	155
4. AUTO DO INTERROGATÓRIO DE CARLOS LIMA AVELINE	156
5. MANOEL CONCEIÇÃO DOS SANTOS	157
6. MARIA IMACULADA DA CONCEIÇÃO	158
7. PRESOS POLÍTICOS DA PENITENCIÁRIA DE LINHARES	159
8. ANTÔNIO ALBERTO SOLIGO	166
9. JAN H. TALPE	170
10. ELENALDO CELSO TEIXEIRA	172
11. DECLARAÇÃO DO ARCEBISPADO DE RECIFE E OLINDA	174
12. GILSE MARIA COSENZA AVELAR, LORETA KIEFER VALADARES, DELICY GONÇALVES DE PAULA, MARIA DO ROSÁRIO CUNHA PEIXOTO E LAUDELINA MARIA CARNEIRO	175
13. EXPOSIÇÃO PESSOAL DE UM PRESO POLÍTICO DO PRESÍDIO TIRADENTES, AINDA ENCARCERADO	187
14. TITO DE ALENCAR LIMA, O. F. P.	190
15. SHIZUO OSAWA	194
16. MARCOS ARRUDA	196
17. QUINZE MULHERES PRESAS EM ILHA DAS FLORES	199
18. CARTA DE JORNALISTAS PRESOS	203
19. LEOPOLDO HEITOR	207
20. ATESTADO DE ÓBITO DE CHAEL CHARLES SCHREIER	209
21. EXAME DE CORPO DE DELITO SOBRE O CADÁVER DE OLAVO HANSSEN	210
22. DISCURSO DO DEPUTADO O. PEDROSO HORTA QUE ANALISA A MORTE DE OLAVO HANSSEN	211
23. SOLICITAÇÃO DE ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A MORTE DE OLAVO HANSSEN, SOB O PRETEXTO DE QUE SE TRATOU DE UM “SUICÍDIO”	213

ANEXOS DA EDIÇÃO BRASILEIRA 217

ENTREVISTA COM BERNARDO KUCINSKI POR DAINIS KAREPOVS, ROGÉRIO CHAVES E LUANA SONCINI	219
ÍTALO ARNALDO TRONCA: UM PERFIL	231
RELEMBRANDO MERLINO: UMA TEMPORADA INTERNACIONALISTA POR ANGELA MENDES DE ALMEIDA	235
LUIZ EDUARDO MERLINO (1948-1971) POR MICHAEL LÖWY	245

APRESENTAÇÃO

O Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo (CSBH-FPA), dando continuidade ao esforço de contribuir com a consolidação dos estudos e debates sobre a história da esquerda, apresenta ao público *Cadernos Perseu*.

Os *Cadernos* constituem um desdobramento do trabalho que vem sendo realizado desde 2007, de divulgação de documentos históricos e disponibilização de estudos e referências sobre o tema.

Quando surgiu a revista *Perseu: História, Memória e Política*, organizada pelo CSBH-FPA, em dezembro de 2007, havia uma meta ambiciosa e um longo caminho a trilhar: ser uma publicação de história da esquerda contemporânea. Ao longo desses anos, a revista firmou-se, adquiriu respeitável solidez e, de certo modo, prossegue ainda solitária no percurso, indicando a pertinência de nossa iniciativa.

Todavia, o exercício da edição de uma publicação periódica, seja qual for a área do conhecimento a que se dedique, sempre coloca os seus responsáveis invariavelmente em contato com uma imensa massa informativa e documental de extremo valor e interesse no que se refere ao universo de discussão onde se situam o periódico e seus leitores. No entanto, por questões principalmente

de tamanho e de periodicidade, muitas vezes esse enorme conjunto acaba não sendo devidamente aproveitado. Isso se passa com uma série de textos e publicações que tiveram pouca ou nenhuma circulação em seu tempo, sobretudo no Brasil, onde, ao longo do século passado e durante seus governos republicanos, assistimos a governos democraticamente eleitos serem interrompidos por golpes de Estado e substituídos por ditaduras, as quais têm na censura e no controle da circulação de ideias uma de suas ferramentas de dominação.

Além de todas as violências e brutalidades que caracterizaram as ditaduras, tais regimes de exceção provocavam um corte de continuidade geracional que fazia com que as novas gerações que surgiam tivessem de começar praticamente do zero o processo de construção da democracia republicana, muitas vezes sem poder contar com os frutos da reflexão das gerações anteriores, cujas evidências haviam sido suprimidas pelo regime autoritário.

Isso, de certo modo, ainda é um tanto atenuado para nós, pois *Perseu* é publicação do CSBH-FPA, o qual preserva uma considerável e preciosa documentação conexa ao foco editorial de seu periódico. Além da preservação, *Perseu* proporciona uma disseminação mais ampla por meio das suas páginas, pois a política editorial de nossa revista, desde o primeiro número, teve como cláusula pétrea a reprodução de itens do acervo do Centro.

Mas, mesmo assim, sempre nos frustrou a dificuldade de colocar à disposição de nossos leitores e interessados uma documentação mais alentada, particularmente no que se refere à sua extensão.

Neste exato momento, a sociedade brasileira vive a situação de se confrontar com a recuperação de lamentáveis episódios de um desses períodos de ruptura, os provocados pelo golpe de Estado de 1964. Para várias pessoas, as revelações propiciadas pelos trabalhos resultantes, nos âmbitos federal, estadual e municipal, da promulgação da Lei nº 12.528, de 12 de novembro de 2011 (que instituiu a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas durante aquela ditadura), não representam, em grande parte, propriamente uma novidade. No entanto, para significativa parcela da jovem população brasileira, esses episódios da ditadura de 1964 estão se mostrando inusitados e, evidentemente, estarrecedores.

Tal momento da história de nosso país colocou, ao CSBH-FPA, mais uma vez, a necessidade de utilizar sua condição de instituição voltada para preservar e refletir sobre a história da esquerda. Dessa vez, felizmente, o desenvolvimento tecnológico da humanidade tornou disponíveis diversas ferramentas que ampliam o acesso a uma imensa massa informativa. Digitalização, internet, publicações eletrônicas são as novas armas que permitem às gerações atuais ter acesso aos vestígios do passado, aparentemente dispersos.

Assim, resolvemos usar tais ferramentas e criamos os *Cadernos Perseu*. Eles serão divididos em duas séries. Isso porque acreditamos que os *Cadernos* devem ter uma perspectiva ampla: não apenas fazer voltarem a circular documentos e publicações, como também colocar, à disposição de todos, a sistematização e organização da documentação da esquerda brasileira. Desse modo, a primeira série de *Cadernos Perseu*, **História & Memória**, será dedicada à publicação de textos raros, esgotados, fora de circulação, dentro do escopo e do foco editorial de *Perseu*. Nesta série, eventualmente, algumas das obras publicadas digitalmente serão também publicadas em papel. Já a outra série, intitulada **Instrumentos de Pesquisa**, será, como o próprio nome indica, focada em elaborar e disponibilizar instrumentos de pesquisa, tantos os procedentes do acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, como aqueles objetos do foco de atenção editorial de *Perseu*. Os volumes da segunda série, por sua vez, serão publicados exclusivamente no formato eletrônico.

Enfim, nossa expectativa é a de que, com o lançamento de *Cadernos Perseu*, o Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo possa, cada vez mais, contribuir para que a história dos trabalhadores do Brasil seja apropriada pelos brasileiros, visando à compreensão e à transformação do país.

São Paulo, junho de 2013.

Centro Sérgio Buarque de Holanda
Fundação Perseu Abramo

ALGUMAS PALAVRAS

Pau de Arara: a violência militar no Brasil é o primeiro volume da série **História & Memória** de *Cadernos Perseu*. E não se trata de uma escolha casual.

Publicada pela primeira vez na França (1971) e, logo em seguida, no México (1972), esta foi – assim podemos considerar – a primeira denúncia sistemática de caráter internacional sobre as graves violações dos direitos humanos perpetradas pela ditadura que se instalara no poder, por meio do golpe de Estado ocorrido em 1964, no Brasil. Aqui e ali, é bem verdade, já haviam sido publicados documentos, no país e no exterior, com gravíssimas denúncias de episódios isolados, mas jamais essas violações haviam sido expostas com tal amplitude e inseridas em um amplo contexto histórico, que os seus anônimos autores faziam remontar ao Estado Novo de Getúlio Vargas, instaurado em 1937.

Profusamente citado por todos aqueles que se incumbiram, ao longo dos anos, de preservar, desde então, a memória das lutas contra a ditadura, *Pau de Arara* teve sobre si duas curiosas marcas: durante sua extensa trajetória de mais de quatro décadas, nas quais os seus 6.600 exemplares [somadas as tiragens das edições francesa e mexicana] jamais receberam reedição, nunca foi “retraduzido” para o idioma de origem e nunca viu estampado, em sua capa, o nome de seus dois autores – Bernardo Kucinski e Ítalo Arnaldo Tronca. E, sem

dúvida, a estas duas marcas de quatro decênios devemos adicionar outra: a do desconhecimento de sua idealização e consecução da primeira publicação, que couberam a Luiz Eduardo da Rocha Merlino.

É este acerto de contas que *Pau de Arara*, o primeiro volume da série **História & Memória** de *Cadernos Perseu*, faz aqui. Mas, indubitavelmente, o maior dos acertos de contas que temos a certeza de estar propiciando é o de assegurar uma enorme contribuição ao atual movimento suscitado pela criação, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como em várias instâncias da sociedade civil, das Comissões da Verdade. Os fatos revelados pelas comissões têm produzido espanto e horror, sobretudo às novas gerações de brasileiros, para as quais a ditadura criada pelo golpe de Estado de 1964 se tornou uma referência longínqua e remota, e que, infelizmente, as salas de aula de nossas escolas do ensino Fundamental e Médio tornam-na quase anódina, uma “ditabranda”, segundo o chocante cognome adotado por órgãos de certa imprensa de direita repleta de adjetivos. Enfim, *Pau de Arara* faz voltar ao centro de nossa memória coletiva aqueles que, sem sucesso, uma ditadura tentou calar e impedir que a sua luta por um Brasil mais justo, mais democrático e mais republicano se levantasse.

Finalmente, julgamos importante fazer alguns esclarecimentos sobre a edição brasileira de *Pau de Arara*, que ora chega ao público. A primeira se refere à tradução. Transposto do português para o francês e, depois, para o espanhol, *Pau de Arara* teve de ser vertido desta última versão – traduzida por Flávio Tavares (e que nesta edição suas intervenções em notas de fim estão identificadas como [T.]) e considerada a melhor edição entre as duas primeiras, de acordo com um de seus autores, Bernardo Kucinski – novamente para o português. Evidentemente, o percurso de idiomas poderia fazer com que se produzissem algumas anomalias. Para evitá-las, ao menos nas citações e nos documentos indicados – pois o original do livro, de princípios dos anos 1970, é claro, desapareceu –, buscamos encontrar os textos originais em português. Além disso, acrescentem-se as dificuldades da época no acesso a certas informações e as necessárias atualizações de informações datadas, que resultam incompreensíveis nos dias de hoje. Por isso, nos casos em que, por decorrência de tais fatores, houve alguma interferência no texto original, os leitores encontrarão uma nota de rodapé com a referência completa, devidamente assinalada pela abreviatura: “N. ed. bras.”. Do contrário, manteve-se a identificação do documento de referência conforme aparecia na edição mexicana. Este trabalho foi resultado de um esforço conjunto da tradutora Maria Almeida Stedile e, em especial, de Luana Soncini e de Vanessa Xavier Nadotti, diligentes e laboriosas integrantes da equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, cujos

demais integrantes, também se deve aqui destacar, deram importante contribuição para este trabalho.

Outro importante acréscimo que julgamos necessário fazer foi incluir um aparato crítico que permitisse ao leitor compreender as condições em que *Pau de Arara* foi elaborado e publicado, bem como conhecer os personagens que delas participaram. Assim, tanto através de depoimentos como de perfis, buscamos situar o leitor no universo que originou *Pau de Arara*.

Estas atividades contaram com a inestimável e permanente colaboração e respaldo da equipe da Editora da Fundação Perseu Abramo, em especial de seu coordenador, Rogério Chaves. Enfim, hercúleo e coletivo trabalho!

Esperamos que a leitura deste volume produza, aos que a ele chegarem, a indignação necessária para que jamais esqueçam os fatos aqui narrados e, por conseguinte, trabalhem para que tais fatos nunca mais se repitam.

Dainis Karepovs

Coordenador do Centro Sérgio Buarque de Holanda

Fundação Perseu Abramo

INTRODUÇÃO

Todo trabalhador socialista, independentemente de sua nacionalidade, sabe muito bem que o poder se limita a proteger a exploração, mas não a cria; que o fundamento de sua exploração é a relação entre o capital e o trabalho assalariado, e que esta relação nasceu pela via puramente econômica, e não violenta.

Frederico Engels. *Anti-Dühring*.

A TERRA E O POVO

Em termos de extensão territorial, o Brasil ocupa o quinto lugar no mundo. Seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados estão divididos em 22 estados, quatro territórios e um distrito federal: Brasília. Seu clima é agradável, sua terra, fértil, rica em minerais, xisto betuminoso e petróleo. O país tem água abundante, exceto no Nordeste, onde as secas são periódicas.

Seu território é ocupado por 95 milhões de habitantes, ou seja, menos de doze pessoas por km². Desses, 44 milhões são camponeses. Mais de 50,8% das terras cultivadas pertencem a grandes latifúndios¹.

A expectativa média de vida do brasileiro é de 46 anos. No Nordeste é de apenas 37 anos, uma das mais baixas do mundo. De cada dez crianças nascidas vivas, duas não completam um ano de vida e três morrem antes de completar os cinco anos de idade². Apesar disso, a população cresce numa taxa de 2,9% anualmente, 53% dos brasileiros têm menos de 20 anos de idade³.

Entretanto, a oferta de emprego aumenta apenas 2,6% anualmente. Nos últimos cinco anos (1965-1969), o Produto Interno Bruto aumentou 6%. Durante esse período, foram investidos 451 milhões de dólares no Brasil por

consórcios estrangeiros. Simultaneamente, esses mesmos grupos exportaram a seus países 1.229.500.000 de dólares como lucro e pagamento de serviços⁴. O capital estrangeiro controla diretamente 35% da economia do país e mais de 50% das empresas de bens de capital e das indústrias de bens de consumo durável⁵. A renda média anual do brasileiro é de 250 dólares. Se ele vive na região Nordeste, onde a população chega a 18 milhões de habitantes⁶, a renda média anual é de 120 dólares. Em São Paulo, região mais desenvolvida e industrializada, a renda média alcança 440 dólares.

Dos 18 milhões de habitantes do estado de São Paulo, três milhões estão fora da economia de consumo⁷.

De 1965 a 1969, o custo de vida no Brasil subiu 200%. Os salários subiram 130%⁸. O poder aquisitivo do trabalhador não especializado baixou 45%. Um operário trabalhou, por um quilo de carne, 5h47min. em 1969, comparativamente a 4h24min. em 1965. Por um quilo de pão, 2h27min., em relação a 1h18min. em 1965. Por um quilo de feijão, trabalhou 3h9min. em relação a 1h35min. em 1965⁹.

O Brasil tem 51 milhões de habitantes urbanos. Destes, 15 milhões estão concentrados em seis grandes cidades:

São Paulo	6.1	Recife	1.2
Rio de Janeiro	4.4	Porto Alegre	1.0
Belo Horizonte	1.3	Salvador	1.0

No Rio de Janeiro, um milhão de pessoas vivem em “favelas”¹⁰; 450 mil, em Recife; 400 mil, em Belo Horizonte; 180 mil, em São Paulo e 150 mil, em Salvador¹¹.

O déficit habitacional nas cidades é superior a sete milhões de moradias.

20 milhões de brasileiros sofrem de verminose.

18 milhões de bócio endêmico.

3,6 milhões de doença de Chagas¹².

3,6 milhões de esquistossomose.

A tuberculose mata mais de 100 mil pessoas por ano.

O país tem 3.235 hospitais e 4.464 prisões. Apenas 62% das crianças, entre sete e 12 anos, vão à escola¹³. Duas de cada dez crianças vão às aulas em jejum. No Nordeste, oito de cada dez¹⁴. Apenas dois de cada dez matriculados chegam ao 4º ano primário, 300 mil estão nas universidades, o que equivale a 6% da juventude, enquanto 16 milhões de brasileiros adultos são analfabetos¹⁵, dos quais 68% vivem na zona rural.

No entanto, Brasil tem o maior e mais poderoso exército da América Latina: 195 mil homens armados, 239 oficiais superiores nas três Armas e 13 mil oficiais de graduação inferior¹⁶. Esse exército consome 21% do orçamento nacional.

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Estatísticas ajudam a entender o Brasil atual, suas profundas contradições. No entanto, de um modo geral, as estatísticas não sofreram variação nos últimos dez anos, embora alguns indicadores tenham crescido de forma surpreendente e outros não figurem nos documentos oficiais. Em junho de 1970, por exemplo, havia mais de 1.300 presos políticos e cinco mil cidadãos procurados pelas forças repressivas ou denunciados pela Lei de Segurança Nacional. De 1964 – quando um golpe militar derrubou o presidente constitucional João Goulart –, até hoje, mais de dez mil pessoas, acusadas de “crimes” políticos, passaram pelas prisões.

O desenvolvimento do país, que em 1969 alcançara a cifra recorde de 8% de crescimento, nada mais fez que acentuar as diferenças entre as classes e regiões, enquanto outros dados estatísticos (omitidos nos documentos oficiais) subiam vertiginosamente. De abril de 1964 a outubro de 1969, 4.382 pessoas – entre políticos, funcionários públicos, militares, dirigentes sindicais e estudantes – foram despojados de seus direitos políticos. A partir de dezembro de 1968, data em que os militares decretaram o “Ato Institucional nº 5” (que suprimiu um grande número de garantias individuais e sociais), os prisioneiros políticos foram sistematicamente submetidos a torturas físicas e psicológicas. No transcurso dos últimos três anos, pelo menos 21 militantes revolucionários, em sua maioria integrantes de grupos de ação urbana, foram assassinados nas prisões brasileiras.

Muitas dessas mortes já são conhecidas e outras são denunciadas pela primeira vez neste livro.

Na realidade, os fatos relatados demonstram que – salvo raros intervalos em que a violência dos conflitos de classe foi contida pelo processo democrático-eleitoral e pela manipulação dos sindicatos pelo governo – a história da chamada *democracia* brasileira não é nada mais que uma série de golpes de Estado “brancos”, promovidos pela oligarquia local aliada a um punhado de generais, usando cargas de cavalaria contra as massas ou liquidando fisicamente seus líderes políticos.

A violência é a marca mais profunda da história política brasileira, ao contrário do que tentam afirmar alguns sociólogos ao destacar o que chamam “índole pacífica” ou “cordialidade natural” do povo do Brasil. Atualmente, esses conceitos se repetem com frequência ainda maior nas “ordens do dia” dos comandantes militares, justamente os principais agentes do terror.

Cinco anos depois da instituição da República no Brasil (o país se tornou independente sob o sistema monárquico), em 1894, o coronel Firmino de Paula, da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul, mandava desen-

terror o cadáver do líder popular Gumercindo Saraiva para decapitá-lo e levar sua cabeça como troféu ao governador estadual.

Em 23 de setembro de 1970, 76 anos mais tarde, Virgílio Gomes da Silva – morto um ano antes em decorrência das torturas recebidas no quartel do exército onde estava detido – foi condenado, “por via das dúvidas”, a 30 anos de prisão por um tribunal militar.

Os tempos modernos não amenizaram a violência no Brasil, ao contrário, aperfeiçoaram-na.

Dentro deste balé da violência, a tortura sistemática surge em duas épocas precisas. Inicialmente, durante os primeiros anos do Estado Novo (1937-1945), quando as vítimas eram intelectuais e militantes do Partido Comunista, membros esclarecidos da classe operária em luta contra o fascismo. Hoje, a violência torturadora é exercida em nome da “segurança nacional”, como um componente “extra” dessa estranha teoria que os manuais militares definem como “o conjunto de condições que permitem alcançar os objetivos nacionais permanentes”.

Esses objetivos não são outra coisa senão um desenvolvimento capitalista controlado e alimentado pelo grande capital, sem libertar as forças sociais “perigosas”. Em outras palavras, sem integrar à economia as grandes camadas da população marginal, de maneira que as estruturas da oligarquia brasileira e a dominação do capital estrangeiro sejam mantidos. A necessidade de incluir as Forças Armadas na aplicação forçada desta estratégia de “desenvolvimento” controlado teve por trágica consequência a repressão no próprio seio do exército, transformado em guarda pretoriana, quase monolítica, do grande capital.

A expulsão de centenas de oficiais progressistas e nacionalistas e a prisão ou a tortura de sargentos revolucionários tiveram, como consequência lógica, a promoção dos coronéis mais representativos da fobia anticomunista e – o que é sintomático – exatamente os menos qualificados no plano intelectual.

Nesse sentido, tentaremos situar esta geração de coronéis formada pelos antigos generais, autores do balé dos golpes de Estado, que vai desde o Estado Novo, em 1937, até a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Um grande número de atores do Estado Novo desempenha um papel importante no cenário para a instauração da atual ditadura. O capitão Mourão Filho, que, com o “Plano Cohen” encontrou um pretexto para o golpe de Estado do *Estado Novo* em 1937, foi o mesmo general que, em 1964, lançou suas tropas contra o governo de João Goulart. O capitão Filinto Müller, chefe da polícia do Rio de Janeiro em 1937, responsável direto por torturas e dezenas de assassinatos de presos dessa época até 1942, é atualmente o líder da maioria governista no Senado e, em função disso, membro do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos!

Queremos mostrar também que a atual ditadura não encontrou um “estatuto” para legalizar a tortura. As primeiras tentativas de 1964, ainda que brutais e numerosas, foram seguidas de investigações nas Forças Armadas, embora jamais tenham sido punidas. Não é que as diligências não surtiram nenhum efeito, mas a partir do “Ato Institucional nº 5” já não foi possível prosseguir com elas. O “AI 5” realiza a última tentativa – embora indiretamente – de *institucionalização* da tortura sistemática, assegurando ao aparato repressivo o silêncio de uma imprensa censurada e uma absoluta tranquilidade e impunidade dos torturadores, posto que as vítimas são detidas em segredo e, além disso, não podem se beneficiar com o recurso do *habeas corpus*. A tortura se transformará rapidamente em uma engrenagem do regime, a tal ponto que definirá novas escalas na repressão e no próprio sistema.

O regime deverá endurecer, por exemplo, para impedir as denúncias de torturas nos tribunais ou no estrangeiro.

Este sistema de repressão, instituído a partir de 1969 e que usa a tortura como forma de investigação, está justificado, teoricamente, dentro das “ordens do dia” dos comandos militares, como o suporte de uma visão escatológica da guerra contra a “subversão”. Na prática, os resultados obtidos por um método que, ao contrário de 1937, é aplicado agora contra jovens pouco preparados psicologicamente e sem tradição de luta clandestina, impuseram-se sobre os últimos escrúpulos da ditadura. Cada um de seus membros, em um momento ou outro da repressão, aceitou a tortura de pleno acordo com seus princípios pessoais. Tanto que, durante e depois do *Estado Novo*, as Forças Armadas haviam deixado à polícia política a tarefa abjeta da repressão, e agora ela está instituída e é praticada em todos os quartéis do Brasil. A violência do golpe de Estado e a tortura sistemática têm revelado, melhor do que nunca, o papel repressivo das Forças Armadas. Isso é importante e fundamental para entender a realidade do regime. E poderá ser útil, principalmente, para os que, ao formular hipóteses distanciadas de uma realidade palpável, imaginam ainda que, seja pela esquerda, seja pelo centro, a ditadura brasileira possa evoluir ao nacionalismo.

Os fatos relatados aqui representam apenas uma pequena parte da realidade, mas são frutos de testemunhos feitos – mesmo que dentro do maior rigor possível – sob as limitações impostas pelo regime ditatorial. Isso explica, por exemplo, que sobre o assassinato do jornalista Mário Alves ou do ex-sargento João Lucas Alves só apresentemos os detalhes essenciais, enquanto a morte de Virgílio Gomes da Silva, militante da Ação Libertadora Nacional – perpetrada no centro modelo de tortura “Operação Bandeirantes” de São Paulo – seja relatada minuciosamente.

O livro tenta mostrar, em resumo, que quaisquer que sejam os agentes menores da violência, a rota da repressão conduz sempre a um só e único

núcleo: as Forças Armadas. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 representa não um retorno aos tetricos dias do Estado Novo, mas um degrau a mais de uma longa cadeia de violências. A terrível situação dos presos políticos alcançou tais níveis de brutalidade que as organizações revolucionárias, embora ainda em formação, dedicaram boa parte dos seus esforços para denunciar a violência e, paralelamente, obter a libertação de prisioneiros através do sequestro de diplomatas estrangeiros. Esta forma para a libertação de presos políticos nasceu no Brasil como uma reação espontânea à brutal e extrema repressão político-militar.

O período histórico considerado, na primeira parte do livro, como objeto de análise e documento mostrará uma visão sintética dos atos de violência explícita ou dissimulada. Para isso serão utilizados especialmente os seguintes livros, todos de autores brasileiros: *História sincera da República*, de Leôncio Basbaum; *História militar do Brasil*, do general Nelson Werneck Sodré (livro atualmente proibido no Brasil); *Subterrâneos do Estado Novo*, de Heron Pinto; *Falta alguém em Nuremberg*, *Revolução dos covardes*, de David Nasser; *Tortura e torturados*, de Márcio Moreira Alves; *O golpe em Goiás*, de Mauro Borges; *O general Góes depõe*, de Lourival Coutinho.

A segunda parte, que relata fatos recentes e ainda não analisados, apoia-se em publicações de jornais e revistas. Limitamo-nos ao relato ou à informação jornalística. Utilizamos também as publicações impressas fora do Brasil por organizações brasileiras de informação, assim como algumas declarações de pessoas que permanecem presas. Em todos os casos, trata-se de testemunhos rigorosamente comprovados.

A terceira parte é um dossiê da tortura a partir de documentos que de nenhuma maneira podem ser postos em dúvida. Alguns são trechos de declarações ou registros oficiais, outros trazem a assinatura das próprias testemunhas. Todos foram confrontados com outras fontes de informação.

Mesmo assim, pelas dificuldades inerentes a este tipo de obra, é possível que o texto contenha algumas imprecisões. Será necessário o transcurso de vários anos antes de ter uma relação completa dos crimes cometidos pela ditadura que atualmente detém o poder.

Este livro está dedicado a suas vítimas.

Outubro de 1970.

NOTAS

1. FAO (1959): de 1960 a 1970 aumentou a concentração de propriedades.
2. Franklin de Oliveira, *Revolução e contrarrevolução no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 108.
3. Banco Central do Brasil.
4. Banco Central do Brasil.
5. ADECIF.
6. Franklin de Oliveira, op.cit. [erro tipográfico. A nota provavelmente se refere à renda média anual. O dado de população do Nordeste era de 28 milhões de habitantes, se considerado o censo de 1970, provável fonte dos demais dados populacionais (nacional e estadual para São Paulo). A população nordestina era de cerca de 18 milhões no censo de 1950; 22 milhões, no de 1960 e 28 milhões, no de 1970. Os dados estão disponíveis em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00. N. ed. bras.].
7. *O Estado de S. Paulo*, jornal de centro-direita.
8. Fundação Getúlio Vargas, órgão de pesquisas sócioeconômicas.
9. Segundo dados estatísticos do Dieese.
10. A “favela” é uma das muitas denominações com que se designa, no Brasil, um tipo de habitação da população marginalizada urbana, comum a todos os grandes centros populacionais da América Latina. Aglomerações de centenas de milhares de casas de papelão e pedaços de madeira velha, principalmente nos morros suburbanos. As “favelas” do Rio correspondem literalmente às “villas miséria”, de Buenos Aires; às “barriadas” limenhas; aos “cantegriles”, de Montevidéu; às “callampas”, de Santiago do Chile; as “ciudades perdidas”, do México [T.].
11. Dados aproximados [A edição francesa oferece dados distintos para Recife, São Paulo e Salvador, 40 mil, 80 mil e 60 mil, respectivamente. A fonte, em ambos, não está especificada, impossibilitando sua conferência. N. ed. bras.].
12. Dados do Instituto de Endemias Rurais.
13. Dados estimados.
14. Dados oficiais da Campanha de Alimentação Escolar.
15. Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
16. Os dados aqui apresentados foram publicados pela imprensa brasileira em dezembro de 1969. No entanto, os efetivos militares do Brasil são ainda maiores, se tomarmos em conta as chamadas “forças armadas auxiliares”, corpos de tropa estadual – não confundir com a polícia – organizados de forma militar (e não meramente policial) e formados por soldados profissionais. São, de fato, 22 pequenos exércitos, embora não tão pequenos: a “Força Pública” de São Paulo tem mais 35 mil homens; a de Minas Gerais, uns 10 mil, e a “Brigada Militar”, do Rio Grande do Sul, cerca de 12 mil. Em outros tempos, foram verdadeiras “forças paralelas” ao Exército (no Rio Grande do Sul, por exemplo, desempenharam um papel relevante junto ao povo e ao governo do estado, em 1961, para impedir o golpe contra a posse de Goulart). No entanto, desde 1967, estão sob controle direto do Exército, centralizadas em um comando estratégico único, em Brasília, chamado “Inspetoria Geral das Polícias Militares”, e seus comandantes, nos diferentes estados do país, são agora coronéis ou generais do Exército [T.].

AS ORIGENS

« *pau de arara* »

***la violence
militaire
au Brésil***

françois maspero / cahiers libres 215-216



Capa da edição francesa de 1971.

AS PRIMEIRAS MANOBRAS

1. ALGUNS AUTORES DO DRAMA

Entre 1920 e 1935, os jovens oficiais do Exército brasileiro se sublevam três vezes contra o poder central. Este movimento, conhecido como “tenentismo”, é motivado por diversos fatores: alto crescimento demográfico dos centros urbanos, queda do preço do café nos mercados internacionais, agravamento da crise estrutural e aumento da dependência do capital estrangeiro. O movimento dos tenentes oscila entre um vago nacionalismo de esquerda e o fascismo.

Em 1924, os líderes desse movimento eram Juarez Távora, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, Filinto Müller, Estillac Leal e Luís Carlos Prestes.

A rebelião fracassa e se forma a Coluna Prestes, que se dissolve em 1927 depois de uma marcha de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil. Filinto Müller (expulso da Coluna por malversação de dinheiro) e Juarez Távora participam em uma nova conspiração de oficiais, enquanto Prestes adere ao Partido Comunista Brasileiro. Em 1930, o general Góes Monteiro e o caudilho Getúlio Vargas, encabeçando os tenentes, tomam o poder. Vargas, em sua condição de presidente, nomeia Juarez Távora comandante da Zona Norte, Góes, chefe do

Estado Maior, Filinto Müller, chefe de Polícia, e Francisco Campos, um adepto do fascismo, ministro da Educação.

Em 1934 os comunistas fundam a Aliança Nacional Libertadora, com um programa progressista e anti-imperialista. Em 1935, fracassam em uma tentativa de golpe de Estado. O sargento e dirigente comunista Gregório Bezerra é preso em Recife. No Rio, Prestes é detido. Filinto começa uma repressão massiva contra os comunistas e os membros da Aliança.

Getúlio Vargas pensa no futuro...

2. O PLANO COHEN

Em 3 de dezembro de 1935, um mês depois do fracasso do golpe de Estado comunista, começa a repressão dirigida pelo capitão Filinto Strubing Müller; repressão que, por um longo período, manteve o movimento de massas paralisado. A polícia, que contava com colaboradores em todas as classes sociais do Brasil, estava presente em qualquer lugar.

A Aliança Nacional Libertadora desaparecera e o Partido Comunista, com seus principais líderes na prisão, praticamente se perdeu como organização.

No entanto, Getúlio Vargas e seus generais buscavam um pretexto mais válido do que a simples revolta para se assegurarem no poder. Como a Constituição ainda estava em vigência e, segundo ela, o poder deveria passar a um sucessor eleito em 1938, Vargas decide precipitar o golpe de Estado. A Assembleia funcionava, a imprensa se mantinha relativamente livre: “a legalidade nos mata”, expressava Vargas, tomando as palavras de Barrot a respeito da Comuna de Paris. Ele e seus generais decidem pôr seu plano em prática.

Os generais estão reunidos no gabinete de Dutra, ministro da Guerra¹. O chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Góes Monteiro, acomoda-se em sua poltrona e declara, com estudada afetação:

Dou meu pleno apoio ao ministro da Guerra. A hora das decisões supremas já chegou e se deixarmos escapar essa ocasião creio que teremos perdido tudo [...] Atualmente o governo só tem três alternativas: a) o golpe de Estado; b) o suicídio [...], a anarquia social e militar; c) a proclamação do estado de sítio. (Ata da reunião do Estado Maior do Exército, 3 de dezembro de 1935).

Em fins de 1936, Getúlio Vargas confia ao jurista Francisco Campos, adepto do fascismo, o sonho de elaborar a nova Carta, que deverá substituir a Constituição liberal de 1934. Agora faltava a criação de um estado emocional que justificasse, diante do povo, a continuação do poder mediante o golpe. Os

generais de Getúlio se lembram então dos “integralistas”, grupo de fascistas cujo lema era: “Deus, Pátria e Família”. Eram comandados por um escritor de terceira categoria, de São Paulo, Plínio Salgado, e muitos deles haviam prestado colaboração espontânea à polícia de Filinto Müller durante a repressão aos esquerdistas e liberais.

Dessa associação entre os generais de Vargas e os “integralistas”, surgiria um dos mais fantásticos esquemas de conspiração na história do Brasil: o “Plano Cohen”.

No Serviço Secreto do Integralismo, Rua Sachet, Rio, um capitão do Exército examina atentamente o rascunho à máquina de um documento intitulado “Boletim de Informações n.º 4”. Feita a revisão do texto, o oficial fica pensativo diante da assinatura no capítulo dois: Bela Khun. – “Gustavo Barroso costuma afirmar que o nome correto do líder comunista húngaro é Bela Cohen” – diz, em voz baixa. Um risco apressado para anular apenas a palavra Khun, substituindo-a por Cohen, atinge também o primeiro nome. [...] A 30 de setembro do mesmo ano [1937], o País acordava sob o impacto de um “Documento Cohen”, plano terrorista de origem comunista apreendido pelo Estado-Maior do Exército. A 10 de novembro, depois de decretado o estado de sítio e de ter passado o País por uma onda de intimidação, é proclamado o Estado Novo.²

A nova Constituição, preparada um ano antes, fechava o Congresso, considerando-o “um aparato inadequado e dispendioso”, liquidava o federalismo (os governadores dos estados foram substituídos pelos interventores), os sindicatos não podiam funcionar sem autorização do Ministério do Trabalho. Pouco depois, em dezembro, um novo decreto de Vargas dava o golpe final no que restara da moribunda democracia de 1934: todos os partidos políticos do Brasil foram extintos.

Era a ditadura do *Estado Novo* – nome que Francisco Campos tomara emprestado do regime português de Antônio de Oliveira Salazar. O pretexto foi o “Plano Cohen”, do qual a imprensa publicara terríveis capítulos. Segundo a opinião oficial, o “Plano Cohen”, se aplicado, teria desencadeado “uma tempestade de ferro e fogo sobre o país”. Alguns corajosos deputados o denunciaram como apócrifo.

O “Documento Cohen”, a que o Governo deu publicidade [...] como se fosse um plano terrorista pronto para ser executado pelos comunistas, era um trabalho longo, no qual estava incluída determinada técnica de greve moderna. Feito sob a forma de plano de ação, dizia da necessidade de os comunistas modificarem

os métodos mal-sucedidos da rebelião de 1935, abolindo a violência desnecessária e só recorrendo à estritamente necessária. [...] Informava também que um “putsch” científico estava sendo estudado com minúcias, visando [...] paralisar totalmente a cidade [Rio de Janeiro], que acabaria entregue ao incêndio e à confusão, para o proveito dos revolucionários³.

O governo, a imprensa e os políticos governistas, assim como as mais altas patentes das Forças Armadas, garantiam que o Plano era verdadeiro. Alguns nomes da lista negra, como os primeiros a serem fuzilados, de acordo com a tenebrosa conspiração, chegaram a ser publicados. O povo lia nos jornais, aterrorizado e incrédulo, os atos de terror programados. O clima psicológico havia sido criado. A promulgação do estado de guerra e o golpe de Estado estavam a um passo.

Mas a verdadeira história do Plano Cohen foi contada dezoito anos depois pelo próprio general Góes Monteiro e por seu autor, Olímpio Mourão Filho, hoje general e primeiro comandante da marcha ao Rio de Janeiro para derrubar Goulart, em 31 de março de 1964. Disse Góes Monteiro:

Certo dia, o atual senador Caiado de Castro, que era oficial do Estado-Maior do Exército, ao entrar na sua seção, viu um colega, o capitão Olímpio Mourão, datilografando, com alguma cautela, cópias de um documento. Desconfiado, chegou-se para perto de seu camarada e pôde ler parte do referido documento, o bastante para ver que se tratava de um plano terrorista. Não se conteve, então, o senador Caiado de Castro e interpelou o seu colega, tendo este declarado, confidencialmente, que aquilo era a parte final de um plano elaborado pelos comunistas para uma próxima subversão da ordem. O senador Caiado estranhou que ele, antes de mais nada, não tivesse comunicado o fato ao Chefe do Estado-Maior, que era eu. O oficial lhe declarou, então, que, sendo integralista e adversário dos comunistas, poderia ser posta em dúvida a autenticidade do plano em que havia uma simples assinatura – “Cohen”. O sr. Caiado de Castro não se conformou e, por intermédio do general Mariante, fui sabedor do ocorrido. Chamei imediatamente o capitão Olímpio Mourão à minha presença e este confirmou com minúcias tudo quanto já dissera, entregando-me uma das cópias do referido documento, que estava em poder dos integralistas. Em seguida, procurei o ministro da Guerra, general Dutra, a quem fiz ciente do fato, dizendo-lhe que já tomara providências, recomendando aos principais chefes militares uma sindicância urgente a fim de verificar se havia do fato algum rastro nas Forças Armadas; mas que, para mim, o tal plano terrorista, que só continha projetos de violência de toda espécie, era inteiramente falso⁴.

Em 1956, diante do Conselho de Honra das Forças Armadas, convocado para ouvir as justificativas do general Mourão Filho, que se considerava caluniado pelas acusações de Góes Monteiro, o ex-chefe do Serviço Secreto dos Integralistas confirmou que “elaborou o Plano Cohen por recomendação do chefe do movimento, Plínio Salgado”.

O general foi absolvido pelo Conselho, que parecia ter sido convocado especialmente para isso, e ninguém disse nem uma palavra sequer sobre as consequências do terrível “Plano Cohen”. Naquela manhã de 10 de novembro de 1937, o general Góes tratava de se livrar, no Ministério da Guerra, de um grupo de oficiais que lhe exigia detalhes sobre os rumores do golpe de Estado que circulavam no Rio de Janeiro:

[...] subi ao gabinete do ministro da Guerra. Lá, então, encontrei o general Dutra à frente de um dos generais que haviam retirado a assinatura do compromisso que já aludi. Dizia ele que eu e o ministro da Guerra o havíamos surpreendido e indagava o que houvera. O general Dutra puxou do bolso o seu relógio e disse: “O que há é que daqui a 10 minutos teremos nova Constituição para o País”. De fato, dez minutos depois, isto é, às 10 horas do dia 10 de novembro, o “Diário Oficial” publicava a nova Carta Magna outorgada. [...] O País, num abrir e fechar de olhos, tinha mudado de regime. Saí [...]. Quando terminava de almoçar, o meu chefe de gabinete no Estado-Maior comunicou-me, por telefone, que o presidente me chamava com urgência ao Palácio Guanabara, aonde fui ter imediatamente. O ajudante de serviço, lá, me informou que ele estava à mesa e me convidava para o almoço. Escusei-me, alegando já ter almoçado, porém mandou que eu entrasse. Encontrei-o muito contente e risonho, acompanhado de sua esposa, as duas filhas e o ajudante. Quando me viu, abraçou-me e insistiu que eu almoçasse, mostrando-me um prato de lagostas muito apetitoso, que lhe mandara naquele dia o sr. Alencastro Guimarães.

Lembrei-me que, logo depois, o sr. Alencastro Guimarães era nomeado diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil... Ah! As lagostas⁵!

Getúlio e seus generais já não tinham que temer a legalidade (“a legalidade nos mata...”). Ela estava morta e enterrada. O capitão Filinto Strubing Müller – atual membro do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos – encarregou-se dos possíveis descontentes.

Um desses descontentes era o jovem estudante de engenharia, Carlos Marighella, então militante do Partido Comunista. Marighella foi preso e torturado junto com centenas de cidadãos nos cárceres da ditadura de Getúlio.

3. O “ESTADO NOVO”

Entre 1937 e 1940, triunfava o nazifascismo. No Brasil, o terror policial, a repressão violenta e, finalmente, as deportações, eliminavam qualquer tentativa de reação. Desse modo, o *Estado Novo*, essencialmente fascista, se sentia seguro. O nazifascismo era o futuro do mundo. Hitler afirmava que seu regime duraria mil anos.

Em setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polônia sem prévia declaração de guerra. Dinamarca, Bélgica e Holanda caíram diante do avanço das “panzer divizionen”. Vargas explorava habilmente a luta. Homem frio e sem amigos, de 1,60m de estatura, sorriso enigmático e simpatia estudada (que fez escola no Brasil), decidiu que o momento era favorável para obter do imperialismo norte-americano – preocupado com a penetração alemã na América Latina – algumas generosas concessões. Em outubro de 1939, já com inclinações pelo fascismo, Getúlio Vargas tratava de assustar os ianques declarando que o Brasil se manteria neutro frente à guerra. “Equidistantes de ambos os grupos pelo pensamento político, não temos motivo para intervir na luta. Tampouco contamos com a justificativa de interesses econômicos”, dizia ele um mês depois da invasão da Polônia pelos nazistas.

Vargas sabia que isso não era verdade. A economia brasileira, que sempre foi um apêndice dos interesses ingleses, desde os tempos do império, começou a ceder no início do século ante a crescente penetração dos Estados Unidos. Em 1939, o efêmero crescimento do comércio com a Alemanha não passava, em grande parte, de uma forma de chantagem para obter maiores vantagens dos norte-americanos, com os quais Vargas nunca simpatizou. A guerra continuava com vitórias para o nazifascismo. Em junho de 1940, a França foi obrigada à rendição. Paris foi ocupada. Getúlio e seus generais estavam eufóricos. “Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. [...] Uma nova era está começando. É necessário remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis”⁶.

O resultado, no Brasil, era o arrocho da ditadura pretoriana. Um relato das torturas daquela época só pôde ser realizado anos mais tarde, com a queda do *Estado Novo*.

Em 1946, o deputado Carlos Marighella, eleito pelo Partido Comunista Brasileiro, que então gozava de um breve período de legalidade, denunciou à Câmara a vergonha daqueles trágicos tempos.

E aqui posso acrescentar: fui testemunha dos processos empregados com maçaricos, com que se arrancavam as solas dos pés dos presos. Isto se fez na Polícia Central, ainda em 1940, quando se deu no Rio de Janeiro a prisão de cento e tantas pessoas, que tiveram de sofrer as mesmas torturas.

Já em 1946, conheci um marinheiro de nome Faustino, que não tinha uma parte das nádegas; esta havia sido arrancada através de processos especiais empregados pela Polícia. [...] Arrancar os cabelos do corpo com alicates além de outros processos que nos deixam de cabelos arrepiados, como os que usavam com as senhoras. Isso a Polícia fez no caso da companheira de um militante que havia sido preso, Sebastião Francisco: essa senhora acabou por suicidar-se, depois de ter sido submetida a semelhante processo de tortura.

[...] Em outubro de 1940, quando cheguei de São Paulo, e fui alojado na Seção dos Militares do Presídio do Distrito Federal, pude entrar em contato com todos os presos que haviam passado pela Polícia Central. O espetáculo era dos mais terríveis: uns chegavam queimados, outros com equimoses produzidas pelos espancamentos com canos de borracha [...] Havia o processo dos adelfis, que era enfiar um estilete de taquara ou um alfinete por baixo das unhas. Havia também a americana, que consistia em fazer permanecer de pé o preso, com uma máscara afivelada ao rosto e sem poder respirar. Havia, ainda, o processo das esponjas com mostarda aplicadas às senhoras. Espancavam-se até crianças, como foi o caso da filha de Antônio Xavier, presa com a mãe, em 1940, e submetida a terríveis torturas⁷.

Enquanto dentro das prisões a polícia de Filinto Müller reprimia os descontentes, do lado de fora a espionagem em favor do “Eixo” se tornava pública. Na costa brasileira, espões alemães e brasileiros (“integralistas”) instalavam aparelhos de rádio para informar aos submarinos alemães os movimentos de navios aliados. Outros, dentro do próprio governo, enviavam documentos importantes aos nazistas informando-lhes sobre os planos governamentais.

O Senhor Góes Monteiro, chefe do Estado Maior, reuniu em seu gabinete os representantes da imprensa e declarou-lhes que se quisessem continuar a ver sair [sic] as suas folhas era preciso que mudassem de atitude e deixassem de mostrarem-se favoráveis à Inglaterra, como faziam em todas as oportunidades, e que passassem a defender a única causa que interessa ao Brasil, que é a da Alemanha⁸.

Porém, com a participação dos Estados Unidos na guerra, com seus capitais solidamente instalados no Brasil, Vargas e seus generais se viram obrigados a participar do esforço bélico dos norte-americanos. Em 1942, os submarinos alemães afundaram, em três dias, cinco navios mercantes brasileiros próximo ao litoral.

Foram torpedeados, no total, 37 barcos com mais de mil mortos entre civis e militares. Ao então ministro da Guerra, general Dutra, coube a respon-

sabilidade de embarcar tropas em navios mercantes para ajudar a construir as bases militares que os norte-americanos instalavam no Nordeste (Pernambuco e Rio Grande do Norte), em troca de ajuda e dinheiro ao governo brasileiro. O Brasil entrou na guerra e mandou tropas à Itália, comandadas pelo general Mascarenhas de Moraes. Entre os jovens oficiais que lutaram na Itália, ao lado dos norte-americanos, alguns se sobressaíram anos mais tarde.

Em 1944, como resultado da guerra mundial, a pressão da opinião pública em favor das liberdades democráticas anuncia o fim do *Estado Novo*, ligado, por afinidades ideológicas, ao nazismo.

Organizaram-se manifestações públicas exigindo a anistia para os presos políticos, a censura já não conseguiu impedir que a imprensa opinasse sobre o que realmente estava acontecendo no país. Getúlio Vargas foi obrigado a dar baixa a um dos seus auxiliares mais fiéis, o chefe de polícia Filinto Müller, depois de sete anos de serviço eficiente. O Estado Novo entrou em uma encruzilhada histórica.

O caminho do fascismo, seu modelo original, foi bloqueado pela derrota nazista na Europa. A penetração do capital norte-americano aumentou vertiginosamente, como um saldo do esforço bélico. De regresso dos campos de batalha, da convivência com os estados maiores militares norte-americanos, o general Mascarenhas de Moraes e os jovens oficiais de seu Estado Maior acatam a realidade de um novo e definitivo vínculo imperialista. Mas a opção de Vargas era outra. Passa a defender o monopólio estatal do petróleo, estabelece relações diplomáticas com a União Soviética e, finalmente, cede às pressões populares anistiando e libertando os presos políticos, a maioria dos quais fora condenada em 1935 a 10, 15 e 25 anos de prisão. O gesto final que determina o encerramento do primeiro ato da carreira de Getúlio Vargas foi sua atitude com relação ao capital estrangeiro: promulga, em julho de 1945, a Lei Antitruste. Em agosto, a União Democrática Nacional (partido nitidamente conservador e pró-norte-americano, formado, entre outros, por Eduardo Gomes) definia sua posição ao especificar em seus estatutos: “Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros”⁹. O pensamento não podia ser mais claro.

Dois meses depois, os mesmos generais que fizeram de Getúlio um ditador em 1937 baixam as cortinas do primeiro ato. O *Estado Novo* acabou. Getúlio foi deposto pelo alto comando militar. Um assessor próximo de Vargas relata:

No dia 25 de outubro vieram dizer-me de fonte segura que os generais estavam em reunião permanente no Ministério da Guerra. [...] Dei ao presidente a infor-

mação e ele a confirmou: “Os generais estão mesmo reunidos e conspirando sob a chefia de Góes”. Mostrei-me alarmado e não escondi que julgava a situação de extrema gravidade. Ele concordou com absoluta calma. [...]

As últimas horas da tarde do dia 29, o gen. Dutra apareceu no Palácio Guanabara. [...] Assim que o vi sair dirigi-me ao gabinete. Encontrei o presidente passeando com o semblante fechado – sinal de contrariedade. Como de costume, procurei evitar o tom dramático e indaguei se já estávamos com tempestade à vista. Respondeu-me que era isso mesmo. À vista, e Dutra vinha anunciá-la [...] Lá pelas 9 horas da noite apareceu o gen. Oswaldo Cordeiro de Farias. Desejava falar urgentemente com o presidente. [...] Cordeiro vinha como representante dos generais e apresentou ao presidente, após rápidas explicações, uma minuta de declaração de renúncia. O presidente chamou-me e mandou datilografá-la em papel de uso da Presidência [...] ¹⁰

O general Góes Monteiro, o mesmo que almoçara lagostas com Vargas no golpe de 1937, havia ditado a seu camarada de armas, Cordeiro de Farias (futuro ministro do Interior de Castelo Branco, depois do golpe de 1964), os termos da minuta de renúncia que ele entregou, posteriormente, a Vargas. A espiral da violência recomeçava e os personagens eram, praticamente, os mesmos de 1937.

Deposto Vargas, as eleições deram a vitória ao general Eurico Gaspar Dutra, transformado em candidato legal, apoiado oficialmente pelo ditador que estava saindo, e que derrotara outro militar, o brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional.

Uma farsa democrática começava.

4. A FARSA DEMOCRÁTICA

Os pretorianos que criaram o Estado Novo foram também os agentes de sua destruição. Agora, para o presidente Gaspar Dutra – um dos conspiradores do “Plano Cohen” e ministro da Guerra do *Estado Novo* – surgiam duas tarefas principais: 1) restabelecer as condições que permitiam ao capital estrangeiro manter seus privilégios no país; 2) conter as reivindicações populares que haviam ganhado impulso com a derrota do nazifascismo.

Reabriram-se as sessões do Congresso, a imprensa podia falar, o Partido Comunista – novamente legalizado – chegava a ter 50 mil afiliados e até um boletim diário impresso. Havia grande esperança de redemocratização, mas tudo isso não passava de ilusão: a ditadura de Getúlio continuava, agora sem ele. Em 1946, enquanto o Congresso discutia a nova Constituição, a polícia de Dutra ocupava as ruas do Rio de Janeiro:

Depois de algumas voltas pelas artérias da cidade, em uma camionete, os policiais localizaram Lafaiete, que caminhava por uma rua junto com João Torquato. Caíram sobre eles como feras, os arrastaram até a camionete e dentro dela lhes deram pontapés e socos. Por ordem de Charles Borer, a camionete seguiu pela Avenida Brasil parando na esquina com a Ilha do Governador, uma zona deserta. Com as mãos amarradas, os dois presos foram retirados violentamente do veículo. Os policiais continuavam espancando-lhes; depois os feriram com punhais, divertindo-se com o sangue que escorria. Finalmente os executaram atirando pelas costas com cinco tiros de revólver. Ao mesmo tempo em que Charles Borer recomendava: “Não se pode deixar rastros!”¹¹. Como João Torquato, depois de fuzilado, ainda fizesse algum movimento foi novamente baleado [...] Com a intenção de desorientar qualquer investigação futura, os policias assassinos voltaram ao local do crime. Estranharam o desaparecimento do corpo de Torquato, mas levaram Lafaiete, talvez ainda com vida, para a Parada de Lucas, Zona Norte do Rio, onde terminaram de executá-lo com dois tiros¹².

O chefe da polícia dessa época era, como quase sempre, um militar, o general Antônio José de Lima Câmara. Enquanto isso, no Congresso, estava sendo votada a Constituição, sob censura às emissoras de rádio que, ainda hoje, são o principal veículo de informação para mais da metade da população brasileira. Os jornais e revistas chegavam somente às grandes cidades; o interior dependia, como agora, da “Hora do Brasil”, programa de rádio do governo, para se inteirar dos acontecimentos.

A tímida imprensa de oposição, amedrontada ainda pela censura imposta pelo Estado Novo, se atrevia, no entanto, a narrar alguma coisa do que realmente ocorria no país em 1946:

Mil e quinhentos operários de São Paulo são processados pela Lei de Segurança Nacional por haver entrado em greve; foram proibidos os festejos de 1º de Maio; há inúmeros trabalhadores presos; o delegado de Ordem Política e Social, coronel Augusto Imbassaí, dissolveu um comício nas escadarias da Câmara dos Deputados, os parlamentares protestam; a polícia dissolveu a tiros de metralhadora um comício popular no Largo da Carioca, há vários feridos; o deputado Café Filho [futuro presidente do Brasil, depois que Vargas se suicidou em 1954] denuncia nas Câmaras a violência contra o povo: o governo exonerou o cientista Aloísio Neiva Filho, do Instituto Oswaldo Cruz, porque em sua condição de médico atendeu a vítimas da repressão policial; o ministro da Justiça, Carlos Luz, proíbe reuniões em todo território nacional¹³.

Seria exagerado afirmar que Dutra foi eleito exclusivamente para acabar com o Partido Comunista do Brasil, porém, sem dúvida, este foi um dos seus principais objetivos. E ele soube concretizá-lo cuidadosamente. Em 1945, o PCB havia se transformado em um pesadelo constante para a reação. Nas eleições daquele ano, os 600 mil votos obtidos pelos comunistas atemorizaram a classe dominante. O partido comunista tinha 15 deputados no Congresso (entre eles, o jovem Carlos Marighella) e um senador (Luís Carlos Prestes). As eleições estaduais preocupavam ainda mais aos detentores do poder.

Cidades como Santos e Santo André (estado de São Paulo), Recife e Jaboatão (Pernambuco), caracterizadas por grande concentração de operários e uma ampla força política do Partido Comunista, foram declaradas legalmente “estâncias balneárias” (de exclusiva afluência turística) para que, assim, os prefeitos, em conformidade com o previsto na Constituição, não fossem eleitos pelo povo, mas nomeados diretamente pelo governador. No entanto, os comunistas conseguiram eleger 23 deputados estaduais em São Paulo e, na cidade do Rio de Janeiro, fizeram 18 dos 50 vereadores.

Em finais de 1946, o Partido Comunista tinha, sem contar os simpatizantes, cerca de 180 mil militantes. Em novembro desse ano, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio, lamentava-se: “Não se pode perceber, também, até agora, de que modo o governo oporá uma barreira à epidemia comunista [...]”¹⁴. Mas Dutra sabia como. Desencadeou uma série de provocações ao PC, destinadas a criar pretextos para tomar uma atitude mais violenta. A primeira delas aconteceu em maio, quando um comício organizado pelos comunistas na imensa praça do Largo da Carioca foi dispersado a tiros.

Em agosto, bandos de delinquentes contratados pela própria polícia destruíram as pedradas as vitrines de grandes lojas do Rio, para justificar, mais tarde, a repressão violenta planejada pelo governo. Finalmente, em começos de 1947, o PC é acusado, na Câmara de Deputados, de receber dinheiro de Moscou. Um dos deputados do regime pede que o partido seja dissolvido. Os comunistas apelam ao Supremo Tribunal Federal, alegando que um partido com mais de 200 mil contribuintes não necessitava de dinheiro de fora.

O vice-procurador da República, Alceu Barbedo, utiliza um argumento infantil, demonstrando que o nome do partido era “Partido Comunista do Brasil” e não “Partido Comunista Brasileiro” (o que, segundo ele, “provava que era uma filial de alguma matriz”). Por três votos contra dois, o Supremo Tribunal aprova a dissolução do PCB, que, depois disso, nunca mais sairia da ilegalidade. A Constituição de 1946 estava em plena vigência há menos de três meses e já sofria sua primeira grande violação. Mas isso era só o começo. Outras medidas desse tipo viriam a alimentar a cadeia de violência.

5. TERROR NOS QUARTÉIS

Em 1950, chega ao fim o governo militar do general Eurico Gaspar Dutra. Treze anos depois, o escritor e diplomata Álvaro Lins expressava sua opinião sobre esse governo: “Um governo que deve ficar caracterizado pelos intelectuais – e para vergonha e anátema de quem nele ocupou cargos e posições – como o mais violento, o mais grosseiro e o mais desonesto de todos os governos republicanos”.¹⁵

Em 1951, o lema nacionalista: “O petróleo é nosso” se difundiu por todos os confins do país. Tinha, naquela época, o sentido de uma resposta ativa aos argumentos das empresas estrangeiras de que não existia petróleo no Brasil.

Getúlio Vargas, novamente na Presidência, como presidente eleito, baseou sua campanha eleitoral na defesa do petróleo brasileiro contra os monopólios estrangeiros. Seu opositor, o brigadeiro Eduardo Gomes, já derrotado uma vez, eminente líder da UDN que pedira proteção ao capital estrangeiro. Para o Ministério do Trabalho, Vargas nomeou João Goulart, um político jovem, reiniciando assim uma política de aproximação com os trabalhadores. Enquanto isso, o nacionalismo crescia com maior força e um de seus principais focos era o Clube Militar, no Rio, ao qual estavam associados oficiais das três armas. Em 1952, o Clube Militar tinha nove mil sócios ativos.

O Clube tomou posição imediata sobre a questão do petróleo. A corrente nacionalista – dirigida pelo general Newton Estillac Leal, ex-ministro da Guerra do governo Vargas e candidato à reeleição para a presidência do Clube – foi constantemente acusada de comunista por um setor da imprensa e, portanto, comunistas seriam todos os que votassem nele. Era a época da “Guerra Fria”. Os generais Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, o brigadeiro Eduardo Gomes e o almirante Pena Botto lançaram o plano de “caça às bruxas”, dentro das próprias Forças Armadas. “Ameaçado o Brasil pela crise militar” – era a manchete de um jornal brasileiro que comentava um artigo em um jornal norte-americano:

Para o *The New York Times* a crise militar brasileira ameaça degenerar em perturbação da ordem, qualquer que seja o resultado das eleições do Clube Militar, devido às atividades extremadas que o general Estillac Leal vem tomando no caso, que correspondem à linha favorita dos comunistas.¹⁶

Um movimento anti-Estados Unidos dentro das forças armadas brasileiras começa a cristalizar-se através de uma declaração formal do antigo Ministro da Guerra, Newton Estillac Leal, de que era candidato à presidência do Clube Militar do Brasil. Em nome do nacionalismo, o general Estillac estava tentando reunir todos os elementos que pensam estarem as riquezas naturais do Brasil em

perigo de ser roubadas pelos interesses estrangeiros. Isso incluiria elementos das mais variadas tendências, desde comunistas até nacionalistas extremados, todos, porém, hostis à política atual de estreita colaboração com os Estados Unidos.¹⁷

Março de 1952: apesar da violenta campanha da imprensa contra os nacionalistas, a frente encabeçada por Estillac Leal parecia contar com todas as possibilidades de vitória. A primeira fase das eleições no interior do país havia começado.

Aparentemente, o direito de votar seria respeitado, apesar do clima dramático dentro das Forças Armadas. Porém, o terror já havia se instalado dentro dos quartéis usando como instrumento as investigações policial-militares contra os simpatizantes do candidato Estillac Leal, sob os mais absurdos pretextos. Depois da calúnia, a tortura ingressou nos quartéis.

Antônio Paulo Andreazzi, 3º sargento da FAB [Força Aérea Brasileira], preso a 14 de fevereiro de 1952, na Base Aérea de Natal [Rio Grande do Norte], sob ameaças e levado a interrogatório. [...] Entre os inquiridores, está o Major Hipólito que tenta estrangulá-lo, não conseguindo levar até o fim seu intento porque houve intervenção de outros torturadores. [...] Mantido sentado, ritmicamente, o major Hipólito dá na cabeça com uma caixa, o Asp. Magalhães bate com uma régua nas orelhas, o Cap. Ivan dá nas mãos e o Ten. Câmara nos seus joelhos, por mais de quarenta minutos.

Enéas de Oliveira Filho, 3º sargento da FAB, preso em serviço a 13 de fevereiro de 1952, é levado a interrogatório sob a ameaça de torturas e transferido para o QG da 2ª Zona Aérea, onde fica incomunicável [...] Com outros, é conduzido ao 16º RI [Regimento de Infantaria do Exército], sob escolta e as mesmas ameaças do major Hipólito. [...] que põe uma lata em sua cabeça e atira com um revólver, atravessando-a bem próximo à cabeça¹⁸.

O comando geral de repressão provinha de um grupo de generais reacionários:

Ele [o general Estillac Leal] acusou a campanha de oposição de “ser organizada e paga por agentes de interesses antinacionais” [...] Contra ele, o general Estillac, tem um grupo que se denomina “A Cruzada Democrática”, batendo-se por estreita colaboração militar e econômica com os Estados Unidos em defesa do Hemisfério Ocidental e por medidas enérgicas contra os comunistas do Brasil. Seu candidato é o general Alcides Etchegoyen, comandante da Artilharia de Costa e outrora Chefe de Polícia do Rio de Janeiro. O movimento congrega numerosos dos mais destacados oficiais do Brasil, entre eles o general Pedro

Aurélio de Góes Monteiro, chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas, e brigadeiro Eduardo Gomes [...]¹⁹

O grupo nacionalista que apoiava o general Estillac Leal dentro das Forças Armadas tinha considerável força política, mas não suficientemente poderosa para anular a fração do alto comando que pretendia instaurar o terror, precisamente porque, do ponto de vista político, era mais débil. Contudo, os reacionários das Forças Armadas não estavam agindo sozinhos.

Esses inquéritos militares são um plano norte-americano, executados sob a direção de um oficial norte-americano, capitão Edgar Bundy, denunciado à Nação, da tribuna do Senado, por um senador da República, para impedir o desenvolvimento da democracia e da unidade nos meios militares que o Clube Militar com a Diretoria Estillac Leal-Horta Barbosa vinha engrandecendo. São esses inquéritos principalmente terroristas para coibir a livre expressão do pensamento²⁰.

Em maio de 1952 foram realizadas as eleições no Clube Militar. A chapa encabeçada pelo ex-chefe de polícia, general Alcides Gonçalves Etchegoyen, obteve 8.288 votos; a candidatura nacionalista de Estillac Leal, apesar do terror desencadeado contra ela, alcançou 4.489 votos. Isso significa que cerca de 4.500 oficiais tiveram a coragem de sustentar seus pontos de vista correndo todos os riscos. Muitos deles, ou seus comandados, os sargentos nacionalistas, pagaram caro por essa atitude. Alguns, com a própria vida:

O depoente viu, no 2º Regimento de Infantaria, unidade em que o depoente esteve preso, o sargento da FAB Hélio Spínola trancado no cubículo de uma privada velha e nesse lugar imundo e humilhante o sargento passou fechado mais de um mês. A imprensa também noticiou com grande destaque e com fotografias fornecidas pela própria Polícia do Exército, conforme se pode ver na revista *O Cruzeiro*, a morte de um dos presos, o taifeiro da Marinha de nome Clarindo Pereira Serpa, no pátio do 2º Regimento de Infantaria. O depoente viu esse homem morto, no pátio daquela unidade. No dia seguinte à morte do taifeiro o subcomandante do Regimento disse ao depoente que o preso morto tinha diversas fraturas nos pés, nas pernas e no crânio. Esse taifeiro morto quando preso, isolado, incomunicável e acusado de atividades subversivas, é dado como morto por motivo de serviço na publicação do Boletim do Ministério da Marinha, nº 38, de dezembro de 1952.²¹

O encarregado das investigações da polícia militar contra os sargentos nacionalistas foi o coronel Amaury Kruehl, que iniciava, nesse momento, uma

longa carreira de golpista. Em 1952, foi chefe de polícia do Rio de Janeiro, tendo criado o “Esquadrão da Morte”, e, em 1964, ajudou a derrubar o governo de Goulart.

A violência militar não estava dirigida apenas contra os nacionalistas das Forças Armadas; o terror foi usado também contra os civis que se opunham à participação das tropas brasileiras, ao lado dos norte-americanos, na guerra contra a Coreia do Norte.

Dr. Vulpiano Cavalcanti, médico-cirurgião-ginecologista, 42 anos, casado, presidente do Movimento Norte-Rio-Grandense dos Partidários da Paz [...] Na mesma hora e na presença do cel. Koeller, comandante da Base [Aérea de Natal], foram-lhe brutalmente rasgadas as vestes, e, depois de despido, espancado a socos, pontapés e cassetetes de borracha pelos majores Roberto Hipólito da Costa e Nelson Dias de Sousa Mendes, tenente Carlos Alberto Bravo da Câmara, tenente Correia Pinto e sargento Manoel Antônio Gomes Correia [...] Nessa cela, permaneceu 135 dias, sendo retirado constantemente para interrogatórios e torturas [...] Com cassetete espancaram-lhe os órgãos genitais e procuraram introduzi-lo na região anal. Nessa noite, desmaiou várias vezes. Numa dessas ocasiões, foi despertado com um clister de pimenta. [...] Com um pequeno cassetete de borracha, de aproximadamente dez centímetros, espancaram-lhe os dedos das mãos, separadamente, até não poderem ser articulados, visando inutilizá-lo como cirurgião, conforme, sadicamente, diziam os torturadores²².

Dr. Luís Inácio Maranhão Filho, 32 anos, solteiro, advogado, jornalista, membro da Associação Norte-Rio-Grandense de Imprensa e de seu conselho deliberativo, professor do Colégio Estadual do Rio Grande do Norte [...] No mesmo dia, foi levado à presença do coronel Koeller, comandante da base, que ordenara a sua prisão. Exigia o coronel Koeller “explicações” sobre várias reportagens publicadas na *Folha do Povo do Recife* [Pernambuco] sobre torturas a presos políticos em Parnamirim. No dia seguinte foi levado, à meia-noite, para o que chamavam uma “sessão espírita”, sendo então espancado e torturado por oito oficiais e um sargento. [...] Por ordem do major Hipólito foi metido em camisa de força e amarrado. Depois de assim imobilizado, teve o saco escrotal amarrado a um cordão que era puxado pelo tenente Câmara e ao qual o mesmo oficial pendurou um peso de madeira²³.

6. O GOLPE ABORTADO

No final de 1953, os nacionalistas das Forças Armadas estavam na defensiva. O terror reinava e centenas de oficiais estavam sendo processados arbitrariamente em todo o país pela Justiça Militar. As acusações eram mero

pretexto. Em junho daquele ano, um Conselho Especial de Justiça absolveria 30 militares da Aeronáutica, acusados anteriormente de “atividades subversivas”. No entanto, o resultado almejado pelos golpistas havia sido alcançado com ou sem absolvições: destruir as bases de sustentação militar de Vargas, cuja situação política se debilitava rapidamente.

Estou sendo sabotado por interesses de empresas privadas que já ganhavam muito no Brasil, que tem em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregam em dólares e continuam transformando os nossos cruzeiros em dólares para emigrá-los para o estrangeiro, a título de dividendos²⁴.

Um mês depois, a temperatura política era insuportável. Sentindo a pressão que incidia sobre ele (até o Partido Comunista, cometendo um dos seus inumeráveis erros, o acusava nessa época de “representante do imperialismo”), Vargas recorre à inexorável linguagem dos dados para fazer uma acusação. Uma acusação de roubo, puro e simples:

[...] mandei cotejar as declarações feitas pelos exportadores ao Departamento do Comércio dos Estados Unidos, com as declarações feitas aos nossos consulados. Num quadro de balanço de dezoito meses consecutivos foi registrado um aumento de valores, nas faturas, de 150 milhões de dólares. Se considerarmos que o sistema era generalizado, nos é fácil concluir que, representando o nosso comércio com os Estados Unidos 55% do total, tivemos um mínimo de desvios cambiais de 250 milhões de dólares em 18 meses. [...] Reduzido assim o valor da moeda, apresentava-se como reflexo natural a elevação de preços [o custo de vida estava subindo a níveis insuportáveis naquela época], consequência e não causa de um fenômeno que escapava ao nosso controle. [...] Se fornecer, através do câmbio, os dólares para a compra das instalações, onde está o capital estrangeiro?²⁵

O capital estrangeiro e seus sócios dentro do país compreenderam a intenção de Vargas e se prepararam para derrubá-lo novamente, como já o haviam feito em 1945. Em fevereiro de 1954, os jornais publicaram um “Manifesto dos Coronéis”, assinado por 80 oficiais que contavam com a vênua dos generais da camarilha militar que articulara o golpe de 1945 (Góis Monteiro, Dutra, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes).

O primeiro a assinar foi o mesmíssimo coronel, Amaury Krueel, que investigara os sargentos nacionalistas. Em 1964, durante o golpe contra João Goulart, Amaury Krueel, como comandante do II Exército, em São Paulo, desempenhou papel decisivo ao marchar contra as forças leais ao presidente.

Outro nome entre os 80 foi Syseno Sarmiento, um dos que conspiraram para o golpe de Estado de 1945, na Escola Superior de Guerra.

O “Manifesto” continha dois pontos de importância: o veto ao aumento do salário mínimo dos trabalhadores, que Vargas pensava dar frente à alta do custo de vida; e a exigência de destituição do ministro do Trabalho, João Goulart, que apoiava o aumento.

No “Clube da Lanterna”, outro foco de agitação fascista, ala direita dos conservadores da União Democrática Nacional, o jornalista Carlos Lacerda – futuro governador da Guanabara²⁶, famoso por sua política de eliminação de mendigos, afogando-os no Rio da Guarda, em 1962 – pregava abertamente a necessidade de implantar a ditadura: “Se a UDN não pode tomar o poder pelos votos, que o faça pelas armas”. No “Clube da Lanterna” se reuniam militares como Syseno Sarmiento, homens de negócios, aventureiros e “senhoras da sociedade”. Numa noite de agosto de 1954, um grupo pertencente à guarda de proteção pessoal de Vargas feriu Carlos Lacerda e matou um oficial da Aeronáutica, seu guarda-costas. Este viria a ser o pretexto que os golpistas estavam buscando.

Oficiais da Aeronáutica, que há muito vinham conspirando, praticamente tomaram posse da Base Aérea do Galeão – situada na Ilha do Governador – proclamando ali a chamada “República do Galeão”, transformada no centro da conspiração. Os militares, depois de instalar esse segundo poder, cometeram uma série de violências invadindo, inclusive, o Palácio do Governo, no Rio de Janeiro, “buscando o assassino do major que acompanhava Lacerda”.

Ao amanhecer do dia 21 de agosto de 1954, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica estavam em estado de alerta. Ao governo só restava agora apelar à mobilização popular. Mas Vargas tinha medo. Ele lutava contra o capital estrangeiro, fazia uma série de concessões progressistas, mas não a ponto de confiar no povo. Vargas era o representante de um setor da burguesia nacional que se opunha à colonização do país. Nada mais além disso.

No dia 22 desse mesmo mês, 32 generais exigiram, mediante um documento, a renúncia de Getúlio Vargas, imediata e definitiva.

[...] os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, [...] declaram julgar, em consciência, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais. Rio, 22 de agosto de 1954.

A União Democrática Nacional, do sinistro Carlos Lacerda e do brigadeiro Eduardo Gomes, apoiada pelos militares golpistas, estava eufórica.

Finalmente ia tomar o poder que lhe fora impossível alcançar por meio de eleições, as quais sempre perdeu.

Na madrugada do dia 24 de agosto, o governo reuniu sua equipe ministerial em busca de alguma saída. Mas Vargas já tinha encontrado a sua: às 8 horas da manhã, retira-se a seu quarto e suicida-se disparando um tiro no coração. Vargas havia preparado uma surpresa para os generais e banqueiros da UDN:

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. [...] Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. [...] Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. [Fragmento da Carta-Testamento de Vargas, 24 de agosto de 1954].

Aparentemente, Vargas descobriu muito tarde o verdadeiro caráter das forças que fizeram dele seu instrumento desde 1930. De qualquer maneira, o povo, mesmo antes de conhecer a última mensagem de Vargas, saiu às ruas tentando apedrejar o Ministério da Aeronáutica e as tropas que já ocupavam pontos estratégicos no Rio de Janeiro.

A indústria e o comércio fecharam suas portas. Jornais antivarguistas foram atacados. Carlos Lacerda desapareceu misteriosamente da cidade. O que parecia uma vitória da União Democrática Nacional paulatinamente se transformava em séria derrota. No entanto, indiretamente, a UDN subiria ao poder através do vice-presidente Café Filho. E o faria curvada pelo peso de um cadáver e silenciada pela carta-testamento de Vargas²⁷.

Em outubro do ano seguinte, 1955, a União Democrática Nacional foi derrotada pela terceira vez em eleições presidenciais, que, dessa vez, deram a vitória a Juscelino Kubitschek contra o candidato do esquema entreguista, general Juarez Távora. A posse do candidato vencedor foi fixada para janeiro do ano seguinte. A UDN, precariamente no governo, tenta impedir dali que Juscelino assuma o poder.

Lacerda e o “Clube da Lanterna” apregoavam seu inconformismo com a ascensão de Kubitschek. Um coronel, Bizarria Mamede, aproveitou a ocasião de um enterro para proclamar abertamente, em um discurso, que não seriam respeitados os resultados das eleições. No dia 8 de novembro de 1955, Café Filho – o vice-presidente que sucedeu Vargas no governo – foi hospitalizado depois de um ataque cardíaco. Carlos Luz – de filiação lacerdistas –, presidente da Câmara de Deputados, assumiu a Presidência nesse mesmo dia.

Carlos Luz rejeita o pedido do general Teixeira Lott, então ministro da Guerra, no sentido de punir Bizarria Mamede por seu discurso. O golpe caminha... Em 11 de novembro, o general Lott ocupa a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, suas tropas saem à rua para manter a vontade popular e não, como nos golpes clássicos, para derrubá-la²⁸.

Enquanto isso, Carlos Luz e os militares golpistas da época da morte de Vargas (que agora conspiram contra Juscelino) embarcam a bordo do cruzador “Tamandaré”, sob o comando do almirante Sílvio Heck, e, organizados praticamente como Junta Militar, planejam zarpar até o porto de Santos, em São Paulo, para ali estabelecer outro governo. O comandante da esquadra naval é um fanático anticomunista, o almirante Pena Botto (“O mundo livre não sabe ainda que por trás dos escuros muros do Kremlin se oculta uma verdadeira quadrilha de assassinos”, dizia ele). Os outros passageiros do “Tamandaré” são muitos dos futuros participantes do golpe de Estado de 1964: o coronel Bizarria Mamede, o coronel Canavarro Pereira (que concretizou, em 1969, como general, o centro de torturas da “Operação Bandeirantes”, em São Paulo), o coronel Syseno Sarmiento, conspirador na Escola Superior de Guerra (em 1968 comandava as tropas no Rio e foi um dos que mais pressionou para fechar o Congresso e estabelecer as novas medidas ditatoriais daquela época) e vários outros.

A tentativa é ridícula e fracassa. Os golpistas refluem. Juscelino Kubitschek toma posse em janeiro de 1956. Durante seu período de governo, os altos militares estarão relativamente calmos. Trata-se, no entanto, de um entreato, um simples interregno. Exatamente sete anos depois do suicídio de Vargas e de sua carta-testamento, outra carta de renúncia voluntária seria o sinal do golpe.

7. O ENTREATO 1956-1961

Juscelino Kubitschek toma posse em 31 de janeiro de 1956 e promete realizar, em apenas cinco anos, um desenvolvimento equivalente a 50 anos. Seu ministro do Exército, general Teixeira Lott, neutraliza a ação dos golpistas empregados no próprio Exército. No entanto, um grupo de descontentes oficiais da Aeronáutica se levanta em armas dias depois da posse de Kubitschek. Os oficiais pertenciam ao famoso “Clube da Lanterna” e ocuparam uma base na longínqua Amazônia.

Ato seguinte, Juscelino anistia os golpistas e compra, na Inglaterra, um imprestável porta-aviões. Durante seis anos, Aeronáutica e Marinha disputam pelos aviões que deverão operar em tal porta-aviões. Apesar desse antecedente, em 1958, um oficial da Aeronáutica, João Paulo Moreira Burnier, tenta novamente um golpe, escapando com alguns aviões para a selva amazônica. Fracassa em sua vã tentativa.

O capital estrangeiro entra pela porta da Instrução 113 do Banco do Brasil. Instalam-se indústrias automobilísticas e navais, constrói-se Brasília – a nova capital do Brasil –, são abertas as grandes rodovias Rio-Bahia e Belém-Brasília.

O crescimento econômico anual chega a 5%. A produção industrial sobe 8% em cinco anos: 100% na produção de aço; 125% na produção de máquinas; 380% no setor elétrico; 600% nos transportes. Efetivamente, o capital estrangeiro dá um salto de 50 anos em apenas cinco.

A Sudene é criada como órgão especial para o desenvolvimento do Nordeste, mas a estrutura agrária permanece intocada em todo país.

Aparece em cena, então, um desconhecido professor de português, em São Paulo, que se transforma em líder carismático nacional da pequena burguesia urbana e do proletariado em ascensão, levantando a bandeira de luta contra a corrupção: Jânio Quadros.

Jânio se proclama candidato à Presidência e se prepara para suceder a Juscelino. É imediatamente apoiado pela direita para derrotar o candidato nacionalista, general Lott, que renuncia ao Ministério da Guerra para concorrer legalmente às eleições. Jânio ganha por imensa maioria. No entanto, quem é eleito vice-presidente é João Goulart, herdeiro do populismo de Getúlio Vargas²⁹.

Quando Jânio assume o poder, seu ministro do Exército, general Odylio Denys, já tem montado o mais completo aparato golpista de que se tem memória nas Forças Armadas. Por outro lado, a Marinha e a Aeronáutica acabavam de resolver a velha disputa sobre o uso do porta-aviões inglês. A inflação aumentava, chegando a 32% ao ano.

A industrialização e as novas estradas integravam cada dia um maior número de gente nova à população com participação ativa na vida do país. Aumentavam as greves operárias e eram reprimidas, como de costume, pela violência policial.

Cresciam as esperanças do povo com o novo presidente. Contudo, sob a imposição da direita que o apoiara, Jânio Quadros forma um ministério predominantemente conservador, não toca no aparato golpista das Forças Armadas e aceita as medidas anti-inflacionárias que lhes são apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional.

A GRANDE CONSPIRAÇÃO

1. PORTO ALEGRE TRIUNFA

Brasília, 25 de agosto de 1961. São 15 horas e é o “Dia do Soldado”, mas não houve desfiles nem discursos. Nos quartéis não foram lidas as ordens do dia dos comandantes militares. O ambiente está carregado de tensão, como se anunciando uma tempestade. Um deputado entra precipitadamente no plenário, quase vazio, da Câmara dos Deputados, pede permissão para ler um documento “da maior importância” e deixa perplexa toda a nação.

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses, cumpri o meu dever. [...] Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social a que tem direito seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. [...]

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes

e para os operários, para a grande família do País, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia. [...]

Brasília, 25-8-61.

J. Quadros

Essa carta lembrava muito a que Vargas havia deixado sete anos antes, em 24 de agosto de 1954. Ambas continham uma parte da verdade, mas nenhuma delas a revelou integralmente.

Por trás dos bastidores da renúncia de Quadros, aparecia uma manobra golpista que o então líder da representação do Partido Trabalhista – o deputado Almino Afonso, futuro ministro do Trabalho de Goulart – denunciou naquela mesma tarde em um discurso na Câmara:

[...] Que forças tão poderosas são estas que derrubam um presidente da República quando as Forças Armadas, por inteiro, na declaração do próprio presidente da República, no seu documento da renúncia, estariam unânimes, firmes na manutenção da ordem, na defesa do regime democrático? [...] Por que não denunciar quais são as forças que neste momento comandaram a renúncia? São poderosas forças econômicas? É denunciá-las de público, Sr. Presidente. São forças políticas? [...] o Partido Trabalhista Brasileiro [...] não pode aceitar esta renúncia senão como um golpe em que o presidente da República pretenda retornar o governo à maneira de um ditador, disfarçado ou não, seja sob que forma for.

Mais tarde, ficou praticamente demonstrado que Jânio Quadros pretendia aplicar um “golpe branco”³⁰: o país e o povo, sensibilizados pelo gesto dramático da renúncia, lhe suplicariam que voltasse ao cargo e ele aceitaria, mas sob a condição de que lhe fosse dada carta branca para agir. Consumada legalmente a renúncia, correspondia, segundo previsto na Constituição, dar posse ao vice-presidente João Goulart, que se encontrava em missão oficial na China Popular.

Naquele momento, as forças golpistas visualizaram uma nova e grande oportunidade. Os ministros das Forças Armadas, marechal Odylio Denys (Exército), brigadeiro Grün Moss (Aeronáutica) e almirante Sílvio Heck (Marinha), surgem como o novo trio golpista, herdeiros das tradições de Góes Monteiro, Dutra, Eduardo Gomes e outros contemporâneos de Getúlio Vargas. Atuando junto com a União Democrática Nacional, a eterna derrotada nas urnas, os ministros conspiram para evitar a posse de Goulart, o jovem ministro do Trabalho de Vargas que fora derrubado desse cargo pelo Manifesto dos Coronéis de 1953 e que, agora, era acusado de manter perigosos contatos com meios sindicais e políticos de esquerda.

Três dias depois da renúncia de Quadros, os ministros militares tomaram uma clara posição por meio do deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara de Deputados que ocupava interinamente a Presidência da República, devido à ausência do vice-presidente João Goulart:

Excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a vossa Excelência que, na apreciação da atual situação criada pela renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente da República, João Belchior Marques Goulart.

Brasília, em 28 de agosto de 1961. Ranieri Mazzilli.

Dessa vez, no entanto, o caminho já não era tão fácil para os golpistas. Estudantes e operários se mobilizaram para defender a legalidade constitucional. Mesmo dentro das Forças Armadas, os apoiadores do golpe de Estado já não eram maioria, em razão do medo de uma guerra civil. Os principais focos de resistência ao golpe eram Goiás, onde o governador Mauro Borges defendia a posse de João Goulart (Jango) e, especialmente, o estado do Rio Grande do Sul, em cuja capital, Porto Alegre, cidade de 700 mil habitantes, o governador Leonel Brizola, cunhado de Goulart, chegou até a distribuir armas à população para defender o regime constitucional.

Na madrugada de 28 de agosto, enquanto Goulart se preparava para retornar rapidamente ao país, o comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre, general Machado Lopes, ainda indeciso em relação à atitude que deveria tomar, enviou um radiograma a seus subordinados:

Número 59. Sr. ministro [Odylio Denys] informa elementos comunistas Congresso estão perturbando encontro solução legal crise decorrente renúncia presidente pt [...] Sr. ministro pretende defender instituições et manter lei et ordem em todo país et declara solução legal será procurada todos os meios pt Este cmdo. aguarda confiante governo constituído et chefes militares encontrem solução legal desejada pt Aguardo resposta pt Gen Machado Lopes vg comandante III Exército.³¹

Essa circular, cifrada, foi expedida às 5 horas da madrugada do dia 28 de agosto. Às 10 horas da manhã, Machado Lopes recebeu uma ordem do Rio de Janeiro que o fazia optar definitivamente pelo lado da legalidade.

Um telegrama cifrado do general Orlando Geisel (atual ministro do Exército do governo de Garrastazu Médici) ordenava ao comandante do III Exército usar todos os recursos disponíveis para romper a resistência do governador Brizola, *inclusive o bombardeio de Porto Alegre*.

A fria sequência dos documentos militares conta o resto da história: “Boletim Reservado 1000. Em resposta o Cmt do III Exército declarou ao gen. Geisel que não cumpriria a ordem recebida, por não encontrar apoio legal”³². Ao meio-dia, agora abertamente, Machado Lopes informava aos comandos subordinados:

Comunico que, tendo recebido ordem do senhor ministro, intermédio general Geisel, que implicaria deflagrar guerra civil, declarei que não cumpriria e, a partir deste momento, e enquanto Cmt do III Exército, só cumpriria ordens legais dentro da Constituição vigente. Gen. Machado Lopes, Cmt. do III Exército³³.

Apesar das decisões de Machado Lopes, que impediu o bombardeio da capital do estado, o desastre não teria sido evitado se não fosse pela ação resoluta de um grupo de sargentos da Força Aérea brasileira, da 5ª Zona Aérea (Porto Alegre). Quem relata este histórico episódio é o próprio governador Brizola:

[...] Ao regressar, telefonei ao brigadeiro Passos [comandante da 5ª Zona Aérea], achando-o muito confuso ao telefone. Soube, depois, que o brigadeiro, diante da situação e da confusão entre seus oficiais, resolvera tomar um avião com a família e ir embora para o Rio. Abandonou o comando. O comandante da Base Aérea, igualmente, momentos depois, resolveu decolar num pequeno avião de treinamento, abandonando seu comando. Ficaram, assim, a 5ª Zona aérea e a Base em uma verdadeira confusão.

Cerca das 14 horas, os esquadrões a jato, armados com munição e bombas, decidiram decolar, quando foram impedidos pelos sargentos, que tomaram conta do depósito de armas, muniram-se de metralhadoras e assumiram o controle da Base. Eram mais ou menos 200 sargentos. Os oficiais ficaram retidos dentro dos prédios, também armados. Mas os sargentos desarmaram os aviões, retirando as bombas. Esse clima de tensão permaneceu até cerca das dez horas da noite, quando um contingente de sargentos, armados de metralhadoras, exaustos, usando carros de praça, chegou ao Palácio Piratini, onde relataram os episódios ocorridos na Base. Encaminhei-os ao general Machado Lopes, que providenciou a ida de um batalhão do Exército para tomar conta da Base.³⁴

2. FALANGE CONTRA AS REFORMAS

Porto Alegre estava a salvo³⁵, apesar dos minuciosos planos dos generais Odylio Denys e Orlando Geisel. Em início de setembro [de 1961], João Goulart toma posse do governo, decretando, com esse ato, a derrota dos golpistas e de sua aliada, a União Democrática Nacional (UDN). Tudo fazia supor que o país voltava à segunda era de Vargas, a de 1951. O populismo estava novamente no poder, para desgosto de seus inimigos da direita – principalmente a UDN e os golpistas das Forças Armadas. No entanto, a euforia de populistas, progressistas e nacionalistas não duraria muito tempo. Desde finais de 1961, Goulart enfocou, no conteúdo político dos seus discursos, a necessidade de “reformas de base”, das quais a primeira seria a reforma agrária, que provocava calafrios nos grandes latifundiários, donos de imensas terras improdutivas.

Entre janeiro e junho de 1963, o conflito continuou a se polarizar em posições extremistas. Na esquerda, a União Nacional dos Estudantes (UNE), praticamente controlada pela Ação Popular, desenvolvia um ambicioso programa de ação política. Se o Movimento de Educação de Base, órgão do Ministério da Educação, alcançasse seu objetivo de alfabetizar em massa, por meio do método revolucionário do professor Paulo Freire, milhões de novos eleitores seriam incorporados ao campo eleitoral brasileiro. A direita temia a incorporação de novos contingentes da massa popular ao processo político.

Em diversos pontos, no Nordeste, Centro e Sul do país, cresciam as associações de camponeses. Em regiões críticas do campo, as crescentes invasões de terras levadas a cabo por camponeses indicavam que o setor agrário começava a despertar de seu longo sonho colonial³⁶. Os donos de terras, principalmente no paupérrimo Nordeste, viam com preocupação a crescente mobilização das massas rurais. Muitos latifundiários dos estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba voltaram aos tempos do banditismo do “cangaço”, armaram assassinos de aluguel para defender suas propriedades e assassinar os líderes dos sindicatos rurais. Ao mesmo tempo, os barões da terra começaram a se organizar não só contra qualquer tentativa de reforma agrária, como também contra o próprio governo. O contrabando de armas se tornou um dos negócios mais rentáveis dessa época e era realizado, pelos fazendeiros, praticamente à vista de todos.

Nas cidades, o modo de operação dos conspiradores era mais complicado e mais eficiente do que a reação brutal dos fazendeiros de Minas Gerais e dos donos dos engenhos de açúcar de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Como em 1954, a preparação da maquinaria militar contra o presidente foi um processo lento. Mas os golpistas contavam com antigos especialistas na arte de derrubar presidentes.

Um deles, entre os mais importantes, foi o redator do maquiavélico *Plano Cohen* de 1937, o atual general Olímpio Mourão Filho. Outros conspiradores de longa trajetória, como Odylio Denys (do frustrado bombardeio a Porto Alegre) e Cordeiro de Farias (ele mesmo dizia: “Estou sempre conspirando!”), não necessitavam de muitos argumentos para serem convencidos a derrubar Goulart. Contudo, ainda faltava a tarefa de mobilizar os comandantes do Exército e convencer também certos setores civis.

Além de Mourão Filho, comandante do Exército em Minas Gerais, contavam, com segurança, apenas com o apoio do general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, no Nordeste. Os outros – inclusive o indeciso Amaury Krueel, comandante do II Exército de São Paulo, eram tidos como mais ou menos fiéis ao governo de Goulart. Os militares conspiravam principalmente na Escola Superior de Guerra e na Escola de Comando do Exército, na Praia Vermelha, Rio – núcleos da nova geração golpista formada pelos coronéis do cruzador “Tamandaré” e do “Clube da Lanterna”.

Nos primeiros dias de 1962 – cerca de três meses depois da renúncia de Jânio Quadros – o núcleo golpista das Forças Armadas já havia decidido depor Goulart pelas armas. Em uma tarde de janeiro, uma comissão de oficiais entra no sóbrio edifício do jornal conservador, porta-voz da UDN, *O Estado de S. Paulo*, na cidade de São Paulo, e se dirige ao escritório do diretor, no sexto andar, onde os militares passam longas horas conversando com Júlio Mesquita Filho, diretor proprietário do jornal. Discutiam um documento no qual o marechal Odylio Denys, o almirante Sílvio Heck (ex-presidente da Cruzada Democrática Brasileira Anticomunista) e o brigadeiro Grün Moss – os três, por coincidência, ex-ministros de Jânio que se opuseram à posse de Goulart –, expunham suas opiniões sobre a orientação do futuro governo a ser implantado com a queda de Goulart.

Dentre outros pontos, sugeriam os conspiradores [...] que, derrubado Goulart, seria conveniente instituir um regime discricionário – literalmente, uma ditadura – que se deveria prolongar, ao menos, por cinco anos³⁷.

Depois daquela reunião, Júlio de Mesquita enviou, em 20 de janeiro, uma carta aos chefes da conspiração (tratados por ele como: “Meu ilustre amigo”), na qual o ex-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) dizia, entre outras coisas:

A responsabilidade que pesa sobre as Forças Armadas é enorme e, diante da experiência colhida por elas e por todos nós no decorrer do período que vai de 1930 a agosto de 1954, não as poderia admitir que voltássemos a cometer as

imprudências que redundaram no fracasso total do belo movimento que derrubou a ditadura em outubro de 1945 e da queda de Getúlio, ainda por obra do Exército, em agosto de 1954. [...] Outro ponto que me parece desaconselhável, da exposição que me foi feita por aqueles nossos eminentes companheiros, é referente ao propósito de se proceder desde logo a uma derrubada total dos Tribunais do país. É indispensável, e considero-a, mesmo, uma das principais obrigações da Junta Militar, uma limpeza radical dos quadros da justiça. Isso não quer dizer, entretanto, que não se deva proceder com prudência, evitando-se violências desnecessárias [...] Assim também em relação ao Legislativo. Fechá-lo *ex abrupto* não deixaria de criar grandes apreensões à coletividade. Melhor seria, no meu parecer, a decretação do estado de sítio logo em seguida à decisão mediante a qual entraria em vigor com as alterações sugeridas, a Constituição. Ficariam suspensas com essas providências as imunidades parlamentares, e só um pouco mais tarde, quando se tornasse um fato a confiança da opinião pública nos propósitos e nos atos do governo revolucionário, se trataria da dissolução das Câmaras.³⁸

Enquanto Júlio de Mesquita Filho teorizava, os conspiradores da Aero-náutica, mais práticos, propunham medidas mais radicais.

João Paulo Moreira Burnier, o coronel-aviador que se tornara famoso, em 1958, numa tentativa de derrubar o governo, quando roubara um avião da FAB e voara até a selva do Xingu junto com outros companheiros, era um dos que caminhavam com um decálogo oculto sob o uniforme:

Medidas que, entre outras, sugerimos com insistência, e que devem ser tomadas e com relativa urgência:

- 1) Cassar o mandato dos deputados comunistas.
- 2) Cassar patentes dos oficiais comunistas.
- 3) Exclusão, expulsão, licenciamento, conforme o caso, de militares comunistas. [...]
- 6) Demissão dos funcionários públicos, autárquicos, paraestatais, comunistas ou filocomunistas [...]³⁹.

Porém, na fase de preparação prática do golpe de Estado, o papel de grande organizador pertence a Mourão Filho. Em São Paulo, poucos dias depois da reunião dos oficiais com Júlio de Mesquita Filho, Mourão conversou sigilosamente com homens da indústria (João Baptista Leopoldo Figueiredo, banqueiro e industrial, presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais [IPÊS], espécie de sucursal do IBAD em São Paulo). Fala das intenções de Goulart de se perpetuar no poder baseado em uma “República Sindicalista” e da necessidade

de tomar medidas contra “os planos comunizantes do presidente”. Nesse mesmo dia, procura o governador de São Paulo, Ademar de Barros, cujo lema político, “Rouba, mas faz”, na década de 1960, era lembrado permanentemente por seus adversários.

A essa altura, Ademar já havia aumentado efetivos da Força Pública de São Paulo (milícia estadual, que chegou a contar com mais de 30 mil homens na época do golpe) e encarregava uma firma especializada do reforço da blindagem dos caminhões de água.

Em fevereiro de 1963, Mourão regressa a São Paulo. Naquela época, a temperatura política subia. As reformas de base eram defendidas com vigor cada vez maior por trabalhadores e estudantes. Organizavam-se novas frentes de esquerda buscando vencer as indecisões de Goulart, que, por sua vez, via-se pressionado pela esquerda e pela direita.

A Ação Popular, de origem católica, praticamente aderiu ao marxismo. As greves por aumento de salário (a inflação chegou a 70%) se sucediam. Sargentos e marinheiros lutavam pelo direito ao voto. Os estudantes pediam, entre outras coisas, a eliminação da cátedra vitalícia, aumento das bolsas, salários mais altos para os professores, reforma do ensino.

O ex-governador do Rio Grande do Sul e, àquela época, deputado federal, Leonel Brizola, atuando junto às massas como seu mais ativo líder, exigia de Goulart o cumprimento das promessas feitas ao povo e atacava os golpistas e o capitalismo internacional.

Mourão esfregava as mãos: ampliava o plano conspirador integrando os civis, tarefa executada em São Paulo pelo general Dalyzio Menna Barreto.

Em novembro de 1963, quatro meses antes do golpe, Júlio de Mesquita Filho participa de uma reunião da Comissão de Liberdade de Imprensa da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Miami. Em uma entrevista coletiva lhe pediram que opinasse sobre a conveniência de que os Estados Unidos – no caso específico do Brasil – abandonassem a oposição aos golpes de Estado:

Existe o perigo de que o Brasil se converta em outro bastião comunista, como Cuba. A Rússia está tratando de tirar proveito dos erros da política dos Estados Unidos na relação com a América do Sul. Se o Brasil chegar a ter uma ditadura esquerdista, isso significará a guerra atômica. Se a Rússia chegar a estabelecer uma base de lançamentos no Brasil, os Estados Unidos teriam que aceitar tal guerra, e então, será o fim de tudo.

As declarações do diretor do jornal *O Estado de S. Paulo* nos Estados Unidos provocaram grande indignação do governo brasileiro. O ministro da Justiça de Goulart, Abelardo Jurema, respondeu em outra coletiva de imprensa:

Faz um mês que o Serviço de Informação do Ministério da Justiça está nos calcanhares dos golpistas, recolhendo informações de suas atividades. O Ministério comprovou a realização de várias reuniões conspiratórias do doutor Mesquita Filho. Sei que alguns elementos das Forças Armadas participam destas reuniões. Entre eles, destacou o conhecido almirante Rademaker⁴⁰. Sabemos também das reuniões furtivas na cidade de Petrópolis (próxima ao Rio) de civis e militares.

Jurema havia acertado no local e nos nomes. Em um apartamento de Petrópolis eram feitas reuniões semanais, das quais participavam os almirantes Augusto Rademaker e Silvio Heck, o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (ministro da Aeronáutica no governo do general Garrastazu Médici), além do general Mourão Filho, Cordeiro de Farias (ministro no governo Castelo Branco), Nelson de Melo e outros militares. Entre os civis, estavam Antônio Néder (posteriormente ministro do Tribunal Federal de Recursos) e também o jurista dos estados de exceção, Francisco Campos, que preparou a constituição do Estado Novo em 1937: fina flor do fascismo brasileiro.

3. O DILEMA DE GOULART

No início de 1964, Jango anuncia mudanças em sua política de paliativos e concessões tanto à esquerda como à direita. Em seu discurso de Ano Novo, responsabiliza os políticos que se recusavam obstinadamente a colaborar nas reformas de base, as quais se tornaram urgentes em razão da crise econômica do Brasil (o crescimento do Produto Nacional Bruto caiu 2% em 1963). A tônica continuava sendo a reforma agrária, condicionada agora por uma atitude mais agressiva contra o capital estrangeiro. Finalmente, ele assina, em janeiro de 1964, o decreto que restringia as remessas de lucro das empresas estrangeiras para suas matrizes. Em março, enfatiza ao Congresso que a reforma agrária é necessária, imprescindível e urgente. Em comícios, passa a defender outras medidas radicais, entre elas, o direito ao voto dos analfabetos, o direito dos sargentos a votar e serem votados, a nacionalização das refinarias particulares de petróleo etc.

Uma parte da “burguesia nacional” que o apoiava se assustou com o “desvio” de Jango em direção às teses radicais de Brizola. A esquerda moderada (Celso Furtado, Santiago Dantas) teme a reação dos oficiais do Exército no que concerne às reivindicações dos sargentos.

No auge de seu exagero de confiança, a esquerda não se dava conta de que estava mais dividida do que seus inimigos políticos. Uma das peças que compunha este mosaico da esquerda era o Comando Geral dos Trabalhadores

(CGT), que aglutinava os sindicatos mais importantes do país, e o PUA – Pacto de Unidade e Ação, mais eficientes no discurso do que na prática. Estavam convencidos, em princípios de 1964, que tinham sob seu comando uma máquina sindical capaz de possibilitar as bases de sustentação para um regime sindicalista. Na realidade, o oportunismo da maior parte de seus dirigentes, velhos membros do Partido Comunista Brasileiro, contribuiu para paralisar a ação dos trabalhadores nos momentos mais decisivos, sobretudo na ocasião da queda de Goulart, em que não aconteceu nenhuma greve de apoio ou de protesto.

Enquanto a esquerda lutava entre si, dividida entre “reformistas” e “revolucionários”, a direita trabalhava habilmente para conquistar o apoio da classe média e dos indecisos. O terror anticomunista e o sentimento religioso foram explorados em campanhas sistemáticas: “A Constituição é intocável. Getúlio deteve os comunistas. Jango premia os traidores comunistas. Nossa Senhora Aparecida, ilumina os reacionários...”

As senhoras, com os cabelos tingidos de azul-claro, à moda da época, bem vestidas, rosários no pescoço, seguravam com dificuldade as longas pontas das grandes faixas e cartazes – cheios de palavras de ordem – sacudidos pelo forte vento que penetrava na Rua Barão de Itapetininga, centro do elegante comércio de São Paulo. A hora do movimento mais intenso – seis da tarde – foi a escolhida pelos organizadores da “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, ocorrida em 19 de março de 1964. O governador Ademar de Barros contribuiu com ônibus do Estado e fretando transportes particulares para trazer caravanas do interior.

De improviso, a banda da Guarda Civil interpretou *Paris Belfort*, hino da chamada revolução constitucionalista de 1932, época em que os “paulistas” lutaram contra as forças de Vargas⁴¹. Imediatamente, uma voz feminina iniciou a “Ave Maria” e o “Pai Nosso”.

Quando a multidão (300 mil pessoas) chegava à praça da catedral de São Paulo, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, o senador Auro de Moura Andrade (presidente do Senado e um dos maiores pecuaristas do Brasil), o ex-ministro do Exército e agora conspirador Nelson de Melo e outras figuras conservadoras já estavam lá esperando.

Moura Andrade sobe a um tablado e se dirige à multidão: “Pela consciência cristã do Brasil, estamos presentes nesta concentração. Hoje é o dia decisivo para a existência do Brasil. Confiemos nas Forças Armadas e na democracia”.

A cadeia de terror psicológico dirigida a colocar a classe média contra João Goulart e contra as reformas de base não se limitava a explorar o fervor religioso. Os jornais se esmeravam em demonstrar que o comunismo chegava, que ia destruir tudo, que implantaria o terror no país⁴². As acusações, pouco rebuscadas, resumiam-se em apresentar o comunismo como um regime em

que todos os burgueses eram fuzilados, as mulheres, “socializadas”, enquanto os operários “brutos e analfabetos” dariam as ordens, as igrejas seriam fechadas e todas as terras expropriadas.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, os muros foram cobertos de pichações:

“Já matou seu comunista hoje?”

“Força para Prestes!”

“Morte aos comunistas”: “MAC”.

O Movimento Anticomunista (MAC) era uma organização formada por antigos “integralistas” (neofascistas), alcaguetes profissionais, investigadores da polícia e jovens de famílias ricas: a composição típica dos grupos fascistas paramilitares.

O clima de terror se estendia rapidamente. Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista eram impedidos de se manifestar em assembleias públicas na defesa das reformas de base, sistematicamente boicotados por provocadores do MAC e de outras organizações semelhantes. Tornou-se impossível realizar, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, o Congresso de Trabalhadores da América Latina, dado o clima de intolerância criado pelos conspiradores, ali apoiados pelo governador Magalhães Pinto e pelo general Olímpio Mourão Filho, dois dos principais líderes golpistas. Aproximava-se o clímax.

4. OPÇÃO DE CLASSE

Quinta-feira Santa, 25 de março, o ambiente se mantinha sereno. Naquele dia, o Brasil conheceu um jovem de 25 anos, moreno, rosto marcadamente nortista, vestido com o uniforme azul dos marinheiros, José Anselmo dos Santos, cabo da Marinha de Guerra do Brasil, aluno do terceiro ano da Faculdade de Direito. No entanto, o ministro da Marinha, Sílvio Mota, e todo o almirantado não estavam impressionados com a boa aparência do cabo Anselmo. Para eles, o cabo era só subversão, um comunista diabólico, líder de um grupo de amotinados que se reuniam, desconsiderando ordens superiores, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio. Ele e 39 marinheiros já tinham ordem de prisão decretada por seus superiores.

Apesar disso, a assembleia dos marinheiros começou. Em um canto do salão, com 84 anos de idade, cabeça branca, João Cândido, aspirante a marinheiro em 1910, que dirigiu a insurreição dos marinheiros do cruzador “Minas Gerais”, reencontrava-se com os jovens rebeldes. Os rapazes daquela noite, que poderiam muito bem ser seus netos, não protestavam, como ele, contra a chibata na Marinha de Guerra. O castigo da chibata não existia mais.

Então, o que queriam os marinheiros de 1964? O cabo José Anselmo dos Santos falava em nome deles:

Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo, escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, a qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o presidente da República para dialogar com o povo fardado?⁴³

O velho João Cândido se esforça para entender a fala do cabo Anselmo, mas a surdez da velhice e a vista cansada não o ajudam.

Quem tenta subverter a ordem – prossegue Anselmo – não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes. [...] Quem, neste País, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio [Vargas], outro à renúncia [Jânio Quadros], e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base.

A essa altura, o ministro da Marinha ordena a invasão do Sindicato. A ordem era desalojar os amotinados – vivos ou mortos. Os fuzileiros enviados ao local com esse objetivo abandonam suas armas na frente do edifício e se juntam à Assembleia. As Forças Armadas entram em estado de alerta em todo país.

No domingo, 29 de março, chovia torrencialmente no Rio de Janeiro. Os jornais conservadores iniciavam a ofensiva contra Goulart. O editorial do *Jornal do Brasil*, na primeira página, considerava que “As Forças Armadas foram todas, – todas, repetimos – feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares”⁴⁴. Desde o título, punha o próprio presidente na ilegalidade.

O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, há vários dias não podia esconder sua preocupação com o estado de ânimo da oficialidade jovem do Exército: “Todos eles são legalistas e encontram em Jango a própria legalidade”. Castelo, que seria o primeiro presidente depois do golpe, tramava de dentro do próprio Estado Maior, embora o fizesse muito mais discretamente que Mourão, Cordeiro e Denys.

Na segunda-feira, João Goulart não tinha mais condições emocionais para continuar na chefia do governo. Participou de uma reunião, completamente desorientado, no Automóvel Clube, para discursar diante de mil sargentos e subtenentes da Polícia Militar. Improvisou, pela última vez, tentando

desesperadamente convencer a direita e uma grande parte dos centristas de seu anticomunismo: “Sou um nacionalista, jamais um comunista”. Isso provavelmente era verdade, mas foi dito demasiadamente tarde.

No dia 31 de março, os soldados e tanques de Mourão Filho já haviam saído de Minas Gerais a caminho do Rio de Janeiro. Nessa cidade, tropas da polícia do governo estadual de Carlos Lacerda e alguns grupos de oficiais de Praia Vermelha, sob o comando de Bizarria Mamede e do policial torturador Cecil Borer, levantavam barricadas nas ruas.

Goulart mandou chamar o professor Santiago Dantas, seu ex-ministro de Relações Exteriores e da Fazenda, ex-chefe da delegação do Brasil na ONU, homem moderado, sempre bem informado a respeito das questões internas e externas do Brasil.

Goulart queria sufocar de qualquer maneira a rebelião de Minas Gerais e estava ansioso por saber o que tentaria fazer seu compadre Amauri Krueel, no comando do II Exército, em São Paulo. Santiago Dantas, sempre professoral, aconselhava prudência, pronunciando as frases com clareza cristalina:

Como o senhor presidente deve saber, o Departamento de Estado norte-americano não sofre, atualmente, a influência da política de Kennedy. Sofre outras influências muito diferentes. Não é impossível que esse movimento de Minas Gerais possa ser apoiado pelo Departamento de Estado. Não é impossível que haja sido iniciado com o conhecimento e a vênua do Departamento de Estado. Tampouco é impossível que o Departamento de Estado venha a reconhecer a existência de outro governo no território livre do Brasil.

[O presidente quis saber se o professor Santiago Dantas estava apenas especulando.]

– Não, senhor presidente.

Enquanto isso, as tropas de Amaury Krueel marchavam em direção ao Rio de Janeiro. O dispositivo militar de João Goulart estava destruído.

Às 11 horas da noite, o presidente embarcou num avião em Brasília rumo a Porto Alegre. Ali, em uma declaração transmitida por rádio no dia 2 de abril, “dispensa o povo gaúcho⁴⁵ e o povo brasileiro de todo sacrifício”, diante do desespero de Brizola, que queria resistir a qualquer preço.

Encurralado entre o golpe da direita e a adesão à resistência por parte da esquerda, Goulart preferiu a fuga. Grande latifundiário, asilou-se no Uruguai e, atualmente, administra uma enorme fazenda. Uma opção de classe.

No Rio de Janeiro – destruído o dispositivo militar de “Jango” – as organizações populares descobriram muito tarde que não estavam organizadas para resistir. Mourão Filho entrou na cidade tranquilamente, junto com suas tropas.

O golpe é vitorioso. Os soldados vão acampar no gigantesco estádio do Maracanã. Os quatro ou cinco meses de luta previstos pelos golpistas se viram reduzidos a algumas marchas e a nenhum disparo.

No Ministério da Guerra, um grupo de generais se autodenomina “Junta Militar”. Entre eles, um homem cauteloso, de baixa estatura, rosto duro e de aspecto frio: o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército e agora “chefe da Revolução”. Apontado como militar de vasta cultura, conhecido como austero e amante do teatro, homem de poucos amigos. Um deles era Vernon Walters, oficial de contato do exército norte-americano na Segunda Guerra Mundial, que Castelo conheceu quando lutou na Itália com a Força Expedicionária Brasileira. Por mera coincidência, naquele 1º de abril de 1964, Vernon Walters era funcionário da embaixada dos Estados Unidos no Brasil⁴⁶.

AS CARAS DO GOLPE DE ESTADO

“A Rússia foi vencida”, “O Brasil salvou o mundo”, “Fidel Castro não resistirá seis meses” são as manchetes de quase todos os jornais do Rio e São Paulo de 2 de abril de 1964. Goulart ainda não havia saído de Porto Alegre, mas o Congresso tinha pressa. Às 3h20 da madrugada, toma posse o deputado Ranieri Mazzilli como presidente provisório, até que os militares decidam o que fazer com o Brasil. Agora eles são os verdadeiros donos, por direito de conquista. De imediato, Mazzilli anuncia seu novo gabinete ministerial: brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), almirante Augusto Rademaker Grünewald (Marinha) e general Artur da Costa e Silva (Guerra ou Exército)⁴⁷. Mazzilli, talvez sonhando com um retorno dos políticos ao poder assim que se acalmasse o ruído do golpe, não teve mais dúvidas de quem, em um futuro próximo, mandaria no país, depois de um breve diálogo telefônico que manteve com o general Costa e Silva:

- Como está meu ministro?
- Seu ministro, não. O comandante em chefe da revolução!

Desde o princípio corria o rumor sobre um “Comando Supremo da Revolução”. Talvez os três ministros pertencessem a ele, mas ninguém sabia com

certeza quem fazia parte desse misterioso comando. O único sentimento palpável nesses dias de confusão, de luta pelo poder nos altos escalões militares, era o medo generalizado. O comércio permanece quase fechado, inclusive os bancos, e muitas indústrias não funcionam por causa da ausência de operários e funcionários. Isso durou muito pouco. No dia seguinte, as crianças voltaram a suas aulas e as donas de casa às compras no armazém. Tudo parecia normal. Mas começava uma longa noite de terror, convivendo com os sorrisos das crianças e as corriqueiras compras das donas de casa.

Em 9 de abril de 1964, os três ministros militares publicam o “Ato Institucional” elaborado pelo conhecido jurista Francisco Campos, com 11 artigos. O mais importante, o décimo, dava a tônica do documento:

No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os comandantes em chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

O preâmbulo do Ato dizia que os ministros não queriam “radicalizar o processo revolucionário” e, por isso, haviam decidido

[...] manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purlência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.

O artigo 2º determinava que a eleição de presidente e vice-presidente seria realizada dois dias depois pelo Congresso, por maioria absoluta, em sessão pública e votação nominal. Suprimia também a inelegibilidade dos oficiais em serviço ativo, especialmente para que fosse eleito o marechal Castelo Branco, um dos coordenadores do golpe e que contava com a preferência dos militares. O país estava na expectativa. Os políticos temiam um novo “10 de novembro de 1937”, quando Vargas fechou o Congresso inaugurando o *Estado Novo*.

Realmente, em 10 de abril, o “Comando Revolucionário” dava sua primeira resposta àquela dúvida: cassou o mandato de 39 deputados federais e de um senador, suspendeu os direitos políticos de cem cidadãos, entre eles dois ex-presidentes da República, João Goulart e Jânio Quadros. Entre os demais atingidos, estavam: Luís Carlos Prestes, líder do partido comunista; Miguel Arraes⁴⁸, governador de Pernambuco; o ex-governador do Rio Grande do Sul,

Leonel Brizola; o economista Celso Furtado; o marechal Osmino Ferreira Alves; juizes e ministros de tribunais, alguns generais, dezenas de parlamentares e muitos líderes sindicais. Nos dias seguintes, duas listas de cassações, em que, além de quatro parlamentares cassados, 146 oficiais das Forças Armadas foram transferidos para a reserva. Finalmente, uma lista com 67 pessoas cassadas em seus direitos políticos, inclusive 12 generais⁴⁹.

O Ato tinha um prazo de vigência de 60 dias e com isso os direitos de vencidos e vencedores ficariam determinados. Porém, em todo país, a direita, civil e militar, inicia uma verdadeira caça às bruxas. Prisões em massa no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. O matutino *Correio da Manhã* dizia em um editorial: “Terrorismo, não [...]. Agora ele [Carlos Lacerda] reage por meio de sua Polícia Política, prendendo e espancando como se estivéssemos em plena ditadura”⁵⁰. O jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro foi assaltado e incendiado. O prédio da União Nacional de Estudantes (UNE), entidade máxima dos estudantes, de orientação nacionalista e progressista, foi igualmente saqueado.

Em 18 de abril, surgiu a primeira notícia concreta sobre tortura, perdida entre as notas da página policial dos jornais: o operário José de Souza, preso para ser interrogado no Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB), atirou-se do terceiro andar do prédio da Polícia Central, falecendo no ato. O suicídio, nas mesmas circunstâncias e no mesmo local, do dirigente comunista Astrogildo Pascal Viana, do Sindicato de Portuários de Manaus (capital do estado do Amazonas), não chegou a ser publicado.

Em Brasília, no dia 11 de abril, os parlamentares, pressionados, formalizaram a eleição, como presidente da República, do general indicado pela Junta Militar: Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com aquele homem, baixo e de pescoço curto, assumia o poder uma entidade fechada aos civis, inclusive à maioria dos militares: a Escola Superior de Guerra (ESG)⁵¹, da qual Castelo Branco era um dos principais teóricos.

A ideologia da ESG se inspirava em um acentuado anticomunismo e no conceito da guerra global:

[...] não mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas guerra total [que a todos envolve e a todos oprime, guerra], política, econômica, psicossocial [...] Essa é a guerra [– total, permanente, apocalíptica –] que se desenha no horizonte sombrio de nossa era conturbada. [general Golbery do Couto e Silva]⁵².

O enfrentamento apocalíptico seria bipolar e o Brasil estaria necessariamente sujeito ao polo norte-americano:

No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio de posição político-ideológica entre os dois centros de poder [Estados Unidos e URSS] – a preservação da independência pressupõe a aceitação de certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político [General Castelo Branco]⁵³.

Para os generais, o conceito de bipolaridade definia a estratégia militar e econômica: “Demos ao bloco ocidental uma vitória que foi um presente. Não lhe custou um centavo sequer. Evitamos que o sistema de segurança do Ocidente caísse de joelhos. Se tivéssemos tardado um pouco mais, os Estados Unidos estariam enfrentando 22 Cubas⁵⁴ de uma só vez”, dizia o general Mourão Filho, justificando por que os Estados Unidos deveriam colaborar com alguns milhões de dólares para o progresso da economia brasileira.

A vitória dos golpistas não foi apenas um presente para o bloco ocidental. As forças conservadoras internas reclamavam sua parte do bolo, em uma linguagem muito mais pragmática do que a dos teorizadores da ESG:

Há um intenso movimento de associações de classe do Estado de São Paulo no sentido de obter do novo Governo a revogação do decreto que encampou as refinarias particulares de petróleo, assinado pelo ex-presidente Goulart, no comício do dia 13 de março p. p., sob a pressão do C.G.T.

[...] toda a vez que há uma invasão do Estado no campo da iniciativa privada a democracia é atingida fundamentalmente⁵⁵.

Tais eram as exigências da nova ordem.

1. OS CORONÉIS DE RECIFE

A *nova ordem* era também uma casta aguerrida de coronéis doutrinados no anticomunismo, encarregados da repressão em todo o país. Centenas de inquéritos policial-militares (IPM) foram instaurados para eliminar a “subversão”, a corrupção na administração pública, nas escolas e nos quartéis. Os inquéritos se sucediam, superlotando as prisões; ao fim de 1964, computavam-se 30 mil presos políticos.

Como nos tempos do Estado Novo, antiquados navios da Marinha de Guerra, tais como o “Raul Soares” e o “Ary Parreiras”, foram transformados em cárceres, junto com o luxuoso “Princesa Leopoldina”, da Marinha Mercante.

A caçada aos “subversivos” teve caráter nacional. A repressão em Recife foi comandada por um coronel que logo se tornaria famoso, Hélio Ibiapina, e pelos capitães Bandeira, Villocq e Bismarck.

Em um diálogo com Dom Hélder Câmara, em junho de 1964, Ibiapina justificou as torturas da seguinte maneira:

Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar de torturas contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue estas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado o poder, os senhores estariam hoje reclamando não de torturas, mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar⁵⁶.

O coronel Ibiapina criou um estilo especial para se livrar dos torturados: os martirizava até o limite da loucura e depois os internava no Manicômio Judiciário de Tamarineira.

Haviam vivido ambientados em seus meios até serem presos e torturados. A história era sempre a mesma, variavam os personagens. Muito se referiram ao emprego de terapêutica psiquiátrica (preparação psicológica, soro da verdade, hipnotismo) na obtenção das confissões incriminatórias. Pode-se discutir se as torturas sofridas seriam a causa única da perturbação mental. Mas é indiscutível que foram as causadoras da eclosão da doença mental.

[...] Contam-se casos estarrecedores, a maioria passados com camponeses. Os suicídios deles, após temporada regulamentar nas solitárias. Tal como ocorreu a um, conhecido apenas pelo nome de Antônio. Preso sem saber por que, foi jogado em um cubículo com vários outros. Diariamente [sic] eram insultados pelo próprio coronel Ibiapina. Antônio foi tomado por uma agitação que incomodava os demais. Falava coisas desconexas, não dormia, não comia, com medo de ser envenenado, e andava incessantemente, passando por cima dos companheiros. Estes reclamaram, pedindo a transferência dele para uma enfermaria. Mandaram-no para a solitária, de onde saiu ao cabo de uns poucos dias, Suicidou-se no banheiro.

[Sonia Montarroyos, menor de 21 anos] conhecida nos meios trotskistas como Tatiana. Internada por ordem do coronel Ibiapina. Também apresentava estado confusional agitado, acusando ter recebido uma injeção que a obrigara a falar. É portadora de uma esquizofrenia [...] . Jamais recorreu a psiquiatras anteriormente, embora apresentasse certas bizarrices de conduta. [...] . A doença eclodiu em virtude das torturas sofridas⁵⁷.

Em novembro de 1965, o jornalista Márcio Moreira Alves conseguiu entrevistar Sonia Montarroyos, na Guanabara. Segundo ele, Sonia, acusada de

ser agitadora e de colocar em perigo as Forças Armadas e a própria segurança nacional, era uma garota de pouco mais de 1,50 metro de altura, de olhos alternadamente opacos e cintilantes por trás das grossas lentes que usava.

Sônia foi presa, com um grupo de trotskistas, no dia 1º de novembro de 1964, em Prazeres, município de Jaboatão, perto de Recife. Levada para a Secretaria de Segurança Pública, passou em claro a noite em uma sala do andar superior, ouvindo a toda hora gritos e o zumbido de chicotadas. Pela manhã, saiu da sala e fugiu, calmamente, pela porta da frente, indo abrigar-se em casa de um casal amigo, em um bairro operário. Na terceira noite de ocultamento, foi deixada sozinha, pois o casal resolvera ir ao cinema. As tensões que dentro dela cresciam explodiram com a solidão. Sônia começou a ouvir vozes, a recordar os barulhos da prisão. Saiu para a rua aos gritos, em um acesso histérico. Os vizinhos chamaram a polícia. Sônia voltou a ser presa.

[...] [interrogada na Secretaria de Segurança] Sônia só lembra-se da cara de um dos seus seviciadores – baixo gordo, de bigode, um pouco calvo. Álvaro Costa Lima, conta, queimou-a com pontas de charuto. Em novembro de 1965, portanto um ano mais tarde, ainda vi em seus braços as marcas das queimaduras. Trouxeram para a sala de interrogatório seu noivo, um uruguaio chamado Pedro, e na sua presença três homens a violentaram. Pedro, à vista disto, contou o que sabia, mas sua confissão não resgatou a liberdade da noiva [...]⁵⁸.

Da Secretaria de Segurança, Sônia iniciou uma longa peregrinação por vários quartéis. No de Olinda, ficou presa em um banheiro sem água onde tentou enforcar-se com sua saia. No quartel de Tijipó, foi metida desnuda no “Fernandinho”, uma jaula de um metro quadrado onde só podia ficar sentada com as pernas encolhidas. Recebia meio pão e meio copo-d’água duas vezes por dia. Depois de permanecer uns quinze dias na jaula, foi levada para um matão existente nos fundos do quartel, onde ficou só, desnuda, exposta ao sol, à chuva e aos insetos. Um dos guardas, que lhe deu sua capa de chuva, foi premiado com quatro dias de prisão. Ao fim de alguns dias dentro da jaula, Sônia começou a ter alucinações: “Sou minha mãe, sou uma prostituta, minha filha morreu”, dizia.

Finalmente foi levada, em estado de coma, para a Tamarineira. Tratada com choques elétricos, os estudantes de Medicina, embora estivessem proibidos de conversar com ela, trataram de seus braços queimados. Pouco depois do Natal de 1964, foi solta, não sabe por que, porém, poucos meses depois, em princípios de 1965, teve novamente sua prisão preventiva decretada e voltou outra vez à Tamarineira.

Em junho daquele ano, por interferência direta de Dom Helder Câmara, foi entregue a sua família. Em agosto, a Auditoria de Guerra da 7ª Região

Militar decretou novamente sua prisão, mas ela havia fugido para o Rio e, posteriormente, foi para o Uruguai, de onde não retornou⁵⁹.

O próprio Márcio Moreira Alves recebia, em outubro, a denúncia de cruéis torturas sofridas pelo médico e ex-deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, Walter Pecoits, preso em agosto de 1964 pelo policial conhecido como “coronel Lapa”, em uma região de disputa de terras no município de Cascavel (Paraná). O ex-deputado foi espancado pela polícia e perdeu um olho, vazado pelo cano de um revólver .38, manejado pelo sargento Lourenço Gonçalves.

Nunca esqueceram minhas críticas e agora conseguiram vingar-se de mim. Mutilado, com a perda irremediável da visão de um olho, sou o exemplo de que minhas críticas contra as arbitrariedades cometidas na Delegacia de Polícia de Cascavel, onde o pau de arara, o choque elétrico, as agulhas enfiadas embaixo das unhas dos presos, os banhos frios são fatos comuns e quotidianos⁶⁰.

2. A “CONSPIRAÇÃO” EM GOIÁS

Enquanto Ibiapina era o torturador do Nordeste, Danilo Cunha Melo, outro coronel ex-membro do “Clube da Lanterna”, realizava, no estado de Goiás, uma investigação baseada em uma fantasmagórica conspiração comunista. Arrancava declarações por meio de horrendas torturas. Objetivo não declarado: provar contatos do governador de Goiás, Mauro Borges, com “uma embaixada estrangeira”. Um doente mental, o polaco Pawel Gutko, professor de inglês, seria um dos elementos do suposto contato. Em outubro de 1964, a mãe de Pawel enviou uma carta ao coronel Danilo Melo:

Quem lhe escreve é uma mãe que já não tem lágrimas para chorar. Meu filho, Paulo Gutko, preso há mais de dois meses, sofre, desde criança, de neurose de guerra e tem uma lesão no coração [...]

O pai de Pawel, Jaroslaw Gutko, que também foi preso, em 20 de novembro de 1964 fez uma declaração pública no Cartório de Registros de Títulos e Documentos da cidade de Goiânia, afirmando que:

[...] foi a mais viva emoção encontrar seu filho Pawel dentro de um carro de “prisioneiros” que os conduziu a Brasília e que ao se dirigir ao filho, este lhe respondeu violentamente que não era Pawel Gutko e sim Jean Fouchet; que Pawel estava com as roupas completamente rasgadas e fumava um cigarro atrás do outro, apagando as pontas no dorso de sua própria mão [...] que em 15 de outubro, quando Pawel e os demais foram retirados da cela em Brasília, o pai se

aproximou de seu filho, lhe deu cigarros e roupas e lhe perguntou por que razão havia prestado falsas informações. Naquele instante, Pawel começou a chorar convulsivamente e, sem forças para levantar-se, disse que foi obrigado, por causa das torturas sofridas no 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia, a assinar tudo o que eles, seus torturadores, queriam [...]»⁶¹

3. O CENIMAR

Durante o governo de Castelo Branco, o centro mais ativo de violência se escondia por trás de uma sigla até então desconhecida pelo povo: Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

De 1964 a 1966, grande parte dos presos políticos de todo o país, especialmente marinheiros e sargentos, era enviada ao quinto andar do Ministério da Marinha, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro, para serem interrogados. O Cenimar ocupa, praticamente, o andar inteiro e, além de seus próprios agentes, contava com a ajuda de vários esbirros da polícia política do governador Carlos Lacerda (DOPS). O DOPS e o Cenimar se revezavam nas torturas.

Dois meses depois do golpe⁶², o Cenimar prendeu, em São Paulo, Isa Guerra, de 26 anos de idade, diplomada pela Escola de Serviço Social da Universidade da Paraíba e uma das principais organizadoras do Movimento de Cultura Popular patrocinado pelo Ministério da Educação do governo deposto.

Eis aqui o relato de Isa:

Fui detida em São Paulo, no dia 11 de junho de 1964, pelos oficiais Paranhos e Vazeza, da Marinha de Guerra, sendo conduzida imediatamente à sede do Cenimar, no Rio [...]. Tomei logo conhecimento do tipo de tratamento dado pela Marinha aos presos, ao saber que Cosme [Alves, seu noivo] fora espancado brutalmente por um oficial, Darcy, e por Sérgio.

[...] Os dias iam passando e eu sem ser interrogada oficialmente [...]

[...] impossível dormir: o barulho do telex na sala ao lado, contínuo, irritante; movimentação permanente dos agentes civis e militares do Cenimar. [...] Depois de oito a dez dias neste ritmo de vida, fui chamada, às 19h30min. para um interrogatório oficial – feito pelo comandante Teixeira, chefe do Cenimar, capitão Benedito Darcy, comandante Pardellas (emprestado do 1º Distrito Naval), Solimar e Sérgio, agentes da DOPS [...]; interrogatório este que se prolongaria por 12 horas ininterruptas [...].

Trinta e cinco dias de prisão e a solidão ainda maior [...] Na madrugada do dia 20 para 21 acordei com gritos irritados – “Deixa esses cachorros algemados, que nós agora vamos mostrar o lugar deles” [...]. Compreendi que novos presos estavam chegando [...]. Corri ao hall, deparando com uma cena estarrece-

dora: um preso completamente ensanguentado sendo espancado pelos agentes do DOPS, Solimar, Macedo e Sérgio, que gritavam palavrões, sob o olhar espantado de mais quatro presos imobilizados junto à parede, cobertos por metralhadoras. Assistiam ao espetáculo os oficiais Gama Lima, Xavier e Darcy [...] Mais tarde vim a saber que o espancado era o marinheiro de 1ª Classe Severino. Seus companheiros: Arnaldo Mourthé (engenheiro), Geraldo do Nascimento (marinheiro), Guido Afonso Duque de Nouniré (bancário), sargento fuzileiro José Medeiros. Ao amanhecer do dia recebi a visita do tenente Gama Lima, informando minha transferência, pois constituía eu uma ameaça à segurança do Cenimar. [...] Eu já havia visto demais[...]⁶³

4. O QUE CHAMAVAM DE “SUBVERSÃO”?

Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? [...] Não, companheiros. Subversivos são os oficiais reacionários que desejariam que a Marinha voltasse à época da chibata...

Naquele sábado, 23 de maio de 1964, quando o capitão de corveta Parranhos, vice-diretor do Cenimar, invadiu o apartamento em que o cabo José Anselmo dos Santos se refugiava, seu discurso no Sindicato dos Metalúrgicos, uma semana antes da queda de Goulart, ainda estava vivo em sua memória.

Chamaram a imprensa, comentaram visivelmente excitados a “caça grossa... quem pagaria o uísque comemorativo... etc.”, reviraram todas as dependências do apartamento, comendo os alimentos que encontraram. Bagunçaram tudo. [...] Os interrogatórios eram iniciados geralmente pela madrugada, estendendo-se, não raramente, até o anoitecer. Variava o tempo de oito a 15 horas, seguidas, sem alimentação.

De uma feita, os inquisidores insatisfeitos com as respostas que dei, algemaram-me numa cadeira, com as mãos para trás, avisando que eu poderia gritar à vontade, pois ninguém ouviria. De fato, as paredes eram acústicas. Acenderam fortes lâmpadas cuja luz incidia sobre mim. Queria que eu negasse o que dissera e fizesse fantásticas declarações. [...] — “Aguenta porrada?” — e unindo o gesto à palavra, desferiu socos no meu abdômen, praguejando entre os dentes[...] [Declarações do cabo José Anselmo dos Santos]⁶⁴.

Os sargentos eram torturados, os dirigentes operários, presos às centenas e, aos intelectuais, o golpe militar lhes reservava tempos de escuridão. Castelo escolhera, para ministro de Educação e Cultura, um tacanho professor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, que anteriormente, quando

reitor, mandou arrancar páginas que ele considerava “imorais” dos livros de um dos clássicos da literatura portuguesa (Eça de Queirós) e de uma obra de Émile Zola. Suplicy via perigo nos livros e mandou confiscar centenas deles nas livrarias quando foi nomeado ministro da Educação e Cultura.

Entre os livros que o DOPS paulista arrola como subversivos se incluem, por exemplo, as obras mestras de Marx, Engels, Feuerbach e Plekhanov. Lá está, na lista negra da nova inquisição de fancaria, o Prêmio Nobel de Literatura de 1965, Mikhail Cholokov. [...] Pelo que se depreende do material apreendido, todo livro cujo título se refira a socialismo, marxismo ou comunismo ou tenha na capa nome de autor russo ou assemelhado deve ser recolhido à fogueira purificadora do DOPS. E por aí os equívocos cometidos são de tal ordem que só parece ter escapado o Livro Vermelho de Telefones⁶⁵.

O ministro Suplicy tomou para si a tarefa de destruir radicalmente a moderna cultura brasileira, surgida no calor da luta progressista. Somente na Universidade de Brasília foram demitidos mais de 200 professores.

O catedrático Darcy Ribeiro e o general Nelson Werneck Sodré, respeitado historiador, foram relegados ao ostracismo, e este último, submetido a prisão domiciliar⁶⁶. Paulo Freire, o criador do revolucionário método de alfabetização que foi aplicado no governo Goulart, teve que exilar-se. Em 1964, Suplicy solicitou a suspensão formal da União Nacional dos Estudantes, paralisada, praticamente, pelo incêndio em sua sede e pela invasão policial aos grêmios e organizações estudantis de todo o país.

O golpe teve seu perfil de vingança (Gregório Bezerra arrastado pelas ruas de Recife), teve sua face de intimidação (milhares de dirigentes populares presos sob o simples pretexto de intermináveis investigações) e uma fase maior essencialmente prática: o desmantelamento das estruturas de caráter popular, sindical e de politização construídas arduamente nos últimos anos de industrialização e em função da mobilização pelas reformas de base. Mas, acima de tudo isso, as variadas faces do golpe eram resultado de uma estratégia bem estabelecida: a inflação e a crise econômica seriam superadas à custa dos trabalhadores assalariados. A estrutura social do país deveria estar o mais próxima possível da estratificação fascista, e a cultura devia ser uma simples consequência dessa estratificação. O terror sistemático era parte da preparação necessária para a implantação da futura *nova ordem*. A eliminação dos líderes populares e das organizações de massa era parte essencial desse programa.

Em finais de 1965, o terreno estava aparentemente preparado: os sindicatos silenciados ou simplesmente fechados, os estudantes desmobilizados, os

intelectuais lambendo suas feridas. As violências mais extremas, as torturas, eram lembradas como excessos inevitáveis dos primeiros dias do golpe, como coisas do passado.

Castelo Branco, tranquilo, estava à espera dos resultados das eleições para governador nos 11 dos 22 estados da Federação, principalmente no Rio (Guanabara) e Minas Gerais.

Subsistiam as formas exteriores de democracia. O golpe – autodenominado “revolução” – havia se institucionalizado, como uma necessidade imperiosa da *nova ordem* a ser construída. O prazo de punições, previsto pelo Ato Institucional, já havia se esgotado. O povo não perdeu a oportunidade das eleições para expressar o que pensava sobre a *nova ordem*.

O golpe não havia inaugurado, ainda, a paz dos cemitérios.

NOTAS

1. Eurico Gaspar foi nomeado ministro da Guerra apenas em 1936. Em 1935 comandava a 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro (Distrito Federal no período), tendo chefiado a repressão à revolta comunista de 1935, que havia sido articulada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). [N. ed. Bras.]
2. CARLOS, Newton. Toda a verdade sobre o Plano Cohen. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n. 344, p. 23, 22 nov. 1958.
3. CARLOS, Newton. Toda a verdade sobre o Plano Cohen. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n. 344, p. 24, 22 nov. 1958.
4. COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955. p. 298.
5. COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955. p. 317-318.
6. Discurso de Vargas, 1940. [Provavelmente trata-se do discurso intitulado “No limiar de uma nova era”, pronunciado em 11 de junho de 1940, nas comemorações do Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo (data magna da Marinha, ocorrida em 1865, no Rio da Prata). O trecho completo de onde foi extraída a citação é: “Atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social, ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma era nova. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis.” N. ed. Bras.]
7. Documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Atos Delituosos da Polícia de Filinto Müller. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 282-283.
8. *The Nation*, setembro de 1941.
9. Programa a que se refere o artigo 2º dos Estatutos. Item: “O Capital”, p. 11. In: *Estatutos da*

- União Democrática Nacional*. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1945. Anexos. Disponível em: <www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. [N. ed. bras.]
10. VERGARA, Luís. *Fui secretário de Getúlio Vargas*. Memórias dos anos de 1926-1954. Porto Alegre: Globo 1960. p. 175-181.
11. Dezesesseis anos depois, em 1962, enquanto vocifera contra a esquerda, o governo federal e o “ressurgimento” do varguismo, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, tem Charles Borer como um dos principais chefes de sua polícia política estadual, que nesse ano começa uma campanha de terror seletivo, prendendo e torturando operários, estudantes e profissionais liberais. [T.]
12. *O assassinato do patriota Lafaiete Fonseca*. Rio de Janeiro, 1950.
13. Dos jornais de 1946, no Rio e em São Paulo.
14. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 15.975, p. 4, 30 de nov. de 1946. [N. ed. bras.]
15. Álvaro Lins. *Os mortos de sobrecasaca*. Rio de Janeiro, 1956.
16. *O Jornal*, Rio, 15 de abril de 1952. [Notícia veiculada também pelo *Diário Carioca*: Ameaçado o Brasil pela crise militar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1952, n. 7.301, p. 1 e p. 8. Mesma notícia citada na próxima nota, de n. 17. N. ed. bras.]
17. *The New York Times*, transcrito pelo *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1952.
18. *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*, Rio de Janeiro, 1953. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 2ª edição, p. 332.
19. *The New York Times*, abril de 1952. [Notícia veiculada também pelo *Diário Carioca*: Ameaçado o Brasil pela crise militar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1952, n. 7.301, p. 1 e p. 8. N. ed. bras.]
20. Depõe o major-aviador Sebastião Dantas Loureiro no “Processo dos Militares”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1955, 1º Caderno, p. 7.
21. *Ibidem*.
22. *Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares*, Rio de Janeiro, 1953. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 343.
23. *Ibidem*.
24. Getúlio Vargas, discurso de 20 de dezembro de 1953.
25. Getúlio Vargas, discurso em 31 de janeiro de 1954. [A edição francesa apresentava apenas o primeiro trecho citado. Os demais trechos foram acrescentados na edição mexicana. No entanto, referem-se a partes distintas do discurso. Especialmente a última frase citada encontra-se descontextualizada. Para permitir a compreensão, segue trecho anterior a essa frase: “O trabalho de revisão dos empréstimos e de capital dessas empresas [concessionárias, para a produção de energia elétrica] é sempre demorado e ainda não me chegou às mãos. Entretanto, informações positivas que foram colhidas num levantamento feito em quatro empresas em São Paulo apontam uma majoração de 38 milhões, 803 mil e vinte e um dólares no capital, e 24 milhões, 708 mil e 679 dólares nos empréstimos, além de 1 milhão, 366 mil e 671 libras no capital, e 631 mil e 307 libras nos empréstimos. Este fato ainda não é tudo. Pedem as empresas de serviços públicos câmbio para pagar as instalações a serem feitas. E pedem uma base média de 30 milhões de dólares por ano. Nessas condições, não há investimento.” O discurso integral pode ser verificado no *Diário Oficial* de 2 de fevereiro de 1954, Seção I, páginas 1453 e 1454. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/2384719/dou-secao-1-02-02-1954-pg-5/pdfView>. N. ed. bras.]
26. Para evitar confusão, observe-se que o antigo Distrito Federal passou a se chamar Estado da Guanabara, depois da inauguração de Brasília. A maior cidade da Guanabara é o Rio de Janeiro,

embora também exista o estado do Rio de Janeiro (vizinho ao de Guanabara), cuja capital é Niterói. [O estado da Guanabara existiu até 1975, quando foi fundido ao estado do Rio de Janeiro. N. ed. bras.]

27. Café Filho nomeou o derrotado candidato à Presidência, brigadeiro Eduardo Gomes, como ministro da Aeronáutica e o general Juarez Távora, chefe da Casa Militar da Presidência, cargo de alta importância política. Empossou, como ministro da Fazenda, o entreguista Eugênio Gudin, conhecido no Brasil como agente da “Bond and Share”. No breve período, de pouco mais de um ano, Café Filho assinou o “Acordo Atômico” com os Estados Unidos, negociado escandalosamente por Juarez Távora e que concedia aos ianques as jazidas brasileiras de tório. Assinou também a Instrução 113, do Banco do Brasil, que concedia às empresas estrangeiras valores cambiáveis para que transferissem de seus respectivos países maquinaria e indústrias obsoletas como se fossem novas.

28. O golpe de Lott é insólito. Como ministro da Guerra – ou do Exército – ele comanda as tropas, mas convoca para assumir a Presidência do país, dentro da ordem de precedência estabelecida pela Constituição, o presidente do Senado, Nereu Ramos, coincidentemente um dos principais dirigentes do partido de Kubitschek. Nereu assume a Presidência no mesmo dia 11 de novembro, entregando o mandato ao eleito em 31 de janeiro do ano seguinte [T.].

29. Nas eleições presidenciais de 1955, João (Jango) Goulart foi eleito vice-presidente como companheiro de chapa de Kubitschek. Herdeiro e continuador do populismo de Vargas, dirigente máximo do Partido Trabalhista (fundado pelo próprio Vargas), reunindo-se periodicamente com trabalhadores e dirigentes sindicais de diversas tendências – inclusive, ou principalmente, comunistas – desde então Jango é o alvo principal dos ataques da ultradireita. O golpe abortado em novembro de 1955 não só buscava impedir a ascensão de Kubitschek, mas principalmente a de Goulart – símbolo frontal de retorno do varguismo –, que atuaria depois, durante o quinquênio, como um “superministro sem pasta”. Seu partido passou a controlar dois ministérios (um deles, o do Trabalho, “fonte de agitação esquerdista entre os trabalhadores”, conforme a direita proclamava) e os diferentes institutos e órgãos de seguridade social. Nas eleições de 1960, “Jango” se candidata outra vez à vice-presidência, dessa vez, como companheiro de chapa do general Lott. No entanto, o próprio Quadros, candidato oposicionista, promove os chamados comitês “Jan-Jan” (Jânio-“Jango”), numa tentativa de acessar as massas trabalhadoras. A legislação eleitoral daquela época permitia o voto nominal, cargo a cargo. O resultado é a vitória de Jânio Quadros e a derrota de seu companheiro à vice-presidência, e a eleição de Goulart para esse posto. [T]

30. A eleição de Jânio Quadros, por uma esmagadora maioria, representou um despertar das aspirações populares, mesmo que mistificadas, uma vez mais, por uma confusa herança do passado cheio de políticos paternalistas e sem posição definida. Jânio foi eleito por um movimento espontâneo e descolado da estrutura política tradicional e terminou recebendo apoio financeiro total da direita, porque seu maior adversário era exatamente o general Teixeira Lott, candidato das esquerdas e dos nacionalistas. Atuou em sua eleição o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão da direita financiado com dinheiro das empresas estrangeiras sediadas no país, os quais, mais tarde, atuariam com mais força nas eleições parlamentares de 1962, elegendando um terço da Câmara, 110 deputados, aos quais custeou toda a campanha eleitoral. O IBAD mobilizou, segundo se comprovou posteriormente através dos inquéritos parlamentares, 1.400 milhões de cruzeiros, operados por um cidadão inexpressivo, Ivan Hasslocher, testa de ferro dos grupos capitalistas estrangeiros. A organização selecionou 250 candidatos que receberiam apoio, não em função do partido ou de contatos, mas exclusivamente com base em dois critérios: 1) absoluta fidelidade às posições assumidas pela direita. 2) oportunidade de ganhar as eleições de seus adversários locais. Era a máquina criada cientificamente para ganhar eleições. Mais tarde comprovou-se que 152 empresas estrangeiras (entre as quais se encontravam a Texaco, Esso,

Shell, IBM, Coca-Cola etc.) financiaram o IBAD, o que não impediu que se suspeitasse que, além disso, a organização teria contado também com os dólares do “Acordo do Trigo”, celebrado com os Estados Unidos, e pelo qual o governo ianque se comprometia a aplicar internamente no Brasil os pagamentos recebidos do próprio governo brasileiro.

31. Citado em SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 378 [N. ed. bras.]

32. *Idem*, p. 379.

33. *Ibidem*.

34. Declarações do governador Leonel Brizola, *O Cruzeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1961. [Citado em SODRE, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Retratos do Brasil, v. 40, p. 382-383. N. ed. bras.]

35. A Base Aérea de Belém, capital do Pará, no extremo norte do país, foi ocupada também pelos sargentos, em agosto de 1961.

36. Em outubro de 1961, pouco depois da posse de Jango, realizou-se em Goiânia, capital de Goiás, um encontro de líderes populares, entre eles, Brizola e Mauro Borges, no qual foi elaborada uma Declaração Política em que a reforma agrária era o tema principal, junto com o controle dos lucros e a remessa de juros a suas matrizes pelas empresas estrangeiras. Um mês depois, realizava-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. De seus 1.500 delegados, 1.200 eram trabalhadores que não possuíam nada, embora em toda sua vida tenham trabalhado na terra, e ali foi lançada uma palavra de ordem: “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

37. STACCHINI, José. *Março 64: a mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 15.

38. Roteiro da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, 12 de abril de 1964, n. 27.292, p. 144.

39. STACCHINI, José. *Março 64: a mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 19-20 [N. ed. bras.]

40. O almirante Augusto Rademaker, posteriormente membro da Junta Militar que assumiu o poder em 1964, depois de consumado o golpe, foi membro da Junta que substituiu Costa e Silva em setembro de 1969 e vice-presidente do general Garrastazu Médici.

41. Dois anos depois da vitória da revolução liberal de 1930 que levava Vargas ao poder, a oligarquia cafeeira de São Paulo organizou um amplo movimento armado contra o governo central. São Paulo já era, então, o maior núcleo da nascente indústria do país e suas fábricas passam a ser mobilizadas em um verdadeiro “esforço de guerra”: caminhões são transformados em carros de combate, fabricam-se metralhadoras. Sob o lema de “constitucionalidade” – que de fato significa o retorno ao *status* anterior a 1930 – a pequena, média e grande burguesia de São Paulo aderem ao movimento. As mulheres ricas doam suas joias, as de classe média costuram uniformes para os “soldados constitucionalistas”. Ao fim de quase três meses, as tropas leais a Vargas são vitoriosas e é assinado um armistício. Os “paulistas” capitulam, mas Vargas só consegue a paz nesse estado mediante uma hábil política, através da qual busca incorporar os grandes capitalistas e negociantes do café ao esquema de forças de seu governo, que já então começa a se apoiar nos trabalhadores urbanos. [T.]

42. O chamado IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) publicava mensalmente 250 mil exemplares de um jornal anticomunista de distribuição gratuita. Outro órgão direitista, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), provia a imprensa de artigos sobre os “horrores comunistas” ameaçando cortar a publicidade das grandes empresas dos jornais que não aceitassem “certos redatores”.

43. A empresa estatal de petróleo, Petrobras, era então o símbolo do nacionalismo e da luta anti-imperialista. Havia sido constituída em oposição aos interesses dos grupos petrolíferos norte-americanos e, do ponto de vista econômico e tecnológico, era a expressão da capacidade autóctone. [T.]
44. Na ilegalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1964, n. 74, p. 1. [N. ed. bras.]
45. Trata-se dos habitantes do estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, terra natal de Vargas e Goulart (de costumes e folclore semelhantes aos do gaúcho argentino e uruguaio) de tradição guerreira e que, em 1961, sob o comando de Brizola, se mobilizaram em armas e tornaram possível que João Goulart tomasse posse da Presidência do país. [T.]
46. Em fevereiro de 1972, o general Vernon Walters foi declarado publicamente membro da Agência Central de Inteligência (CIA): por um decreto de Nixon, o antigo agregado militar dos Estados Unidos no Brasil durante o governo Goulart foi nomeado diretor de operações da CIA, o que equivale dizer que é o segundo homem desse órgão de espionagem. Especialista em Brasil – serviu como intérprete nos encontros dos presidentes Truman e Dutra, Eisenhower e Kubitschek, Kennedy e Goulart, Nixon e Garrastazu Médici –, Walters tem agora um salário anual de 40 mil dólares, muita influência e poder e, em Washington, ocupa o antigo gabinete de Richard Helms, atual diretor geral da CIA [T.]
47. Costa e Silva se autoneomou ministro em 2 de abril. Posteriormente anunciou que havia assumido o comando do Exército desde o início da sublevação, em 31 de março de 1964. Foi refutado imediatamente por Mourão Filho, que se considerava o pai da revolta.
48. Miguel Arraes foi preso no Palácio do Governo do estado de Pernambuco em 31 de março de 1964, ao se recusar a renunciar, como desejava o comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos. Na mesma cidade de Recife, o velho militante comunista Gregório Bezerra, de 63 anos, foi sequestrado pelo Exército e arrastado pela cidade com uma corda no pescoço, vestindo apenas um calção. Gregório foi liberado em setembro de 1969 junto com outros 14 presos políticos, em troca da vida do embaixador norte-americano Elbrick, exilando-se no México, mais tarde em Cuba e finalmente na URSS.
49. Durante os 60 dias de vigência do Ato Institucional, Castelo suspendeu os direitos políticos de 378 pessoas. Em 1965, a imprensa publicou, sem ser desmentida, que dez mil funcionários públicos foram exonerados e que cerca de 40 mil pessoas estavam sendo rigorosamente investigadas.
50. Terrorismo, não! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1964, n. 21.778, p. 1. [N. ed. bras.]
51. Fundada em 1949 segundo o modelo da National War College dos Estados Unidos, a Escola Superior de Guerra do Brasil teve seu núcleo inicial formado pelos generais Cordeiro de Farias, Golbery do Couto e Silva, Bizarria Mamede, Castelo Branco, Ernesto Geisel e Lira Tavares.
52. Ideias políticas do general Golbery do Couto e Silva. *Opinião*, 11 de março de 1974, n. 70, p. 3. [N. ed. bras.]
53. Discurso proferido na solenidade de entrega de diploma aos alunos que concluíram o Curso Especial do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1964. [N. ed. bras.]
54. O general se referia aos 22 estados que constituíam a República brasileira. Houve até quem – mais realista que o rei – demonstrasse, com dados (os quilômetros quadrados brasileiros divididos por quilômetros quadrados cubanos), que o golpe evitou a criação de nada menos que 72 “perigosas Cubas” no continente. [T.]
55. Manifestação de Associações de Classe em São Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1964, n. 87, 1º Caderno, p. 3. Segunda frase parte da fala atribuída ao Presidente da Confederação de Associações Comerciais do Brasil, Raul Gomes de Almeida, que presidiu a reunião das classes produtoras nacionais, a qual, conforme a notícia do jornal referida, decidiu por unanimidade reivindicar que o decreto de encampação fosse reexaminado. [N. ed. bras.]

56. Citado em ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. p. 25.
57. Declarações da dra. Rosita Teixeira de Mendonça, psiquiatra, citada em ALVES, Márcio Moreira, *op. cit.*, p. 86-102.
58. ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. p. 103.
59. Ainda em setembro de 1964, o general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Militar de Castelo Branco, realizou uma “inspeção” nas prisões de Pernambuco para “investigar” as denúncias de tortura. Viu as fichas de entrada na Tamarineira, assinadas por Ibiapina, e as radiografias de lesões. No entanto, declarou que não havia tortura em Recife.
60. O livro de Alves está centrado nos casos de tortura dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás. No entanto, dedica um capítulo do livro a casos fora desses estados, aos quais teve acesso durante sua pesquisa, como o do médico aqui mencionado, que lhe enviou uma carta de denúncia à época, reproduzida pelo autor na íntegra. ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966, p. 192 a 195 [N. ed. bras.]
61. Pawel Gutko foi espancado, seus testículos esmagados, permaneceu preso em um cubículo em frente a um motor diesel em funcionamento constante. O coronel Cunha Melo inaugurou, em Goiás, terríveis procedimentos de tortura com o propósito de conseguir “provas” contra o governador Mauro Borges. De qualquer maneira, Borges foi derrubado mais tarde, sendo nomeado, como interventor federal no estado, o coronel Meira Matos, que mais tarde seria um dos comandantes das tropas brasileiras na República Dominicana. [A edição francesa trazia como complemento duas referências sobre o caso de Goiás: BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; e NASSER, David. *A revolução que se perdeu*, provavelmente referindo-se ao livro NASSER, David, *A revolução que se perdeu a si mesma*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. N. ed. bras.]
62. Precisamente em 16 de junho de 1964 começaram as torturas, quando o comandante Paranhos assumiu o comando do Cenimar. [Informação constante do depoimento de Isa Guerra, in ALVES, *op. cit.*, p. 150. N. ed. bras.]
63. Declaração de Isa Quintãs Guerra. In: ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. p. 148-154.
64. O cabo José Anselmo dos Santos fugiu espetacularmente da prisão, no Rio, em meados de 1966, em uma operação organizada de fora por outro ex-dirigente da Associação de Marinheiros, Antônio Duarte dos Santos, também expulso da Marinha e, naquela época, membro do ainda existente e ativo “Movimento Nacionalista Revolucionário”. Sem condições de explicar a fuga, a própria polícia e o Cenimar difundiram em certos círculos de esquerda e da imprensa o “boato” que cabo Anselmo era “um agente da CIA”. O mentor de sua libertação, Duarte, foi capturado meses mais tarde pela Marinha, no Rio (sem que, nessa ocasião, tenha sido relacionado com a fuga), e ficou preso até maio de 1969, quando um comando armado do Movimento de Ação Revolucionária (MAR) assaltou a penitenciária central Lemos de Brito, em plena cidade do Rio e libertou nove prisioneiros, seis dos quais, todos eles ex-marinheiros, cumpriam longas penas por “subversão política”. As declarações do cabo Anselmo, aqui citadas, foram feitas em Havana, em agosto de 1967, quando participou como delegado na conferência OLAS [T] [Declaração constante em ALVES, *op. cit.*, p. 161-162. N. ed. bras.]
65. Espírito Policial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1966, n. 18, p. 6.
66. Um dos poucos antropólogos e sociólogos dignos de tal nome no Brasil, cientista social e educador reconhecido mundialmente, Darcy Ribeiro foi o organizador da Universidade de Brasília e seu primeiro reitor. Ministro da Educação durante o primeiro ano do governo Goulart, era o chefe da Casa Civil da Presidência – uma espécie de superministério e secretaria geral do Executivo – quando ocorreu o golpe militar de 1964. Tentou resistir e se refugiou no Uruguai, enquanto aqui

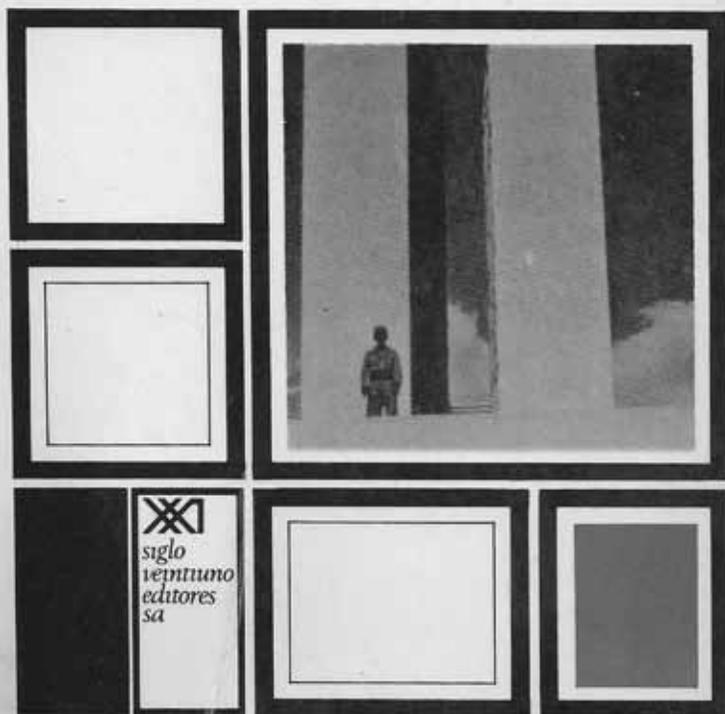
seus direitos civis eram cassados. Em três ocasiões sucessivas – 1964, 1965 e 1968 – a Universidade de Brasília sofreu intervenções para que, segundo seus porta-vozes, os militares pudessem “apagar o espírito de Darcy” que, apesar de tudo, continuava na estrutura aberta e democrática da instituição. Em 1965, o governo expulsou 13 professores e 90% do corpo docente renunciou em solidariedade aos perseguidos. Em 1968, o Supremo Tribunal Federal anulou os processos contra o professor Darcy Ribeiro e ele voltou ao Brasil. Foi preso assim que desembarcou. Meses depois, foi liberado por um *habeas corpus*. Em dezembro de 1968, foi novamente preso quando o Ato Institucional nº 5 suspendeu o que restava de garantias individuais. Esteve preso por nove meses sem que houvesse alguma acusação concreta contra ele. Absolvido por um Tribunal, sugeriram-lhe que saísse do país. Vive atualmente [1972] no Chile, depois de haver organizado planos de reforma universitária na Venezuela, Argélia e Peru. [T.]

O PODER MILITAR

“Pau de Arara”

La violencia militar en el
Brasil

con apéndices documentales



Capa da edição mexicana de 1972.

A VALSA INSTITUCIONAL: O ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Segunda-feira, 4 de outubro de 1965. Castelo Branco governa há 17 meses. Coronéis e generais chegam apressados ao Rio de Janeiro, vindos de diversos pontos do país, e são conduzidos diretamente à Vila Militar, nos subúrbios da cidade. Ali, três generais, 22 coronéis, 20 mil homens em armas e o maior poderio de fogo concentrado em um só lugar, em toda América Latina, decidem, mais uma vez, os destinos da nação brasileira.

Os recém-chegados são membros da Lider – Liderança Democrática Revolucionária, os conhecidos oficiais da “linha dura”. Entre eles estão os coronéis Ibiapina, famoso torturador do Nordeste, e Mena Barreto.

Um dia antes, no domingo, foram realizadas eleições para governador da Guanabara e Minas Gerais, e a oposição foi vitoriosa com esmagadora maioria. O povo unido havia votado em massa contra o golpe.

Ao chegar a noite, já existiam vários focos de confabulações dentro e fora dos quartéis, onde a tônica das reuniões e dos projetos era impedir, a qualquer preço, a posse dos governadores eleitos pelos “corruptos e pelos subversivos”, aqueles que abririam o caminho para a vingança dos vencidos em 31 de março¹.

Terça-feira, dia 5, a revolta chega ao Forte de Copacabana, ao Ministério da Guerra e até ao Comando de Artilharia Costeira, redutos da Lider e dos adeptos de Carlos Lacerda, que não conseguiu eleger seu sucessor no governo da Guanabara. Tanques de guerra são postos em funcionamento no 1º Batalhão de Infantaria Motorizado, da Vila Militar. Mais um golpe está em marcha, mas, dessa vez, os golpistas não sabem a quem vão derrubar. Castelo Branco, que resiste em se opor à posse dos candidatos eleitos? E quem colocar em seu lugar? Carlos Lacerda, um civil? Os golpistas estão desorientados.

Costa e Silva, ministro da Guerra, foi de quartel em quartel; na Vila Militar se reuniu com vários oficiais e alterou o programa. Com as tropas sob seu controle, levou suas queixas a Castelo Branco. Este o esperava:

– Pensava em recebê-lo como meu sucessor.

– Por favor, presidente. Estou aqui como seu ministro².

Costa e Silva mostra a Castelo Branco um panorama sombrio: os coronéis da “linha dura”, dirigidos por Boaventura Cavalcanti, Hélio Ibiapina e Mena Barreto, exigem que as eleições sejam anuladas; a criação de um novo Ato Institucional ou qualquer outro instrumento que faça valer a força das armas. Os almirantes Augusto Rademacker, Aarão Reis e Sílvio Heck apoiariam as medidas de força que fossem tomadas. O Estado Maior da Lider lança fogo e chamuscas. Até o comandante do II Exército (São Paulo), Amaury Kruehl, parece apoiar o movimento, e o mesmo sucede com Justino Alves Bastos, comandante, naquela ocasião, do III Exército no Rio Grande do Sul.

Com efeito, as eleições seriam mantidas como válidas; no entanto, seriam adotadas medidas concretas para que: a) os eleitos se “enquadrassem” no sistema, e b) não se repetisse o “perigo” de o governo militar perder novamente outra eleição.

Na noite do dia 13, os projetos de lei foram enviados ao Congresso.

De Washington, é chamado o embaixador, general Juracy Magalhães, o mesmo que declarou que “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. Juracy substituiu Milton Campos no Ministério da Justiça e pressionou o Congresso para a aprovação das novas leis de exceção. Por essas leis, o presidente poderá: decretar o estado de sítio nos estados, sem maiores formalidades, destituir os governadores e nomear interventores federais de sua confiança.

As 48 horas que precederam a votação do Congresso foram dominadas por duas perguntas: se o Congresso aprovaria as medidas e se o governo promulgaria o Ato Institucional antes ou depois da votação. Afirmava-se que o texto do Ato Institucional, consolidando os diversos projetos [...] havia sido redigido pelos juristas Gama e Silva, Carlos Medeiros da Silva e Nehemias Gueiros³.

Novamente são chamados os velhos legalizadores de golpes. A votação das leis de exceção no Congresso estava marcada para as 14 horas do dia 27. O Alto Comando das Forças Armadas se transferiu para a nova capital e, às 11 horas, inseguro do resultado, adotou a decisão. Castelo Branco, na condição de “chefe do Governo Revolucionário e comandante supremo das Forças Armadas”, anuncia ao país a “promulgação” do Ato Institucional nº 2, que conta com 33 artigos que ampliam a ação do Executivo e definem novos instrumentos de repressão.

Era o primeiro ato numerado (o de 9 de abril de 1964 não tinha número, porque os militares golpistas esperavam institucionalizar rapidamente a ditadura) e o segundo de uma longa série. À continuação, até janeiro de 1966, foram promulgados nada menos que sete atos “complementares” e um “institucional”, nos quais se decidiu, entre outras medidas: a) a dissolução de todos os partidos políticos e a criação simultânea de outras duas organizações dentro de normas específicas ditadas pelo regime militar; b) eleições indiretas dos futuros governadores (através das Assembleias Estaduais e não pelos eleitores); c) regras gerais para impedir que cidadãos com os direitos políticos cassados exercessem sua profissão, começando pelos funcionários públicos; d) aumento do número de juizes do Supremo Tribunal Federal para preencher as novas vagas com elementos fiéis às Forças Armadas; e) reforço considerável das atribuições do Poder Executivo, podendo o presidente, por exemplo, vetar mandatos e suspender direitos políticos, decretar estado de sítio por 80 dias etc.

O terror se impôs novamente e, em especial, sobre a imprensa e o Parlamento. Os políticos temiam a espada que pendia permanentemente sobre suas cabeças: o veto a seus mandatos.

As leis enviadas pelo presidente eram invariavelmente aprovadas. No entanto, nas ruas, estudantes, a classe média, pequenos grupos de trabalhadores, bancários, professores e empregados do comércio iniciavam um longo período de protestos. As manifestações de repúdio eram reprimidas com inimaginável violência: bombas, cavalaria, disparos, espancamentos indiscriminados etc., especialmente na Guanabara, e do mesmo modo nas outras capitais.

O Congresso começa a se transformar em eco dos protestos e seis deputados são cassados. Dias antes, no entanto, o presidente Castelo Branco havia garantido ao presidente da Câmara de Deputados, Adauto Lúcio Cardoso, que não cassaria os mandatos de outros parlamentares. E Adauto Lúcio resolveu submeter o Ato do presidente da República à consideração da Câmara, ainda que esta estivesse em recesso.

Os seis vetados se refugiaram no edifício do Congresso, onde outros 60 parlamentares faziam uma “vigília cívica”. Ao cabo de poucos dias, os militares decidem fechar o Congresso. Luz e telefone são cortados e, na madrugada de

21 de outubro de 1966, tropas comandadas pelo então coronel Meira Matos⁴ cercaram e praticamente ocuparam o Congresso. Os deputados não têm outra alternativa a não ser abandonar o edifício e, na porta de saída, são obrigados pelos militares a se identificarem.

1. UMA “SESSÃO DE CALDO”

Um ano depois das agitadas reuniões na Vila Militar, que deram origem ao Ato Institucional nº 2, o coronel Mena Barreto regressa a Porto Alegre, onde comanda a polícia do III Exército. Seu amigo e colega de farda, o coronel Léo Etchegoyen, secretário de Segurança do Rio Grande do Sul – e posteriormente assessor do presidente general Garrastazu Médici – havia lhe provido de um grupo de agentes civis da polícia política para trabalhar na repressão, diretamente sob suas ordens.

O secretário de Segurança havia mudado: era agora o coronel Washington de Sosa Bermúdez, mas o grupo especial continuava prestando seus serviços. Naquele 24 de agosto de 1966 estava, inclusive, muito ocupado com o ex-sargento Manoel Raymundo Soares, preso há três meses, acusado de subversão. De madrugada, os policiais o levaram ao Rio Guaíba para uma “sessão de caldo”, tormento que consiste em submergir a vítima, com pés e mãos amarrados, nas águas geladas do rio, o que anteriormente havia sido usado em Porto Alegre para arrancar confissões de presos comuns. Antes que o torturado se afogue, ele é retirado da água.

Contudo, Raymundo Soares não foi retirado. Seu corpo foi encontrado boiando, em um dia cinzento do frio inverno de Porto Alegre, com as mãos atadas às costas. Poucos dias antes, seu advogado havia apresentado um pedido de *habeas corpus* ao Tribunal Superior Militar, ao qual as autoridades militares do Rio Grande do Sul responderam informando que o “referido cidadão não se encontra preso atualmente, não havendo notícias dele desde que foi libertado”. Em 4 de setembro de 1966, 11 dias depois do assassinato em Porto Alegre, os jornais *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, do Rio de Janeiro, publicavam uma carta escrita por Raymundo Soares mais de dois meses antes de sua morte:

Paradoxalmente, recuperei a saúde nesta Ilha-Presídio onde me encontro hoje, depois de ter sido selvagemmente seviciado e massacrado durante oito dias no Quartel da 6ª Companhia de Polícia no Exército e nas salas da DOPS no “Palácio da Polícia Civil”, à Avenida João Pessoa. Minha vista esquerda, porém, infelizmente creio tê-la perdido parcialmente, após uma borrachada no supercílio correspondente, aplicada pelo 1º tenente Nunes, da PE. [...] Moralmente encontro-me no mesmo estado de sempre, apesar de tudo. [...] Ouvi dizer no

DOPS que eu fui o detido mais “tratado” até hoje, dos que por lá passaram. Que mais posso temer? [...] Ainda não foi necessário demonstrar que não temo nem a morte. Talvez, em breve, isto venha a acontecer. O tempo dirá⁵.

Durante 20 dias depois de sua morte, os principais jornais do país dedicaram suas manchetes a Raymundo Soares, em uma campanha para a punição dos possíveis culpados. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul nomeou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que chegou à seguinte conclusão:

O coronel Washington Bermúdez, assessor legislativo do ministro do Exército e ex-Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, e o coronel Mena Barreto, atual chefe de Polícia do III Exército, foram apontados como responsáveis pela morte do sargento Manuel Raimundo Soares pela CPT que investigou o caso. Foram apontados como responsáveis pela coautoria do assassinio os delegados José Morsh, do DOPS gaúcho, e Itamar Ferreira de Sousa⁶.

Nunca se soube de alguma punição aos culpados⁷.

2. UM SOLDADO NA PRESIDÊNCIA

O mandato de Castelo Branco expirava em 15 de março de 1967. A ditadura militar brasileira tinha regras próprias, originais (e continua tendo), e uma delas era a de “eleger” presidentes. Costa e Silva, homem forte da tropa, que fora porta-voz e controlou diretamente a “linha dura” na véspera do Ato Institucional nº 2, era o candidato natural do chamado “partido militar”. Uma vez lançada sua “candidatura”, Costa e Silva, segundo a tradição dos anteriores candidatos eleitos em eleições populares, realizou uma viagem ao redor do mundo. No entanto, dessa vez não houve campanha eleitoral nem debates públicos. Os dois novos partidos políticos, surgidos depois do segundo Ato Institucional, desempenharam papéis já definidos: A Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido dos homens do golpe de Estado, indicou Costa e Silva como seu candidato “por aclamação”. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da oposição, absteve-se timidamente de apresentar candidato. No Congresso (a “eleição” é indireta), a maioria de Castelo Branco era totalmente fiel ao ditador, principalmente depois que 59 parlamentares e 20 suplentes – exatamente os mais representativos e mais votados – haviam sido cassados.

A ausência de competidor não é problema que me diga respeito. Não pretendi nem contribuí para que isso acontecesse [...] As regras do jogo serão integral e

inflexivelmente mantidas. O País assistirá à transmissão da faixa presidencial a 15 de março de 1967, nem um minuto mais, nem um minuto menos⁸.

Castelo Branco, o estudioso e frio general da Escola Superior de Guerra, tinha sua própria lista de candidatos: não lhe agradava como sucessor aquele general bonachão, de fala rude, bigode ralo, aficionado das corridas de cavalos. Mas o “partido militar” já estava a favor do general Costa e Silva e só havia uma solução. Para manter a continuidade de sua orientação política, Castelo Branco envia ao Congresso, para sua aprovação mesmo antes da “eleição” de Costa e Silva, um conjunto de leis importantes e um projeto de nova Constituição.

A principal característica da nova Constituição era o fortalecimento do poder executivo e, ao contrário, o enfraquecimento do poder legislativo [...]. Aos parlamentares praticamente nada restava a fazer senão receber os seus subsídios regularmente. Não podiam sequer influir na elaboração do orçamento da União. As eleições para a presidência e vice-presidência da República seriam agora indiretas. E, para finalizar, os atos do governo Castelo Branco não poderiam ser julgados ou sequer discutidos.

A nova Lei de Imprensa tinha uma particularidade impressionante [...]: o poder executivo não podia ser criticado, nem acusado de crimes, nem mesmo se houvesse provas, pois que não era permitido apresentar provas contra o presidente da República e seus auxiliares imediatos, ou seja, seus ministros.

A Lei de Segurança Nacional estabelecia que “todos os cidadãos eram responsáveis pela Segurança Nacional”, o que, em resumo, significa institucionalizar a delação. Pela nova Lei, praticamente todos os atos civis, os crimes comuns, passavam a ser da alçada militar, eram considerados ameaça à segurança nacional⁹.

Os parlamentares, que não foram atingidos pelas punições do golpe, faziam de tudo para agradar o presidente. Privados de seus companheiros mais representativos, esvaziados de qualquer força moral, aprovam, em dois meses, em finais de 1966, as leis ditatoriais de Castelo Branco, inclusive a nova Constituição. Para isso, superam dificuldades impensáveis. Uma delas, por exemplo, o prazo fatal para aprovação da nova Constituição, que se aproximava vertiginosamente sem que os trâmites legais estivessem concluídos. O presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, mandou desligar o relógio do plenário para que os ponteiros do relógio não chegassem à meia-noite, prazo final de votação imposto pelo Executivo.

Em novembro de 1966, as eleições para o Congresso fazem surgir novos nomes na política. Um deles, o jornalista Márcio Moreira Alves, que, em uma longa série de artigos na imprensa denunciara casos de torturas a presos

políticos depois do golpe de 1964. Em março, Costa e Silva toma posse. Em maio, o nome do então deputado Márcio Moreira Alves aparece, inesperadamente, nas manchetes dos jornais em razão de uma decisão do ministro da Justiça, Gama e Silva, proibindo seu livro que acabava de ser lançado:

Considerando que o livro *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves, ofende a dignidade das Forças Armadas, instituições nacionais permanentes e regulares e, deliberada e publicamente, incita a animosidade das classes civis contra aquelas; considerando que o livro não cita a oficina ou a gráfica em que foi impresso [...] considerando ainda que o citado livro está cheio de falsidades, distorcendo episódios e buscando induzir o leitor a conclusões totalmente alheias à realidade dos fatos [...] resolve-se determinar seu confisco ao Departamento da Polícia Federal.

Na realidade, o livro já havia sido apreendido antes de circular. Aparentemente, agentes do Serviço Nacional de Informações fotografaram, página por página, os originais do livro em Paris. Em junho de 1967, os tribunais consideraram ilegal a alegação do ministro do Interior e Justiça, e o livro foi liberado. Em poucos dias se esgotaram duas edições, enquanto nos quartéis da Vila Militar os testemunhos e relatos eram comentados de forma áspera e discreta. A “linha dura” ajustou novamente os ponteiros de seus relógios...

3. O GENERAL E O ESTUDANTE

Nos jornais, era lembrada como ex-UNE. Nas salas de comando das polícias militares, era considerada um inimigo que deveria ser destruído. No moderno edifício do Ministério da Educação, discutia-se exaustivamente sua natureza. Dois anos depois do saque de sua sede, a União Nacional dos Estudantes não apenas resistia à repressão, como ainda engrossava suas fileiras.

Praticamente todos os universitários brasileiros pertenciam à UNE, que não tinha sede oficial, nem estava registrada em nenhum guia telefônico. “A UNE somos nós!”, gritavam os estudantes.

Em julho de 1966, burlando um forte dispositivo de repressão, estudantes da maior parte das universidades brasileiras chegaram a Belo Horizonte, como delegados, para participar do 28º Congresso da UNE. Clandestinamente, dormindo em casas particulares, reunindo-se em segredo, discutiram – e denunciaram – um estranho documento conhecido como “Informe Atcon”.

Encontramos no chamado Informe Atcon, elaborado pelo técnico em educação, o norte-americano Rudolph Atcon, e que foi adotado pelo USAID (United States Agency of International Development) como linha diretriz para a política

educativa norte-americana dirigida a América Latina [...] intitulada Recomendações, as seguintes sugestões e opiniões: “O melhor sistema legal é a transformação das universidades estatais em fundações privadas [...] A eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada como sindical [...] O funcionamento do ensinamento sobre bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes por um período de dez anos [...]”¹⁰.

Em segredo, o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, assina uma série de acordos específicos com USAID para colocar em prática as recomendações de Atcon. As finalidades são: limitar o acesso às universidades aos que possam pagar, fechando assim suas portas à maioria da classe média e, definitivamente, aos filhos dos trabalhadores; transformar gradualmente o caráter dos cursos humanistas, fontes de especulação e crítica, em cursos diretamente subordinados às necessidades da indústria local.

Os estudantes se mobilizam contra os acordos assinados pelo ministro da Educação e Cultura – os acordos MEC-USAID – e contra a supressão das liberdades individuais em geral¹¹. Em setembro, ocorrem as primeiras grandes manifestações de rua contra a ditadura. A repressão, obviamente, é violenta. No dia 23 desse mês, os estudantes realizam o “Dia Nacional de Protesto contra a Ditadura”. À noite, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, dois mil estudantes reunidos em frente à reitoria, acompanhados do reitor Pedro Calmon, iniciam uma assembleia no prédio da Faculdade de Filosofia. Do outro lado da rua, nos luxuosos salões do Iate Clube, um general discute planos de combate com o comandante da Polícia Militar (PM). Horas mais tarde, a Universidade é cercada e o reitor Pedro Calmon entabula negociações com os militares para que se permita a evacuação dos estudantes, sem necessidade de violência. Enquanto os comandantes militares conversam e parecem interessados, nas ruas, as tropas normais da Polícia Militar são substituídas por pelotões de choque. Às 3 da madrugada, cortam a luz elétrica; a invasão começa. Os estudantes se refugiam no último andar do edifício, de onde descem empurrados escada abaixo, como um redemoinho humano, recebendo, durante o trajeto, pontapés, socos, coronhadas, golpes com cassetetes. Os policiais, colocados em duas filas paralelas, voltam todo seu ódio contra os estudantes. A imprensa resume o fato: “A Polícia Militar invadiu, espancou e prendeu. Primeiro balanço: cem feridos e mais de cem presos”¹².

Tratava-se apenas do primeiro de muitos enfrentamentos violentos entre generais e estudantes.

Dia 28 de março de 1968. O general Osvaldo Niemeyer, superintendente da Polícia Executiva do Estado da Guanabara, sai de seu escritório antes da hora usual. Às 6 horas da tarde estaciona seu automóvel em uma rua sem

saída. No fundo da rua, fica o restaurante universitário “Calabouço”, onde diariamente seis mil estudantes fazem suas refeições. Um colega do general havia lhe telefonado dizendo que os estudantes programavam uma manifestação de protesto pela péssima qualidade da comida e que havia ordens para que a manifestação fosse impedida a qualquer preço. O general espera 20 minutos – chega um pelotão da Polícia Militar e se posiciona na saída da rua. São vaiados e apedrejados pelos estudantes. Uma pedra atinge o carro do general Niemeyer, que, furibundo, dá ordem de fogo.

O estudante Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, cai morto, atingido por um disparo de revólver calibre 38. Outros 25 estudantes são duramente espancados e feridos com gravidade. Uma testemunha ocular do tiroteio, da janela de um escritório, recebe um impacto de bala na boca. O psiquiatra e escritor Hélio Pellegrino retratou, analisando a declaração do próprio general Niemeyer, a psicologia agressiva do militar:

Após a morte de Edson Luís, ao comparecer à Assembleia Estadual, o general Osvaldo Niemeyer buscou justificar a ação homicida por ele comandada, sob o pretexto de que “a polícia estava inferiorizada em potência de fogo”. E, ao lhe perguntarem: “Potência de fogo? É arma?” – respondeu impávido: “É tudo aquilo que nos agride. Era pedra”¹³.

Com a morte de Edson Luís, iniciou-se um terrível ciclo de repressão contra os estudantes, destinado a destruí-los.

Na Guanabara, a política geral de responder com violência ao primeiro sinal de atuação dos estudantes encontrou ouvidos especialmente receptivos. Cada policial militar estava psicologicamente predisposto a descarregar sobre os jovens toda sua frustração. Irritava-lhes, sobretudo, a impotência da Polícia Militar frente aos comícios inesperados e rápidos e a evidente simpatia do povo com os estudantes. Uma revista conservadora descreve o cortejo que conduzia o corpo do estudante:

No centro da cidade, diante da ausência de policiais, prosseguiam os discursos. Inclusive dentro dos ônibus [...] Em determinado momento, cerca de 20 mil pessoas se aglomeraram em frente à Assembleia [...] Frente ao caixão, coberto pela bandeira brasileira [...] havia já 50 mil, 60 mil pessoas ao longo do trajeto [...] Dos edifícios atiravam papel picado¹⁴.

Nas principais cidades do país, os estudantes manifestaram nas ruas seu protesto contra o assassinato de Edson Luís. O 1º de abril, aniversário do golpe, é proclamado pelos estudantes como “Dia da Mentira”.

Os generais, insatisfeitos com a ineficácia da repressão desatada pelos policiais militares dos estados, mobilizam o próprio Exército. Tanques e carros blindados ocupam literalmente a cidade do Rio de Janeiro. O povo é espancado nas ruas e centenas de presos são entregues ao DOPS. Em São Paulo, Porto Alegre e outras cidades do país, as cenas se repetem. Em Goiânia, capital de Goiás, a polícia invade a catedral para prender manifestantes e fuzila um trabalhador em plena rua¹⁵. Belo Horizonte é ocupada militarmente. A Universidade de Brasília é cercada e ocupada, e o presidente da federação de estudantes, Honestino Guimarães, é preso.

No dia da celebração da missa de sétimo dia em memória do estudante Edson Luís, a cidade do Rio amanhece ocupada por 20 mil soldados do Exército, 10 mil da Polícia Militar, milhares da Infantaria da Marinha, centenas de agentes da polícia política. Os helicópteros militares fazem o patrulhamento aéreo.

Nos telhados dos edifícios próximos à Igreja da Candelária (a mais imponente do Rio), 15 oficiais da Aeronáutica, vestidos de civis, colocados estrategicamente, preparam-se como francoatiradores para liquidar a tiros as manifestações motivadas pela celebração religiosa. Os oficiais pertencem à primeira Esquadrilha do PARA-SAR, corpo paraquedista de busca e salvamento, treinados para realizar missões de caráter humanitário. No entanto, alguns desses oficiais não estão entusiasmados com a nova missão que lhes foi ordenada pelo brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, que lhes explicara em detalhes a importância da inusitada tarefa¹⁶.

A missa seria celebrada na Igreja da Candelária, no centro da cidade, e, horas antes de se iniciar o ofício religioso, o templo estava cheio. No entanto, pouco antes, a cavalaria, brandindo seus sabres, desviou muitos dos que se dirigiam à igreja. Quando a missa terminou, 500 soldados da cavalaria investiram contra a multidão que saía do templo, golpeando com suas espadas a torto e a direito, pisoteando os que tentavam escapar. O espetáculo foi horrendo. Jovens, mulheres, crianças, todos atingidos pelos golpes. A ordem da cavalaria era “debandar” e impedir qualquer manifestação. Mas a multidão foi agredida assim que pôs os pés fora do templo. O dia se encerrou com 700 pessoas presas e a Rádio Jornal do Brasil silenciada pelo governo, porque divulgara a informação sobre os acontecimentos.

A Cúria Metropolitana, depois de uma reunião de 11 horas, divulgou um incisivo protesto:

[...] Esse mesmo aparato militar, montado para manter a ordem, foi o que mais contribuiu para perturbá-la [...] A violência e a arbitrariedade, praticadas espe-

cialmente pela Polícia Militar e agentes da polícia política, foram tais que se suspeita que eles atuaram sob o efeito de drogas excitantes.

A tática era buscar impor a ordem pelo terror, aplicando a tradição de “terra arrasada” dos militares a simples concentrações populares. Enquanto o terror era desatado abertamente nas escadarias da Igreja da Candelária, dois jovens artistas viviam, naqueles dias, a experiência de outro tipo de repressão: a tortura.

Ao se dirigirem para a Igreja, na hora da missa, o cineasta Rogério Duarte e seu irmão, Ronaldo, escultor, foram sequestrados por um comando do Exército, levados à Vila Militar e ali submetidos a cruéis torturas durante oito dias: socos, choques elétricos, humilhações de todo tipo. Interrogados com a boca fechada por fita adesiva, os irmãos Duarte foram o objeto para descarregar a recôndita frustração dos militares, irritados pela adesão popular às manifestações de protesto.

Objetivamente, serviam também como “cobaias” de um processo que se tornaria, com o tempo, rotineiro na Vila Militar e em todos os quartéis do país.

Os irmãos Duarte denunciaram publicamente¹⁷, através da imprensa, as torturas sofridas e, três dias, depois, o assunto foi tema de um singular debate na Câmara dos Deputados em Brasília:

O Sr. Doin Vieira¹⁸ [...] que relato cruel será este, Sr. Presidente, infeliz e doloroso a perturbar a tranquilidade distante e formal desta Casa Legislativa em uma sossegada segunda-feira?

Memórias, talvez, de um ex-prisioneiro [dos campos de concentração] de Dachau [...]? [...] Ou terá sido talvez a descrição de ocorrência dos primeiros dias de abril de 1964 [...]?

Infelizmente, não, Sr. Presidente. Este relato, brutal na sua simplicidade, do que sofreram dois intelectuais brasileiros, Ronaldo e Rogério Duarte, em um quartel do Exército brasileiro, no Rio de Janeiro, cita fatos ocorridos de 4 a 12 deste mês de abril de 1968! [...]

Mas é de se perguntar, nobres deputados: por que foram torturados e por que foram presos exatamente Rogério e Ronaldo Duarte? [...] A única resposta que obtivemos da Guanabara foi a seguinte: “Foram presos porque eram barbudos e cabeludos; foram presos porque estavam encaminhando para a Candelária para assistir à missa do estudante Edson; foram presos porque eram jovens e pareciam estudantes”. Tinham, portanto, todas aquelas características aparentes para o fascismo paranoico dos seus apreensores. [...]

O Sr. Último de Carvalho: Essa Casa não pode fazer essa injustiça às Forças Armadas. Nem o governo está de acordo com essas violências.

[...]O Sr. Último de Carvalho: Para mim, o principal deste governo e da Revolução é o combate ao comunismo. Isto é o principal. O resto é acessório.

[...] O Sr. Doin Vieira: Com choques elétricos?

O Sr. Último de Carvalho: Prestígio o governo e a Revolução porque são anticomunistas. O resto, para mim, é acessório¹⁹.

Como de costume quando a denúncia se torna pública, foram abertos vários inquéritos para esclarecer as circunstâncias e nomes dos torturadores dos irmãos Duarte. Como sempre, embora as denúncias sejam públicas, os culpados não são punidos. O Serviço Nacional de Informações, dirigido pelo general Garrastazu Médici (atual presidente da República), impediu que se reconstituísse o sequestro, comandado por seu subalterno Walter Rodrigues. Na Vila Militar, o responsável e quem ordena as torturas, o coronel Goulart Câmara, foi discretamente afastado do comando da sua unidade²⁰.

Em junho de 1968, Rio de Janeiro é uma cidade tumultuada. Qualquer homem uniformizado é tratado como um invasor, um ocupante, um inimigo. A população em massa está ressentida contra a ditadura.

Nos Estados Maiores das Polícias Militares e do Exército, são buscadas novas táticas para o que eles denominam “guerra revolucionária”. Só conseguem elevar o nível da violência. Os jornais de junho, no Rio, publicaram notícias deste tipo:

Matias de Souza, 20 anos, ferido na mão direita por golpes de espada; Lourenzo de Almeida, estudante, ferido na cabeça; uma mulher não identificada, em estado grave por ter sido pisoteada pela polícia na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Buenos Aires²¹.

No dia 20 de junho, 400 estudantes foram presos em massa, no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acusados de promover uma assembleia estudantil. Entre eles estava Jean Marc von der Weid, presidente do diretório acadêmico da Escola de Química e futuro presidente da União Nacional dos Estudantes. A regra, agora, é que qualquer estudante preso em manifestações seja enquadrado na Lei de Segurança Nacional. No dia 21, ocorrem novos protestos no Rio, e a repressão já supera todas as marcas anteriores. A tática é cópia das ideias de Burnier: grupos pequenos de agentes policiais, escondidos detrás de uma árvore ou de um carro, disparam diretamente contra estudantes ou cidadãos suspeitos de participar das passeatas.

Como precaução, ficam proibidas as fotografias da imprensa. Todo jornalista que seja encontrado com câmera é preso, espancado e sua máquina confiscada ou destruída. Os estudantes, por sua vez, adotam táticas relâmpago

com extrema mobilidade: protestam em grupos pequenos e logo se dispersam, para se reunirem novamente em qualquer esquina. Os policiais se tornam mais agressivos, perseguem os manifestantes, derrubam-nos ao chão e os agridem a coronhadas.

Das janelas dos apartamentos ou de escritórios, os empregados atiram o que podem contra os soldados: cinzeiros, garrafões, guias telefônicos e até máquinas de escrever. A Polícia Militar do Rio parece escapar de qualquer controle. Na realidade, a política do terror de “terra arrasada” havia esgotado sua capacidade repressiva, frente à adesão de novas camadas populares que participavam ativamente das manifestações antigovernamentais.

Quando um grupo representativo do clero, dos estudantes, dos professores, dos artistas e intelectuais pede a Costa e Silva que autorize a realização de uma grande manifestação pelas liberdades públicas e individuais, o presidente se sente encurralado.

Acuado, ordena aos generais que não reprimam a manifestação. A Polícia Militar do Rio recebe ordens de não sair dos quartéis. O Exército se retira em um discreto alerta.

Dia 26, quarta-feira. Cem mil manifestantes ocupam todo o centro da cidade do Rio, ausente de policiais. São centenas de longas filas paralelas: sacerdotes, freiras, estudantes, professores, donas de casa, trabalhadores, artistas e intelectuais. Isolado, o governo assiste à manifestação das janelas dos ministérios, com as cortinas levemente levantadas.

Em uma dessas janelas, um homem pequenininho, quase calvo, tem um ataque de fúria: Gama e Silva, ministro da Justiça, recebe a bofetada da grande manifestação pacífica e recomenda aos generais que anunciem a ausência da polícia como um “ato de benevolência do governo”. Na realidade, a ditadura está nua.

Uma semana depois, o presidente Costa e Silva recebe em Brasília cinco dos organizadores da manifestação, para um “diálogo”. Entre eles, o jovem líder estudantil Franklin Martins e o escritor Hélio Pellegrino.

A comissão pede a liberdade dos estudantes presos e o marechal-presidente se queixa: “Vocês chegaram aqui com posições prefixadas e não querem dialogar”. Os membros da comissão replicam e explicam que eles tiveram a iniciativa do diálogo, e não o governo.

De fato, o diálogo se torna impossível porque as cartas já estão lançadas. Ao clamor de “Liberdade!”, os militares respondem, na prática, com maior repressão: “Toda a vanguarda da manifestação dos Cem Mil foi fotografada pelos órgãos de segurança que infiltraram seus agentes entre os fotógrafos profissionais. De imediato, as fotografias foram reveladas, ampliadas e exibidas para uma cuidadosa análise de identificação”²².

Em volta das cabeças de alguns fotografados se desenha um círculo negro. São as cabeças dos dirigentes estudantis que presidiam a passeata: o jovem gordo e simpático Wladimir Palmeira, o atlético Franklin Martins e Elinor Brito, líderes dos estudantes que reivindicam a reabertura dos restaurantes universitários, fechados pelo governo. A caçada a esses líderes será a próxima tarefa da ditadura.

4. O CORONEL E O OPERÁRIO

Aumentar e garantir o lucro do capital estrangeiro e baixar a inflação foram as duas motivações econômicas do golpe de 1964. Para isso, encontrou-se uma fórmula particularmente feliz para os patrões e desastrosa para a classe trabalhadora: o congelamento salarial. Os trabalhadores receberiam cada vez menos dinheiro pelo mesmo trabalho, o que reduziria a influência e o volume dos salários sobre os preços.

Uma política salarial tão drástica levava dentro de si, naturalmente, a necessidade de uma intensa repressão. O governo não contemplava nenhuma possibilidade de oposição à sua linha, especialmente dentro da classe trabalhadora. Para encabeçar essa repressão, um dos mais maquiavélicos coronéis do Exército brasileiro, Jarbas Passarinho, foi promovido a ministro do Trabalho. De sorriso constante e fala agradável, este militar de 47 anos, razoavelmente simpático, é, no entanto, um homem perigoso:

[...] superintendente da Petrobrás na Amazônia, de 1958 a 1961. Foi durante este período que o Ministro aprendeu a lidar com problemas trabalhistas – naqueles quatro anos, nunca teve nenhum e se dava bem com os líderes sindicais da Petrobrás. Em 1963, os líderes eram os mesmos; Passarinho era chefe do Serviço Secreto do Exército na Amazônia e passou a denunciá-los como subversivos, mas continuou popular entre os trabalhadores²³.

Era o homem feito sob medida para pôr em execução as leis de repressão ao movimento operário, instituídas de forma crescente depois do golpe. A primeira, promulgada em 1964, era óbvia: a lei 4330 extinguiu o direito de greve e quem desobedecesse era enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Mas isso não bastava. Foi criada uma lei que incidia diretamente sobre os salários. A solução foi encontrada em 1965 quando o ministro do Planejamento, Roberto Campos (ex-embaixador do Brasil em Washington, no governo Goulart), elaborou a chamada “Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço”, que permitia demitir o trabalhador a qualquer momento e em qualquer época, ficando à disposição do demitido uma soma ridícula de um fundo econômico formado por depósitos mensais da parte patronal.

Desse modo, eliminava-se uma das maiores garantias do trabalhador brasileiro, instituída ainda na época do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas: a estabilidade do empregado depois de um ano de trabalho e sua garantia total no emprego depois de dez anos.

A política de congelamento salarial provocou uma tragédia nas famílias dos trabalhadores. Em 1968, o salário médio de cerca de 10 milhões de trabalhadores urbanos havia perdido entre 30% e 45% de seu poder aquisitivo, em comparação com 1964. A família típica de um trabalhador teve que colocar mais um de seus membros no mercado de trabalho, retirando o filho ou a filha mais velha da escola. A “Lei do Fundo de Garantia”, que já tinha um ano de vida, se tornaria também um instrumento de alteração das estruturas de emprego: o trabalhador demitido encontrava outro emprego com salário mais baixo, nunca mais alto. Assim, as empresas foram se livrando de seus trabalhadores estáveis (registrados antes da vigência da Lei do “Fundo”), tornando seu salário cada vez menor. No novo emprego, o trabalhador tinha que aceitar – como determinava a nova lei – o “fundo”²⁴.

As greves contra a redução salarial começaram em abril de 1968: 15 mil trabalhadores de 19 empresas metalúrgicas paralisaram o trabalho na cidade de Belo Horizonte, exigindo 25% de aumento salarial e estabilidade no trabalho. A mobilização operária foi realizada em grupos de cinco trabalhadores e fora das sedes dos sindicatos, que estavam infestadas de agentes policiais. A greve é quase espontânea e o ministro Passarinho se assusta: toma um avião para Belo Horizonte. É o primeiro encontro do coronel com os trabalhadores em greve:

O ministro chegou muito sereno, foi até a cidade industrial para ver como estavam as coisas e depois quis conversar com os trabalhadores. Explicou que não estava ali para ameaçar ninguém, mas sim para conversar: “Se vocês estão pensando em fazer a contrarrevolução, estão muito enganados. Vocês são a parte mais fraca da história”. Exigiu “respeito às leis” e prometeu o reajuste imediato de 10% e mais 8%, posteriormente, para julho próximo.” Não sou demagogo! – gritou irritado.

Um trabalhador lhe respondeu: “O poder militar, e o ministro pertence a ele, quando deseja uma coisa não necessita de projetos de lei; decreta imediatamente. Por que não fazer um decreto em nome da Revolução para que nos escutem?”²⁵

Passarinho tenta dialogar com os líderes sindicais em segredo. Um deles, uma mulher, Maria Imaculada da Conceição, é secretária do Sindicato de Metalúrgicos.

A secretária do Sindicato, Srt^a Maria da Conceição Imaculada, não apareceu na entidade desde que os policiais do DOPS passaram a exigir identidade de todas as mulheres que deixavam o prédio de número 570 da Rua Bahia. O presidente Antônio Santana Barcelos afirma que “ela está descansando um pouco, pois ficou muitas horas sem dormir durante a greve”²⁶.

O ministro Passarinho desiste, mas não esquece o nome de Maria Imaculada. À noite fala em uma cadeia de televisão e ameaça os trabalhadores com a Lei de Segurança Nacional. Contudo, autoriza os patrões a conceder um pequeno aumento prometendo-lhes, em troca, “fazer uma limpeza, quando a classe operária esteja desmobilizada”.

Centenas de trabalhadores são demitidos ao retornar para o trabalho. A “limpeza” é geral em todas as fábricas e atinge, inclusive, alguns velhos trabalhadores contratados sob o regime da lei anterior, mas já desnecessários para os patrões. Passarinho estreava a tática de repressão *a posteriori*, que passaria a usar, alternando-a com a já tradicional repressão preventiva.

Em outubro, recomeçam as greves em Belo Horizonte: oito mil bancários e seis mil metalúrgicos. O ministro Passarinho age com mais experiência:

As fábricas foram ocupadas pela polícia da ditadura e aqui, na fábrica Mannesmann, houve tiros, emboscadas, bombas ao amanhecer do dia 1 de outubro, e depois continuamos trabalhando com fuzis apontados às nossas costas. Mais de cinquenta companheiros foram presos durante a greve e ainda estão na prisão. Muitos deles foram demitidos²⁷.

Os trabalhadores, contudo, obtêm uma vitória parcial, apesar das prisões e da ocupação militar de muitas fábricas. Alguns dos presos receberam um “tratamento especial” do ministro Jarbas Passarinho. Ênio Seabra, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e Maria Imaculada da Conceição, já conhecidos pelo ministro, são procurados intensamente depois do retorno dos trabalhadores às fábricas. Ênio é preso, libertado e novamente preso, demitido de seu emprego e, finalmente, torturado²⁸.

Maria Imaculada da Conceição permaneceu incomunicável durante 60 dias, foi espancada e torturada barbaramente pela polícia política de Minas Gerais. Em uma das salas do DOPS, diante de outros presos políticos ameaçados por fuzis, praticaram um selvagem aborto em Maria Imaculada.

Em pouco tempo, os generais aperfeiçoaram a repressão contra as greves operárias. Depois da primeira paralisação dos trabalhadores em Belo Horizonte, puseram em prática um sistema muito simples para enfrentar a crescente mobilização operária, que continuou e aumentou durante todo o ano de 1968:

em cada um dos “pontos-chave” dos conflitos operários, nomearam um militar ou um civil perfeitamente identificado com o sistema militar.

Quando, por exemplo, em 16 de julho de 1968, três mil operários da região industrial de Osasco, na Grande São Paulo, declaram-se em greve e ocupam seis fábricas, o delegado regional do Trabalho, general Moacir Gaya, declara a paralisação ilegal e imediatamente comunica o fato às tropas da força pública do estado, à Polícia Federal e à Secretaria de Segurança Pública. As tropas ocupam Osasco, detêm 61 operários, invadem o Sindicato dos Metalúrgicos e um ex-militar, assessor de Gaya, é nomeado interventor do sindicato²⁹.

José Ibraim, o jovem presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, de apenas 23 anos de idade, dirige clandestinamente a greve. Procurado pela polícia, não é localizado naquela ocasião. Os trabalhadores dão pouca importância às qualificações formais de paralisação *não legal* ou *ilegal*:

Nós, operários de Osasco, estamos em greve [...] A fome que ronda nossas casas e o desemprego que nos atormenta têm que ter um fim. Chegou a hora de dizermos não à ditadura dos patrões. Chegou a hora da derrubada das leis de arrocho salarial, do Fundo de Garantia e da lei antigreve. Ao arrocho respondemos com greve, ao Fundo de Garantia – greve. Exigimos contrato coletivo. À lei antigreve – greve³⁰.

O coronel Passarinho transfere-se de urgência a São Paulo para comandar pessoalmente a repressão. A ação policial-militar cresce. O ministro ordena que os trabalhadores sejam buscados em suas próprias casas e tenta transformá-los em fura-greves. Nada consegue e ameaça com demissões massivas, por outro lado, promete negociar, não castigar os grevistas e conceder progressivos aumentos.

“Esta greve é ilegal e representa uma provocação [...]. Não me chamo Cohen, mas tem gente que pensa que o Rio Tietê é o Rio Sena e que em São Paulo se fala francês”³¹. Os jornais publicam com grandes caracteres as declarações do coronel Passarinho, que, ao mesmo tempo, aludia ao “Plano Cohen”, de 1937, e a Cohn-Bendit, um dos líderes da rebelião de maio, na França. Particularmente irritado em razão do apoio que os estudantes e a população de São Paulo prestavam aos grevistas, o ministro Passarinho reprime, por um lado, e promete soluções, por outro, tentando esvaziar o movimento. Finalmente o consegue. A greve é dissolvida. Regressa ao Rio de Janeiro e no mês seguinte elabora rígidas normas para serem aplicadas a qualquer movimento grevista em qualquer parte do país: a) demissão por “justa causa”, sem pagamento de qualquer indenização a quem participar das paralisações; b) os dias de greve não serão pagos; c) enquadramento dos grevistas com base na Lei de Segurança Nacional.

Em Osasco, onde a situação aparentemente voltou à normalidade, não passa um dia sem que um pequeno grupo de operários não receba o aviso de demissão. Alguns quilômetros adiante, nos enormes quartéis de Quitaúna, onde se concentra o grosso das tropas do II Exército (com sede em São Paulo), jovens oficiais, encolerizados pela ocupação das fábricas pelos operários, preparam listas de nomes dos “mais perigosos”, que serão castigados no “momento propício”³². Para isso, é necessário impedir a mobilização da imprensa, da opinião pública, dos advogados e, assim, criar as condições para que a caçada seja proveitosa. Em dezembro, todas essas condições estarão formalmente reunidas.

5. O ÚLTIMO ATO

O avanço é lento, mas firme. Em 1968, os operários saem da profunda letargia em que haviam sido prostrados pela violência de 1964. Surgem novos líderes, novas formas de organização que permitem isolar e afastar os sindicatos dominados pela polícia ou pelos dirigentes pelegos. Greves esporádicas irrompem em vários estados e, ainda que de brevíssima duração – alguns dias, às vezes algumas horas – significam o repúdio às regras do jogo imposto pelos patrões através da ditadura militar. Em meados do ano, em diversos pontos do país, os estudantes ocupam as escolas e faculdades para discutir teses políticas, preparando-se para o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes. No Nordeste, não restou nada das Ligas Camponesas, que há muito tempo já pertencem ao passado, mas os sindicatos rurais continuam existindo e com enorme frequência escapam ao controle governamental. Nas cidades, a classe média exige liberdades individuais, de associação, de informação. A passeata dos “Cem Mil”, no Rio, mostra que o governo está isolado da classe média.

Os generais são, nesse momento, prisioneiros da própria política repressiva. Cada vez que se oferece uma alternativa de abertura, eles decidem avançar em direção oposta e aprofundar-se ainda mais na repressão. Cresce, paralelamente, a intensidade da reação popular. O desgaste é profundo nos dois lados. Nas organizações de esquerda, os grupos mais ativos resolvem começar a preparação para uma longa e difícil luta armada contra o sistema. Carlos Marighella, que havia liderado uma cisão dentro do Partido Comunista, é formalmente expulso dessa organização (junto com outros companheiros de linha revolucionária) ao participar da reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, em Havana, no ano de 1967, e se converte no dirigente mais conhecido dos diversos grupos armados, independentes entre si, que se organizam e passam a expropriar dinheiro dos bancos e realizar outras operações, como

atentados com bombas etc. No Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Garrastazu Médici, seu diretor, observa atentamente a evolução das ações armadas e a reação popular. Na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, o general Jayme Portella discute e analisa os informes. O general Meira Mattos, considerado um especialista em “guerra revolucionária”, é nomeado Inspetor Geral das polícias militares dos estados³³.

Os primeiros sintomas de radicalização nos altos comandos militares começam a se tornar públicos em meados de junho, depois da grande manifestação de rua no Rio. O deputado Martins Rodrigues, secretário geral do partido opositor Movimento Democrático Brasileiro (MDB), denuncia as tentativas de restabelecimento do “Ato Institucional nº 2” para suprimir as garantias individuais, censurar a imprensa e controlar o Judiciário:

É a terapia sugerida pela oligarquia militar para sufocar uma crise provocada pelos anseios de liberdade do povo [...] Estamos às vésperas de novas tentativas para institucionalizar a violência e a opressão. A inequívoca manifestação do povo não foi uma lição suficiente para a obstinação antidemocrática do governo, prisioneiro de uma oligarquia político-militar que o mantém surdo ao clamor popular [...] e que por isso prefere o estado policial³⁴.

Falta, no entanto, desencadear um plano para justificar a escalada da repressão. Em um modesto edifício do Largo do Paissandu, em São Paulo, um curioso e estranho homem que lê a Bíblia no original hebraico, que estuda os discos voadores e diz que viajou a Marte em um deles, recebe a visita do general de reserva Paulo Trajano, amigo íntimo do general Meira Mattos. As visitas do general Trajano a Aladino Félix – o homem dos textos sagrados e dos discos voadores – tornam-se cada vez mais frequentes.

Dois meses mais tarde, Aladino Félix (também conhecido por Sábado Dinotos) é detido e acusado de ser o inspirador de um plano terrorista destinado a semear o pânico em São Paulo. Encabeçando um grupo formado especialmente por soldados da força pública do estado, Aladino Félix cometeu uma série de atentados e atos de sabotagem que culminam, no dia 18 de agosto de 1968, com três explosões simultâneas, a mais violenta das quais aconteceu em frente ao prédio da polícia política (DOPS), com tal potência que a explosão foi ouvida num raio de dez quilômetros. Três dias depois, a polícia civil descobre e detém o bando de Aladino Félix. Os jornais de 21 de agosto estão cheios de informação sobre o fato:

Aladino, um psicopata que dá aulas sobre discos voadores, disse que recebe ordens de gente muito importante [...] Segundo o comissário Ernesto Dias, “ele queria forçar o regime endurecer”.

Em 1964, quando frequentava reuniões preparatórias ao golpe, Aladino conheceu muita gente hoje importante.

“Diante do juiz penal, Aladino disse que a Casa Militar da Presidência da República era a que dirigia as ações de terror e destacou, igualmente, que só funcionava como intermediário entre a Casa Militar e os terroristas.”

O general Paulo Trajano, por outro lado, desmentiu que tivesse ligações com Aladino, embora admitisse haver estado várias vezes em seu escritório, mas unicamente para estudar a Bíblia.

Menos de uma semana depois, o termômetro político atinge outra vez sua temperatura máxima. Tropas da polícia militar do Distrito Federal e do Exército, junto com agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) invadem a Universidade de Brasília, disparando em todas as direções e depredando os laboratórios, sob o pretexto de deter alguns dirigentes estudantis, entre eles Alduísio Moreira de Souza, libertado no dia anterior e que se encontrava trans-tornado por causa das torturas, e Honestino Guimarães, presidente da Federação de Estudantes Universitários, já há algum tempo procurado pela polícia³⁵. A ocupação foi praticada com requintes de violência. Dezenas de deputados que acorreram à Universidade (alguns chamados por seus próprios filhos estudantes) foram espancados e puderam ver quando Honestino Guimarães foi levado a um carro da polícia com o rosto e o corpo sangrando, enquanto recebia novos chutes e golpes de cassetetes.

A invasão da Universidade teve ampla repercussão no Congresso e em todo país. A Câmara de Deputados cria uma comissão parlamentar de inquérito para apurar e definir a responsabilidade dos fatos, enquanto o governo promete o mesmo e anuncia que o Serviço Nacional de Informações, sob a direção direta do general Garrastazu Médici, averiguará o ocorrido. A comissão de investigação da Câmara foi sabotada pelos próprios deputados da Arena, e a do governo (através do SNI) jamais publicou seus resultados. Contudo, ficou claro que um grupo de militares do Exército, comandados pelo coronel Carlos Evaristo, teve a iniciativa da invasão, sem que, de fato, as autoridades de mais alto nível tivessem conhecimento antecipado. O poder repressivo já estava, então, dividido ao meio, e era exercido livremente pelos oficiais de níveis inferiores, sem que jamais fossem penalizados por seus superiores.

A escalada continua e, progressivamente, os aprendizes de bruxos já não podiam controlar seus subordinados. Em agosto, explodiu o escândalo dos assassinatos massivos preparados pelos militares do PARA-SAR. Os oficiais que haviam se recusado a participar da utilização criminosa dessa organização foram penalizados com prisão domiciliar e transferência para lugares longínquos do país. Os culpados foram premiados. Os que executaram as ordens repressivas e

deram ao processo uma tônica de violência fora de qualquer proporção passaram a controlá-lo. O general Jayme Portella, chefe da Casa Militar da Presidência, tornou-se um dos homens fortes do regime, devido a suas funções paralelas de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional.

Em São Paulo, a Faculdade de Filosofia, um dos núcleos mais politizados da cidade, é atacada a tiros por grupos do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) entrincheirados em uma universidade privada do outro lado da rua. Formado por oficiais do Exército, policiais e filhos de famílias ricas, o CCC é uma organização tipicamente paramilitar e foi particularmente ativa em 1968, atacando com bombas e à mão armada espetáculos teatrais de vanguarda, sequestrando atores e realizando uma série de atos de provocação. Depois de decretado o Ato Institucional nº 5, e a institucionalização da tortura, os membros do CCC começaram a participar diretamente dos interrogatórios dos presos políticos na Operação Bandeirantes, em São Paulo.

Junto à Faculdade de Filosofia se produz uma verdadeira batalha campal nos primeiros dias de outubro. Oficiais e soldados da Força Pública de São Paulo ajudam os integrantes do CCC a preparar os “coquetéis molotov”, com os quais atacam os estudantes. Durante os três primeiros dias do enfrentamento, o governo do estado se nega a intervir e, com isso, favorece aos assaltantes direitistas, que, bem armados, estão em vantagem. Em 3 de outubro, tiros de revólver calibre 38 do CCC matam um estudante secundário, José Guimarães, e, pouco depois, tropas da Força Pública, a cavalo, invadem, com seus cães amestrados, a Faculdade de Filosofia³⁶.

Mais além dos objetivos gerais de intimidação ao crescente movimento de massas, a repressão pelo terror contra o setor estudantil tem um alvo em curto prazo: impedir, por todos os meios, a realização do XXX Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes, previsto para outubro “em algum ponto do país”. Seus dirigentes são perseguidos, em uma verdadeira caçada, e as faculdades, vigiadas. Apesar de tudo, o XXX Congresso se instala, em meados de outubro, em um sítio isolado em Ibiúna, zona rural nas cercanias de São Paulo, reunindo 712 delegados de todo o país. No segundo dia, o sítio de Ibiúna é cercado por três destacamentos de soldados da Força Pública. Todos os estudantes são presos, fichados, fotografados como criminosos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Entre os presos se encontravam: Vladimir Palmeira, o dirigente da manifestação dos “Cem Mil”, no Rio, e Luís Travassos, presidente da UNE.

Mais tarde, o “álbum” de fotos dos presos de Ibiúna servirá como um dos pontos de partida dos militares para identificar muitos dos participantes das organizações revolucionárias. De fato, depois do fracassado congresso e da destruição temporária do movimento estudantil, inúmeros estudantes aderiram às fileiras das organizações de luta armada.

Os estudantes estão nas prisões. Os atos terroristas de direita são desmascarados. Pouco a pouco, crescem os atos de expropriações a bancos ou de armas, realizados pelos grupos revolucionários armados. Paralelamente, amadurece a trama tecida pelos generais para um novo “endurecimento”. O pretexto será um brevíssimo e incisivo discurso do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara Federal, em agosto. Odiado pelos militares por causa do seu livro *Torturas e Torturados*, o jornalista e então deputado denuncia, em um discurso de dez minutos, a gratuita e excessiva violência militar empregada na invasão da Universidade de Brasília.

O ministro do Exército, general Lira Tavares, exige de Costa e Silva a “cabeça” de Márcio Alves. Nos quartéis, recomeça o clima que antecedeu o Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965. Proliferam os manifestos de grupos de coronéis e capitães. Um general, de baixa estatura e de aspecto severo, visita os principais quartéis do país para prometer que “a revolução” seguirá seu caminho. Seu nome: Afonso de Albuquerque Lima, ministro encarregado dos órgãos de desenvolvimento regionais, conhecido como ultradireitista e que se autodenomina “nacionalista”.

Costa e Silva está agora, como presidente, tão isolado como Castelo Branco em 1965. Contudo, para cortar a “cabeça” de Márcio Alves é necessário cumprir várias formalidades. Uma solicitação de cassação de seu mandato parlamentar é enviada ao Supremo Tribunal Federal, que a remete à Câmara de Deputados para que ali se decida se o deputado – que constitucionalmente tem imunidade – pode ser objeto de uma ação judicial. Paralelamente, os militares tentam enquadrar na nova Lei de Imprensa o deputado Hermano Alves, também jornalista, e que publicara em um jornal artigos considerados injuriosos às Forças Armadas.

A Comissão de Justiça da Câmara rejeita, em princípio, a solicitação para quebra de imunidade do deputado, ao analisá-la do ponto de vista jurídico-constitucional. Oito deputados da comissão são substituídos por outros, fiéis e dóceis aos militares. Diante do risco de se esgotar o período legislativo sem que o assunto tivesse sido votado, o presidente Costa e Silva convoca o Congresso para funcionar em sessão extraordinária. O ministro do Interior e Justiça deixa seus gabinetes habituais no Rio e se encaminha a Brasília para se reunir com as lideranças parlamentares do governo. O deputado precisa perder a imunidade: assim o exigem os militares. Trata-se de “um problema político”. Sem que a Comissão de Justiça tenha decidido sobre o assunto (apesar das substituições) o projeto vai à reunião plenária.

Quando o líder da Arena, Geraldo Freire, subiu à tribuna para defender a cassação, estava sério e triste. Seu rosto ficou vermelho, as palavras foram veementes,

mas faltavam argumentos. Os poucos aplausos, ao final do seu discurso, mostraram que o governo havia perdido o primeiro assalto. A vitória do “não”, já esperada até em listas e bolos feitos por jornalistas, deputados e funcionários do Congresso, só surpreendeu por ser maior, numericamente, do que se previa. Quando o presidente José Bonifácio falou com voz grave “Não, 216 votos; Sim, 141 votos; Brancos, 12. O projeto fica rejeitado”, o plenário de pé aplaudia, Mário Covas chorava nos braços de Mario Piva (MDB-Bahia), João Herculino (MDB-Minas) gritava sua alegria, funcionários e deputados choravam. O Hino Nacional começou a ser cantado nas galerias lotadas e foi puxado no plenário pela deputada Ivete Vargas (MDB-São Paulo). O presidente da Casa, José Bonifácio, ficou atrapalhado, mas acabou se perfilando em respeito ao Hino³⁷.

Isso ocorreu em 12 de dezembro de 1968, uma quinta-feira. No mesmo dia, um pouco antes, o Supremo Tribunal Federal concedeu o *habeas corpus* mandando libertar os 712 estudantes presos por ocasião do congresso da UNE, em Ibiúna, e que ainda estavam encarcerados, inclusive os principais dirigentes universitários. Contudo, os generais já haviam decidido que não se cumpriria nenhuma das duas decisões. À noite, nos diversos quartéis onde se encontravam detidos os estudantes, é recebido um comunicado do comando do II Exército, em São Paulo, ordenando que ninguém fosse libertado porque, apesar da decisão da Corte Suprema, “algo muito importante deverá acontecer nas próximas horas”.

Na tarde do dia 13, o Conselho de Segurança Nacional se reúne. Estão presentes todos os ministros do governo, mais o chefe do Serviço Nacional de Informações, general Garrastazu Médici, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Jayme Portella, e o vice-presidente Pedro Aleixo, que é o único a se opor à decretação de um novo Ato Institucional, o de número 5.

O jornalista Carlos Chagas, secretário de imprensa da Presidência da República, mais tarde iria se referir às situações jurídicas criadas pelo Ato Institucional nº 5, ao escrever em seu jornal sobre os últimos momentos do governo Costa e Silva³⁸:

O sistema de cascata determinará os poderes de exceção aplicados pelo mais reles esbirro policial. Na suspensão do *habeas corpus*, por exemplo, que, segundo a minuta lida, não prevalecerá para crimes políticos ou contra a ordem econômica, quem estabelecerá a tipicidade de cada fato? Quem dirá se tal e qual crime tem implicações políticas ou se relaciona com a ordem econômica? Muitas vezes, matéria tão importante estará em mãos de um recalçado, ao arbítrio de um despreparado.

Na noite desse dia 13, o país saberá, por rádio e televisão, que foi decretado um novo Ato Institucional e que o Congresso foi fechado:

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional [...]

Art. 3º - [...] decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Art. 4º - [...] suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

Os generais haviam se esquecido de mencionar: “5º ano da ditadura militar”.

Começa uma longa noite de terror. No mesmo dia 13, comandos policiais ou militares prendem, em todo país, dirigentes trabalhadores e estudantes, parlamentares e intelectuais³⁹.

Censores militares são destacados para as redações dos jornais, que publicam o texto do “Ato Institucional nº 5” e substituem as informações políticas por anúncios fúteis, em um visível – embora débil – protesto contra a censura. Em casas e apartamentos do Rio e de São Paulo, jovens de menos de 25 anos releem, com duplo interesse e atenção, as proclamas e artigos de Carlos Marighella, feitas ainda em maio de 1968, no jornal clandestino *O Guerrilheiro*. É um chamado aos militares de esquerda para desencadearem a luta armada contra a ditadura militar.

Nos dias seguintes à promulgação do “Ato Institucional nº 5”, Marighella repete e aprofunda seus pontos de vista:

Estratégia da Ação Libertadora Nacional: Em um país como o Brasil, onde existe uma crise política permanente como resultado do agravamento da crise crônica de estrutura e da crise geral do capitalismo e de onde surge, em consequência um poder militar, nosso princípio estratégico é *transformar a crise política em luta armada* do povo contra o poder militar. O princípio básico dessa estratégia é desencadear, tanto na cidade como no campo, um volume tal de ações revolucionárias que o inimigo se veja obrigado a transformar a situação política do país em uma situação militar [...] é esta identidade de conceitos ideológicos, teóricos e práticos o que faz que, em vários pontos do país, revolucionários des-

vinculados uns dos outros acabem fazendo coisas que os identifiquem como se pertencessem a nossa organização [...] Nossa organização foi constituída para levar à prática uma linha revolucionária que tem como estratégia a guerrilha. Os princípios dessa organização não se confundem com os das organizações políticas de esquerda tradicionais no Brasil, cujo funcionamento se estabelece à base de reuniões para elaborar documentos [...] A espinha dorsal de nossa organização são os grupos revolucionários que se caracterizam por sua iniciativa e combatividade [...] O princípio básico é partir da guerrilha e, uma vez assentada tal premissa, fazer da organização um instrumento da linha política que segue essa estratégia [...] Nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas sim desencadear a ação revolucionária sob uma linha revolucionária única, que contém em si, como uma só coisa, a linha política e militar fundidas [...] A guerrilha é o próprio comando político e militar da revolução. *O dever do revolucionário é fazer a revolução.*⁴⁰

Para uma grande parte dos militantes políticos, dirigentes estudantis e operários, encerra-se a etapa de luta por ampliar a estreita faixa de liberdades públicas e individuais dentro do sistema, levada a cabo a partir do Ato Institucional nº 2. Para todos, inclusive para os mais politizados, é o fim da agitação política clássica da esquerda. Quase em sua totalidade, passam à ação. Muitos passam à clandestinidade e integram os grupos armados que constituirão a “guerrilha urbana”, a que os militares chamam de “terroristas”.

As organizações políticas revolucionárias (constituídas a partir de ações de “expropriações” de bancos) nasceram praticamente em decorrência da decretação do AI-5, ou pouco antes. Anteriormente, em 1962, dentro da esquerda surge uma definição em favor da luta armada, na cisão do velho PCB. Nasce, então, o Partido Comunista do Brasil (em oposição ao PC Brasileiro), dizendo-se de “linha chinesa” e falando de luta armada, mas sem nenhuma perspectiva clara e definida.

O golpe de 1964 cria as condições objetivas aparentes para a luta armada, mas as primeiras tentativas fracassam. A Ação Popular, de origem cristã, adere ao “foquismo” em 1965 e, pouco depois, adota a estratégia da guerra popular prolongada, ao estilo chinês, mas sem nenhuma iniciativa prática ou visível, pelo menos. Subalternos expulsos das Forças Armadas (sargentos, cabos, marinheiros), junto com intelectuais e profissionais liberais, constituem o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sob a direção política de Leonel Brizola, e realizam diversas investidas guerrilheiras no campo (Caparaó e muitas outras), que fracassam. Em finais de 1967, com alguns dos seus principais membros na prisão, o MNR está praticamente destruído, antes mesmo de sua tentativa de ação ter visibilidade.

A data coincide com a volta de Carlos Marighella da reunião de OLAS, em Havana, e o início de um amplo trabalho de organização. No entanto, a Ação Libertadora Nacional, sua articulação, só surgirá em meados de 1968, ampliando-se a partir do momento (finais desse ano) em que o trabalho político de massas já não é possível.

Em princípios de 1968 (mais ou menos na mesma época das primeiras ações de Marighella), ex-sargentos e estudantes (que antes haviam pertencido ao MNR) organizam em São Paulo comandos de expropriação de armas nos quartéis e de dinheiro nos bancos. Intelectuais e operários se integram também à organização, que passa a se chamar Vanguarda Popular Revolucionária e que tem, entre seus membros, o capitão Carlos Lamarca, que logo desertará do Exército com alguns sargentos, soldados e armas de seu batalhão. Em finais de 1968 e especialmente em inícios de 1969, as organizações de luta armada se reproduzem em grande número. Surge em São Paulo a Ala Vermelha (cisão revolucionária do PCdoB, de linha maoísta) e, no Rio, o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), com base em antigos militantes do já inexistente MNR, além do MR-8, que tenta, inicialmente, formar focos rurais e se reorganizar a partir dos quadros do movimento estudantil. Em Belo Horizonte, surge o Comando de Libertação Nacional (Colina).

No entanto, a quase totalidade das ações desses grupos se limita a assaltos a bancos e pequenos ataques de sabotagem nas cidades. Mais tarde, algumas organizações se tornarão conhecidas pelos sequestros de diplomatas estrangeiros, que buscam principalmente libertar prisioneiros submetidos à tortura e sob um regime carcerário rígido e brutal.

OPERAÇÃO TORTURA

1. A ESCALADA

Ficha técnica: o *pau de arara*, instrumento de tortura mais usado no Brasil, distingue-se por sua extrema simplicidade e facilidade de emprego: uma barra apoiada em dois pontos elevados – duas cadeiras, mesas ou o que seja. A barra pode ser de madeira ou de ferro, mas deverá ter dois ou três centímetros de diâmetro para o *bom funcionamento* do sistema, que se baseia na interrupção da circulação do sangue e a simultânea contração muscular e nervosa. Desnudo, o preso é amarrado pelos pulsos e pelos tornozelos. Senta-se no chão com o corpo dobrado para frente, de forma que abrace seus joelhos. A barra é introduzida longitudinalmente, no espaço entre os joelhos e antebraços. Então é levantada, e suas extremidades são apoiadas nos dois suportes ou pontos elevados. As articulações dos joelhos e dos antebraços sustentam todo o peso da vítima. Os efeitos da tortura começam a ser sentidos em menos de meia hora aproximadamente: os pulsos e os tornozelos ficam arroxeados, dormentes, com uma sensação inicial de formigamento. O inchaço é progressivo, crescente e logo advém o que em medicina se chama pletora. A vítima tem a sensação de que seus dedos vão se quebrar a qualquer momento. A dor

aumenta mais ainda quando o preso é movimentado para frente e para trás. O *pau de arara* é geralmente usado para facilitar a aplicação de outras torturas, pela posição extremamente vulnerável em que a vítima se encontra. Pendurado, o preso é submetido a choques elétricos nas partes sensíveis do corpo (especialmente os genitais e a boca), também é empalado e queimado com cigarros. Aplicado sem combiná-lo com outras torturas, o *pau de arara* é extremamente “seguro”: não deixa marcas e, inclusive, não mata, caso se tenha o cuidado de, ao menos a cada duas horas, baixar o prisioneiro, desamarrá-lo e deixá-lo descansar um pouco. No entanto, ao ser desamarrado e abandonado ao solo, o preso sofre dores terríveis devido à súbita descontração muscular e nervosa e ao reinício da circulação normal do sangue.

Tudo indicava que o equilíbrio estava se rompendo, definitivamente, em favor da oficialidade de direita mais radical. No sábado, 14 de dezembro, ao completar as primeiras 24 horas do Ato nº 5, o movimento entra em fase de autofagia, prendendo velhos mestres do fascismo agora suspeitos de “liberalismo”, antigos inspiradores civis do golpe considerados traidores da “Revolução”, jornalistas, ex-membros do governo de João Goulart, deputados que haviam denunciado torturas nos quartéis. O marechal Cordeiro de Farias, o mais entusiasta e ativo conspirador golpista dos últimos ciclos de violência militar, ficou “sob vigilância” em seu domicílio. O ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, outrora líder incontestável da facção fascista da Aeronáutica, foi encarcerado na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio. Alguns de seus antigos partidários, como o deputado Rafael de Almeida Magalhães e o jornalista Hélio Fernandes, também foram presos⁴¹.

O poder ficou dividido e cada general passou a decidir em sua região militar, de acordo com a própria linha e a de seus auxiliares mais diretos. As únicas regras gerais eram a censura total da imprensa e o endurecimento sobre os dirigentes de esquerda. O jornal *O Estado de S. Paulo* e seu vespertino *Jornal da Tarde* tiveram algumas de suas edições apreendidas, embora seu proprietário fosse Júlio de Mesquita Filho, o homem que conspirara em 1964. No Rio, o *Correio da Manhã*, que se destacara pela denúncia das violências e ilegalidades cometidas pelo regime, foi cercado por agentes policiais do Departamento de Ordem Política e Social (Deops), enquanto oficiais do Exército se instalavam como censores nas redações de todos os jornais da cidade.

Cinco dias mais tarde, as declarações de dois dos principais redatores do “Ato nº 5” – o general Albuquerque Lima, nacionalista de ultradireita com forte ascendência sobre a oficialidade jovem da Vila Militar, e o general Lyra Tavares, ministro do Exército – evidenciavam os sinais de ruptura dentro de um esquema fragmentário:

[...] agora o governo está realmente de posse dos instrumentos adequados para promover as reformas das estruturas ultrapassadas [...] – dizia o jurista Albuquerque Lima.

[...] não há lugar para iniciativas isoladas [...] quem dirige o país, com novos poderes que lhes foram agregados, é o presidente da República, com seu gabinete e toda a hierarquia das Forças Armadas totalmente unificadas sob seu comando supremo [...] – expressava Lyra Tavares.

Em outras palavras, Albuquerque Lima exigia uma “política nacionalista” como pretexto para desencadear a repressão em todos os níveis, enquanto Lyra Tavares confessava que as Forças Armadas estavam divididas e buscava coibir as iniciativas isoladas de repressão. Por outro lado, o presidente Costa e Silva já não dispunha de nenhum poder de decisão sobre os generais de cada região militar e iniciava uma rápida caminhada que terminaria, oito meses mais tarde, por levá-lo ao ostracismo.

As reformas estruturais reivindicadas por Albuquerque Lima se limitaram à prisão, no Rio, de donos de pontos de uma loteria popular – o “jogo do bicho” –, muito difundida nas zonas urbanas⁴², que foram encarcerados no Presídio de Ilha Grande, de onde saíram pouco tempo depois. Os dissidentes presos no sábado, 14 de dezembro de 1968, foram libertados também com rapidez enquanto o terror se desencadeava contra dirigentes e membros de organizações revolucionárias, com o emprego, no início, esporádico e, depois, sistemático da tortura. Carlos Lima Aveline, um antigo político e deputado estadual suplente no estado do Rio Grande do Sul, acusado anteriormente, em 1965, de tentativa de sabotagem de um avião da Força Aérea, foi preso em São Paulo em 14 de janeiro de 1969, sob novas acusações. Conduzido ao Departamento de Ordem Política e Social, junto com seu filho, Carlos Cardoso Aveline, estudante de 16 anos, ambos foram torturados – um na presença do outro. O pai tentou suicidar-se para impedir que seu filho continuasse sendo torturado⁴³. Francisco Luís de Sales Gonçalves, estudante de Economia, foi preso junto com sua esposa e submetido a torturas e vexações sexuais na frente dela. Ambos foram pendurados no *pau de arara*, no DOPS.

Por causa da forte censura sobre a imprensa, estes fatos dificilmente eram conhecidos pela população, que só foi ter ideia disso muito mais tarde, através de publicações clandestinas. Poucas semanas depois do Ato nº 5, uma dessas publicações informava sobre as violências cometidas contra membros de um sindicato rural do município de Água Branca, no estado de Alagoas, no nordeste do país, onde o latifundiário local decidiu ajustar “velhas contas” no dia seguinte ao decreto da “nova ordem”, dia 14 de dezembro:

A polícia de Alagoas invadiu a sede do sindicato de trabalhadores rurais de Água Branca, prendeu seu presidente e mais nove pessoas, inclusive os professores contratados para a região [...] dias depois, foram presos oito trabalhadores rurais. O latifundiário local, Cícero Torres, foi vê-los no DOPS de Alagoas, onde os insultava e os ameaçava⁴⁴.

Em Belo Horizonte, os alvos da violência são os dirigentes das greves dos metalúrgicos e dos bancários de 1968. Os líderes sindicais Ênio Seabra e Mário Bento são presos e tratados como animais no quartel do 12º Regimento de Infantaria. A repressão não se esqueceu, especialmente, de Maria Imaculada da Conceição, secretária do Sindicato de Metalúrgicos, a mulher que o ministro Passarinho queria encontrar na época da mobilização da massa operária. Presa grávida, foi submetida a um aborto criminoso em uma sala comum do DOPS de Belo Horizonte, na presença dos demais presos políticos e dos policiais:

[...] com anterioridade, reuniram vários presos políticos para assistir [...] à cirurgia, praticada sem anestesia, sem nenhum cuidado higiênico e inclusive sem os instrumentos cirúrgicos necessários para uma operação. Quando, impotente, a vítima gritava, os torturadores faziam um alarido histérico e sádico, gritavam de alegria, diziam palavrões aos indignados espectadores mantidos sob ameaças dos fuzis⁴⁵.

Depois, chega o momento dos estudantes e professores de Belo Horizonte, daqueles que a polícia suspeita que participaram em assaltos a bancos e outras ações armadas. O primeiro grupo de dez suspeitos presos de 15 a 29 de janeiro passa pelas mãos de três equipes de torturadores: a do DOPS, a do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte e, mais tarde, em agosto, do tragicamente célebre quartel da 1ª Companhia de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro. Mais tarde, esses presos relataram suas torturas em um documento enviado da Penitenciária de Linhares, na cidade de Juiz de Fora, para onde foram levados meses depois:

A maioria foi presa cerca de 4 horas da madrugada do dia 29 de janeiro de 1969, na rua Itacarambu, bairro de São Geraldo, Belo Horizonte [...] Todos foram, imediatamente, levados para o fundo do pátio para serem fuzilados pelos agentes policiais que, exaltados, chegaram a carregar os fuzis. Ao chegar à Delegacia de Vigilância Social, todos foram novamente espancados com os [carregadores] dos fuzis, recebendo socos e pontapés [...] Continuamente chegavam novos agentes da Delegacia, da guarda civil e soldados da Polícia Militar para nos

espancar, principalmente na cabeça, onde recebíamos pontapés. Paralelamente, houve todo tipo de tortura psicológica, com ameaças de morte a toda hora.

Em fevereiro, foram submetidos aos primeiros interrogatórios na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte:

[...] o capitão do Exército Gomes Carneiro também agrediu o preso e lhe aplicou “telefone” (golpe dado de forma simultânea e violenta com as palmas da mão, nos ouvidos da vítima) [...] e finalmente penduraram Nilo Sérgio Menezes Macedo ao “pau de arara”, bateram na planta dos pés com uma palmatória de borracha, lhe deram choques elétricos e o sufocaram com uma esponja encharcada de água. Antônio Pereira Matos foi pendurado ao “pau de arara” durante 12 horas, recebendo ao mesmo tempo golpes com a palmatória de borracha em todo o corpo, “telefone”, chutes e jorro de água nas narinas⁴⁶.

Dali foram transferidos à Colônia Penal Magalhães Pinto, de Belo Horizonte, de onde eram retirados para ser novamente interrogados no 12º Regimento de Infantaria, onde funciona o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, no inquérito dirigido pelo coronel Otávio Aguiar de Medeiros. Os militares do 12º Regimento já haviam se aperfeiçoado nas torturas:

[...] Jorge Raimundo Nahas foi torturado naquele quartel, em uma sala de ginástica para confirmar declarações, dar informações “ou inventá-las”, como dizia o tenente Delmesi. Aplicaram-lhe choques elétricos com um aparelho usado normalmente para as comunicações militares. Também foi obrigado a ficar de pé em latas com as bordas cortadas.

Em 18 de agosto, oito meses depois da prisão, os presos foram amontoados em um veículo policial e conduzidos ao já terrivelmente famoso quartel da Polícia do Exército na Vila Militar da Guanabara, a 480 quilômetros. Os militares do 12º Regimento estavam muito ocupados em Belo Horizonte, nas torturas a outro grupo de presos políticos, cinco mulheres chegadas exatamente naquele dia, uma segunda-feira. O “Ato nº 5” completava o conjunto de condições para implantar a tortura sistemática.

Sequestrados de suas casas pela madrugada, os presos eram mantidos incomunicáveis. Não podiam procurar advogado, até porque não adiantava muito, pois o *habeas corpus* ou qualquer outro instrumento judicial de defesa haviam sido abolidos⁴⁷. A partir de fevereiro de 1969, a tortura se tornou uma rotina, como método de terror e como elemento essencial para a “formação de

culpa” na instrução do processo. A tortura passa a acompanhar os interrogatórios, a tomada de declarações, a acareação etc. Principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte são formadas equipes de policiais e militares dedicados exclusivamente à tortura de presos políticos. Em março, o Exército se encarrega, em São Paulo, das operações de tortura, repetindo o que já faziam seus homens, há muito tempo, nos quartéis da Polícia do Exército da Tijuca e da Vila Militar do Rio, e os oficiais da Marinha no Cenimar. A finalidade era destruir, desde a base, a herança de mobilização operária oriunda das greves de Osasco de abril de 1968. Recomeça a caçada aos dirigentes e aos próprios grevistas que, presos, são levados ao Quartel General do II Exército, onde um cassino, a partir de 18 de fevereiro, foi transformado provisoriamente em câmara de tortura. Os padres operários Antônio Soligo e Jan Talpe foram presos em 10 e 19 de fevereiro; pouco depois, os advogados de presos políticos Marcilio Krieger e Antônio Expedito Pereira (que foi torturado junto com sua secretária, sua esposa e seu irmão, sofrendo constrangimentos, recebendo choques elétricos e sendo pendurado no “pau de arara” junto com sua mulher), vários operários e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Ibrahim. Depois do Quartel General, os suplícios continuaram no Deops.

O padre Soligo conta o que lhe fizeram:

Algemaram-me na rua onde fui preso e me levaram para o Quartel de Ibirapuera. Aí encontrei outros operários desaparecidos de Osasco, sendo eles torturados barbaramente [...] Um amigo meu, Clemens Frederic Augustic Schragua, preso com invasão de domicílio, pela Força Pública, estava lá há quatro dias, todo moído, torturado todos os dias, com 41 graus de febre malárica, durante 4 horas cada vez, pendurado pelos pés de cabeça para baixo por duas horas, debaixo de golpes de todos os tipos e em todas as partes do corpo [...]

Em 17 de fevereiro fui levado ao DOPS (Polícia Política) onde me deixaram na Cela 2 [...] queriam informações sobre o movimento armado contra a ditadura, minhas mãos incharam terrivelmente com os golpes da palmatória, quase estouraram meus ouvidos, meus olhos, o fígado e os rins a tapa, socos e pontapés [...] Feitos demônios pulavam e pisavam forte com os dois pés em cima do tórax, nas costelas e no vazio da barriga [...] prenderam fios elétricos de uma máquina geradora nos dedos dos pés e das mãos, nas orelhas e no pênis. Fui torturado em duas ocasiões: ao chegar ao quartel e uma semana depois, na “escolinha”, ex-cassino transformado em câmara de torturas⁴⁸.

Em nível federal, assume poderes extraordinários o Conselho de Segurança Nacional, formado por todo o gabinete de ministros, mais o chefe do Serviço Nacional de Informações e o chefe da Casa Militar da Presidência, por

sua vez, secretário do Conselho. As listas de suspensão de direitos políticos dos cidadãos e de cassação de mandatos eletivos atingem não só deputados de oposição (ou do partido governista, considerados infiéis à linha militar), como também os que denunciavam a violência e a tortura em qualquer plano. No dia 30, procede-se à cassação dos mandatos e suspensão de direitos políticos de 13 parlamentares. Três ministros da mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal, têm seus direitos políticos cassados e são afastados de suas funções, como foi o caso do general Pery Bevilacqua – que apoiara o golpe em 1964 – ministro do Tribunal Militar Superior, que sistematicamente concedia *habeas corpus* aos presos políticos vítimas de violência. A proprietária do *Correio da Manhã*, um jornal independente que criticava o governo e denunciava as violências, Niomar Moniz Sodré, tem seus direitos políticos suspensos (depois é presa, julgada e condenada), como também vários intelectuais, entre eles o jornalista e escritor Antônio Callado. Pouco depois, professores e cientistas – como os sociólogos Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso e o físico Mário Schenberg.

As cassações e as demissões chegam também à carreira diplomática e aos remanescentes do *lacerdismo*, entre eles o próprio Carlos Lacerda⁴⁹. Os processos de cassação são a oportunidade para acertar “velhas contas”. O ministro da Justiça, Gama e Silva (que deixou a reitoria da Universidade de São Paulo para assumir o Ministério), fascista histórico, “limpa” as universidades de professores e cientistas apontados como de esquerda ou simplesmente “marcados” por acontecimentos anteriores. Os coronéis profissionais da repressão cassaram aquelas personalidades que, de uma forma ou de outra, apoiaram ou ajudaram a organizar a passeata dos “Cem Mil”, de 1968, entre eles os membros da “Frente Ampla”, formada por Lacerda⁵⁰.

O processo de cassação é sumário: tem origem no Serviço Nacional de Informações (dirigido pelo general Carlos Alberto Fontoura depois que o General Garrastazu Médici assumiu o comando do III Exército, de onde saiu para a Presidência) e, por solicitação de um ministro, é enviado à secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, onde o general Jayme Portella e seus coronéis assessores têm plenos poderes para incluí-lo na pauta das reuniões plenárias, onde a proposta é, em todas as ocasiões, aprovada por unanimidade, em uma média de menos de dois minutos para cada processo. Os jornais relatam:

O presidente Costa e Silva, baseado no Ato Institucional nº 5, decidiu cassar, ontem, depois da reunião do Conselho de Segurança Nacional, os mandatos eletivos e suspender os direitos políticos por dez anos de 92 parlamentares das Assembleias Legislativas [...] Depois da reunião, que durou duas horas e meia, o Conselho de Segurança Nacional distribuiu uma nota oficial [...]⁵¹.

Na realidade, o presidente Costa e Silva assina os decretos de cassação, mas já não os determina:

Fico esperando ansiosamente por uma voz, uma só, entre todos os ministros e outros membros do CSN em defesa das pessoas lá examinadas. Uma voz, apenas, basta-me para impedir a cassação de um mandato. Mas quantas vezes ela não aparece [...]⁵².

O general Portella e os coronéis comandantes da tropa estão no comando central da repressão. Amplia-se o conceito de subversão, abarcando todos os órgãos que opinam, falam ou pensam no país. Em fevereiro de 1969, cria-se a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, encarregada de centralizar as investigações realizadas nos diversos pontos do território. Ao mesmo tempo, o general acusa a imprensa: “A imprensa, em sua grande maioria dominada pelos comunistas, representou um papel importantíssimo no quadro geral dos acontecimentos”, referindo-se ao momento anterior ao Ato nº 5⁵³.

No Nordeste, a escalada do Ato Institucional nº 5 se expressa em assassinatos e sequestros de líderes populares. O cerco se fecha em torno dos simpatizantes de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, com ameaças diretas de fuzilamento. Em abril, o estudante de engenharia Cândido Pinto Melo, presidente da União de Estudantes de Pernambuco, é baleado, à noite, em uma rua de Recife por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), enquanto esperava um ônibus. Uma bala calibre .45 atingiu a coluna vertebral e o deixou paralítico na parte inferior do corpo.

Na noite de 26 de maio de 1969, o padre Antônio Henrique Pereira Neto é sequestrado por elementos de uma viatura policial. Arrastado e espancado, é selvagememente torturado antes de ser assassinado, nessa mesma noite. Seu corpo é atirado nos terrenos da Cidade Universitária. Dom Hélder protesta publicamente:

[...] Houve, primeiro, ameaças escritas em Edifícios, acompanhadas, por vezes, de disparos de armas de fogo. [...] em seguida, surgiram ameaças telefônicas anunciando que já haviam escolhido as próximas vítimas. A primeira foi o estudante Cândido Pinto de Melo. [...] Que o holocausto do padre Henrique obtenha de Deus a graça da continuação do trabalho pelo qual doou a vida e a conversão dos verdugos⁵⁴.

No interior do estado de Pernambuco, região de antigos conflitos, os latifundiários e os donos de engenhos de açúcar agora se sentem livres para cometer todo tipo de arbitrariedades contra os camponeses e contra os sindi-

catos rurais que, apesar da repressão, continuam existindo. Os camponeses lutam pelos direitos estabelecidos pelas próprias leis que os capatazes se recusam a cumprir. Alguns militantes de esquerda que participam desses movimentos são descobertos e torturados cruelmente⁵⁵. Em julho de 1969, o advogado Elenaldo Teixeira e o estudante de engenharia Luís Medeiros foram presos por uma patrulha policial, na qual participava o dono do engenho Amaro Dutra, e torturados na própria usina açucareira. Conduzidos ao DOPS de Recife, conheceram novos suplícios. No dia 22 de agosto, Luís Medeiros tentou suicidar-se e as torturas foram, então, denunciadas publicamente por Dom Hélder Câmara no *Boletim da Arquidiocese* e através de uma carta enviada pelo advogado Elenaldo Teixeira à Associação Brasileira de Imprensa:

[...] Em uma das salas da administração do Engenho de Açúcar, dois agentes policiais, Humberto e Rivel Rocha, se revezavam nas torturas. Utilizaram cassetetes de borracha dura, muito grossas. Prenderam-nos pelos pés e nos penduraram de cabeça para baixo e novamente nos espancaram [...] Estivemos hospitalizados durante 27 dias [...] Levados à Secretaria de Segurança Pública, ali começou a segunda fase, de tortura psicológica, ameaças, pressões morais. Por determinação do delegado de Segurança Social, Moacir Sales, e do senhor Bartolomeu Gibson⁵⁶, ficamos vários dias totalmente incomunicáveis. A guerra psicológica alcançou limites tão graves que meu companheiro Luís Medeiros, diante da perspectiva de que os policiais o matassem, tentou suicidar-se.

Em outubro, também no Nordeste, foi assassinado o estudante João Borges de Souza, um jovem de 23 anos, oriundo do estado da Paraíba, que anteriormente havia sido preso duas vezes, durante o congresso da UNE, em Ibiúna, e em janeiro de 1969, em Recife. Depois disso, João Borges se refugiou na pequena cidade do interior da Paraíba (Catolé do Rocha), onde, mediante uma verdadeira caçada policial, foi encontrado e foi, de fato, sequestrado, selvagememente espancado (seu rosto ficou irreconhecível), fuzilado e ainda apunhalado. O relato é da imprensa clandestina:

João Borges foi eleito vice-presidente da União de Estudantes da Paraíba. No começo de 1969 foi novamente preso [...] Todas as noites os policiais o levavam a um local afastado e diziam que iam castrá-lo. Os agentes faziam todos os preparativos e inclusive o amarravam para praticar a operação e, sempre, no último minuto adiavam a castração para o dia seguinte. Ao cabo de três meses, foi libertado, mas estava obrigado a viajar semanalmente a Recife para se apresentar à polícia [...] Depois, a polícia o sequestrou em 9 de outubro de 1969 [...] Em seu enterro havia mais de 300 pessoas.

O arcebispo Dom Hélder Câmara visitou Luís Medeiros no hospital; e, no dia seguinte, procurou o governador de Pernambuco, Nilo Coelho, e lhe pediu que, em sua condição de médico, visitasse os dois presos para constatar as marcas da tortura – testículos inchados, fraturas e feridas generalizadas no corpo. O governador e médico recusou o convite.

A tortura se torna mais intensa que qualquer poder e define a própria essência do poder.

Em 1969, a tortura já é utilizada, de forma generalizada, em todos os quartéis e está dirigida, essencialmente, contra os participantes dos grupos armados que expropriam dinheiro e assaltam depósitos de armas. No 12º Regimento de Infantaria em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, cinco mulheres – Gilse Avelar, Loreta Kiefer Valadares, Delcy Gonçalves, Maria do Rosário Cunha Peixoto e Laudelina Maria Carneiro – são postas nas mãos de torturadores refinadamente sádicos, acusadas de participação em ações armadas:

[...] em 23 de agosto fui levada à presença do tenente-coronel Valdir Teixeira Góes, do 12º Regimento, que informou que eu seria entregue aos torturadores capitão Jesu e sargento Léo, ambos da Polícia Militar, que se encarregariam de espancar-me, colocar-me no pau de arara, divertir-se com meu corpo e, finalmente, violentar-me [...]. Às 19 horas fui conduzida até um posto policial isolado [...] depois de ser violentamente despida, até ficar totalmente nua, estive durante nove horas sob a sanha desses policiais, que se revezavam em combinações de torturas físicas, psicológicas e sexuais [Declarações de Gilse Avelar].

Loreta Kiefer Valadares, por sua vez, declara:

[...] por ordem do tenente-coronel Góes, fui levada pelo capitão Jesu ao Colégio Militar, onde fui submetida a torturas físicas, morais e sexuais, perpetradas pessoalmente pelo capitão Gomes Carneiro, do Exército, na presença do tenente Marcelo. As torturas consistiam em carícias por todo o corpo, abraços e susurros nos ouvidos, logo transformados em golpes de caratê no estômago, bofetadas e principalmente vários golpes de “telefone” nos ouvidos, que quase me deixaram surda [...]. Na madrugada de 1º de agosto de 1969, fui levada outra vez ao 12º Regimento, onde assisti durante duas horas ou mais ao espancamento de meu marido, Carlos Antônio Melgaço Valadares, preso naquela noite e torturado desde várias horas antes. Vi também ali, amarrados, descalços, sem camisa e em estado deplorável, os operários metalúrgicos Ênio Seabra e Mário Bento, o advogado José Afonso e Ricardo Angelim.

Tal é o quadro em meados de 1969. Tortura-se de forma sistemática em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Brasília e, de maneira isolada, em outras regiões do país. As prisões estão repletas, principalmente com membros das organizações clandestinas de luta armada⁵⁷.

Até meados de 1969, as diversas organizações revolucionárias haviam expropriado quantidades superiores a 900 mil dólares (ao câmbio da época) em mais de 60 ações contra bancos. Pouco antes, em fevereiro de 1969, um capitão do Exército do 12º Regimento de Infantaria de Quitaúna (próximo a São Paulo) deserta do quartel com alguns sargentos, cabos e soldados, levando junto uma caminhonete cheia de armas modernas e apetrechos militares. É Carlos Lamarca, que passa para a luta armada revolucionária.

Em meados de 1969, toda atividade repressiva está dirigida contra os grupos armados.

Em junho, Carlos Marighella lança um novo manifesto anunciando a iminência da guerrilha rural:

A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra prolongada, que exige a participação de todos. É uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira. [...] nosso próximo passo deve ser a luta no campo. Este ano será o ano da guerrilha rural. [...] Essa aliança é o grande pedestal da luta no campo e da guerrilha rural, de onde surgirá o exército revolucionário de libertação do povo⁵⁸.

Marighella e Lamarca passam a ser os revolucionários mais procurados, em uma verdadeira caçada sem nenhum resultado. Praticamente todo o Exército e importantes contingentes da Marinha e da Aeronáutica estão empenhados na luta contra os grupos de ação armada, o chamado “inimigo interno”.

2. O GOLPE DENTRO DO GOLPE

Com 63 anos, o general Syseno Sarmento é um dos mais velhos remanescentes do “Clube da Lanterna”, órgão direitista orientado e dirigido por Carlos Lacerda na década de 1960. Em 1969, ele comanda o I Exército, com sede no Rio de Janeiro, onde a ação da guerrilha urbana é intensa: “Não podemos arriscar a vida de nossos soldados. [...] Minha ordem foi clara: quando os soldados sentirem que alguém os vai atacar, podem atirar para matar, para valer”⁵⁹.

Essas palavras foram ditas em agosto de 1969. Sarmento é um general da repressão contra o “inimigo interno”, como dizem os teóricos do regime ditatorial. A ordem de disparar para matar é cumprida zelosamente e, de agosto

de 1969 até início de 1970, pelo menos oito militantes da luta armada foram assassinados a sangue frio em ações de emboscadas ou cerco⁶⁰. No entanto, as ações revolucionárias se intensificam. Em julho de 1970 é expropriado um cofre do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, com 2,5 milhões de dólares, enquanto os assaltos a bancos e a alguns depósitos de armas aumentam e passam a ser cada dia mais frequentes.

Enormes cartazes com fotos de militantes clandestinos são distribuídos por todo o país e informam: “Terroristas são procurados – assaltaram, mataram e roubaram pais de família. À menor suspeita, avise ao primeiro policial que encontrar”.

Instituída em 1964 como uma forma de localizar os esquerdistas ou seus simpatizantes nos sindicatos, na administração pública e nas universidades, a delação é intensificada. Em São Paulo e Belo Horizonte (e mais tarde no Rio de Janeiro), todos os porteiros de edifícios se transformam imediatamente em agentes policiais, pois são obrigados a registrar na Delegacia de Ordem Política e Social todos os moradores do imóvel e as possíveis alterações e mudanças. A polícia lança uma campanha renovada de delação, patrocinada pelas mais altas autoridades.

“Cada cidadão deve se transformar em um informante da polícia” – diz o governador de São Paulo, Abreu Sodré, em 30 de julho de 1969. Uma nota dos jornais mostra como é a campanha.

Milhares desses folhetos, impressos pela Federação Paulista de Futebol, com a letra do Hino Nacional Brasileiro de um lado e com estas e outras recomendações dos “mandamentos da segurança” de outro, foram distribuídos.

1. [...] Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente. Avise logo à polícia ou quartel mais próximo. [...]
2. Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua ou se não passa da influência de amigos que o envolveram [...]
3. Aprenda a ler jornais, ouvir rádio ou televisão com certa malícia [...] Você vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você [...]
4. Se você for convidado ou sondado; ou conversando sobre assuntos que lhe pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise à polícia ou quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive o anonimato.
5. Aprenda a observar e guardar de memória alguns detalhes marcantes das pessoas, viaturas, objetos nas ruas, nos bares, cinemas, [...] nas lojas [...] edifícios comerciais e residenciais [...]

6. Não receba estranhos na sua casa – mesmo que sejam da polícia – sem antes pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes [...]
7. Nunca pare seu carro solicitado por estranhos nem lhes dê carona [...]
8. Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e avise logo à polícia ou o quartel mais próximo [...]. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive o anonimato.
9. Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou o seu quarteirão, avise logo à polícia ou ao quartel mais próximo [...] As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive o anonimato.
10. Nossa desunião será a maior força do nosso inimigo [...] ⁶¹

A nota sobre os “dez mandamentos” foi publicada no *Jornal do Brasil*, do Rio, em 24 de março de 1970.

No entanto, a delação foi a mais ineficaz de todas as armas empregadas para combater as organizações populares e os militantes clandestinos⁶². Enquanto isso, praticamente todo potencial das Forças Armadas foi gradualmente concentrado nas tarefas de repressão. Na Academia Militar das Agulhas Negras, já havia sido criado, em 1964, um curso de “guerra revolucionária” e, em 1966, instituiu-se um departamento de instrução especializada em operações antiguerrilheiras. Na região amazônica foi criado um centro de instruções de guerra na selva, a partir de 1966. A repressão se estendeu, além disso, a todos os níveis da tropa: cada regimento (três mil homens) e cada batalhão (400 a 900 soldados) passaram a ter, desde finais de 1968, uma unidade repressiva. As companhias, de 150 a 200 soldados, passaram a ter um pelotão de repressão composto de 18 a 25 homens.

A linha adotada era definida pelo general Meira Mattos em uma frase divulgada em setembro de 1969: “Dar segurança ao país, custe o que custar”. O corpo de fuzileiros navais, tropas de choque, foi aumentado de 8 a 15 mil homens. A Marinha passou de 29 a 51 navios de guerra. A Força Aérea, de 600 aviões de combate, em 1966, está passando a mil, especialmente aparatos de apoio tático na luta antiguerrilheira⁶³.

Na administração pública, principalmente quando se trata de determinar a execução da política interna, o Conselho de Segurança Nacional é um Deus Todo-Poderoso. Por um lado, Costa e Silva tenta reabrir o Congresso e encarrega a redação de uma nova Constituição a seu vice-presidente, Pedro Aleixo, com a ajuda de um grupo de juristas neofascistas. Por outro lado, o general Jayme Portella, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, é a grande figura do gabinete.

Quando já havia fixado as datas para a revogação do Ato Institucional nº 5 e a reabertura do Congresso, sistematizando as medidas repressivas dentro do

âmbito da nova Constituição, Costa e Silva sofre, repentinamente, em 29 de agosto de 1969, uma complicação neurológica que o deixa hemiplégico. Portella assume o comando e liquida por sua conta – e mais tarde com a aprovação dos generais – a possibilidade de que o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil, tome posse.

O antigo secretário de imprensa da Presidência, Carlos Chagas, conta em seu *Diário*:

Isolado em seu gabinete durante quase toda a manhã, o general Jaime Portela demora-se em sucessivos telefonemas. [...] Às primeiras horas da noite cada ministro militar já havia colocado seus principais auxiliares a par da situação. Pouco depois, no palácio da Laguna, começaria a reunião secreta do alto comando das Forças Armadas, órgão constitucional desde 1967, e integrado pelos três ministros militares, os três chefes do Estado Maior de cada ministério militar e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas. [...] Não demorou muito a conclusão: nos setores militares em geral seria muito difícil que se deixasse a posse do vice-presidente [...] Passou-se à mecânica. Os três ministros militares estavam de acordo e, em pouco tempo, cristalizava-se a fórmula: os titulares do Exército, Marinha e Aeronáutica deveriam responder pelo presidente Costa e Silva. [...]⁶⁴.

O general Jayme Portella cuida dos aspectos legais do novo golpe procurando Carlos Medeiros, um jurista já experiente em Atos Institucionais:

– É o ministro Carlos Medeiros?

– É.

– Aqui fala o General Portela. Preciso vê-lo a respeito de um assunto do presidente. O senhor poderá me receber às 9 horas? É urgente.

– Pois não. Espero-o daqui uma hora⁶⁵.

Antes das 11 horas da manhã, o “Ato” estava redigido e foi transmitido em cadeia para todo o país pela Agência Nacional, nessa mesma tarde:

[...] como imperativo da Segurança Nacional, cabe aos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica assumir as funções do presidente, enquanto dure o impedimento do chefe da Nação [...] Pode o país confiar no patriotismo de seus chefes, que, nesta hora, como sempre, saberão honrar o legado histórico.

O golpe estava consumado. A Junta Militar se instalou rapidamente no comando, enquanto, nos quartéis, acendia-se a luta interna pelo poder, já fracionado desde a promulgação do Ato Institucional nº 5. A ditadura não admite

um chefe com três cabeças. Somente um desequilíbrio circunstancial havia imposto essa situação. Ainda no mesmo domingo em que se redigia o novo Ato, os militares tiveram com o vice-presidente, Pedro Aleixo, um diálogo muito instrutivo:

Todos nós o conhecemos, dr. Pedro Aleixo, como um homem de brio, inflexível em seus princípios e determinações. Temos a certeza de que, assumindo o Governo, o senhor cumpriria à risca e imediatamente o compromisso do presidente Costa e Silva (e seu, também), abrindo o Congresso e promulgando a nova Constituição. Acontecesse que o presidente dispunha de condições para tomar essas medidas, mesmo contando com forte oposição de certos setores militares, que nós lhe transmitimos. Mas o senhor não, dr. Pedro. Não haveria clima, e o País entraria em caos. [...] Além do mais, dr. Pedro, o senhor foi contra o Ato 5⁶⁶.

Aconteceu, então, o imprevisível, o que os militares da Junta jamais haviam imaginado: na tarde de quinta-feira, 4 de setembro de 1969, um comando conjunto da Ação Libertadora Nacional e do movimento MR-8 sequestra, no Rio de Janeiro, o embaixador norte-americano Burke Elbrick. Como resgate, exigem a divulgação de um manifesto à Nação em todos os jornais, sua leitura pelas principais emissoras de rádio e televisão e a liberação de 15 presos políticos. A Junta Militar está atônita. O embaixador é um personagem muito importante. Na Vila Militar, o general Dutra de Castilho agitava seus oficiais em uma tentativa de impedir que a Junta negociasse. No dia seguinte, em um avião especial, chegam ao Rio agentes do FBI, enquanto 4.200 policiais são lançados à maior caçada humana de que se tem notícia na história do Rio. Porém, na mesma noite, o manifesto é lido em rádio e televisão. Eis o anúncio de que a Junta Militar cedeu.

Na tarde de sábado, um avião militar “Hércules” conduzia, para o México, os 15 presos políticos, em uma longa viagem de 25 horas, com os pés e mãos amarrados, como último suplício. Entre os libertados estão: Gregório Bezerra; Vladimir Palmeira – o dirigente da Manifestação dos Cem Mil; José Ibrahim – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, preso e torturado em São Paulo; além de vários membros importantes de diversos grupos revolucionários de ação armada e alguns estudantes⁶⁷.

A partir do momento em que o embaixador norte-americano foi libertado, um plano de repressão intensivo foi desencadeado. Nos primeiros dias, cerca de 1.800 pessoas foram presas (quase todas no Rio de Janeiro), sendo libertadas posteriormente. O Alto Comando das Forças Armadas, reunido no Rio, decide que os militares devem coordenar diretamente o plano nacional

de repressão. Na terça-feira (os 15 presos embarcaram para o México na tarde de domingo e, em seguida, o embaixador foi libertado), o ministro da Justiça prepara uma nova lei para os novos tempos, em seu gabinete no sexto andar do Ministério:

Era possível ouvir-se a voz do ministro comandando, quase aos gritos, um trabalho que sua secretária executava na máquina de escrever. Seguiu-se um silêncio [...] cinco minutos depois, ele estaria despachando novamente com seus membros da Junta Governativa. Surgia o Ato Institucional nº 14, estendendo a aplicação das penas de morte e de prisão perpétua – antes cabíveis só na hipótese de guerra externa – aos casos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, espécies de um gênero maior, a guerra interna⁶⁸.

O Ato foi publicado em 9 de setembro, no dia seguinte ao outro Ato que desterrava, do território nacional, os 15 presos libertados. No entanto, os dois atos apresentavam a data do dia 5: recém-nascidos e já tinham efeito retroativo.

Nos quartéis-generais dos quatro corpos do Exército, os generais examinavam com atenção as novas instruções do Alto Comando das Forças Armadas. Encaminhava-se para a solução final – ou quase final – baseada nas experiências do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, do quartel-general de São Paulo. Pelo menos, já era um começo...

3. SOLUÇÃO QUASE FINAL

Dia 17 de novembro de 1969. Em Juiz de Fora, sede da Auditoria Militar da 4ª Região Militar, com jurisdição sobre Brasília e os estados de Minas Gerais e Goiás, vai a julgamento um grupo de estudantes acusados de assalto a bancos: Ângelo Pezzuti da Silva, Erwin Rezende Duarte, Jorge Raimundo Nahas, Nilo Sérgio de Menezes e Pedro Paulo Bretas, preso em janeiro, em Belo Horizonte. Os juízes militares são severos e, desde janeiro, já haviam condenado cerca de 300 pessoas em 60 processos. O grupo de estudantes veio da Penitenciária de Linhares, Juiz de Fora, onde outros 85 estão, há meses, à espera de julgamento, assim como 50 reclusos na Penitenciária de Neves, em Belo Horizonte⁶⁹.

As testemunhas de acusação, Haydin Bates Saraiva e José Ferreira Gonçalves, são policiais. Fala o advogado defensor, o criminalista Heleno Frago:

[...] os torturadores que participaram nos interrogatórios na Delegacia de Furtos e Roubos são suspeitos e indignos de fé porque torturaram, espancaram, aplicaram choques elétricos, penduraram os presos, amarrados, no pau de arara, e os afogaram parcialmente. A presumida testemunha torturou por ordem de Luís

Soares da Rocha, dos delegados Mário Rocha e Lara Rezende, os quais pessoalmente espancaram os acusados, junto com outros policiais [...] Uma maneira de provar imediatamente tudo isso seria localizar os aparelhos de tortura. Esses sim, são fáceis de esconder: uma barra e dois suportes de metal formam o pau de arara [...] um pequeno aparelho portátil de corrente alternada é a máquina de choques elétricos, um tubo de borracha e uma esponja injetam água nas narinas e no aparelho respiratório, palmatórias de borracha são empregadas para bater. Todos esses aparatos se encontram na Delegacia de Furtos, em um pequeno cômodo no fundo e, apesar de simples, provocaram a morte de um companheiro dos acusados, João Lucas Alves, que ali expirou ao longo de horas e horas de crueldades⁷⁰. O Conselho de Justiça não poderá aceitar essas testemunhas, devido ao que preceituam os artigos 165 e 168 do Código de Justiça Militar.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1970, sede da 1ª Auditoria da Aeronáutica. Quem depõe é o líder estudantil Jean Marc von der Weid, preso em 2 de setembro de 1969, quando, junto com cinco companheiros, foi levado à Ilha das Flores e ali torturado. Presidente da União Nacional dos Estudantes, foi indiciado em um processo contra 73 membros da Ação Popular. Ele confirma sua participação na UNE, nega qualquer relação com grupos armados e se recusa a assinar as atas de interrogatório, porque nelas foram suprimidas suas denúncias sobre torturas:

Todas são confissões obtidas sob coação física. Na verdade, esses depoimentos parciais confundem fatos verdadeiros e opiniões verdadeiras, concernentes à minha participação como representante dos estudantes brasileiros, com dados falsos, relativos à minha suposta participação na organização Ação Popular⁷¹.

O juiz auditor João Nunes das Neves decreta uma nova ordem de prisão contra Jean Marc, por considerar sua denúncia sobre as torturas a que foi submetido desacato à autoridade. Os demais juízes militares que compõem o Conselho concordam com essa interpretação. O plenário é evacuado, silenciosamente. Entre os assistentes que se retiram, estão alguns diplomatas da Suíça, inclusive o embaixador daquele país, no Brasil. Filho de suíços, Jean Marc também tem nacionalidade suíça.

Depois de constantes torturas e interrogatórios durante uma semana (na qual permaneceu totalmente nu), Jean Marc esteve incomunicável por mais 25 dias. Pendurado no *pau de arara* por oficiais da Marinha – sob a assistência de um médico – recebeu choques elétricos no corpo previamente molhado, socos na cabeça e nos ouvidos. Em uma segunda série de torturas, foi nova-

mente suspenso no *pau de arara* na presença de quatro moças, uma das quais também estava pendurada. Devido aos socos nos ouvidos, ficou parcialmente surdo, com fissura no tímpano. Depois de haver recebido a visita de seus familiares, ainda foi torturado, pela terceira vez. Recebeu choques elétricos e o deixaram preso durante três dias em uma latrina infecta.

As duas audiências, a de Juiz de Fora, em novembro de 1969, e a de agosto de 1970 no Rio de Janeiro, marcam quase exatamente o período de tempo em que a tortura – até então utilizada como um entre outros métodos de investigação e interrogatório – transforma-se no fundamento único, indiscutível e intangível do sistema repressivo. Em lugares considerados chaves para o combate aos grupos revolucionários, foram criadas centrais de tortura nas quais as investigações eram baseadas unicamente em sevícias, eliminando todos os demais métodos de investigação. Algumas dessas centrais – como o DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações, Centro de Operações de Defesa Interna), do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras – foram criadas depois do sequestro do embaixador norte-americano e todas estão sob o comando das unidades militares. A mais famosa, modelo para as demais e motivo de orgulho para o II Exército, é a Operação Bandeirantes (OBAN), localizada inicialmente no quartel-general desse comando e cujo cassino fora transformado em câmara experimental de tortura em fevereiro de 1969.

O Quartel General do II Exército está localizado em um dos bairros mais agradáveis de São Paulo, em terreno do maior parque da cidade, junto a ruas arborizadas. A oeste, faz limite com os bairros aristocráticos; ao norte, subindo por extensas ladeiras, está a Avenida Paulista, a maior e mais elegante da cidade, região de grandes bancos e lojas exclusivas. O 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (Rec-Mec) se encontra no primeiro conjunto de edifícios no Parque do Ibirapuera. Ao entrar pela porta principal, há um pequeno jardim e, logo, um prédio térreo, com três cômodos. Ali começou, em meados de 1969, o terrível episódio conhecido na história da tortura como Operação Bandeirantes.

Oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e policiais do Deops de São Paulo, com a ajuda suplementar de jovens do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), trabalhando dia e noite, divididos em três grupos que se revezavam a cada 24 horas, torturaram presos políticos para obter, no menor tempo possível, endereços e locais de reunião de militantes que ainda estavam livres. Obtida alguma informação, os presos eram enviados ao Departamento de Ordem Política e Social, onde formalizavam o depoimento. Da Operação Bandeirantes ao Deops, o preso saía acompanhado apenas de um papel, sem timbre e sem assinaturas, com a anotação de seu “grau de periculosidade”. A OBAN passou a existir e inclusive a ser citada em discursos e em

notas nos jornais, embora não constasse como órgão permanente em nenhum organograma militar ou policial. Era uma máquina semilegal para a obtenção de informações por meio de torturas.

Em julho de 1969, o nome “Operação Bandeirantes” começa a aparecer com frequência na imprensa, mas designando apenas uma ação combinada, de duração limitada, de todos os agrupamentos policiais de São Paulo e representantes das forças de terra, mar e ar, sob a supervisão do comandante do II Exército, general Canavarro Pereira, e comandada pelo major Waldir Coelho (logo promovido a tenente-coronel), da 2ª Divisão de Infantaria. Sua primeira ação, divulgada amplamente pelos jornais, foi o cerco de alguns quarteirões próximos à antiga Faculdade de Filosofia, seguido de uma varredura em todas as casas e apartamentos da área. Os suspeitos foram levados ao quartel Rec-Mec e espancados. Estabeleceu-se a rotina. A partir de julho, todos os suspeitos de participação (em qualquer grau) em ações armadas são levados para a OBAN. O espancamento e os socos são imediatos e, poucos minutos depois de haver chegado, o detido é pendurado no *pau de arara* e recebe choques elétricos para apressar ao máximo a confissão. Busca-se reduzir ao mínimo o intervalo de tempo entre sua captura e a de seus eventuais companheiros.

A OBAN se caracteriza, de imediato, por romper a estrutura tradicional da investigação repressiva, ao estilo do Deops. Este órgão é formado por funcionários públicos, agentes, investigadores e delegados, tem horário fixo para funcionar, paralisa praticamente toda as suas atividades aos sábados e domingos, observa algumas formalidades do interrogatório (mesmo torturando os presos), porque os autos serão enviados a um juiz para formação do processo. A OBAN nunca descansa nem para, não se preocupa com formalidades, não se subordina a nenhum juiz, não prepara autos para os processos formais.

Suas instalações também são simples:

[...] a base constava de duas salas. A primeira, por onde se entra, é a maior, dividida ao meio por alguns armários. Um dos lados é o alojamento dos agentes e há algumas camas. O outro é a base propriamente dita, o centro de operações. Por todas as partes, montões de cartazes de “terroristas” procurados. Uma pequena porta de acesso a outra sala, também dividida, onde se destacava, mais que tudo, o cavalete do pau de arara, a cadeira elétrica e um estranho móvel cheio de conexões elétricas [...] Dentro do quartel, em frente ao comando do Rec-Mec, há duas celas de piso de cimento e instalações sanitárias rudimentares, originalmente destinadas a castigos disciplinares dos soldados⁷².

A imprensa começa a apresentar a OBAN como uma eficiente organização policial que consegue recuperar máquinas e dinheiro expropriados por

militantes revolucionários. Seus chefes aparecem em reportagens cinematográficas, em solenidades que entregam “objetos recuperados” aos proprietários de grandes lojas. A imprensa clandestina publica os primeiros informes sobre o verdadeiro caráter da Operação Bandeirantes:

Alipio Raimundo Viana Freire, artista plástico, 24 anos, solteiro, preso em agosto pela OBAN. Depois de ser pendurado no pau de arara foi obrigado a limpar com a língua o piso da sala de torturas [...] Carlos Eduardo Fleury, estudante universitário, 24 anos, solteiro, preso em setembro de 1969 pela OBAN, teve uma parada cardíaca depois da aplicação sucessiva de choques elétricos e pau de arara. Reanimado com massagens no tórax, tentou suicidar-se.

A partir de setembro, há mudanças no cenário. A tortura sistemática cria problemas com a tropa do quartel do Rec-Mec, onde alguns soldados, discretamente, buscam minorar o sofrimento dos presos políticos levando-lhes cobertores e cigarros. A solução é simples. A OBAN se transfere para a parte do fundo da 31ª Delegacia de Polícia, na Rua Tutoia, 921. Os serviços de polícia continuam funcionando nas salas junto à rua, com a guarda de vigilância reforçada, enquanto a OBAN ocupa a casa de dois andares na parte interna do pátio. No térreo, estão as salas do major, outra para os capitães que comandam os três grupos, duas celas especiais – reservadas para as mulheres ou a presos renomados ou de importância social, como jornalistas – e um banheiro comum. No andar superior, localiza-se a sala de torturas. Há ainda o cárcere comum, composto por três celas, situadas na seção carcerária da própria delegacia, onde não há luz elétrica e a descarga da privada e o chuveiro só podem ser acionados pelo carcereiro. Os presos permanecem totalmente incomunicáveis e recebem alimentos duas vezes ao dia: café e pão pela manhã; arroz, feijão e um pedacinho de carne à noite.

O bairro é tranquilo e os gritos dos presos sob tortura são ouvidos por todo o quarteirão.

Nesse novo cenário da OBAN foi assassinado, em 29 de setembro de 1969, às 13 horas, Virgílio Gomes da Silva, conhecido por “Jonas” nos setores clandestinos. Líder dos metalúrgicos até o golpe de 1964, Virgílio foi preso e ao ser libertado, foi para o Uruguai. Voltou clandestinamente ao Brasil e passou a atuar com Marighella, a quem acompanhou na conferência da OLAS, substituindo mais tarde Marco Antônio Braz de Carvalho – morto pela polícia – no comando do grupo tático armado de sua organização, em São Paulo. Procurado sob a suspeita de haver participado no sequestro do embaixador norte-americano, Virgílio foi cercado em uma rua e, mesmo depois de haver terminado sua munição, continuou resistindo a socos e pontapés. Submetido por dezenas de soldados, foi levado à OBAN, onde continuou enfrentando os

militares. Na câmara de tortura, encontrou seu irmão, Francisco Gomes da Silva, amarrado à “cadeira do dragão”⁷³ na cela especial; no térreo, exatamente debaixo da câmara de torturas, outros dois presos, Takao Amano, militante de ALN, e João Katsonobu ouviram os gritos terríveis de Virgílio.

À 1 hora da tarde, a equipe de torturadores comandada pelo capitão Albernaz multiplicou os golpes e, pouco depois, ele morria.

A esposa de Virgílio Gomes da Silva, Hilda, e seus quatro filhos pequenos também foram presos pela OBAN, sendo posteriormente entregues a um Juizado de Menores e, mais tarde, a um tio. Hilda continuou presa durante vários meses sem saber que seu marido havia sido assassinado. Finalmente foi libertada. O irmão de Virgílio, Francisco Gomes da Silva, padece de um pequeno transtorno mental decorrente das torturas.

Em setembro de 1970, exatamente um ano depois de sua morte sob tortura na OBAN, Virgílio Gomes da Silva foi condenado a 30 anos de prisão por participação no sequestro do embaixador norte-americano.

Paulo de Tarso e Manoel Cirillo de Oliveira foram dois dos outros condenados pelo sequestro do diplomata. Suas declarações foram arrancadas pelos métodos clássicos da Operação Bandeirantes:

Eles lhe perguntavam onde se reunia seu grupo. Paulo de Tarso respondia: Praça Roosevelt, 154, e um dos torturadores ordenava: Cada vez que ele disser este endereço, girem dez vezes a manivela [...] No quinto dia o puseram na nossa cela. Suas mãos estavam semiparalisadas devido aos longos períodos no pau de arara, os pés sangravam e a língua estava cortada na parte superior do lado esquerdo, vermelho vivo, e ele não podia mastigar. Deixaram de torturá-lo até que revelou o endereço de um companheiro. [Testemunho de um preso político]

Em janeiro de 1970, a Operação Bandeirantes publicou um comunicado nos jornais: “De setembro de 1969 a janeiro de 1970, a OBAN demonstrou sua eficiência prendendo 320 terroristas e descobrindo 66 locais de reunião”.

De fato, a OBAN havia destroçado praticamente quase todo grupo “Ala Vermelha”, capturado vários membros da ALN e de outras organizações menores, transformando-se no órgão dominante da repressão em São Paulo, exemplo para todo o país. De todas as partes do Brasil (especialmente do Rio) chegam oficiais para visitar a OBAN, absorver seus ensinamentos, aperfeiçoar sua técnica. O centro modelo de torturas cresce, suas equipes se tornam mais numerosas. Cada grupo que se reveza a cada 24 horas é completamente independente um do outro e comanda também as duas equipes auxiliares: uma de captura, outra de investigações. Cada equipe é constituída por 25 homens, totalizando 75 da Operação Bandeirantes, mais o chefe geral⁷⁴.

No centro modelo da Operação Bandeirantes, um dos principais chefes de grupo da tortura é um velho conhecido dos estudantes que – principalmente depois do frustrado Congresso de Ibiúna – aderiram à luta clandestina: o capitão Maurício, o mesmo que, em 1968, era aluno do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Naquela ocasião, era apenas um dos muitos militares que cumpriam tarefas de infiltração nos meios estudantis. Em finais de 1969, o capitão Maurício é o mais entusiasta dos torturadores da OBAN, onde não se limita a seu turno de 24 horas e, muito frequentemente, aparece para “ajudar” durante as 48 horas de descanso que lhe são concedidas pelo regulamento.

Os outros dois chefes de grupo são os capitães Homero e Albernaz – que comandou o assassinato do líder operário Virgílio Gomes da Silva.

A partir das primeiras ações cumpridas com êxito aparente pelas forças repressivas da OBAN, importantes industriais de São Paulo venceram certos escrúpulos e passaram a financiar suas atividades. A OBAN funciona em edifícios públicos e seus membros fazem parte da folha de pagamento do Exército e da Polícia, mas não tem um orçamento próprio e carece de maior autonomia financeira. Algumas indústrias passam a dar contribuições mensais em dinheiro, enquanto as indústrias automobilísticas dão, além disso, uma contribuição *in natura*, fornecendo veículos de último modelo para as ações de captura⁷⁵.

A OBAN provocou, igualmente, a “quebra” do velho DOPS, que se viu forçado a se reorganizar totalmente a partir de setembro de 1969. O general Viana Moog é enviado a São Paulo para assumir as funções de secretário estadual de Segurança e nomeia, para diretor do Deops, o delegado policial Benedito Nunes, parente do ministro do Interior e Justiça, o neofascista Gama e Silva.

Benedito Nunes leva ao Deops o mais conhecido assassino de marginais existente na polícia de São Paulo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do “Esquadrão da Morte” e, ele próprio, também um marginal, comprometido com o tráfico de drogas⁷⁶.

Desde então, uma espécie de rivalidade estimula a OBAN e o DOPS. Fleury e seu grupo de matadores profissionais buscam Marighella, o mais importante líder clandestino do momento, o mais popular dos dirigentes revolucionários. Uma pista os conduz a “possíveis” contatos de Marighella.

No sábado, 30 de outubro de 1969, agentes do Cenimar prendem no Rio de Janeiro os freis Fernando de Brito e Yves Lesbaupin [frei Ivo], do convento dos dominicanos em São Paulo. Fleury vai buscá-los no Rio e, na segunda-feira, invade o convento para prender outros 12 religiosos e, imediatamente depois, sete militantes próximos a Marighella, sem que este fique sabendo. Na quarta-feira,

4 de novembro, o esquadrão de Fleury arma o cerco com oito veículos, em uma tranquila rua de São Paulo. Disfarçados de operários de um edifício em construção, os policiais preparam seus fuzis. Às 19h30, Marighella se aproxima, sozinho, do lugar onde deveria se encontrar com um dos frades. Fleury lhe dá voz de prisão e imediatamente explodem disparos de todos os lados. Mata Marighella, um policial e um transeunte, da mesma maneira como o Esquadrão da Morte elimina os marginais.

Os jornais descrevem o estado de ânimo do Esquadrão da Morte depois do assassinato de Marighella. Delegados e agentes voltaram triunfantes ao Deops. “Andavam sem parar, eufóricos, entre a porta do DOPS e os dois bares, em frente. ‘Me dá uma pinga. É pela caçada’”. No bar, em volta das três mesas, a história do tiroteio era repetida inúmeras vezes: “o doutor Fleury gritou. Ele não parou. Então o doutor Fleury mandou atirar. Ali era ele ou nós”⁷⁷.

A forma como Marighella foi morto exalta a rivalidade entre a OBAN e o DOPS. Em fevereiro de 1970, sob o pretexto de incorreções em sua declaração anterior, a OBAN retira do Presídio Tiradentes o frei Tito de Alencar Lima, um dos dominicanos acusados de manter contato com Marighella, e que aguardava julgamento, depois de haver sido interrogado formalmente pelo DOPS. O capitão Maurício e dois policiais o levam diretamente à câmara de torturas:

Dependurado nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos [...] Na quarta-feira fui acordado às 8 horas [...] voltou às mesmas perguntas. ‘Vai ter que falar senão só sai morto daqui’, Sentaram-me na ‘cadeira do dragão’ (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça [...].

Dias depois, frei Tito tenta suicidar-se e é levado para o Hospital Militar. Seu gesto chama a atenção da Igreja e o bispo auxiliar de São Paulo o visita; ele é transferido ao Presídio Tiradentes.

A rivalidade adota um caráter trágico, especialmente para os presos que passam a ser torturados duplamente. Cada grupo – OBAN, por um lado e Deops, por outro – busca mostrar maior eficiência, embora atue em áreas diferentes. O primeiro captura, obtém nomes e endereços e recomeça a caçada. O segundo investiga, obtém informações sem muita pressa e elabora as declarações formais para o futuro processo. Em 27 de fevereiro de 1970, o Deops encontra uma oportunidade de ultrapassar a OBAN no desmantelamento de uma organização clandestina: Shizuo Osawa, membro de alto nível da Vanguarda Popular Revolucionária (à qual pertence o capitão Carlos Lamarca), sofre um acidente de automóvel e é preso, inconsciente, pela polícia. É tortura-

do de forma brutal para que forneça dados e informações, principalmente a respeito de Lamarca, e, entre as muitas torturas, é obrigado a comer 200 gramas de sal (depois de pedir água pendurado no pau de arara) e entra em estado de coma⁷⁸. Nesse momento, ao saber da prisão de Shizuo, a Operação Bandeirantes ocupa o Deops a *manu militari* e leva o preso para interrogá-lo sobre a localização de um núcleo guerrilheiro cuja existência é conhecida. No entanto, ele se encontra em estado tão deplorável, praticamente sem poder falar, que é internado no Hospital Militar do Cambuci, uma espécie de subloca de torturas criado em razão do grande número de presos hospitalizados depois das sessões de tortura. Quinze dias após sua prisão, Shizuo Osawa é libertado (junto com outros quatro presos), em troca do cônsul-geral do Japão em São Paulo, e enviado para o México.

O clima de terror instaurado em São Paulo pela Operação Bandeirantes não teve precedentes, nem pode ser comparado, em sua brutalidade, ao de nenhuma outra época, antes, durante e depois do próprio *Estado Novo*. Os grupos de caçadas humanas invadem domicílios a qualquer hora, sequestram familiares de presos, sob ameaças obrigam os pais a delatarem os filhos, forcem os filhos a delatarem os pais. Funciona como um superorganismo, acima de qualquer tipo de controle. Nada nem ninguém pode intervir em uma prisão feita pela OBAN, nem sequer o tradicional jogo de influências dos altos setores da sociedade brasileira. Norma Freire, jornalista, presa em maio de 1970, foi submetida a torturas e violências sexuais, e libertada meses depois, sem que seus parentes (entre eles, um militar) pudessem fazer nada em seu favor durante sua detenção. Era acusada de haver facilitado o envio ao exterior de informações sobre as torturas no Brasil.

Uma estudante de Física, Betty Chachamovitz, acusada de vinculação com grupos clandestinos, foi submetida a uma tortura particularmente refinada: amarrada à “cadeira do dragão”, recebeu choques elétricos em uma placa de platina que os cirurgiões haviam colocado em uma perna, poucos meses antes, quando sofreu um acidente de automóvel. Libertada alguns meses depois, teve que se submeter a novas intervenções cirúrgicas na perna. Somente a imprensa clandestina publica informações sobre torturas e, mesmo assim, com algum atraso. Da OBAN, os presos passam ao Deops, para cumprir determinadas formalidades, e somente quando são enviados ao Presídio Tiradentes podem receber visitas regulares dos familiares.

José Alprin, operário, preso em janeiro de 1970, levado duas vezes ao Hospital Militar de Cambuci depois de sessões de torturas na OBAN. Carlos Russo Júnior, estudante de Medicina da cidade de Ribeirão Preto, apesar dos cuidados da OBAN em não deixar marcas, apresenta hoje enormes cicatrizes nos braços e

nas pernas por causa dos choques elétricos [...] Ladislaw Dowbor, Gilberto Luciano Beloque, Liszt Benjamim Vieira, José Duarte dos Santos, Jarbas da Silva Marques, Jorge Medeiros do Valle, Maria do Carmo Brito [...] As listas de nomes são intermináveis⁷⁹.

Em julho de 1970, o ministro do Interior e Justiça afirmava: “Não há presos políticos no Brasil. Ninguém é detido por ser contrário à política do Governo. [...] O tratamento que recebem esses presos não fere os princípios da humanidade [...]”⁸⁰.

Precisamente nesse mês de julho de 1970, um jovem geólogo de 29 anos, Marcos de Arruda, preso em maio, foi levado ao limite da loucura pelos suplícios que já o haviam deixado semiparalítico. Em uma carta ao ministro da Justiça, a senhora Lina Penna Sattamini, mãe de Marcos, relata:

Consegui contar-me que, da primeira vez, além de vilmente espancado levou choques elétricos violentos nos ouvidos, na boca, nas pernas (daí a paralisia da esquerda) e nos testículos. Ao contar-me isso, começaram contrações mais fortes do tórax e dos músculos do rosto.

Da 2ª vez na OBAN, levou bofetões, gritos, ameaças e afinal voltou a ouvir os gritos da moça torturada na sala ao lado. Queixou-se muito dos urros que escutava de noite e que o deixavam numa pavorosa tensão nervosa. Nessa hora, todo o seu corpo se contraía violentamente⁸¹.

A OBAN foi o modelo. De suas entranhas saíram o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), no Rio de Janeiro, e a Operação Integração, formada por elementos da própria OBAN e da Polícia Militar de São Paulo, para atuar no interior do estado.

Já em 25 de outubro de 1969, a Operação Integração mostrava sua eficácia no tratamento “estilo OBAN” reservado aos membros de um numeroso grupo de esquerda revolucionária, preso na cidade de Ribeirão Preto. Entre os presos estava a freira Maurina Borges da Silveira, libertada alguns meses depois em troca do cônsul japonês sequestrado em São Paulo. Ela foi vítima de tão terríveis violências, que seus torturadores – os delegados de polícia Ribeiro Soares e Miguel Lamano – foram excomungados pelo bispo de Ribeirão Preto. Um fragmento das declarações da freira, publicadas na revista norte-americana *Time*, de 27 de julho de 1970, dá uma ideia de seus suplícios:

Eles puseram para funcionar a máquina de choques elétricos e me deram descargas em todas as partes do corpo [...] Me despiram e me atiraram numa cela onde havia um homem, de cujas investidas tive que defender-me toda noite.

Em agosto de 1970, grande parte dos principais núcleos de resistência contra a ditadura estavam desmantelados. O II Exército e a OBAN recebem o prêmio por sua invenção.

O comandante do II Exército, general Canavarro Pereira, recebeu radiograma do Ministério do Exército, comunicando-lhe a decisão do Conselho da Ordem do Mérito Militar de outorgar, por unanimidade, a insígnia da OMM à bandeira dessa grande unidade militar. A entrega terá lugar no próximo dia 25, em Brasília, durante as comemorações do “Dia de Caxias”. A delegação paulista será chefiada pelo general Aloisio Guedes Pereira, comandante da 2ª DI. A outorga da comenda da Ordem do Mérito Militar, à bandeira do QG do II Exército, representa o reconhecimento do governo federal à ação desenvolvida por essa grande unidade militar no campo do preparo da tropa e do combate à subversão, e à atuação do seu comandante”⁸².

As cerimônias de homenagem se sucedem:

Tomado de surpresa pela festa, o presidente mundial da Volkswagen, sr. Kurt Lotz, compareceu ao QG do II Exército para uma visita de cortesia ao seu comandante, cumprimentou o gen. Canavarro Pereira, pelo seu natalício⁸³.

O motivo das homenagens é invariavelmente a OBAN. O general Vicente Dale Coutinho fez o discurso de homenagem, em nome da tropa, ao general Canavarro Pereira no dia do seu aniversário, destacando: “De pronto, ao chegar ao Comando do II Exército, Vossa Excelência estruturou a Operação Bandeirantes, instrumento sem par na luta contra a subversão”.

4. O JOGO DA VERDADE

Brasília, outubro de 1969. A cidade está repleta de militares e políticos. Vai tomar posse o novo presidente do Brasil – o ditador do turno, Emílio Garrastazu Médici, um general praticamente desconhecido até 1964. Nascido no estado do Rio Grande do Sul, fala pouco, é simpático e um fanático torcedor de futebol. Durante dois anos foi chefe do Serviço Nacional de Informações, produzindo informes e pareceres sobre cidadãos que deveriam ter seus direitos políticos suspensos, dirigentes sindicais impedidos de atuar nos sindicatos, professores universitários expulsos das universidades.

Garrastazu Médici sucede à Junta Militar provisória, depois de um longo processo de indefinição do poder, do qual emerge, ainda mais forte, o chamado “Partido Militar”. Pela primeira vez, o presidente foi eleito pelos 118

generais do Exército, 61 brigadeiros da Aeronáutica e 60 almirantes da Marinha. Os oficiais de escalões inferiores, coronéis, majores, capitães e tenentes não tomaram parte nesta “eleição” *sui generis*, sob o argumento de que sua participação prejudicaria a hierarquia militar. Dessa forma, o candidato dos oficiais, o general Albuquerque Lima, “nacionalista”, de ultradireita, ficou à margem da “eleição” do sucessor de Costa e Silva.

O Congresso formaliza, uma vez mais, a nomeação do presidente e, em troca do gesto de boa vontade, obtém o prêmio de ser reaberto pela primeira vez depois do Ato Institucional nº 5. Renasce, uma vez mais, a tênue esperança de que a ditadura não vá continuar tão rígida, dura e brutal. No discurso de posse, o general Médici disse que “está aberto o jogo da verdade”. Serão aceitas críticas e sugestões, e será aberto o diálogo.

No ministério continuam: Delfim Neto, que sustenta a política econômico-financeira de subordinação ao capital estrangeiro; o coronel Costa Cavalcanti, ex-chefe da Polícia do Estado de Pernambuco, que sistematizou a repressão no Nordeste; o coronel Mário Andreazza, que militarizou as negociatas e a corrupção como ministro dos Transportes e Jarbas Passarinho, o coronel que dirigiu a repressão do movimento operário, nomeado agora no Ministério da Educação para aprofundar a repressão contra o movimento estudantil e instaurar definitivamente a aplicação dos acordos MEC-Usaid. Para o Ministério do Interior e Justiça, Médici chama um dos mais destacados neofascistas, o velho integralista professor Alfredo Buzaid.

Um mês depois, em novembro de 1969, “o jogo da verdade” começa com uma denúncia publicada pelo *Jornal da Tarde*, de São Paulo.

Em 22 de novembro de 1969, oficiais da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio, haviam assassinado o militante da esquerda revolucionária Chael Charles Schreier, de 23 anos, preso na noite do dia anterior. Um parente de Chael, jornalista, consegue o atestado de óbito que esclarece tudo: “*Causa mortis*: contusão abdominal com ruptura do mesocólon transversa e o mesentério, com hemorragia interna”. Em outros termos, morto por espancamento.

Durante alguns dias, certos jornais se ocupam da história de Chael Schreier e uma revista de circulação nacional, *Veja*⁸⁴, dedica a capa e o artigo principal de seu número semanal às torturas. Membro da Vanguarda Popular Revolucionária, Chael foi preso na tarde de 21 de novembro de 1969. Levado ao quartel da Polícia do Exército na Vila Militar, no Rio, foi espancado até morrer nessa mesma noite⁸⁵. Seu corpo foi entregue ao Instituto Médico Legal para exame e a família só o recebeu quatro dias depois, embalsamado em um caixão fechado. Contudo, a cerimônia do rito religioso judaico, de purificação do cadáver, implicou que se abrisse o caixão, permitindo que se fossem observadas diretamente as marcas dos golpes.

O general Médici e seu ministro da Justiça, Buzaid, não toleraram o primeiro ensaio do “jogo da verdade” e, logo em seguida à denúncia do assassinato de Chael Schreier, os censores militares voltaram outra vez às redações dos jornais e foi proibida a publicação de qualquer tipo de nota ou informação sobre tortura. Contudo, nas redações dos jornais eram recebidas centenas de cartas denunciando torturas. Algumas vezes, os torturados eram os próprios jornalistas:

Fui presa por policiais do Deops de São Paulo, que antes haviam prendido a minha mãe, uma senhora de 50 anos [...] Me deixaram nove dias na cela 1, ao fundo, dos quais durante quatro dias estive praticamente nua, vestida unicamente com peças íntimas... Ali vivemos dias de terror constante. [Eva Vilma], companheira do jornalista Penafiel, foi barbaramente torturada. [Sebastiana], da cela 4, não resistiu às torturas e está mentalmente transtornada [...] Dizem que um jovem de nome Jonas (Virgílio Gomes da Silva) foi morto no pau de arara pela Operação Bandeirantes [...]⁸⁶

O advogado Leopoldo Heitor enviou uma carta semelhante ao ministro da Justiça:

Todos os sacerdotes foram suspensos pelos pés e lhes deram choques elétricos e socos. Enquanto eu estava ali, chegou um estudante de Física, expulso da faculdade por subversão, de aspecto muito saudável e caminhando com suas próprias pernas. Regressou do primeiro interrogatório todo inchado, sem poder caminhar, carregado de braços, com as mãos e os pés fraturados.

O estudante de Física é o militante Jeová, membro do grupo de Marighella, libertado mais tarde em troca do embaixador alemão no Brasil.

O presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo (da qual Buzaid é catedrático), José Roberto Maluf, enviou também uma carta-denúncia. O ministro lhe respondeu dizendo: “Recebi sua carta, em que faz graves acusações. Contudo, nela não se aponta nenhum caso concreto e preciso que possa permitir a ação deste Ministério [...] e portanto a rejeito”.

O “jogo da verdade” havia terminado antes de começar. A partir da posse do general Garrastazu Médici, não somente as torturas se transformaram em método principal e quase único de combate às organizações de esquerda, como também especialmente se multiplicaram os assassinatos de presos como resultado dessa prática.

Em janeiro de 1970, Mário Alves, principal dirigente de um grupo revolucionário comunista, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foi preso e morto pelo Centro de Informações da Marinha da Guanabara, possi-

velmente na Ilha das Flores. Preso junto com Apolônio de Carvalho (este foi liberado em junho de 1970 com o grupo trocado pelo embaixador alemão), Mário Alves foi deputado no Congresso Constituinte de 1946. Seu assassinato (cujos detalhes se desconhecem até hoje) jamais foi reconhecido oficialmente pelas autoridades⁸⁷. Sua esposa denunciou a morte em uma carta ao deputado Humberto Lucena, líder do partido de oposição legalmente formado e permitido pelo próprio governo militar, o chamado Movimento Democrático Brasileiro. A Câmara de Deputados fez, então, uma *solicitação de informação* às autoridades e o diretor do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara respondeu afirmando: “[...] Nenhuma pessoa chamada Mário Alves passou, nos últimos tempos, pelos serviços da polícia política da Guanabara [...]”. Foi a única informação oficial sobre o velho militante de esquerda e com ela se encerrava a discussão sobre o assunto.

Em março e abril de 1970, os militantes da Vanguarda Popular Revolucionária, Ângelo Cardoso da Silva e Avelmar Moreira de Barros, presos no Deops de Porto Alegre, são noticiados como “mortos por suicídio”. Em maio, o líder sindical Olavo Hanssen foi morto, depois de preso, por policiais do Deops de São Paulo. Preso durante os festejos de 1º de maio realizados pelos sindicatos de São Paulo em um estádio da cidade, Olavo Hanssen, de 32 anos, foi levado à prisão do Deops junto com outros 17 participantes da manifestação. Conhecido militante sindical, participou, como delegado eleito, em vários congressos de trabalhadores e estudantes e foi colaborador do jornal *Frente Operária*, do Partido Operário Revolucionário Trotskista, e anteriormente, pouco depois do golpe de 1964, havia sido preso e processado.

No dia 6 de maio, Hanssen é retirado de sua cela no Deops e torturado pelo delegado de polícia Josecir Cuoco e sua equipe. Retorna à cela com os rins paralisados (retenção de urina) em consequência dos golpes recebidos. No dia 8, é levado em emergência ao Hospital Militar do Cambuci, onde morre antes de receber os primeiros socorros. Sua morte foi denunciada na Câmara dos Deputados, com muitos detalhes, pelo deputado Pedrosa Horta:

Da simples descrição das escoriações constatadas no cadáver de Hanssen, vê-se que o mesmo, em vida, foi submetido ao chamado “pau de arara”, isto é, despido, foi amarrado pelos braços e pelas pernas a uma travessa de madeira. [...] Tais lesões, entretanto, não bastaram para ocasionar a morte da vítima [...] Foi autopsiado, e os toxicólogos atribuem sua morte a um veneno que tem o nome comercial de “Paration”⁸⁸, um inseticida perigosíssimo [...]. Só pode o veneno lhe ter sido ministrado através de uma injeção, porque o inseticida, alcançando o sangue, localiza-se nos rins e provoca, como se lê no laudo de corpo delito, pielonefrite aguda. Sem tratamento, morreu.

Aqui está o corpo de delito que tantas vezes nos tem sido reclamado [...] Por quatro vezes solicitou-se ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [...] Este conselho não se congrega desde fevereiro deste ano.

As denúncias do deputado Pedrosa Horta e um manifesto de protesto emitido pelos sindicatos que promoveram a manifestação do 1º de maio em que Hanssen foi preso, forçaram o governo a abrir uma investigação formal, logo encerrada e arquivada sob a insinuação de que ele havia se suicidado.

Na escala hierárquica do sistema ditatorial, não era possível punir nem sequer um simples delegado de polícia, ainda que isso pudesse servir para aplacar o ânimo da opinião pública...

Em meados de 1970, todo o aparelho de Estado estava implicado no processo da tortura. Na realidade, a estrutura repressiva tinha seu vértice no alto comando das Forças Armadas e no Conselho de Segurança Nacional. As bases eram todas as delegacias de polícia e os quartéis. Era um poder mais forte que todo o poder formal.

Olavo Hanssen foi apenas um das dezenas de militantes de esquerda mortos sob tortura desde agosto de 1966, quando o ex-sargento Manuel Raimundo Soares foi afogado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul⁸⁹. E o Deops de São Paulo, do mesmo modo que a Operação Bandeirantes, era apenas uma de muitas câmaras de tortura que, desde 1969, funcionavam nos quartéis da Polícia do Exército na Vila Militar e na Tijuca, no Rio, no Centro de Informações da Marinha, no quartel do 12º Regimento de Infantaria, Belo Horizonte, na Polícia do Exército, Brasília, em vários outros quartéis e nas delegacias de polícia política de pelo menos todas as capitais de estado.

Por outro lado, as prisões estão repletas de presos políticos que aguardam, indefinidamente, serem julgados. Muitos nem sequer estão formalmente acusados, nem foram processados. Todos, sem exceção, estão submetidos a condições carcerárias cruéis e, inclusive ilegais, diante das leis elaboradas pela própria ditadura. A Ilha Grande, a Ilha das Flores, no Rio, o Presídio Tiradentes, em São Paulo, a Ilha do Presídio, de Porto Alegre, a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, a de Neves, próximo a Belo Horizonte, são apenas algumas das sinistras demonstrações exteriores desta crônica do terror nos anos 1970 e 1971. A partir de então, sob a condução do general Garrastazu Médici, já firme no poder, os militares dos altos escalões têm as mãos livres para se dedicarem, com mais tranquilidade, a algumas tarefas em longo prazo. A principal é a elaboração de leis que permitam estruturar a sociedade estratificada que os *integralistas* (neofascistas brasileiros) reivindicavam em 1937. A repressão encontra, assim, sua justificativa institucional.

5. PERSPECTIVAS

O regime atual se diferencia radicalmente dos governos anteriores (inclusive do sistema forte e centralista do *Estado Novo*) pela profusa e profunda militarização do aparelho do Estado. Em centenas de empresas estatais e semiestatais, e na maioria dos ministérios, os postos-chaves de direção estão em mãos dos militares. Paralelamente, o setor político se caracteriza pela mediocridade e pelo servilismo. As organizações de massa foram destruídas, sem que se esboce nenhum indício no sentido de uma renovação.

A especulação política dos estratos burgueses foi substituída pela formulação de esquemas que buscam soluções nas próprias entranhas do sistema militar, ao mesmo tempo em que a oposição popular ou de esquerda se reduziu à ação dos grupos clandestinos, mais próximos, na maioria das vezes, do terrorismo do que da guerrilha.

Isso explica, talvez, que uma das mais importantes questões colocadas frente às perspectivas da atual ditadura se refira à definição precisa do caráter da classe dirigente das Forças Armadas e à eventual e remota possibilidade de uma evolução no seio desses setores. O PC brasileiro, por exemplo, fundamenta sua estratégia atual em torno da possibilidade de transformação da corporação militar em um grupo nacionalista. Por desespero ou por oportunismo, alguns outros grupos (embora sem maior expressão) que também se consideram de esquerda defendem a mesma ideia.

Em outros tempos e em outros momentos, o nacionalismo foi uma corrente importante no Exército brasileiro e alguns acontecimentos recentes podem fazer crer, equivocadamente, que esta corrente esteja sendo reforçada. À primeira vista, poderá parecer que o próprio governo teve que ceder aos nacionalistas: construção da rodovia Transamazônica, para bloquear o caminho à influência estrangeira; extensão do mar territorial para 200 milhas (seguindo o modelo peruano); recusa em assinar o acordo de não proliferação das armas nucleares. Contudo, uma análise mais profunda mostra que essas concessões não chegam a ser importantes do ponto de vista ideológico e, na prática, nada representam. A decisão sobre as 200 milhas não afeta (no que diz respeito ao Brasil) nem aos grandes grupos internacionais, nem às estruturas da pesca brasileira. Por outro lado, o Brasil não tem projetos concretos para construir armas nucleares e, se a rodovia Transamazônica pode permitir a conquista dessa região, garantirá, por outro lado, a prioridade das grandes empresas (que já têm, aliás, seus projetos prontos) para exploração geológica de toda a zona da selva.

Pode-se considerar, apesar de tudo, que um tipo de ideologia nacionalista esteja se desenvolvendo no seio das Forças Armadas, mas unicamente na medida

em que pode proporcionar, à doutrina militar, um material que tem o duplo mérito de prevalecer sobre a luta de classes e de responder ao patriotismo arrogante dos quartéis. A experiência peruana e a evidente incongruência do modelo de desenvolvimento adotado pelo atual governo ditatorial brasileiro favoreceriam igualmente – segundo outros – o crescimento de uma corrente nacionalista.

No entanto, ao contrário do que acontecia no Brasil na década de 1960, o *nacionalismo* militar encontra agora seus adeptos nos setores ultradireitistas e mais reacionários das Forças Armadas. Os líderes atuais desse *nacionalismo* são o almirante Silvio Heck e o general Albuquerque Lima, ambos de extrema direita. *Nacionalistas* são os coronéis da “linha dura”, que dirigem a totalidade do aparelho repressivo das Forças Armadas. Sua participação ativa nas operações de tortura explica a natureza de seu *nacionalismo*.

Uma análise em nível doutrinário mostrará claramente que este *nacionalismo* não enfrenta nem o imperialismo, nem o grande capital estrangeiro. A fobia anticomunista e inclusive antipopular, o medo da participação das massas e do contato com os intelectuais “contaminados pelas ideias esquerdistas” e a mentalidade policialesca caracterizam este *nacionalismo* que, de fato e concretamente, é tão somente um verniz superficial.

A prova está em que a atual política econômica do governo ditatorial, rígida e indiscutível, é apenas uma continuação da instituída e adotada por Roberto Campos, em 1964 e 1965. O atual ministro da Fazenda, Delfim Neto (que é um civil), faz uma neopolítica de entrega ao imperialismo norte-americano, que se traduz em uma simbiose total entre os capitais estrangeiros e os capitais nacionais. No nível das estruturas internas, trata-se invariavelmente de realizar uma política de “desenvolvimento” parcial que produz bens de consumo duráveis para uma clientela seleta, de elite, formada pela ascendente pequena burguesia.

Por outro lado, o general Garrastazu Médici se aproveita da relativa tranquilidade política, gerada por sete anos de repressão intensa, para restaurar antigas ideias dos *integralistas* – neofascistas tupiniquins – como a transformação dos sindicatos em associações de assistência social, a participação dos trabalhadores nas migalhas dos chamados interesses das empresas e a seletividade na educação. As grandes leis do congelamento político (e salarial) já são parte integrante do sistema jurídico do país: lei de greve, fundo de garantia (que liquidou com o sistema de estabilidade dos trabalhadores nas empresas), lei de imprensa, lei de Segurança Nacional. O processo eleitoral se assemelha cada vez mais ao das “câmaras fascistas”, em que todos os candidatos devem ser aprovados pelo Serviço Nacional de Informações, enquanto os dois partidos (ambos criados por um decreto do governo militar) se fundem

lentamente em um partido único, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Como manobra final de alienação, o esporte (o futebol especialmente) e a loteria (principalmente a loteria esportiva, oferecendo quantidades fabulosas como prêmio) são utilizados em grande escala, pelo regime militar, como forma de corromper o povo, criando falsos interesses e preocupações. No domínio artístico, impõe-se o puritanismo estreito dos regimes fascistas, embora continuem intocáveis as empresas que geram e alimentam a pornografia.

A fragilidade do atual sistema dominante transparece com clareza em sua incapacidade de resolver os grandes problemas sociais e econômicos apresentados por um país imenso, dinâmico, jovem e de demografia galopante. As contradições se agravam e o formalismo fascista não poderá contê-las eternamente.

As esquerdas têm contra si o obstáculo de uma contrarrevolução que o Brasil jamais havia conhecido e que nem sequer depois do fracassado “putsch” comunista de 1935 foi tão violenta e rígida. As táticas de guerrilha urbana, empregadas até aqui, parecem se aproximar de seu fim, depois de três anos de resultados desastrosos, tanto no plano político como no humano. Mas esta experiência militar revolucionária foi muito rica – os grupos armados constituem a primeira tentativa da esquerda de chegar ao poder através da revolução – e servirá para a formulação de novas linhas de ação, sempre clandestinas, porém mais próximas ao modelo clássico da agitação e da propaganda.

A tradição do golpe e do terror das classes dominantes no Brasil nos leva a pensar que, em qualquer caso, a Revolução passará necessariamente por sua etapa violenta.

NOTAS

1. *Visão*, 22 de outubro de 1965.
2. Revista *Veja*, 24 de dezembro de 1965. São Paulo. [Erro tipográfico, a revista *Veja* tem sua primeira edição em 1968. A citação não consta da edição francesa, não tendo sido possível localizá-la. N. ed. bras.].
3. *Visão*, 5 de novembro de 1965.
4. Meira Matos, hoje general, é o mais típico representante da nova geração dos militares da repressão. Durante o golpe de 1964 ocupou militarmente Brasília; em finais do mesmo ano foi interventor no estado de Goiás. Em 1965 comandou as tropas brasileiras (1.200 soldados) que intervieram em São Domingos [República Dominicana] ao lado dos norte-americanos. Em 1966 cercou o Congresso; em 1968 se torna o teórico da repressão contra os estudantes e, finalmente, é nomeado Inspetor Geral das Polícias Militares, tropas de repressão dos governos dos estados que, a partir de 1968, ficam sob as ordens do Exército.
5. Manuel Raymundo Soares, carta a sua esposa, da Ilha do Presídio, Porto Alegre, 25 de junho de 1966. Publicada no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 e 5 de setembro de 1966, n. 208, 1º Caderno, p. 12.

6. Bermúdez e Mena Barreto são os responsáveis pela morte do sargento Soares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 junho de 1967, n. 61.
7. Em inícios de agosto de 1967, nos primeiros dias de uma prisão de quatro meses sob a acusação de organizar grupo de guerrilheiros rurais, fui interrogado no quartel da Polícia do Exército, em Brasília, pelo coronel Washington Sosa Bermúdez, durante 72 horas de incessantes investigações. Falando entre dentes, Bermúdez, o assessor parlamentar do Ministério do Exército, me fazia uma acusação assombrosa: simplesmente me acusava de “haver matado o ex-sargento Manuel Raymundo Soares”, usando posteriormente minha situação de jornalista político (era naquela época o comentarista político da cadeia de jornais *Última Hora*) “para desatar uma campanha de imprensa em nível nacional, buscando culpar as autoridades de segurança do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, onde os homens de Bermúdez mataram Raymundo, está a mais de dois mil quilômetros ao sul de Brasília, onde eu morava. Recusei-me a falar e expressei aos demais oficiais presentes no interrogatório – cerca de dez – que não responderia a nenhuma pergunta enquanto o coronel Bermúdez continuasse ali. [T.]
8. Declarações de Costa e Silva aos jornais, desmentindo a antecipação de sua posse. [Complemento em nota da edição francesa: COSTA E SILVA, *Visão*. Il dément l’élection anticipée du président. N. ed. Bras.]
9. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. De Jânio Quadros a Costa e Silva (1961-1967). São Paulo: Fulgor, 1968. v. 4, p. 181.
10. *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1966.
11. O Usaid colabora também na repressão contra o movimento estudantil, enviando especialistas para assessorar as polícias militares do Brasil. O agente policial norte-americano Dan Mitrione, executado em 1970 no Uruguai pelos “tupamaros”, foi conselheiro da polícia da Guanabara em 1966.
12. *Visão*, 30 de setembro de 1966.
13. PELLEGRINO, Helio. Morte e ressurreição de Édson Luiz. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1968, n. 23.007, 4º caderno, p. 4.
14. *Fatos e Fotos*, 11 de abril de 1968.
15. Houve pelo menos oito vítimas fatais durante a repressão de rua nesse período de 1968. O estudante Édson Luís foi o primeiro, em seguida foram mortos David de Souza Neiva (30 anos) e Maria Ângela Ribeiro (29 anos, comerciante), no Rio. O estudante José Guimarães foi fuzilado por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em São Paulo. Jamais houve qualquer tipo de condenação dos policiais que mataram manifestantes. O general Niemayer foi substituído em suas funções, no Rio, unicamente porque, sendo o primeiro assassinato na rua, a morte de Édson Luís produziu implicações políticas imediatas e deu origem a uma intensa campanha popular em todo o país. Em contrapartida, a polícia do Rio fez o possível e o impossível para condenar e punir um pedreiro que atirou um pedaço de madeira de um edifício em construção e matou um soldado que agredia e perseguiu estudantes durante uma manifestação. Os policiais entraram no edifício disfarçados de operários e chegaram a reconstituir o fato, prendendo, torturando e processando o pedreiro.
16. O brigadeiro Burnier é o mesmo coronel Burnier do levante de Aragarças, contra Kubitschek, e, mais tarde, criador do Centro de Informações da Aeronáutica. A participação do PARA-SAR em atos repressivos é o exemplo dramático do grau de podridão e desmoralização a que chegaram as Forças Armadas depois do golpe de 1964. Esse plano se tornou público em razão de outro plano, também do PARA-SAR, que consistia em matar e atirar em alto mar alguns dirigentes da “Frente Ampla”, movimentos dos velhos políticos de esquerda e centro que haviam sido punidos ou marginalizados pelo golpe. Um dos dirigentes da Frente Ampla (da qual participavam também Kubitschek, Goulart e membros do Partido Comunista) era o ex-governador Carlos Lacerda, que sempre teve vínculos com a Aeronáutica. Em razão desses laços, Lacerda foi avisado do plano diabólico de Burnier. Ao voltar de suas férias em novembro de 1968, um dos fundadores do PARA-SAR, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho inteirou-se do plano e o denunciou imediatamente ao chefe do serviço de rotas

aéreas, brigadeiro Itamar Rocha, que se solidarizou com o denunciante: “Em 14 de julho de 1968 fui convocado para uma reunião no gabinete do ministro, presidida pelo brigadeiro Burnier, na qual foi abordado um tema que me aterrorizou: *Para salvar é preciso matar; a mão não deve tremer, é necessário sentir o gosto de sangue na boca; para cumprir missões nos tempos de guerra, é necessário matar em tempos de paz; figuras políticas como Lacerda já deveriam estar mortas; ordens desta natureza não admitem perguntas nem dúvidas, são ordens.* Perguntado se estava disposto a participar nessas ações – diz o capitão Miranda de Carvalho – respondi que não”. (*O Cruzeiro*, 21 de novembro de 1968). Todos os que se rebelaram contra os propósitos de Burnier foram punidos. O tenente José Guaranys, que denunciou a Burnier o nome dos descontentes foi promovido a capitão e, em seguida, a major. Toda a imprensa tratou do assunto e denunciou o escândalo. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza Melo, apoiou integralmente o plano de assassinato em massa e prestigiou seus autores.

17. Consta anexo, Documento I.

18. O deputado Doin Vieira não foi esquecido por seu discurso na Câmara e, em dezembro de 1968, depois do Ato Institucional nº 5, teve seu mandato cassado pelo governo militar. Nos Anais da Câmara desse mesmo dia (15 de abril de 1968), poderá ser comprovado que, em outubro do ano anterior (1967), um grupo de deputados ouviu, em Juiz de Fora, 42 presos políticos de Brasília e Uberlândia (Minas Gerais) e comprovou torturas praticadas por oficiais do Exército. O grupo de deputados enviou um documento ao general Lira Tavares, então ministro do Exército e atual embaixador do Brasil na França, que jamais foi respondido.

19. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais*. Brasília, 15 de abril de 1968, v. 6, p. 132-143. [N. ed. bras.]

20. No total eram sete os torturadores: sargentos Eurico, Moreira, Marcelino, Juevalner e Ford, além de Walter Rodrigues e o coronel Goulart Câmara.

21. Segue uma lista de mais de 16 nomes de cidadãos feridos pela Polícia Militar, publicados em pelo menos três jornais diários do Rio, em 19 de junho de 1968. [Foram encontradas versões do ocorrido, com pequenas variações em relação ao texto citado, no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*. N. ed. bras.]

22. *Fatos e Fotos*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1968.

23. O Ministro do afrouxo. *Veja*, São Paulo, n. 5, p. 24, 9 de outubro de 1968.

24. A política de redução salarial foi elaborada diretamente pelos grandes grupos econômicos do país, por meio de um mecanismo muito simples: o ministro Roberto Campos criou um Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), assessorado por uma empresa particular de planejamento, a Consultec [Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos]. Mas o que era a Consultec? Era uma equipe da mais alta classe, em que estavam reunidos os homens-chave da economia, finanças e execução política nessa área, dentro do governo. O próprio Roberto Campos era sócio da Consultec, que reunia, entre seus 41 sócios, 27 altos funcionários do meio ministerial. Os homens da Consultec controlavam o Banco do Brasil, o Banco de Desenvolvimento Econômico, o Ministério da Fazenda etc.; esses mesmos indivíduos, já no papel de funcionários do governo, aprovavam estes planos e lhes davam a necessária cobertura financeira, cambial, legal etc. (Leôncio Basbaum, *História sincera da República*).

25. Dos jornais da época. [A citação, provavelmente, remete a trechos de jornais variados. Destaca-se, aqui, trecho do *Jornal do Brasil*, evidenciando com mais exatidão a fala do ministro Jarbas Passarinho diante dos trabalhadores. A fala do trabalhador, citada em conjunto com a fala do ministro, no entanto, não foi localizada nos jornais consultados: “se estas greves atualmente em Minas são um começo de uma contrarrevolução, se vocês querem brigar, nós também estamos dispostos a brigar – e vocês são a parte mais fraca. [...] Não vim aqui para ameaçar e espero não ser ameaçado. [...] Alguns operários começaram a gritar: ‘e a nossa marmita?!’. Ao que o ministro do Trabalho respondeu, gritando também, que isto era demagogia. A tensão aumentou e a assembleia foi logo depois encerrada”. In: Metalúrgicos mineiros em greve já sobem a 6.700 e Passarinho os adverte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1968, n. 11, p. 22. N. ed. bras.]

26. Últimos grevistas voltam a trabalhar e fábricas ainda dispensam alguns em Minas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1968, n. 16, 1º Caderno, p. 1 5.
27. Do jornal operário *O Bodoque*, depois da greve.
28. Ênio Seabra foi destituído da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte pelo golpe de 1964. Em 1966 foi reeleito para o cargo. Preso na véspera da greve de outubro de 1968, foi libertado em razão da pressão dos operários. Demitido de seu emprego depois da greve, Ênio Seabra, casado, quatro filhos, não consegue trabalho em nenhuma fábrica; seus direitos políticos são cassados depois do Ato Institucional nº 5. Preso mais de três vezes em 1969, na última vez junto com outro dirigente sindical, Mário Bento, foi libertado em dezembro do mesmo ano, mas o inquérito policial militar contra ele continuou. Loreta Kiefer Valadares, advogada presa em 16 de junho de 1969, em Belo Horizonte, declara: “No quartel do 12º Regimento de Infantaria, vi Mário Bento e Ênio Seabra em estado deplorável, pés e mãos amarrados, descalços e sem camisa”.
29. Entre os presos estava o padre operário Pierre Wauthier, belga, expulso do país depois de longos meses de prisão, e o metalúrgico José Campos Barreto, brutalmente torturado na polícia política de São Paulo pelos agentes Falconi, Lobo e Eduardo. Posteriormente libertado, três anos depois, em setembro de 1971, o Exército e a polícia federal cercam e invadem a pequena propriedade da família de Campos Barreto no interior da Bahia e matam seu pai e seus dois irmãos. Antigo militante da Vanguarda Popular Revolucionária, José Campos Barreto, “Zequinha”, empreende a retirada da região acompanhando o comandante rebelde Carlos Lamarca. O operário metalúrgico e o antigo capitão do Exército que desertou para se integrar à luta contra o poder militar, perseguidos em uma zona árida e deserta por mais de 500 homens, são cercados e feridos. Morrem sob o sol quente, ao longo de uma agonia de várias horas, enquanto os oficiais e agentes banqueteiam-se, e dão salvas de tiros para o ar, pulam e dançam sobre os corpos moribundos. [T.]
30. Grevistas de Osasco pararam cinco fábricas e tomaram duas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1968, n. 84, 1º Caderno, p. 14.
31. *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, 18 de julho de 1968. [Nas fontes mencionadas foram encontradas as seguintes passagens do discurso de Passarinho na ocasião: 1) *Folha de S. Paulo* – “Esta greve é ilegal – disse – e representa uma provocação visando intranquilizar São Paulo e o Brasil. Ela foi provocada por uma minoria ativista que pensa que o Tietê é o Sena e que em São Paulo se fala francês. Ficou mais do que evidente o interesse político desta greve.” (Passarinho mostra que greve é ilegal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 de julho de 1968, n. 14.277, I caderno, p. 16; e 2) *Jornal do Brasil* – “Alguém pensou que o Rio Tietê fosse o Sena e que aqui se fala francês, querendo repetir o que aconteceu em Paris. Está havendo no Brasil uma reprise de atos franceses, mas como não sou membro do Governo De Gaulle, não pretendo fazer simples transferências de soluções”. (Passarinho vê na greve desejo de provocar ditadura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1968, n. 85, 1º caderno, p. 4). N. ed. bras.]
32. Em algumas regiões do Nordeste, os dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais podiam ser presos, a qualquer momento, por pelotões da Polícia Militar ou pelo Exército, atendendo a pedidos dos latifundiários ou donos dos engenhos de açúcar. Na mesma época da greve de Osasco, quando ainda estava vigente, do ponto de vista formal, uma série de garantias individuais, Manuel da Conceição, líder do sindicato de trabalhadores rurais de Pindaré-Mirim, Maranhão, foi preso na sede do sindicato, arrastado pelo campo e ferido com cinco tiros. Mais tarde ele teve que amputar uma perna, gangrenada em consequência da falta de cuidados médicos. Ver seu testemunho: documento n. 3, do *Anexo*.
33. Uma das primeiras ações dos grupos clandestinos armados foi a execução de um evidente agente da CIA, o capitão norte-americano Charles Chandler, em São Paulo, em 10 de outubro de 1968. Nessa ocasião, o dentista José Luís Andrade Maciel e sua mulher, Maria Adelaide, foram presos quando passavam férias a mais de 150 km do local da ação, pelo fato de que as placas e a cor do seu automóvel (de uma marca muito popular no Brasil) lembram o carro que matou o

militar ianque. Torturados durante oito dias pela polícia política, o dentista ficou mentalmente transtornado e até hoje sofre crises nervosas frequentes. Sua esposa, que estava grávida no momento da prisão, teve de se submeter a uma cesariana.

34. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1968. [Nos jornais do dia seguinte, 30 de junho, identifica-se que parte das expressões da citação correspondem a uma fala do deputado Martins Rodrigues, do MDB. Martins acusa oligarquia político-militar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de junho e 1º de julho de 1968, n. 70, p. 4. N. ed. bras.].

35. A Universidade de Brasília era a única instituição de ensino superior projetada no Brasil nos moldes modernos e estruturada como um organismo de alto nível, capaz de investigar e preparar pesquisadores, assessorar o Parlamento e os órgãos do Executivo da nova capital. No entanto, o regime militar via a Universidade de Brasília com desconfiança e temor. Em 1964, quando irrompeu o golpe, foi atacada e ocupada por tropas do Exército como se fosse uma cidade inimiga, e vários dos seus professores foram demitidos. Em 1965, os militares lançam nova ofensiva, expulsam 15 professores e, em razão disso, 150 professores renunciam e a Universidade fica fechada durante vários meses. Em 1968 (depois de reorganizar o corpo docente de tal modo que impedisse o acesso a professores que não estivessem totalmente integrados com o regime militar), a universidade foi cercada quatro vezes em operações que buscavam “destruir a subversão estudantil”. Atualmente é dirigida por um capitão da Marinha de Guerra, que tem um posto formal de vice-reitor e é a suprema autoridade da instituição. Sobre as torturas infligidas ao estudante Alduísio Moreira de Souza quando as tropas ocuparam a Universidade em 1968, veja-se o *Anexo*, documento 2.

36. A revista *O Cruzeiro* (Rio, 9 de novembro de 1968) denunciou e identificou vários membros do CCC, entre eles o agente policial Raul Nogueira de Lima (“Raul Careca”) e João Parisi Filho, que fundaram em 1970 uma organização fascista, a “Cruzada Nacionalista”. O CCC é acusado, além disso, de haver assassinado, em 1969, o padre Antônio Henrique e tentado matar o estudante Cândido Pinto, ambos de Recife.

37. Parecia uma vitória, era o naufrágio. *Veja*, São Paulo, n. 15, p. 21. 18 de dezembro de 1968.

38. A fala foi apenas transcrita por Carlos Chagas, mas foi dita por Pedro Aleixo. Ver em: CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*. Impedimento e morte de um presidente. Guanabara: Image, 1970. p. 91. [N. ed. bras.]

39. Curiosamente depois do Ato Institucional nº 5, Aladino Félix fugiu da prisão. Foi recapturado um ano depois.

40. Carlos Marighella, *O Guerrilheiro*, dezembro de 1968 e janeiro de 1969.

41. O jornalista Hélio Fernandes denunciou, esporadicamente, casos de tortura em seu jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio. Também foram presos no dia 14, entre outros, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, os deputados Hélio Navarro (que continua preso até o momento em que se escreve este livro [1970]), David Lerer e Renato Archer, o sociólogo e antropólogo Darcy Ribeiro, o escritor Carlos Heitor Cony, o bispo de Santos, dom Picão, os jornalistas Osvaldo Peralva, diretor do *Jornal Correio da Manhã*, e Joel Silveira, diretor do jornal *O Paiz*. Outros jornalistas e intelectuais se esconderam, do mesmo modo que dezenas de deputados, entre eles, Márcio Moreira Alves, que dias depois fugiu para o estrangeiro.

42. Considerado um jogo de azar, o “bicho” é uma loteria popular difundida em todo país desde finais do século passado e controlada por “banqueiros” marginais muito ricos, que dividiam entre si determinadas zonas de operação.

43. A família de Aveline denunciou amplamente as torturas: veja documentos 3 e 4 do *Anexo*. O secretário de Segurança Pública de São Paulo, ao receber a carta-denúncia da família, proferiu ameaças e disse que tudo aquilo se tratava de uma acusação falsa, “pois nossa polícia não emprega os métodos correntes dos países totalitários”.

44. *Tribuna da Imprensa*, 16 de dezembro de 1969.

45. *Tribuna da Imprensa*, Rio, 6 de dezembro de 1969. Ver documento 6 do Anexo.
46. Nessa delegacia foi morto João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica que havia sido preso no ano anterior, na Guanabara.
47. Na realidade, antes mesmo do Ato Institucional nº 5 os militares e a polícia política infringiam as leis que regulamentavam a prisão e a instrução processual: em 28 de novembro de 1968, por exemplo, no bairro do Horto, em Belo Horizonte, foram presos e conduzidos ao quartel da 4ª Companhia de Comunicações, os padres assuncionistas Michel Marie Le Ven, Francisco Xavier Berthou, Hervé Croguegnec e o diácono José Geraldo Cruz, que foram mantidos em total incomunicabilidade. Completamente nus, foram submetidos durante vários dias a longuíssimos interrogatórios, sob a ameaça constante de torturas, segundo denúncias do arcebispo de Belo Horizonte, dom João Rezende Costa. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) protestou oficialmente (em 7 de dezembro de 1968), assim como a Conferência dos Religiosos do Brasil (em 10 de dezembro de 1968) e os arcebispos de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Os sacerdotais foram acusados com base em um inquérito contra a Juventude Operária Católica (JOC) e 800 de seus membros.
48. Na mesma ocasião estiveram presos no quartel-general do II Exército, em São Paulo, além de Clemens Schragua, sua noiva Ida Kremer (ambos expulsos do país), o padre e cientista belga Jan Talpe (também expulso) e os operários Pedro Tintino, Antônio Celestino e Carlos Alberto Pereira. Os torturadores do quartel, que o padre Soligo denuncia (ver documentos 8 e 9 do Anexo) são o capitão Antônio Carlos Nascimento, o sargento Vendramini e o cabo Marco Antônio. No DOPS, entre aproximadamente 50 presos, o padre Soligo encontrou José Ibraim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, terrivelmente machucado. [Documento também reproduzido na compilação promovida em conjunto com a Arquidiocese de São Paulo, “Projeto A”, da qual o livro *Brasil Nunca Mais* – também conhecido como “Projeto B” – é o resumo. Tomo V, v. I, “A tortura”, 1985, p. 323-24. N. ed. bras.].
49. Desde a promulgação do Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968) até outubro de 1969, foram punidas com cassação de seus direitos políticos ou exoneradas do serviço público 675 pessoas – parlamentares, jornalistas, juízes, militares, professores e diplomatas. Do golpe de 1964 até outubro de 1969, as cassações atingiram 1.557 políticos, 2.471 funcionários públicos, 284 militares, além de outras 70 pessoas de diversas profissões, totalizando 4.382 o número de atingidos. Depois de outubro de 1969, as cassações continuaram, embora num ritmo mais discreto.
50. Idealizada pelo Partido Comunista e por Carlos Lacerda (depois que ele rompeu com os próprios militares direitistas de quem havia sido o líder político e ideológico), a “Frente Ampla” recebeu, imediatamente, a adesão dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e de muitos dos seus partidários. No entanto, como movimento político, se limitou a entrevistas e notícias em jornais. Um decreto governamental, em meados de 1968 (antes do Ato Institucional nº 5), declarou a ilegalidade da “Frente” e no dia seguinte já não se falava mais do que foi a última, e também única, tentativa de retomar o poder por parte dos círculos burgueses civis [T.]
51. Governo cassa 92 deputados estaduais e três federais. *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1969, n. 286, p. 3.
52. Diálogo de Costa e Silva com sua esposa, citado no “Diário” de Carlos Chagas, seu secretário de imprensa. CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*. Impedimento e posse de um presidente. Rio de Janeiro: Image, [1970]. p. 152.
53. Guerrilha motiva comissão: Portela. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1969, n. 23.266, 1º Caderno, p. 2.
54. Ver o texto do manifesto de Dom Hélder Câmara sobre o assassinato do padre no Anexo, documento 11, como também no n. 10, sobre a repressão em Recife, em inícios de 1969.
55. Um lendário militante comunista, Gregório Bezerra, foi o primeiro e verdadeiro organizador do movimento camponês no Nordeste brasileiro, especialmente no estado de Pernambuco. Em um trabalho paciente, sério e sem publicidade, Bezerra organizou centenas de associações e sin-

dicatos camponeses, com uma ação que se intensificou nos últimos anos antes do golpe de 1964. Fora da área esquerdista (na qual foi fundamental a ação do governador de Pernambuco, Miguel Arraes), a Igreja Católica, por meio do padre [Antônio] Melo, elaborou também um interessante trabalho de associação camponesa na região, até o golpe, organizando sindicatos, embora sua ação se fixasse quase só nas reivindicações materiais dos camponeses, sem buscar majoritariamente despertar sua consciência política e social. A estrutura policial-repressiva na zona rural de Pernambuco é muito anterior a 1964. Foi criada pelo coronel do Exército Costa Cavalcanti (atual ministro de Garrastazu Médici) quando era secretário estadual de Segurança e não pôde ser totalmente desbaratada nos 14 meses do governo esquerdista de Arraes. Deflagrado o golpe de 1964, Gregório Bezerra foi preso em Recife, sendo o primeiro cidadão torturado no Brasil naquela época: descalço, praticamente nu, algemado, desfilou pelas ruas da cidade amarrado pelo pescoço – como os condenados medievais – e arrastado por jipe do Exército. No final da caminhada de várias horas, foi barbaramente espancado, principalmente nas partes sensíveis, e obrigado a caminhar sobre ácido de bateria durante toda a noite em um quartel. Condenado a 17 anos de prisão por um tribunal militar, foi libertado em dezembro de 1969, incluído no grupo de prisioneiros políticos trocados pelo embaixador norte-americano no Brasil. [T.]

56. Um filho do mencionado Bartolomeu Gibson, Jerônimo Gibson, também esteve envolvido no assassinato do padre Henrique, quando ameaçou a mãe do sacerdote no caso de ela não desistir de investigar o crime. Até hoje não está esclarecido o crime, embora todas as pistas apontem que todos os criminosos são da própria polícia. Não houve nenhuma investigação a respeito das torturas perpetradas contra Luís Medeiros e Elenaldo Teixeira, nem sobre a tentativa de assassinato de Cândido Pinto ou sobre a carnificina que vitimou o estudante João Borges. No caso de Luís Medeiros e Elenaldo Teixeira, os dois foram inclusive processados – pelo delegado de Segurança Social – sob acusação de “agredir” os policiais que os torturaram.

57. Principais prisões utilizadas pelo regime ditatorial brasileiro a partir de 1969: 1) Ilha Grande, a 1h40 do litoral do Rio de Janeiro, cujos presos fizeram uma greve de fome, no começo de 1972, para protestar contra as torturas a que eram submetidos (para Ilha Grande foram transferidos 57 ex-marineiros presos políticos, em junho de 1969, depois que um comando do Movimento de Ação Revolucionária, em uma ousada operação, libertou nove prisioneiros da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio); 2) Ilha das Flores, na Baía da Guanabara, usada pela Marinha, cercada com arame farpado e vigiada por 350 guardas e onde havia 150 presos em princípios de 1970; 3) Presídio Tiradentes, em São Paulo, antigo depósito de escravos nos tempos do Império no século XIX, onde 300 presos vivem em condições subumanas; 4) Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, agora transformada apenas em prisão política, com mais de 200 detidos em pequenas celas, sem jamais sair ao sol e sem praticamente receber visitas de seus familiares; 5) Ilha Presídio, no estuário do Rio Guaiúba, em Porto Alegre, úmida e fria, onde os presos permanecem todo o tempo em suas celas. Cada quartel do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica é, no entanto, um cárcere, onde os presos ficam detidos, sempre, até o julgamento e muitas vezes depois dele. Em todas as prisões, sem exceção, o regime carcerário é brutal e o preso, mesmo depois de julgado e condenado pela Justiça Militar, está permanentemente à disposição das equipes de tortura do Exército, da Marinha, da Aeronáutica ou da Polícia. [A informação referente à greve de fome de 1972 não consta, por razões óbvias, da edição francesa, de 1971. Provavelmente inserida na edição mexicana, do mesmo ano. N. ed. bras.]

58. Este texto foi lido por C. Marighella na Rádio Nacional em Piraporinha, em uma ocupação feita pelos integrantes da ALN. O texto encontra-se disponível no site: <www.documentosrevelados.com.br>. [N. ed. bras.]

59. As seis perguntas do terror. Revista *Veja*, São Paulo, n. 49, p. 16, 13 de agosto de 1969.

60. Fernando Borges, de 29 anos, é assassinado pela polícia em uma rua de São Paulo em junho de 1969; dois meses depois, morre o operário João Aparecido, ferido na mesma ocasião. Marco Antônio Brás, “Marquito”, que participou da execução do agente da CIA, o capitão norte-americano Chandler, é morto encurralado no banheiro de uma empresa de São Paulo. No Rio, é assassinado

o militante “Zequinha” (José Campos Barreto). Em outubro, outro militante é morto numa emboscada. Em fins de fevereiro de 1970, quando abria a porta de sua casa em Atibaia, estado de São Paulo, o ex-sargento Raimundo Lucena é assassinado a sangue frio. Ainda em fevereiro, o ex-dirigente da Associação de Marinheiros, Marco Antônio da Silva Lima (que nove meses antes havia sido libertado da Penitenciária do Rio por um comando revolucionário), é morto no corredor de um apartamento do bairro de Copacabana, depois de ter sido ferido. Em abril, em pleno meio-dia, é fuzilado na rua da Lagoa Rodrigo de Freitas (um bairro aristocrático do Rio) o militante Juarez de Brito, fundador da Colina e membro da Vanguarda Popular Revolucionária.

61. Folheto distribuído no Morumbi ensina a ouvir noticiário com malícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de março de 1970, n. 296, 1º Caderno, p. 26.

62. A delação foi instituída oficialmente na administração pública com a criação, em junho de 1967, pelo Marechal Costa e Silva, da Divisão de Segurança e Informação, com seções em todos os gabinetes ministeriais e empresas do governo. De um modo geral, as diversas seções são dirigidas por generais aposentados e utilizam como agentes alguns dos próprios funcionários locais. Calcula-se que, para vigiar os 80 principais órgãos da administração federal, haverá pelo menos dois mil delatores ativos. Por outro lado, mais de 200 oficiais do serviço ativo trabalham no Serviço Nacional de Informações (SNI), criado depois do golpe de 64, onde se manipula um incrível volume de informações de agentes e “voluntários”. O Centro de Informação da Marinha (Cenimar), o Centro de Informação do Exército (CIE) e o da Aeronáutica (CIA) dirigem suas atenções à repressão aos movimentos populares e à vigilância e repressão dentro das próprias Forças Armadas. Há, além disso, em todo o país, os serviços de informação, repressão e vigilância da Polícia Federal, órgão do Ministério do Interior e da Justiça. Em cada estado, as polícias estaduais têm seus próprios serviços de repressão nos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS).

63. De 1964 a 1970, o orçamento militar foi multiplicado por 20, passando de 143 milhões de cruzeiros a 3 bilhões. Em 1970, 17,3% do orçamento nacional foi consumido pelas Forças Armadas. Em 1971, esse percentual ascendeu a 20,89%. Cada brasileiro pagou CR\$ 60,89 para custear os gastos militares federais. Ao mesmo tempo, o orçamento federal destinado à Educação diminuiu de 6,6% em 1970 para apenas 6,2% em 1971. Os gastos com saúde pública alcançaram em 1970 apenas 1,6% do orçamento nacional, diminuindo em 1971 para 1,3%. O sistema se militariza também através da tomada de altos postos da administração pública por generais e coronéis: há 200 generais em cargos de direção em organismos civis. Em 1969, dos 80 organismos civis mais importantes do governo federal, 36 eram dirigidos por oficiais das Forças Armadas. Nos três anos seguintes, este número aumentou.

64. CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*. Impedimento e posse de um presidente. Rio de Janeiro: Image, [1970]. p. 70-74.

65. Idem, p. 76.

66. CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*. Impedimento e posse de um presidente. Rio de Janeiro: Image, [1970]. p. 90.

67. Além desses, foram libertados em troca do embaixador norte-americano: Onofre Pinto, ex-sargento, um dos dirigentes máximos da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Rolando Fratti, líder operário, membro da direção da ALN e seus companheiros de organização Ricardo Zaratini; João Leonardo; Agnaldo Pacheco; Mário Roberto Zaconato e Flávio Tavares, jornalista, dirigente do MAR e ex-professor universitário; o arquiteto Ivens Marchetti, que organizara um foco guerrilheiro do MR-8; Luís Travassos, presidente da UNE, e os estudantes Maria Augusta Ribeiro; Ricardo Villasboas e José Dirceu. Mais tarde, em 1970, em outros dois sequestros, foram libertados 45 presos políticos, entre eles a religiosa Maurina Borges da Silveira e Apolônio de Carvalho, dirigente de um grupo revolucionário comunista, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), além de nove crianças, filhos de militantes presos. Três deles, filhos do assassinado Raimundo Lucena, estavam detidos no Juizado de Menores, enquanto a mãe (também libertada

através da troca) continuava presa. Em janeiro de 1971, um grupo de 70 presos políticos foi libertado em troca do embaixador suíço. Na lista preparada para este último sequestro, o governo ditatorial militar recusou trocar alguns presos que ainda se encontravam em más condições físicas e psicológicas devido às torturas. Entre eles estava o ex-gerente do Banco do Brasil, no Rio, Jorge Medeiros Valle (um dos que sofreu maiores suplícios), Ariston de Oliveira Lucena (um ano depois condenado à morte), e o universitário Vinícius Caldeira Brant, condenado a 20 anos de prisão.

68. A pena de morte. Como aplicar a lei da guerra. Revista *Veja*. São Paulo, n. 54, p. 26, 17 de setembro de 1969.

69. Cerca de duas mil pessoas estão acusadas e aguardando processo em Juiz de Fora.

70. João Lucas Alves, ex-sargento, expulso das Forças Armadas depois do golpe de 1964, foi detido em fins de 1968, no Rio. Não o relacionaram com nenhuma atividade ilegal, mas ele continuou detido. Em fins de janeiro de 1969 foi levado a Belo Horizonte, onde o torturaram desde o primeiro minuto de sua chegada até sua morte. Oficialmente, a polícia informou que João Lucas havia se suicidado, enforcando-se com suas calças. Um médico legista, no entanto, rejeitou a versão policial, explicando que era impossível que um homem com braços e pernas fraturados se enforcasse no cano do lavabo a apenas meio metro do chão. [O laudo da necropsia] apresentado por um advogado ao Superior Tribunal Militar informa ainda que o ex-sargento tinha os dois olhos vazados, as unhas dos pés e das mãos arrancadas e seu corpo, com marcas de pancadas e queimaduras. O Supremo Tribunal Militar, apesar de tudo, não tomou nenhuma providência. [T.]

71. Preso recebe nova ordem de prisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1970, n. 123, 1º Caderno, p. 14. O *Jornal do Brasil* publica apenas parte das denúncias de Jean Marc ante a Auditoria, abrandando suas palavras, substitui os termos fortes (“torturas”, “choques elétricos” etc.) por outros “publicáveis”, como “coação”.

72. Do depoimento de um prisioneiro, ver documento nº 13 do *Anexo*.

73. A cadeira do dragão é um banco de madeira recoberto com folhas de zinco, na qual o preso é obrigado a sentar-se nu. As pernas, os pulsos e o tórax são amarrados na mesma cadeira, onde se conecta também um dos eletrodos. O outro é conectado nas partes sensíveis do corpo e a corrente elétrica começa a funcionar. É uma das torturas mais usadas pela OBAN. Os presos das celas especiais escutam o ruído dos pulsos da vítima a cada descarga elétrica.

74. Depois de haver esgotado outros métodos de combate aos grupos revolucionários, os militares encontraram a tortura pura e simples como a solução prática e eficaz. A Operação Bandeirantes não é um caso atípico. Em 1º de outubro de 1969, por exemplo, os dez presos políticos enviados de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro serviram como cobaias em uma instrução de métodos de tortura na Polícia do Exército da Vila Militar, realizada diante de 100 oficiais e sargentos. Os cursos de tortura demonstravam que o método passava a ser interpretado friamente como uma técnica operativa. No entanto, quando o escândalo das torturas explodia publicamente (o que aconteceu em raríssimas ocasiões), as discussões reduziam os fatos a simples “casos isolados” e, em geral, os autores das denúncias eram apontados como “suspeitos” que faziam o “jogo do inimigo”. Por outro lado, os resultados verdadeiramente positivos, do ponto de vista da ditadura militar, obtidos através da tortura, trouxeram à luz um dos grandes problemas dos grupos revolucionários: a falta de preparo de um bom número de seus integrantes, em sua maioria muito jovens, sem conhecimento da vida clandestina, sem tradição de luta. Um grande número não conseguiu resistir ao choque terrível dos suplícios brutais e forneceu dados importantes às forças repressivas.

75. Segundo observações dos presos políticos, alguns dos colaboradores das atividades repressivas em São Paulo (muitos dos quais foram vistos nos quartéis) são: o grupo econômico Ultra, que domina a indústria e a distribuição de gás GLP e fertilizantes (seu diretor, Pery Igel, foi visto várias vezes, pessoalmente, na OBAN); a cadeia de supermercados Pão de Açúcar; José Tjurs, dono da cadeia de hotéis Horsa e os [irmãos Papa], diretores da Associação Comercial de São Paulo. Algumas indústrias menores também contribuem. Como elemento coordenador da ajuda, destaca-se o

professor de Biologia, Paulo Sawaya, diretor de uma Faculdade [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do governo do Estado] na cidade de Rio Claro. Todas as fábricas automobilísticas de São Paulo (General Motors, Ford-Willis, Chrysler, Mercedes Benz, Toyota e Volkswagen) dão enormes contribuições, principalmente a última que, por essa razão, recebe aparentemente algumas facilidades do governo. A “ajuda” não impede, contudo, que os militares e policiais da OBAN se apropriem dos automóveis e bens dos presos. [Manuel Lima], um corretor de imóveis preso, foi obrigado a assinar cheques com um valor aproximado de 4 mil dólares e a entregar sua caminhonete de último modelo.

76. Em finais de 1970, Sérgio Fleury foi acusado de assassinato e formalmente processado pelo promotor Hélio Bicudo, que pediu sua prisão preventiva como autor material e intelectual de centenas de crimes do Esquadrão da Morte de São Paulo. Embora tenham sido comprovados muitos assassinatos (além de fotografias de mortos, em que Fleury aparecia, seus agentes confessaram detalhadamente ao promotor dezenas de “ações”), Fleury e outros 15 acusados – dois delegados e 13 agentes – continuaram livres, sem maiores problemas. Contudo, o promotor Hélio Bicudo foi removido de suas funções, recebeu ameaças de morte e chegou a ser, inclusive, acusado de “demagogo” pelo próprio governador do estado de São Paulo em entrevistas a jornais, rádios e emissoras de televisão. [T.]

77. A alegre noite da vitória. Revista *Veja*, São Paulo, n. 62, p. 26, 12 de novembro de 1969. Com respeito à morte de Marighella, citemos a carta da direção da ALN: “[...] consideramos totalmente válidos os princípios básicos da estratégia e da tática da revolução brasileira elaborados pelo companheiro Carlos Marighella e recomendamos que todos aprofundem seu estudo. Alguns companheiros assumiram a responsabilidade de formar um pequeno núcleo coordenador, do qual deverão participar, tão rápido quanto possível, os companheiros que irão à zona rural. A guerra revolucionária do povo brasileiro triunfará. ALN, março de 1970”.

78. Ver os documentos 14 e 15 do *Anexo*: depoimento de frei Tito e a carta de Shizuo Osawa.

79. Quase um ano depois da morte de Marighella, seu substituto na máxima direção da Ação Libertadora Nacional, Joaquim Câmara Ferreira, foi assassinado em São Paulo, depois de preso pela polícia e o Exército, ao longo de torturas que duraram mais de 30 horas, em outubro de 1970. Depois de oferecer furiosa resistência a seus capturadores, Câmara Ferreira sofreu todas as torturas e abusos imagináveis. No entanto, os choques elétricos e o pau de arara não o mataram, apesar de seus 53 anos de idade. Os militares e policiais lhe colocaram injeções intravenosas de ar e, em pouco tempo, estava morto. Oficialmente, informou-se (48 horas depois de sua captura) que Câmara Ferreira havia sofrido uma parada cardíaca ao ser preso [T.]

80. Comissão da ONU acusa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 29.230, p. 14, 23 de julho de 1970.

81. Ver carta de Lina Penna Sataminni, documento 16 do *Anexo*. [Lina Penna Sattamini publicou, em 2000, relato sobre a prisão de seu filho, incluindo a carta mencionada. SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer? Nunca mais...* A saga de meu filho Marcos P. S. de Arruda. Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2000. p. 41-43. N. ed. bras.]

82. Condecorado o II Exército. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de agosto de 1970, n. 29.250, p. 46.

83. Canavarro aniversaria e é homenageado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1970, n. 14.997, 1º Caderno, p. 3.

84. Revista *Veja*, edição 66, 10 de dezembro de 1969. [N. ed. bras.]

85. Os responsáveis pela prisão de Chael Schreier, e que o entregaram à Polícia do Exército, foram o comissário de polícia Brito, o inspetor Vasconcelos e o detetive Antero, do Deops do estado da Guanabara. A publicação clandestina *Tortura e morte de presos políticos*, surgida no Brasil em 1970, assinala o coronel Ari Pereira de Carvalho e o capitão Celso Lauria como os assassinos de Schreier.

86. Carta da jornalista Marli Machado do jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio, ao ministro da Justiça. Anteriormente, houve alguns ensaios de denúncia de tortura, especialmente da parte do jornal

Tribuna da Imprensa. Este jornal, da oposição independente, em geral segue publicando denúncias de torturas, ainda que, na maioria das vezes, seja obrigado a fazê-las de maneira indireta.

87. Exatamente um ano depois, o engenheiro industrial e ex-deputado Rubens Paiva, depois de preso, foi assassinado por militares em condições ainda mais terríveis. Detido em sua casa (a esposa e filha de 14 anos foram presas no dia seguinte e sofreram abusos sexuais no quartel da Polícia do Exército do bairro da Tijuca, no Rio), Paiva passou pelas mãos de torturadores do Exército e da Aeronáutica. Preso em 20 de janeiro de 1971, morreu no segundo ou terceiro dia das torturas. Temendo, talvez, a repercussão da notícia da morte em função da posição social da vítima – um homem de 40 anos, muito conhecido nos setores industriais e políticos do país –, os militares montaram uma farsa ridícula e macabra: incendiaram um carro no longínquo bairro do Alto da Tijuca e deram a versão de que, após um intenso tiroteio, um comando esquerdista revolucionário “resgatou” Paiva enquanto ele era conduzido na madrugada, por dois policiais, para o reconhecimento de um local supostamente utilizado por grupos armados. O industrial nunca mais apareceu, seu cadáver jamais foi entregue pelos militares à família. Formalmente, as autoridades insistem em que foi resgatado por um comando armado esquerdista que “na noite assaltou e incendiou o veículo dos dois agentes”, sem que estes sofressem nenhum dano. [T]

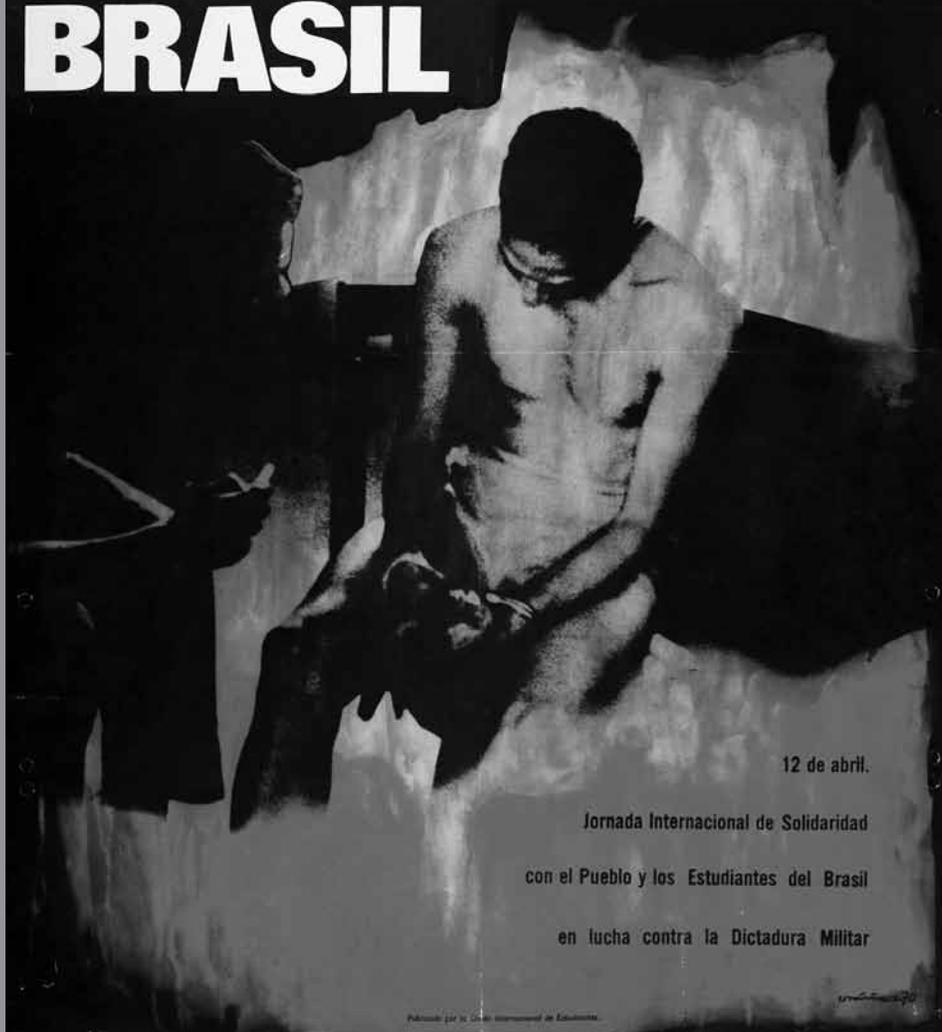
88. O nome comercial do inseticida “Paration” já traduz o seu poder: parar (ou paralisar) a ação. Ver o discurso do deputado, o laudo médico da morte de Hanssen e a decisão de arquivar as investigações sobre o assassinato, documentos 21, 22 e 23 do *Anexo*. [A citação consta dos Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 10, 31 de julho de 1970, p. 427-29. N. ed. bras.].

89. A lista de militantes assassinados nas prisões é longa e talvez jamais possa ser conhecida completamente. No entanto, é possível citar alguns dos muitos mortos: Severino Viana Colon, ex-sargento, preso em Magé (próximo à cidade do Rio), morto entre maio e junho de 1969 na Vila Militar; [Eliseu Melo], operário; Roberto Cieto, um dos nove libertados da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio, estrangulado no quartel da Polícia do Exército, no bairro da Tijuca, em outubro de 1969, assim como o operário Milton Soares, um homem de sobrenome [Fanchini] e Ione Grossi, uma das mulheres presas em Belo Horizonte e que é citada no documento 11 do *Anexo*. O jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 1º de novembro de 1969, informou ainda que Reinaldo Silveira Pimenta (um universitário do Rio) havia se suicidado na prisão, muitos meses antes.

ANEXO:

TESTEMUNHOS E
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
DE TORTURAS

Contra la represión y las torturas en BRASIL



12 de abril.

Jornada Internacional de Solidaridad
con el Pueblo y los Estudiantes del Brasil
en lucha contra la Dictadura Militar

Publicado por el Centro Internacional de Estudiantes.

Iconografía: Centro de Documentação e Memória da Unesp. ASMOB.

Declaração de Ronaldo Duarte, artista plástico, preso junto com seu irmão, Rogério, cineasta, quando se dirigiam à missa de sétimo dia pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, e torturados do dia 4 a 12 de abril de 1968 nos quartéis da Polícia do Exército, na Vila Militar, Rio de Janeiro¹.

[...] à medida que eu ia sendo conduzido para um lugar em completa escuridão, imediatamente choveu pancada por todos os lados: socos, pontapés na cabeça, pescoço, barriga, nas pernas, e eu caí. O espancamento continuou, eu, caído no chão com os pulsos presos nas costas, não conseguia tomar uma atitude de defesa. Só baixei o rosto para evitar pancadas no rosto. Continuava uma chuva de pontapés por todos os lados [...]

[...] de repente foi trazido um aparelho, com uma manivela, que dava choques elétricos. Recebemos choques nas costas, a princípio, depois estenderam às axilas, pescoço, atrás das orelhas e no rosto. O aparelho era um magneto. No momento em que eles se irritavam mais, a pessoa que acionava o magneto o fazia com mais intensidade, provocando um choque mais violento e deixando o fio encostado no corpo mais tempo [...]

Logo em seguida, eu fui deixado encostado à parede. Era obrigado a ficar bem apumado e recebia soco nas costas e na barriga. Meu rosto iluminado por uma forte lâmpada e tudo em volta escuro. Só via vultos atrás de mim. [...] A pessoa que comandava o espancamento empulhou os objetos junto de mim, onde havia uma mesa, e todos gritavam: “Comunista, Fidel Castro, barbudo, agitador, nós estamos aqui de prontidão há vários dias por causa de vocês”.

Logo em seguida, ouvi os mesmos ruídos de pés se arrastando no chão, e que, portanto, meu irmão (Rogério) estava passando pelo mesmo caminho. Depois ouvi ruídos de socos e pontapés, gritos e gemidos de meu irmão, insultos. Ele passou pela mesma coisa. [...] Tiraram minhas roupas com muitas brincadeiras. Alguns diziam que eu era imundo. Eles me deram uma tanga, um resto de calça de campanha militar, toda rasgada, na qual urinaram.

[...] todos estavam fardados com calça de campanha, coturno e uma camisa de meia branca. A calça era verde-oliva. Quando traziam meu irmão, após o espancamento, ouvi aquela voz de comando gritar: “traz a caixa do lanche”. Logo em seguida, vi uma caixa preta com cerca de 50 cm de largura e cerca de um metro de comprimento. A caixa vinha sendo trazida por alguns soldados. Posta no chão, foi aberta e me deram ordens de entrar nela. Estava com os pulsos amarrados. Tiveram que me sentar violentamente pelos ombros. Sentei-me com

a cabeça dentro dos joelhos. A caixa foi fechada, mas milagrosamente eu coube nela. Então parece que eles não ficaram muito satisfeitos e abriram novamente a tampa. Mandaram que eu levantasse a cabeça, levantei-a e então a tampa da caixa foi batida violentamente contra minha cabeça. Ouvi então o comentário: “Ah, agora deu, não?” Foi a pergunta que Rogério escutou.

Começou então o interrogatório, com o detalhe de que eu estava com o esparadrapo na boca e não podia falar. Eles de vez em quando perguntavam: “Nós não estamos lhe tratando bem?”. Escutávamos frequentemente a palavra “exército”. Os pontapés continuavam com maior frequência, enquanto jogavam café quente em nossos órgãos genitais.

Dormimos duas noites amarrados e atirados ao chão gelado. Despidos. Durante os quatro, dos sete dias em que estivemos presos, permanecemos amarrados e vendados. Os últimos dois dias foram ainda piores: ouvíamos gritos terríveis de outros presos e o ruído do chicote. Um dos que gritavam (se percebia pela voz) era praticamente uma criança. Os soldados nos levavam amarrados ao banheiro. Em uma dessas vezes, tirei o esparadrapo do rosto e pude me dar conta que estávamos em quartel da Vila Militar. No último dia, dois suboficiais nos obrigaram a assinar um papel datilografado. Depois, fomos levados a um matagal próximo ao subúrbio de Campo Grande e, mais tarde, nos puseram no meu automóvel, que fora levado por um dos que nos prendeu na rua.

DOCUMENTO 2

Relato das torturas sofridas pelo presidente da Federação de Estudantes da Universidade de Brasília, Alduísio Moreira de Souza, entre agosto de 1968 e outubro de 1969. (Extraído de um boletim da “Campanha Nacional de Luta contra a Repressão”).

Alduísio foi preso, pela primeira vez, em Brasília, em 18 de agosto de 1968, junto com outros sete companheiros, em uma barreira de uma estrada principal. Passaram a primeira noite no DGI, Departamento Geral de Investigações, e no dia seguinte foram levados ao pátio da 12^a Delegacia. Alduísio e outro estudante foram conduzidos novamente ao DGI, onde o amedrontaram mostrando-lhe fotografias de pessoas que deviam ser vitimadas pela polícia. Ambos foram transportados em um automóvel até um lugar afastado, distante uns 60 quilômetros de Brasília.

Queriam que Alduísio e seu companheiro revelassem onde se encontravam os outros estudantes. O automóvel parou à margem de um riacho. O veículo era conduzido pelos policiais Schmidt e Ivan, que se comunicavam por rádio recebendo continuamente instruções do delegado Lincoln Gomes de Almeida, chefe da polícia federal. Os policiais mostraram aos estudantes uma ordem de fuzilamento. No princípio, os guardas dispararam contra eles com tiros de festim. Em seguida, passaram a praticar tiro ao alvo com tiros de munição [...] De volta a Brasília, os policiais lhe disseram que ambos seriam afogados nas águas do lago Paranoá, mas também não fizeram isso. Os estudantes estavam traumatizados por estas torturas psicológicas [...] Finalmente, foram algemados e trancados numa cela escura onde tinham que fazer exercícios físicos para conseguir se aquecer. Em 21 de agosto retornaram à 12^a Delegacia e ali voltaram a encontrar seus companheiros. Nessa ocasião, Alduísio e outro estudante foram conduzidos ao Ministério do Exército. Alduísio se sentiu mal e necessitava de atendimento médico. Foi atendido e receitado. Em seguida, do Ministério do Exército foi levado junto com outro estudante até o Batalhão da Guarda presidencial, permanecendo ali na solitária [...] foi posto em liberdade em 28 de agosto. Estava abatido e, no entanto, havia se comportado corretamente durante a repressão. No dia seguinte, 29 de agosto de 1968, Alduísio se encontrava no *campus* da Universidade de Brasília, quando esta foi invadida pela polícia [...] Ao tentar fugir, pulou por uma janela e foi, rapidamente, retirado da Universidade por alguns deputados [...] Eles o levaram a um hospital porque sofria uma intensa crise nervosa [...] Depois de quatro dias, Alduísio foi transferido a um segundo hospital e, em seguida, a outro especializado em psiquiatria; a esse extremo havia chegado seu estado físico e mental. De lá, foi levado para a sua casa. Urinava sangue e estava completamente desidratado.

Recuperado física e psicologicamente, Alduísio voltou à Universidade em outubro de 1968. Em dezembro foi procurado pela Polinter para depor no Ministério da Justiça, a fim de ajudar no esclarecimento de torturas contra prisioneiros políticos. Alduísio exigiu garantias para depor na presença dos torturadores, especialmente Lincoln Gomes de Almeida. Foi acareado com este, diante do procurador geral da República, do promotor e do representante da Universidade. Alduísio informou que Lincoln era o chefe das torturas. Este, por sua vez, cinicamente, apresentou um documento apócrifo em que “provava” que não se encontrava em Brasília no dia das torturas. Alduísio denunciou a falsidade do pretense documento e Lincoln se calou, desmoralizado [...]

Então Lincoln reagiu e passou a ofender Alduísio, que respondeu energeticamente acusando-o de torturador. O promotor, presente na acareação, deu voz de prisão a Alduísio. Este reagiu, denunciando diante dos jornalistas pre-

sententes a impropriedade do mandato de prisão. O mandato foi revogado e o promotor, em seguida, pediu aos jornalistas que não divulgassem o ocorrido, mas o *Jornal do Brasil* deu a notícia no dia seguinte.

A identificação dos torturadores de Alduísio estava prevista para 12 de dezembro de 1968. Nesse dia, ao chegar ao Tribunal, Alduísio foi “aconselhado” a fugir, porque, segundo lhe disse o próprio promotor, se aproximavam mudanças políticas no país e ele seria preso novamente. Realmente, no dia seguinte foi dado um novo golpe militar e foi decretado o Ato Institucional nº 5. Mas Alduísio não fugiu, continuou insistindo na identificação dos torturadores, o que nunca mais foi possível [...]

Em setembro de 1969, o estudante Alduísio se encontrava na Guanabara, em tratamento, quando foi preso novamente com seu colega Jean Marc von der Weid, presidente da UNE. Ambos dirigentes estudantis caíram presos junto com outro numeroso grupo de estudantes. Foram conduzidos ao Deops. Alduísio foi despido e recebeu socos nos rins. Em seguida, foi obrigado a permanecer numa posição incômoda, sustentando seu corpo apenas por dois dedos apoiados na parede. Os dedos não resistiam, se dobravam e lhe causavam tremendas dores [...] Na madrugada do dia 5, foram transferidos à Ilha das Flores, identificados e encarcerados em solitárias.

No dia seguinte, todos os presos foram obrigados a assistir, um após o outro, às sessões de tortura que eram praticadas contra o dirigente da UNE, von der Weid.

[...] Em 8 de setembro, Alduísio foi conduzido à sala de torturas. Inicialmente recebeu socos no corpo e choques elétricos intensos. Depois foi colocado no pau de arara (desta vez usaram uma barra de ferro), com o corpo molhado, e ali recebeu descargas elétricas com os polos que lhe tocavam na língua, nos ouvidos, nos órgãos genitais e em outras partes sensíveis. Nesta ocasião utilizaram contra Alduísio uma técnica pouco comum na tortura: colocaram-no no pau de arara no sentido contrário ao usual, ou seja, de costas, com a coluna curvada para dentro. Durante este horrível lapso de tempo, não cessaram os choques elétricos nem os espancamentos.

Em 11 de setembro, Alduísio foi internado em um hospital, inconsciente. Apresentava fraturas no occipital (cabeça), inchaço no pescoço, fraturas na coluna vertebral, duas costelas quebradas, um pulmão comprimido e a pele do pênis em estado de decomposição, em razão dos choques elétricos. Foi encaminhado ao Hospital Central da Marinha, onde foi atendido pela equipe médica do Dr. Drumond [...] Novamente foi levado, em 23 de outubro, à Ilha das Flores. O comandante da prisão e o serviço médico se recusaram a aceitá-lo devido a seu péssimo estado de saúde física e mental: não conseguia equilibrar-se em seus dois pés. Perdeu a voz e parte da vis-

ta. Voltou ao Hospital Central da Marinha, onde o examinaram novamente. Finalmente foi levado outra vez à Ilha das Flores e aceito obrigatoriamente.

Foi colocado em uma cela junto com outros presos políticos, esperando ser internado no Manicômio Judiciário.

Na véspera de ser encaminhado ao manicômio, a ditadura resolveu entregá-lo para sua família. Alduísio está, desde então, submetido a rigoroso tratamento médico, tentando se recuperar dos maus tratos que lhe foram infligidos pela ditadura fascista.

DOCUMENTO 3

Carta remetida pela família de Carlos Lima Aveline e seu filho, Carlos Cardoso Aveline, à presidência da Organização das Nações Unidas (ONU), denunciando as torturas sofridas por este último no Deops de São Paulo, em 14 de janeiro de 1969².

Sr. Presidente,

Somos integrantes de uma das muitas famílias brasileiras angustiadas pelo clima de insegurança reinante em nosso país, onde predominam violência policial, a censura à imprensa e outros elementos que caracterizam os governos de prepotência, erigidos pela força contra o povo e a própria nação.

Tendo presente o contido nos dispositivos supra da DUDH (NINGUÉM SERÁ SUBMETIDO A TORTURAS, NEM A TRATAMENTO OU CASTIGO CRUEL, DESUMANO OU DEGRADANTE – art. 5º – NINGUÉM SERÁ PRESO, DETIDO, OU EXILADO ARBITRARIAMENTE – art. 9º) vimos à presença de V. Excia. para denunciar os fatos a seguir relatados e requerer a V. Excia. as providências possíveis no sentido de impedir o prosseguimento da situação ora exposta.

As signatárias são irmãs e filhas do advogado CARLOS LIMA AVELINE, preso no dia 13 ou 14 de janeiro pelo DOPS de S.P., dois dias após, um filho menor do Dr. Carlos Lima Aveline, de nome CARLOS CARDOSO AVELINE, de 16 anos, foi preso pelo mesmo órgão policial.

O advogado respondera processo. Condenado, recorreu à mais alta corte de justiça do país e obteve um *habeas corpus*. O processo foi anulado. Mesmo assim foi preso e torturado. Insatisfeitos os policiais resolveram torturar o menor CARLOS CARDOSO AVELINE, na presença do pai.

Suspensão pelos pés, despido e algemado, o menino foi submetido a choques elétricos chegando a desfalecer.

O pai ante a este espetáculo dantesco e na ânsia de suspender o sofrimento do filho teve os braços feridos e perfurada uma artéria, cujo sangue banhou as vestes e as caras dos torturadores, que, assustados, conduziram ao hospital onde foi paciente de transfusão de alta dosagem.

Sr. Presidente, dirigimo-nos à mais alta assembleia internacional, para anunciar este crime, solicitando encarecidamente as providências de que este organismo seja capaz, para evitar que estes dois membros de nossa família, que nos são tão caros, continuem vítimas de um governo que se apoia em homens que comprometem a própria espécie humana.

Bem sérios e graves motivos para temer pela vida de Carlos Lima Aveline e de seu filho Carlos Cardoso Aveline, razão pela qual com a angústia que envolve a família brasileira nos dirigimos à ONU e aguardamos as providências respectivas.

Cordiais saudações.

Assinado: Celina Mena Barreto Torres, Emma Lima Aveline, Emilce Lima Aveline, Edda Aveline de Oliveira, Emilce Lima Aveline Burger e Tânia Aveline de Oliveira (Porto Alegre, 25 de janeiro de 1969).

DOCUMENTO 4

Auto de interrogatório de Carlos Lima Aveline, torturado pelo Deops de São Paulo em janeiro de 1969, junto com seu filho, Carlos Cardoso Aveline, de 16 anos de idade, ocorrido na 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre.

Auto de interrogatório: aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, na cidade de Porto Alegre, na sede desta 1ª Auditoria da III Região Militar, reunido o Conselho Permanente de Justiça do Exército, estando presentes a totalidade de seus membros, o Dr. Reinaldo Madalozzo, promotor, compareceu CARLOS LIMA AVELINE, réu neste processo, que, às perguntas do Dr. Auditor respondeu chamar-se CARLOS LIMA AVELINE, natural de Rio Pardo, deste estado, de cinquenta e cinco anos de idade [...] Perguntado se tem algum motivo particular a que atribuir a acusação, respondeu que é de ordem política [...] disse que, desde 1964, depois de ser perseguido e ter seus direitos políticos cassados, tanto ele, o acusado, como sua família, principalmente sua esposa, sofreram perseguições das mais variadas e cruéis; que a esposa, inclusive, sofreu pressões e dificuldades no exercício de sua profissão de advogada, na própria apresentação

do *habeas corpus* em favor do querelante, a fim de que ela declarasse onde ele se encontrava; foi presa três vezes, porém finalmente, graças ao *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal que lhe concedeu o direito de não revelar o lugar onde se encontrava o marido, foi posta em liberdade [...] Preso pelo Deops de São Paulo, sofreu vexações tanto ele quanto seu filho Carlos Cardoso Aveline. Lembra, por exemplo, que sexta-feira, 17 de janeiro, cerca das 17h, no Deops de São Paulo, presente Raul “Careca” e outros quatro agentes cujo nome não sabe, viu seu filho pendurado no pau de arara, recebendo choques elétricos. Nesta ocasião, ele protestou e foi brutalmente espancado, mostrando agora, diante desse Conselho, equimoses visíveis na parte inferior de ambos os olhos; nesse mesmo dia 17 se encontrou em uma sala com três outros presos e que, devido principalmente às ameaças de que torturariam sua esposa, o declarante tentou suicidar-se como um meio de libertar a família dos sofrimentos; para isso quebrou um vidro da janela e tentou cortar os pulsos, conseguindo unicamente seccionar uma veia sem alcançar seu objetivo; estes fatos são do conhecimento de todos os presos, entre os quais se encontrava o deputado ou ex-deputado Hélio Navarro, e de delegados federais. Declara que a acusação que lhe é feita é totalmente falsa, deixando os detalhes de sua defesa ao encargo de seu advogado. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, se encerrou o interrogatório nas formas da lei [...]

(Seguem-se as assinaturas do escrivão, do preso e dos oito membros do Conselho de Guerra da Auditoria Militar.)

DOCUMENTO 5

Declaração de Manoel Conceição dos Santos, presidente do sindicato rural de Pindaré-Mirim, Maranhão, preso e ferido a tiros em 13 de julho de 1968, (Texto publicado em “Políticas brasileiras e movimentos cristãos”, revista Mensagem, fevereiro de 1970).

Eu, Manoel Conceição dos Santos, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, desminto as notícias publicadas pelos jornais de São Luís [capital do estado do Maranhão] e, principalmente, as declarações do secretário de Segurança Pública feitas em 27 de julho de 1968.

Em nome da verdade, devo declarar o seguinte: na manhã de 13 de julho último, vários trabalhadores esperavam atendimento no posto médico

do Sindicato. Uma caminhonete parou a certa distância do lugar; sete homens armados de fuzis e revólveres desceram. O delegado de Polícia, acompanhado de um soldado, me chamou e eu me dirigi até ele. Qual não seria a minha surpresa ao me ver agarrado pelos soldados, que dispararam cinco balas nas minhas pernas e atiraram também sobre muitas testemunhas, incluindo mulheres e crianças! Jogaram-me na caminhonete como a um animal. Dali me levaram para a prisão, gravemente ferido nos pés. Recebi os primeiros curativos cerca das 17h. Depois de três dias fizeram outros curativos, quando meus dedos estavam meio apodrecidos. No dia 17 me puseram em liberdade; para não morrer, tive que ir a São Luís para que me cortassem uma perna que já estava gangrenada. [São Luís, 30 de julho de 1968.]

DOCUMENTO 6

Torturas a que foi submetida Maria Imaculada da Conceição, secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, no Departamento de Vigilância Social (Polícia Política) de Belo Horizonte. (Trechos de uma carta publicada na página sindical do jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1969).

Senhor Redator: [...] esta carta é um relato impressionante e verdadeiro, que enche de indignação a todos nós, brasileiros [...] Maria Imaculada da Conceição ficou incomunicável na prisão por mais de 60 dias, embora a lei preveja o máximo de dez dias. Durante esse período de dois meses, sofreu terríveis pressões psicológicas, torturas físicas e outros “tratamentos” típicos da polícia política, da 2ª seção da polícia militar e do serviço secreto do Exército da 4ª Divisão de Infantaria. Quando presa, estava grávida, tendo sido vítima de um aborto, depois que se encontrava na prisão, e não só não recebeu nenhuma assistência médica, como foi terrivelmente maltratada. E, mais que isso, para satisfazer à sanha assassina dos torturadores, fizeram-lhe o aborto em uma sala fétida, do Departamento de Vigilância Social, na qual reuniram, pouco antes, vários presos políticos para que assistissem a tudo. Sem anestesia, sem nenhum cuidado de higiene, nem sequer empregaram os instrumentos cirúrgicos adequados para a operação. Quando a vítima gritava impotente, os torturadores berravam de alegria e de sádica histeria e insultavam com palavrões aos indignados espectadores, submetidos pelas metralhadoras [...]

DOCUMENTO 7

Carta enviada pelos presos políticos da Penitenciária de Linhares, na cidade de Juiz de Fora, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 19 de dezembro de 1969.

Apresentamos esta denúncia ao Conselho de Defesa [dos direitos] da Pessoa Humana na esperança de que os fatos aqui relatados sejam investigados em toda sua amplitude, para o que nos colocamos a sua inteira disposição para testemunhar ou para qualquer esclarecimento que se faça necessário. Para nós, presos atualmente na Penitenciária de Linhares, é extremamente difícil apresentar de imediato provas dos fatos que vamos relatar, mas podemos indicar novas testemunhas e sugerir a esse Conselho diligências e averiguações que poderão esclarecer tudo no momento em que realmente se queira elucidar estes fatos. Além disso, tanto os testemunhos como os fatos que apresentamos, todos absolutamente verídicos e isentos de animosidade, se constituem já em prova suficiente do que afirmamos. Tanto assim, que para nós já é penoso fazer a própria denúncia, posto que nos encontramos ainda ao alcance daqueles que tantos danos nos infligiram. Conscientes, no entanto, de nosso dever humano de contribuir com a extirpação desse câncer que tenta corroer, nas prisões, nos quartéis e nas delegacias, a fibra moral de nossa juventude, decidimos entregar nas mãos do Conselho, além desta denúncia, a responsabilidade da vigilância sobre o que possa nos acontecer daqui pra frente no que diz respeito à nossa integridade física ou moral.

Eis aqui os fatos:

Aproximadamente às 4 horas da madrugada do dia 20 de janeiro de 1969, foram presos na rua Itacarambu, no bairro de São Geraldo, em Belo Horizonte, Murilo Pinto da Silva, Maurício Vieira de Paiva, Afonso Celso Lana Leite, Jorge Raimundo Nahas, Maria José Carvalho Nahas, Nilo Sérgio Menezes Macedo e Júlio Antônio Bettencourt de Almeida. No momento da detenção, Maurício foi atingido por duas balas disparadas pelos policiais. Todos os presos foram logo encostados contra o paredão existente no fundo da casa, intensamente espancados, para serem fuzilados pelos policiais que, exaltados, chegaram inclusive a carregar as submetralhadoras. Esta ação foi impedida por Luís Soares Rocha, chefe da diligência, que temeu as consequências que aquele ato poderia provocar. Frustrados na tentativa de fuzilamento, os policiais começaram a espancar os detidos com maior violência e quase todos sofreram cortes profundos na cabeça, inclusive Maurício, que, apesar de não

poder se sustentar de pé, ficou com a cabeça tão machucada que mais tarde os médicos pensaram que também havia sido atingida por uma bala. Ainda na casa da rua Itacarambu, foram algemados e amarrados com arame nos pulsos e no pescoço, chegando alguns policiais a tentar enforcá-los com esses mesmos arames.

Os detidos foram levados, então, à Delegacia de Vigilância Social (antiga Deops), a maioria no porta-malas de um automóvel. Como Maurício tinha uma perna rígida em consequência do tiro no joelho, foi obrigado a viajar encurvado sobre o encosto do assento traseiro, aumentando assim seu sofrimento. Chegando à Delegacia, foram novamente espancados com socos, com os carregadores das submetralhadoras e pontapés. Não resistindo aos golpes – estava sangrando há mais de uma hora – Maurício caiu ao chão ainda algemado e amarrado com arames. Foi separado de seus companheiros e ficou no chão muito tempo, recebendo, inclusive, de quando em quando, os pontapés de alguns policiais. Às 8 horas da manhã, quatro horas depois de ter sido baleado, decidiram levá-lo ao pronto-socorro pois, do contrário, “iria morrer ali mesmo”, segundo disse o delegado Thacir Menezes Sia.

Policiais que participaram na diligência, prisão e espancamentos:

Luís Soares da Rocha (superintendente da polícia do estado de Minas Gerais), delegados Lara Rezende, Mário Cândido da Rocha [da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte], agentes José Pereira, Haydn Saraiva e José Reis, além de outros policiais e guardas civis.

Os interrogatórios:

Os espancamentos começaram quando os presos chegaram à delegacia e continuaram durante todo o tempo que permaneceram ali. Logo que chegaram, foram colocados de pé em uma cela, com o rosto virado para a parede, permanecendo assim, sem água nem alimentação, até a madrugada do dia seguinte. A cada momento chegavam policiais civis ou militares para espancá-los e castigá-los com cassetetes, causando-lhes ulcerações em todo o corpo. Quase todos precisaram levar vários pontos na cabeça. Além disso, sofreram todo tipo de tortura psicológica, com ameaça de morte a cada instante. Durante o primeiro dia de interrogatórios, o delegado Thacir Sia afirmava a Murilo que acabaria por matá-lo “como fiz com muitos outros, sem que ninguém fique sabendo”. Levado a fazer uma diligência sob o comando desse delegado, Murilo foi ferido com a ponta de uma faca durante todo o trajeto. Por haver sido submetido a uma operação cirúrgica, Maurício prestou seu depoimento no pronto-socorro e devido a isso não sofreu espancamentos nesse primeiro interrogatório. Foi, no entanto, ameaçado de morte e de ser conduzido naquele mesmo dia à delegacia, onde “o colocariam no pau de arara e lhe dariam

cacetadas”, segundo disse o escrivão da Delegacia, Ariosvaldo Hora, que o interrogou na presença do doutor Fábio Bandeira.

Ângelo Pezzuti da Silva e Erwin Rezende Duarte, ambos presos na madrugada do dia 15 de janeiro de 1969, também passaram por essa delegacia, tendo recebido pancadas na cabeça e pontapés do delegado Thacir Sia. Também foi espancado ali José Raimundo de Oliveira, que foi várias vezes pendurado por meio de uma corda amarrada a seu pescoço. Alguns dias depois da entrada de Maurício ao posto de socorros médicos, chegou ali Antônio José de Oliveira, gravemente ferido a bala. Foi atirado numa cela da delegacia durante mais duas horas “à espera que morresse”, segundo afirmavam os policiais, enquanto era submetido a espancamentos generalizados. Dois dias depois, chegou ao pronto-socorro Délio Fantini, tinha um pé e um braço quebrado em várias partes, feridas em diversos lugares do corpo e numerosos cortes na cabeça. Havia sido torturado na delegacia onde compartilhou uma cela com Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, que o viu no estado em que ficou depois das torturas. Segundo Bittencourt de Almeida, Délio Fantini tinha os dentes arrancados, o braço quebrado e torcido para o lado, os dedos dos pés esmagados, as pernas muito inchadas, dois cortes profundos na cabeça e todo o corpo marcado pelas pancadas e por queimaduras de cigarro. Tal era seu estado, segundo Maurício, que as pessoas que trabalhavam no posto de socorro médico (médicos, enfermeiros etc.) ficaram horrorizados com a selvageria policial.

Irani Campos, 17 dias depois de haver sido submetido a uma operação motivada pela ruptura do fígado, provocada por um acidente de ônibus na rodovia Rio-Belo Horizonte (onde morreram 30 pessoas), com abscesso pós-operatório, com escoriações por todo corpo, foi colocado em uma cela suja da Delegacia, onde dormia no chão sem nenhuma assistência médica. Só depois que o médico que dirigia o posto médico intercedeu por ele e avisou que sua vida corria perigo, lhe foram dados cobertores e assistência médica. Não se alimentava pois lhe era servido arroz cru e feijão azedo. Também ameaçaram torturá-lo.

Torturadores da Delegacia: Thacir de Menezes Sia, Ariosvaldo Hora, Seoralick José do Carmo, Joel Cabo Ferreira, Márcio, José Aparecido, Anésio, Geraldo, Vander, Bicalho.

Os primeiros interrogatórios foram realizados na Delegacia de Furtos e Roubos, de Belo Horizonte. O responsável pela investigação, naquela ocasião, era Luís Soares da Rocha, superintendente-geral da polícia no estado, e, sob suas ordens, os delegados Lara Rezende e Mário Cândido da Rocha. Os presos que por ali passaram foram torturados barbaramente. Os primeiros, Ângelo Pezzuti da Silva e Erwin Rezende Duarte, foram levados duas vezes

ali, durante a segunda quinzena de janeiro de 1969. Erwin foi obrigado a se deitar sobre o chão, despido, foi brutalmente espancado e pisoteado em todas as partes do corpo, por Lara Rezende, Mário Cândido da Rocha e os policiais Rodrigo e Saraiva, entre outros. O capitão do Exército, Gomes Carneiro, ali presente, também o torturou aplicando-lhe, principalmente, “telefones” (golpe forte dado com as palmas das mãos abertas, simultaneamente, sobre os ouvidos). Em outra ocasião recebeu choques elétricos e o espancaram com a palmatória, além de ameaçá-lo de morte, de prender seus familiares etc. Ângelo Pezzuti da Silva foi colocado no pau de arara e espancado por José Pereira, enquanto estava suspenso. Enquanto Pereira lhe aplicava a “hidráulica” (água pelas narinas), outro torturador, José Maria, batia violentamente nas plantas dos pés com uma palmatória de borracha. E o subinspetor, Cacildes, junto com o delegado Cândido da Rocha, aplicavam choques elétricos com um gerador portátil à manivela.

Em fevereiro de 1969, os demais presos que se encontravam na polícia política ou na Colônia Penal Magalhães Pinto começaram a ser interrogados na Delegacia de Furtos. Nilo Sérgio Menezes Macedo foi ali espancado durante vários dias pelos delegados Lara Rezende e Mário Cândido da Rocha, pelos investigadores José Pereira, Haydn Saraiva e outros. Foi deixado despido durante três dias e três noites em uma cela infecta e cheia de enormes ratos que não lhe deixavam dormir à noite (Ângelo e Erwin também estiveram nesta cela). Por fim, os citados policiais penduraram Nilo Sérgio no pau de arara, bateram nas plantas dos pés com palmatória de borracha, aplicaram choques elétricos e o sufocaram com uma esponja embebida em água. Jorge Raimundo Nahas foi torturado nesta Delegacia por Cândido da Rocha, José Pereira, Saraiva, José Maria e Pionoro, que utilizaram choques elétricos e a palmatória. O preso ficou com as mãos arrebentadas, as unhas esmagadas e o corpo todo marcado. Pedro Paulo Bretas foi torturado ali, em janeiro de 1969, por Lara Rezende e Mário Cândido da Rocha e pelos investigadores Adão, Haydn Saraiva, José Pereira e outros. Foi pendurado no pau de arara e submetido a choques elétricos e pancadas com a palmatória. Permaneceu numa cela cheia de ratos por três dias e três noites. Na Delegacia de Furtos e Roubos, torturaram adolescentes de 12 a 15 anos – presos comuns – na presença de Ângelo Pezzuti da Silva, Erwin Rezende Duarte, Pedro Paulo Bretas e Júlio Antônio Bittencourt de Almeida para intimidá-los e obrigá-los a falar.

Conduzido a essa Delegacia, Júlio Antônio foi preso em uma cela onde o ar era praticamente irrespirável (a instalação sanitária está quebrada) e onde havia dezenas de enormes ratos. Durante todo tempo que permaneceu ali escutou gritos de pessoas submetidas a torturas e viu de 15 a 20 pessoas em uma cela de dois metros quadrados.

Levado para ser interrogado nessa delegacia depois de ferido e recém-operado, Maurício Vieira de Paiva foi espancado, inclusive em suas próprias feridas.

As torturas perpetradas na Delegacia de Furtos e Roubos foram ordenadas por Luís Soares da Rocha e pelos delegados Lara Rezende e Mário Cândido da Rocha, com a conivência e permissão do comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), nessa ocasião, o coronel do Exército Octávio Aguiar de Medeiros, representado em vários dos interrogatórios na Delegacia de Furtos e Roubos pelo capitão Almeida.

Nessa delegacia foi torturado também Antônio Pereira Matos. Foi pendurado no pau de arara, recebeu choques elétricos durante 12 horas, ao mesmo tempo em que era castigado com golpes de palmatórias de borracha por todo corpo, “telefones”, pontapés e a “hidráulica”. Em consequência das torturas teve que ser tratado com antibióticos durante 30 dias. Foi ameaçado de ser levado à “mesa de operações”. Segundo os torturadores, trata-se de uma mesa de ferro onde o torturado é amarrado, provida de um dispositivo que estira o corpo da vítima enquanto um estilete longo raspa os ossos da costela.

Nessa delegacia morreu João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica, que havia sido preso em finais do ano anterior na Guanabara, e transferido à Delegacia de Furtos de Belo Horizonte, em janeiro de 1969. João Lucas Alves foi brutalmente torturado até a morte, segundo os próprios delegados e investigadores daquela delegacia, porque não quis admitir sua participação nos assaltos a bancos. Os policiais afirmam que João Lucas se suicidou com sua própria calça, enforcando-se na cela em que o colocaram.

Depois dos interrogatórios na Delegacia de Furtos, os presos permaneceram à disposição das autoridades militares na Colônia Penal Magalhães Pinto, onde posteriormente também ficaram vários outros presos políticos. Estiveram incomunicáveis por vários meses, impedidos de conversar entre si, em celas com janelas fechadas e pintadas de negro, tendo sido proibido deitar-se no solo ou permanecer de pé na cela (tinham que ficar durante todo o dia sentados nos colchões, pois não havia camas), sem poder ler ou fumar durante várias semanas, sem direito de ir ao pátio da prisão para tomar sol. Muitos deles adoeceram nessa época. Nilo Sérgio Menezes esteve todo esse tempo necessitando de atendimento médico, pois sofria de uma grave lesão no ouvido esquerdo. As autoridades, uma delas ao menos, o coronel Octavio Aguiar de Medeiros, foram informadas do seu estado de saúde por intermédio de seus familiares, mas não tomaram nenhuma providência a respeito. Todos, inclusive o diretor da prisão, foram advertidos do que acontecia com Nilo e tinham conhecimento do diagnóstico do Dr. Idalmo Duarte e sua indicação explícita de uma intervenção cirúrgica imediata no início do mês de maio. Nada disso foi levado em consideração.

Durante esse período a investigação policial militar prosseguiu, agora sob o comando do coronel Octávio Aguiar de Medeiros. Os interrogatórios eram realizados em uma sala especial do CPOR (12º Regimento de Infantaria) onde os presos eram submetidos a várias formas de coação e de pressão psicológica, ficando – enquanto prestavam depoimentos que às vezes duravam várias semanas – em celas sujas, sem cama, sem banheiro etc. Os responsáveis pelo interrogatório não tiveram maior interesse em aumentar as torturas sofridas pelos presos porque já haviam obtido as informações que lhes interessavam. Mesmo assim, Jorge Raimundo Nahas foi torturado naquele quartel, em uma sala do departamento de Educação Física, para confirmar declarações e proporcionar ou “inventar” (segundo o tenente Delmenezzi) novas informações. Recebeu choques elétricos produzidos por um aparelho normalmente utilizado para comunicações no Exército [além de ter sido obrigado a subir em pequenas latas com bordas cortantes]. Essa tortura foi praticada sob o comando do coronel Medeiros e do capitão Almeida, pelo capitão Portela, tenente Delmenezzi, sargento Cleber, sargento Averno, cabo Aires, policial Vicente e um civil (provavelmente agente do Serviço Nacional de Informações) de nome Alfonso Paulino.

Terminado o interrogatório em Belo Horizonte os presos Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Nilo Sérgio Menezes, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Afonso Celso Lana Leite e Pedro Paulo Bretas foram enviados ao Rio de Janeiro, Guanabara [1ª Companhia do Exército P.E.], por solicitação do coronel Ari, encarregado de uma investigação policial-militar, em 18 de agosto de 1969. Os presos foram transportados na parte traseira de uma radiopatrulha, amontoados os seis e algemados entre si, sem ar suficiente, provocando enjoos em todos eles, que terminaram por vomitar uns sobre os outros, sem que tivessem nenhum tipo de atendimento de Belo Horizonte até a Guanabara. Ao chegar à Polícia do Exército foram tirados da radiopatrulha a bofetadas e pontapés, arrancaram suas roupas e foram atirados, depois de brutal espancamento, em duas celas (cinco em uma cela, e o sexto na outra) de dois metros quadrados e com pisos de lajota, onde permaneceram despidos durante 74 dias, sem as menores condições de higiene. Cerca de um mês depois foram também enviados, à Polícia do Exército, Maurício Vieira de Paiva e Irany Campos. Nas duas primeiras noites imediatas a sua chegada, foram proibidos de dormir, sendo obrigados a permanecerem de pé durante 96 horas e, de vez em quando, lhe atiravam jatos de água fria com uma mangueira. Durante todo o tempo em que permaneceram na Polícia do Exército os presos passaram fome, sem que haja aqui nenhum exagero. A alimentação recebida por dia não era suficiente para encher um copo. De vez em quando voltavam a jogar água fria dentro das celas, com as mangueiras, e em duas

ocasiões atiraram bombas de gás lacrimogêneo, deixando os presos sufocados, quase mortos, pois não havia ventilação. Não era permitido receber doces nem cigarros e, se por acaso eram encontrados, era motivo para mais espancamentos e torturas. Os presos emagreceram tanto e tão rapidamente que pareciam espectros recém-saídos de um campo de concentração. Além disso, os torturadores se orgulhavam em repetir sempre que a Polícia do Exército “era a Gestapo brasileira”.

No dia 8 de outubro de 1969 houve, na Polícia do Exército, uma sessão de instrução sobre interrogatórios para um grupo de cerca de 100 militares, em sua maioria, sargentos das três Armas. Antes dessa sessão, Maurício foi submetido a choques elétricos “para ver se o aparelho estava funcionando bem”, segundo disse o cabo Mendonça. Na hora da instrução, cerca de 4 horas da tarde, os presos Maurício de Paiva, Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lana, Nilo Sérgio, Júlio Antônio, Irany Campos, um ex-soldado da Polícia Militar da Guanabara, e outro preso conhecido por Zezinho foram levados próximo às salas onde se realizava a sessão. Em seguida fizeram-nos entrar nas salas, tirar as roupas e, enquanto o tenente Haylton projetava transparências explicando a forma de tortura, suas características e efeitos, os sargentos Andrade, Oliveira, Rossoni e Rangel, junto com os cabos Mendonça e Povorelli e o soldado Marcelino, torturavam os presos em frente a cem militares, numa demonstração ao vivo dos diversos métodos de tortura empregados. Maurício recebeu choques, Bretas teve o dedo comprimido pelo torniquete; Murilo teve que subir em latas com bordas cortantes, Zezinho foi pendurado ao pau de arara e o ex-soldado da polícia militar foi espancado com a palmatória enquanto Nilo Sérgio teve que sustentar pesos com os braços abertos, equilibrando-se sobre uma só perna.

Enquanto os presos estiveram na Polícia do Exército, quando não eram torturados, ouviam ininterruptamente gritos de outras pessoas torturadas dia e noite, chegando a distinguir depois de algum tempo, pelos gritos e outros sons, o tipo de tortura que estava sendo praticada [...] Desde o comandante da Polícia do Exército, major Ênio Albuquerque de Lacerda, passando pela oficialidade, capitão Guimarães, capitão João Luís (da Cavalaria), tenente Haylton, sargentos Andrade, Oliveira, Rangel, Montes, Rossoni; pelos cabos Mendonça, Povorelli, Gilberto, pelos soldados Rosa, Napolino e vários outros, todos torturam presos políticos e nisto são meros exemplos.

Atualmente, nos encontramos na Penitenciária Regional de Linhares e, apesar de estarmos presos há quase um ano (o próprio diretor da prisão elogia nosso comportamento), estamos ainda submetidos a várias restrições absurdas que caracterizam um rigor penitenciário do qual estamos isentos pela própria Lei de Segurança Nacional. Ficamos fechados em celas indivi-

duais 19 horas diárias, impedidos de ter fósforos, isqueiros, jornais, revistas ou rádio dentro da cela. Não podemos receber livros, com exceção de alguns didáticos. As visitas são dificultadas pelas exigências feitas. Não é possível contato privado com os advogados etc. [A seguir, a assinatura dos 12 presos].

DOCUMENTO 8

Trechos da declaração do padre Antônio Alberto Soligo, preso pelo II Exército em Osasco, São Paulo, em 10 de fevereiro de 1969³.

Fui preso enquanto procurava emprego em uma fábrica.

Algemaram-me na rua onde fui preso e me levaram para o quartel de Ibirapuera. Aí encontrei outros operários desaparecidos de Osasco, sendo eles torturados barbaramente: Cícero, Pedro Tintino, Antônio Celestino. O primeiro, preso na padaria, o segundo enquanto ia para o trabalho e o terceiro enquanto descansava do trabalho em casa. Um amigo meu, Clemens Frederic Augustic Schragua, preso com invasão de domicílio, pela Força Pública, estava lá há quatro dias, todo moído, torturado todos os dias, com 41 graus de febre malárica, durante quatro horas cada vez, pendurado pelos pés, de cabeça para baixo por duas horas, debaixo de golpes de todos os tipos e em todas as partes do corpo, pontapés e choques elétricos.

Carlos Gilberto Pereira, que vinha de Goiás para procurar emprego em Osasco, foi também preso pela Força Pública, com invasão de domicílio, e me viu ser torturado. Como poderia dizer algo sobre o procurado capitão Lamarca se nunca havia ouvido falar dele?

Uma semana depois, o padre Jan Talpe e Ida Kremen foram presos (tropas do 4º Regimento de Infantaria de Osasco invadiram a casa onde estavam) enquanto estavam reunidos buscando uma forma de interceder por mim e por Clemens, noivo de Ida, já que os dois estávamos presos incomunicáveis. Os militares da Ditadura cercaram a rua e invadiram por três vezes nossa casa, para roubar, saquear, levando para si nossas coisas. O mesmo fizeram com outros presos.

Usavam carros dos próprios presos (Pedro Lobo e Dulce de Souza) para fazer diligências e prender mais gente. No Deops, o padre Jan H. Talpe e eu, tivemos que reclamar com insistência contra a Polícia do Exército para recuperar parte de nossos pertences. No entanto, o rádio, a máquina de escrever e os aparelhos eletrônicos que meu colega usava não foram devolvidos.

Os vizinhos foram chamados para depor sobre nós e obrigados a dar informações. Eles nos conheciam como pessoas trabalhadoras, honradas e interessadas pelo bem de todo o povo e a Ditadura queria que eles dissessem que nós éramos “subversivos”. Aí os carrascos da Ditadura me torturaram mais violentamente e respondiam em coro: “falso operário”, “padre traidor do Povo, do Brasil, da Igreja, de Deus e de Cristo”, “padre comunista” ou “é pecado dizer palavrão, não é, seu padre filho da puta?”. Em um momento aproveitei para lhes dizer “Vocês, do Exército, deviam fazer o mesmo: trabalhar como operários para ver como sofrem”. Bastou para que os carrascos dessa criminosa ditadura militar batessem em minhas mãos com palmatória até fazer com que inchassem e me deram chutes, socos, bofetadas e pontapés, quase estouraram meus ouvidos, meus olhos, o fígado e os rins, além de bater em meus órgãos sexuais de forma sádica. Feito demônios pulavam e pisavam forte com os dois pés em cima do tórax, nas costelas e no vazio da barriga. Despido – às vezes me sentavam em uma cadeira, outras me atiravam ao chão – mãos e pés atados, conectaram fios de um gerador elétrico nos dedos dos pés e das mãos, nas orelhas, no pênis, no ânus e nos testículos por mais de quatro horas de constantes choques, cada vez mais violentos. Paralelamente, me espancavam com uma toalha molhada e jogavam água para que o efeito do choque elétrico fosse ainda mais violento [...] Fui torturado em duas ocasiões: primeiro, ao chegar ao quartel-general do Exército e, uma semana depois, no dia 18 de fevereiro de 1969, na “escolinha”, ex-cassino transformado em câmara de tortura. Sob as ordens do general Luís Felipe Guedes, do tenente coronel Adolfo Henrique Matos e do capitão Danilo Mariani, encarregados das investigações policiais-militares, fui torturado pelo capitão Antônio Carlos do Nascimento Pivatto, subcomandante da Polícia do Exército; sargento Vendramini, tio de um seminarista, cujos familiares vivem em Joaçaba, estado de Santa Catarina; o tenente Agostinho e o cabo Marco Antônio Ribeiro, conhecido pelo apelido de “Passarinho” (que me tirou da cela e me deu chutes e golpes com o joelho em meus órgãos sexuais); um jovem a quem chamavam Zancón e outros.

Eles não conseguiram, com as torturas, nada do que queriam: não me desiludiram da luta do povo, da segurança de sua vitória. Estive sempre lúcido durante a tortura e observei que a praticavam com medo, intimidados e desanimados pelo desespero da ditadura que não obteve nada de nós. Ao contrário, a tortura os desmascarava, enquanto em nós aumentava a confiança na luta [...] As torturas continuaram dia e noite, de diferentes maneiras a cada hora, durante os seis meses em que estive em mãos da ditadura. Quando uma equipe de torturadores se cansava, outra ficava em

seu lugar, ou a própria equipe descansava enquanto o preso ficava pendurado no pau de arara. Vi torturadores e policiais desculpam-se ante os presos que os haviam enfrentado durante as torturas, com dignidade que eles (os militares) julgavam surpreendente. Mesmo assim, continuaram torturando mulheres despidas ao lado de homens também despídos e torturados. Violentaram uma mulher, mãe de família, frente ao marido, enquanto ele era torturado e interrogado. Outra mulher, grávida, foi torturada até abortar, morrendo não só a criança como, pouco depois, também a mulher.

Na vagina das mulheres e no ânus dos homens introduziam paus imitando o membro viril. Mãe, pai, esposa, filho ou irmão eram presos como reféns e torturados até que a ditadura encontrasse a pessoa efetivamente buscada. Torturaram o advogado Antônio Expedito Pereira, sua esposa, seu motorista, sua secretária, seu irmão porque encontraram em seu poder uma lista de presos que ia defender. [...] O médico Antônio Carlos Madeira deu consultas a algumas pessoas que depois foram presas. A ditadura o prendeu e, por temor à opinião pública de São Paulo (onde era conhecido), o levou a Minas Gerais, onde foi torturado durante um mês. O mesmo aconteceu com o arquiteto Farid. Ao gráfico José Paiva lhe quebraram as costelas, depois de prender e torturar sua esposa, sua mãe e sua irmã. A José de Jesus, vendedor de bilhetes de loteria, aconteceu a mesma coisa. José de Jesus, apesar de suas preocupações com a esposa, grávida de seis meses, aprendeu a ler e escrever conosco, na prisão.

O advogado Marcílio Krieger foi retirado da cela 2 do Deops às 7 horas da manhã e só voltou às 14 horas, ficando todo esse tempo sob tortura. Voltou destroçado em todos os sentidos, cheio de escoriações, com todo o lado direito do corpo inchado. Permaneceu mais de 20 dias sob cuidado médico de outro réu. Um homem de 53 anos, o operário metalúrgico Antônio Ubalino, teve os ouvidos arrebetados a bofetadas, aplicando-lhe “telefones”.

Todos ficamos incomunicáveis, sem defesa, sem saber o que podia acontecer a cada um no dia seguinte, em mãos dessa criminosa ditadura militar. Contudo, praticamente todos enfrentamos a tortura com coragem e heroísmo, sabendo que, se suportávamos tudo isso, também desmoralizávamos essa ditadura militar, inimiga do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que nos preparávamos para maiores sacrifícios pela libertação de todo o povo [...]

Vivíamos nas celas sem asseio e sem roupas suficientes, sem nada para cobrir-nos. Comíamos sempre a mesma comida fria, com garfinhos e colherinhas de plástico; raramente tomávamos banho ou nos barbeávamos (só havia um chuveiro para 50 ou 70 presos). Passávamos todo o tempo nas celas – onde também havia, sem nenhuma divisão, o sanitário –, vítimas não apenas das

torturas, mas da imundície, das baratas, pulgas e todo tipo de inseto, junto a montões de lixo.

Passamos seis meses sem saber o que era sol e com luz fortíssima acesa a noite inteira, sem ter mais noção do que era a escuridão. Nesse tempo não tivemos notícia do povo. Todos os sábados pedia que me deixassem celebrar a missa no domingo, como era pedido pelos presos. Nunca me permitiram: estávamos incomunicáveis, diziam. Em rebeldia, celebramos a libertação de todo o povo na Páscoa, incomunicáveis nas celas. Um dia o padre Talpe e eu fomos conduzidos, acorrentados e escoltados, com fuzis apontados para nossas costas, à presença de um sacerdote que tinha vindo nos visitar. Era o padre Afonso Passos, da Igreja de Nossa Senhora do Brasil, que se ofereceu para celebrar a nossa Páscoa. Dissemos-lhe que aceitávamos e que os outros presos também queriam estar presentes. Explicamos-lhe como havíamos passado nossa Páscoa de presos, comunicando-lhe que todos os presos queriam assistir à missa. Ele nos respondeu que, devido a nossa situação de incomunicáveis, era possível resolver a nossa situação pois éramos sacerdotes, mas seria impossível resolver a de todos os demais. Respondemos que, nesse caso, preferíamos continuar solidários com os demais presos. Esta seria nossa verdadeira Páscoa. Ficaríamos sem a celebração oferecida, em um sacrifício de união e solidariedade com os outros presos. Por esse mesmo motivo, não celebraríamos nossa missa individualmente, como havia sido permitido. Nós não aceitamos a ideia do cardeal Agnelo Rossi, responsável pela Igreja do Brasil (o cardeal Rossi era, naquela ocasião, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Na visita que nos fez, sua Eminência, o cardeal foi informado do tratamento “religioso” que a ditadura impõe aos presos. Soubemos depois que ele já estava informado, pelo próprio ministro da Justiça, Gama e Silva, das torturas que eram praticadas contra os presos. No entanto, o cardeal Rossi continua participando nos banquetes em homenagem a essas “autoridades” [...]

Eu estive na cela 2 do Deops de 27 de fevereiro até 14 de agosto de 1969 às 19h30. Meus colegas de cela que passaram por torturas, nos mais diversos tipos, são: o metalúrgico Antônio Ubaldino; o gráfico José Paiva; o metalúrgico Osvaldo Antônio dos Santos; o ex-marinheiro da Marinha de Guerra cassado, Otacílio Pereira da Silva; o ex-sargento do Exército cassado, Onofre Pinto; o médico Antônio Carlos Madeira; o bilheteiro de loteria, José de Jesus; o advogado Marcílio Krieger; o sacerdote e cientista Jan H. Talpe; o biólogo Clemens Frederic Augustic Schragua; o escriturário de Osasco, Martínez. Alguns foram ameaçados pelo delegado Fábio Lessa com o “soro da verdade”. Osvaldo Antônio dos Santos quase chegou à morte pela tortura do estancamento das veias jugulares. Vi Joel e Argonauta Pacheco serem medicados pelo colega preso: o primeiro com o dedo do pé carcomido pelo efeito de choques elétricos e o segundo com

costelas fraturadas. Outros companheiros de cela, Nelson Chaves e Guilherme dos Santos Carvalho, foram igualmente torturados. Em outras celas estavam José Ibraim, Roque Aparecido, Pedro Lobo, Dulce de Souza, Granville Ponce, Armando Vargas Dias, Botassio e outros, todos torturados. Os soldados Dias e Gomide, o cabo Aristides e o sargento Campos, da 7ª Companhia de Guardas, tentavam oferecer um tratamento melhor quando estavam de turno, fazendo a limpeza das celas, algumas compras e diversões. Por isso, eles foram detidos e responderam a um processo cumprindo penas de prisão e outras em seu quartel e no quartel-general de Ibirapuera. Os responsáveis por essas injustiças são o general Luís Felipe Guedes, encarregado das investigações; o interventor no Deops, coronel Ênio; o ex-diretor do Deops, Wanderico Arruda de Moraes; o comandante da 7ª Companhia de Guardas e o comandante da Polícia do Exército do quartel de Ibirapuera [...] Meus amigos, o padre Jan H. Talpe e Clemens Schragua, foram expulsos do país sem julgamento, por cometer o crime de serem amigos do povo brasileiro [...] Ninguém conseguirá deter a luta do povo brasileiro. Triunfará.

Meu processo foi iniciado e está instruído com acusações de atos que eu não fiz e que assinei sob o efeito das torturas. Não constam em meu processo as coisas que eu disse. Por isso é necessário este documento que eu redijo para o conhecimento do público. Estive permanentemente submetido à violência de meus interrogadores militares, que tentavam culpar-me e condenar-me. O próprio delegado de culto, Alcides Cintra Bueno Filho, do Deops, que me interrogou duas vezes, seguiu a mesma orientação dos militares e jamais me deu oportunidade para esclarecer os pontos contraditórios de minhas declarações, que assinei forçado, sob pressão, em plena consciência de que não diziam a verdade.

DOCUMENTO 9

Trechos da carta escrita pelo sacerdote Jan H. Talpe, de nacionalidade belga, ao ser expulso do Brasil, em agosto de 1969. O padre Talpe foi preso em fevereiro de 1969, torturado, ficou incomunicável seis meses. Esta carta foi escrita horas antes de sua expulsão, quando saiu da prisão e do Brasil⁴.

Amigos,

Em março de 1965 cheguei ao Brasil como sacerdote e como físico. Pouco depois, recebi um lugar na paróquia universitária e a Escola Politécnica da

Universidade de São Paulo me confiou as funções de professor assistente. Tive a oportunidade de viver em contato com a comunidade estudantil e pude conhecer algo – e amar muito – de nosso povo brasileiro, seus anseios, sua qualidade, sua grandeza. Igualmente, seus sofrimentos, sua humilhação, sua espoliação e sua luta pela emancipação e pela libertação. No ano passado, fui viver com outro sacerdote, em um bairro operário, onde conhecemos diretamente a vida e a luta de nosso povo. Compartilhamos em tudo a vida dos operários, ainda que eu continuasse na paróquia universitária e como professor universitário [...] Meus olhos viram as privações, a miséria, as humilhações e injustiças sofridas por nosso povo brasileiro [...] Em 19 de fevereiro de 1969 fui sequestrado brutalmente por militares e levado à prisão. Aí já se encontrava o padre que morava comigo, preso uns dias antes e cruelmente torturado.

Agora era a minha vez de enfrentar a fúria dos carrascos. Acabei conhecendo de perto outro aspecto do sofrimento do nosso povo: a crueldade da ditadura militar do governo.

De fato, basta qualquer suspeita, qualquer delação anônima ou simples atitude que não agrade, para que alguém seja sequestrado, ficando incomunicável, sem que os parentes sejam avisados, e torturado. Caso não se encontre a pessoa procurada, um parente é, muitas vezes, preso como refém e torturado.

Um amigo meu, professor da Universidade de São Paulo, foi pendurado de cabeça para baixo, e, assim, durante horas, batido com porrete e submetido a choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma moça, que ele não conhecia, teve de presenciar a cena e sofreu depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo. [...]

Os únicos que hoje em dia têm “segurança” em nosso país, o Brasil, são os grandes latifundiários e os donos de trustes internacionais, que exploram o povo e mantêm essa cruel ditadura militar para salvaguardar a sua “segurança”.

Gostaria de poder juntar-me à luta deste povo para alcançar sua verdadeira segurança na liberdade e no controle de seu próprio destino. Ficaria feliz em juntar-me a meus colegas cientistas que pesquisam para o povo e não para os trustes internacionais. Ou ficar convosco, estudantes, na luta por um ensino livre, aberto para todos e adaptado às necessidades de nosso povo. Ficaria feliz em ficar convosco, companheiros da paróquia universitária, para aprofundar a mensagem de amor do Evangelho frente à violência brutal da ditadura que esmaga o povo [...] Vós, habitantes do bairro, não necessitais ser torturados para julgar-me. Gostaria de lutar convosco, unidos a todo o explorado povo brasileiro nesta luta dura e longa com que se terá de enfrentar a violência da ditadura militar governamental com métodos adequados.

Frente à violência cruel da ditadura,

“é difícil defender

*só com palavras a vida,
mais ainda quando ela é
esta que se vê, Severina.”⁵*

Infelizmente, me obrigam a sair do país. Outros tiveram pior sorte e foram assassinados. Penso, por exemplo, em meu amigo, o padre Antônio Henrique, de Recife. Minha maior alegria é saber que a luta continua. E que – assim como o foi para o povo vietnamita – para nosso povo brasileiro a vitória está garantida. São Paulo, agosto de 1969.

DOCUMENTO 10

Carta escrita pelo advogado Elenaldo Celso Teixeira, preso na Casa de Detenção da cidade de Recife, em 6 de dezembro de 1969, ao jornalista Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Escrevo-lhe buscando levar ao seu conhecimento o que está acontecendo com os presos políticos em nosso país. Pretendo relatar, com a maior honestidade, as torturas que eu e um companheiro sofremos [...] Este companheiro hoje se encontra hospitalizado, inutilizado talvez para o resto de sua vida. Sou advogado e meu companheiro é estudante de engenharia. Em 16 de junho fomos presos [...] como pessoas estranhas na região e, portanto, suspeitos. Fomos presos por três policiais de Recife, os comissários Humberto, Rivel Rocha e um terceiro cujo nome não sei, acompanhados pelo latifundiário e dono de engenho de açúcar, Amaro Dutra, que ia com dois capangas, todos eles armados. Amarraram-nos e nos puseram no jipe, fazendo um longo caminho [...] durante o qual ameaçaram nos enforcar e nos atirar no rio, em uma verdadeira guerra psicológica, até chegar ao engenho do referido Amaro Dutra. Queriam dar tempo até que chegasse a noite [...] Esperamos mais de uma hora, amarrados, com os braços pendurados no toldo do jipe, até que os policiais jantaram. Depois, continuamos a viagem na mesma posição, algemados e com os braços levantados aguentando os movimentos do jipe nos buracos da rodovia. Conduziram-nos à usina açucareira “Liberdade”, onde começaram a nos torturar às 21 horas e só terminaram no dia seguinte. Os policiais Humberto e Rivel Rocha se revezavam na prática das torturas. Algumas vezes os dois nos espancavam ao mesmo tempo [...] com cassetetes de borracha dura e uma mangueira grossa, batiam em nossa cabeça, no tórax, no abdômen, nas pernas [...]

Espancaram-nos até que desfalecemos. Quando desfalecíamos, nos atiravam água fria, recuperávamos os sentidos e recebíamos novos golpes, pontapés no abdômen, nas pernas. Quando se cansavam, um terceiro policial vinha nos aconselhar para que disséssemos “tudo o que sabíamos”, ao mesmo tempo em que nos ameaçava com torturas ainda piores.

[...] Depois de algum tempo, nos levaram a um anexo do engenho de açúcar e ali nos amarraram pelos pés e nos penduraram de cabeça para baixo. Outra vez nos espancaram na cabeça, no tórax, abdômen e pernas. Depois de algum tempo, soltaram a corda e caímos ao chão, onde continuaram a nos agredir. Desfalecemos, atiraram água sobre nós. Pedimos água para beber. Deram-nos água misturada com álcool ou alguma substância cáustica que nos causou dores terríveis no estômago. Depois simularam que iam atirar em nosso ouvido e nos arrastaram para fora. Era de madrugada e tínhamos o corpo dolorido. Não nos aguentávamos de pé, nem pudemos caminhar até o jipe como eles queriam [...] Desfalecemos e só despertamos frente às grades da prisão da Delegacia, no bairro de Caxangá, em Recife, molhados, com as roupas rasgadas. Pedimos permissão para nos banhar, mas nem sequer podíamos nos levantar. Novamente desmaiamos, perdendo totalmente os sentidos, que só recuperamos três dias depois no posto médico do pronto-socorro [...] Estivemos à beira da morte e ficamos internados no hospital 27 dias. Depois, ainda andávamos com dificuldade quando nos levaram à Secretaria de Segurança Pública. Sob as ordens de Moacir Sales, delegado de Segurança Social, e de Bartolomeu Gibson, do Departamento de Investigações e Capturas, fomos interrogados e ameaçados. Ficamos totalmente incomunicáveis durante 40 dias [...] Durante esse período, Sales e Gibson nos ameaçavam que “iam começar o segundo tempo do jogo, pois já estávamos recuperados dos espancamentos”. A guerra psicológica foi de tal gravidade que meu companheiro, Luís Medeiros de Oliveira, diante da perspectiva de que os policiais nos matariam, tentou suicidar-se se atirando do primeiro andar da Secretaria de Segurança. Provavelmente fique inutilizado para o resto de sua vida. Momentos antes do gesto trágico, os agentes que estavam na sala diziam uns aos outros que teriam de comprar muitos, muitos cigarros, porque iam precisar naquele dia [...] Internado até hoje no Hospital Centenário, com os braços fraturados, ruptura na espinha e várias feridas, sem poder se mover, Luís Medeiros vê seu tratamento médico sabotado pela polícia, que não lhe fornece os medicamentos prescritos pelos médicos.

Esta situação não é um caso isolado. Todos os dias a polícia refina seus métodos de tortura. A opinião pública é enganada por declarações mentirosas da polícia sobre o tratamento que os presos políticos recebem [...]

Além de nos haver forçado a assinar declarações que motivaram uma condenação de cinco anos de prisão, o policial Moacir Sales nem sequer se

envergonhou de enviar à comarca de Escada, um informe, para ser transformado em processo, no qual somos acusados de haver provocado lesões corporais nos agentes que nos prenderam [...] Embora tenhamos sido presos por mais de seis pessoas, todas armadas, enquanto nós não tínhamos sequer uma arma [...] Amarrados e sem armas, agredimos três policiais fortemente armados [...] É ridículo [...]

DOCUMENTO 11

Declaração do Arcebispado de Recife e Olinda, em 27 de maio de 1969, sobre o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto.

1. Cumprimos o pesaroso dever de comunicar o bárbaro trucidamento do padre Antônio Henrique Pereira Neto, cometido na noite anterior, 26 de maio, nesta cidade do Recife;

2. Aos 29 anos de idade e três anos de sacerdote, o padre Henrique dedicou a vida ao apostolado da juventude, trabalhando sobretudo com os universitários. Até às 22h30min. de ontem, segundo o testemunho de um grupo de casais, esteve reunido, em Parnamirim, com pais e filhos, na tentativa que lhe era tão cara, de aproximar gerações;

3. O que há de particularmente grave no presente crime, além dos requintes de perversidade de que se reveste (a vítima foi amarrada, golpeada no pescoço e recebeu três tiros na cabeça), é a certeza prática de que o atentado brutal se prende a uma série preestabelecida e objeto de ameaças e avisos;

4. Houve, primeiro, ameaças escritas em edifícios, acompanhadas, por vezes, de disparos de armas de fogo. O Palácio de Manguinhos recebeu numerosas inscrições. A Sede do Secretariado Arquidiocesano e Regional Nordeste II foi alvejada. A residência do arcebispo, na igreja das Fronteiras, alvejada e pichada.

5. Vieram, depois, ameaças telefônicas, com o anúncio de que já estavam escolhidas as próximas vítimas. A primeira foi o estudante Cândido Pinto de Melo, quartanista de engenharia, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco. Acha-se inutilizado, com a medula seccionada. A segunda foi um jovem sacerdote, cujo crime exclusivo consistiu em exercer apostolado entre os estudantes.

6. Como cristãos, e a exemplo de Cristo e do protomártir Santo Estevam, pedimos a Deus perdão para os assassinos, repetindo a palavra do mestre: “Eles não sabem o que fazem”.

Mas julgamo-nos no direito e no dever de erguer um clamor para que, ao menos, não prossiga o trabalho sinistro deste novo esquadrão da morte.

7. Que o holocausto do padre Antônio Henrique obtenha de Deus a graça da continuação do trabalho pelo qual doou a vida e a conversão dos seus algozes.

Recife, 27 de maio de 1969.

†Dom Helder, arcebispo de Olinda e Recife,

†Dom José Lamartine, bispo auxiliar e vigário geral,

Monsenhor Isnaldo Fonseca, vigário episcopal,

Monsenhor Arnaldo Cabral, vigário episcopal,

Monsenhor Ernanne Pinheiro, vigário episcopal

DOCUMENTO 12

Declarações de Gilse Maria Cosenza Avelar, Loreta Kiefer Valadares, Delcy Gonçalves de Paula, Maria do Rosário Cunha Peixoto e Laudelina Maria Carneiro, presas políticas, detidas em junho de 1969, encarceradas na Penitenciária Regional de Juiz de Fora enquanto esperavam ser julgadas pela Auditoria de Guerra da 4ª Região Militar, e libertadas em meados de 1970.

Principais militares torturadores, ou que estiveram presentes nas torturas a que foram submetidas:

Exército: tenente-coronel Waldir Teixeira Góes (encarregado da investigação), capitão Jofre Lacerda e capitão Sebastião G. Paixão (membros da comissão de investigação), capitão Lacerda, capitão Portela, capitão Gomes Carneiro, tenente Marcelo e sargento Costa.

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais: capitão Jesu, capitão Pedro Ivo, capitão Schubert, major Teixeira, major Rubens, tenente Pádua, tenente Machado, tenente Praxedes, tenente K. Franklin, coronel Drumond, coronel Helos (comandante do Departamento de Instrução) e sargento Léo Machado.

Polícia Política (DVS): agente Perpétuo.

Testemunhas das torturas e seus efeitos: Dra. Nahylida e Dr. Altemar, médicos da Penitenciária de Mulheres de Belo Horizonte; funcionárias Maria José Araújo, Adelina, Natália, Georgina, Justina e Genny; diretor da Penitenciária de Mulheres, senhor Edson Cavaliere.

Gilse Maria Cosenza Avelar, brasileira, casada, 25 anos, nascida em 28 de dezembro de 1943 em Paraguaçu, Minas Gerais, residente em Belo

Horizonte. Assistente social, graduada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1967. Tem uma filha nascida em 27 de fevereiro de 1969.

Fui presa em 17 de julho de 1969, sendo conduzida ao Departamento de Instrução onde se encontravam presas dezenas de pessoas. Durante os dez dias que ali permaneci, fui submetida a enormes pressões psicológicas pelos interrogadores (oficiais do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais), que ameaçavam torturar minha filha que contava, naquela ocasião, três meses de idade. Os oficiais afirmavam que iriam buscar a criança e descreviam o que pretendiam fazer na minha presença: deixá-la sem alimento, colocá-la em uma bacia de água fria etc. No dia 28 de junho, junto com outras prisioneiras, fui transferida à prisão de mulheres “Estevão Pinto” e fiquei incomunicável na cela 5, onde permaneci por dois meses, e na qual havia uma lâmpada de 100 watts, o que significa uma claridade ofuscante em um cubículo pequeníssimo com uma única e mínima abertura. Em 23 de agosto, às 17 horas, fui levada à presença do tenente coronel Waldir Teixeira Góes, no 12º Regimento de Infantaria da 4ª Região Militar, onde se encontrava o capitão Jofre Lacerda com as presas Delcy Gonçalves de Paula, Laudelina Maria Carneiro e Loreta Kiefer Valadares. O tenente-coronel Góes me informou que eu seria entregue aos torturadores capitão Jesu e sargento Léo, da Polícia Militar, que se encarregariam de espancar-me, colocar-me no pau de arara, divertir-se com meu corpo e, finalmente, estuprar-me.

Às 19 horas fui conduzida pelo capitão Jesu e o sargento Léo em um jipe até um posto policial isolado, cuja localização me é impossível determinar por não conhecer os locais despovoados dos arredores de Belo Horizonte e por ser de noite. Trata-se, no entanto, de uma pequena construção de três ou quatro peças, à margem de uma rodovia e no meio rural, situada na direção da estrada que leva ao município de Neves. Provavelmente continua sendo utilizada como lugar de torturas, pois o sargento Léo comentava com o capitão Jesu sobre a necessidade de requisitar o lugar para que ficasse permanentemente à disposição das investigações policial-militares, em vista de sua localização: “Aqui podemos trabalhar comodamente porque ninguém vai ouvir os gritos dessa gente”, disse.

Nesse local fui torturada desde as 20 horas do sábado até às 5 horas da madrugada de domingo pelo capitão Jesu e pelo sargento Léo, ajudados por um terceiro homem não identificado. Sofri as seguintes torturas:

1. Espancamentos: socos em todo corpo, golpes de caratê no estômago e pescoço, bofetadas, violentos apertões nos ouvidos e pescoço, beliscões e torceduras nos mamilos, golpes de cassetetes.

2. **“Telefone”**: pancadas fortíssimas dadas simultaneamente nos ouvidos que me deixaram totalmente atordoada.

3. **Choques elétricos**: fui colocada em cima de uma mesa, onde prenderam em meus pés e mãos fios elétricos de uma pequena máquina com manivela. Um dos policiais me imobilizava sobre a mesa e o segundo tapava minha boca com um pano, enquanto o terceiro acionava a manivela produzindo descargas elétricas. Só interrompiam esse tratamento quando percebiam que eu estava quase sem sentidos, sem nem sequer conseguir gritar, com os braços e pernas retorcidos, rígidos, e o corpo percorrido por espasmos e tremores involuntários.

4. **Latinha**: descalça, fui obrigada a permanecer por longos períodos em pé em cima das bordas abertas de uma ou duas latas de salsichas de diferentes alturas. Em pouco tempo as latas começavam a afundar-se nas plantas dos pés, os músculos das pernas se tornavam rígidos, provocando uma dor enorme. Quando perdia o equilíbrio e caía, era espancada e colocada de novo no lugar. Ao não conseguir me manter de pé sobre as latas, era sustentada pelo sargento Léo, que, ao mesmo tempo, torcia meus mamilos e agregava à dor física a tortura moral, acariciando-me lubrificamente todo o corpo.

5. **“Pau de arara”**: fui obrigada a abraçar meus joelhos, com os pulsos amarrados, sendo-me introduzido no espaço entre os joelhos e os cotovelos, um pedaço de madeira. Este foi então colocado em posição horizontal a mais ou menos um metro do chão, com uma extremidade apoiada numa mesa e a outra sobre madeiras empilhadas em uma cadeira. Fiquei pendurada de cabeça para baixo, enquanto o capitão Jesu operava a manivela da máquina de choques. Ao mesmo tempo o sargento Leo me batia nas nádegas, nas pernas e nas plantas dos pés com cassetetes. Às vezes, o sargento Léo interrompia o espancamento para praticar atos sexuais em meu corpo.

6. **Torturas sexuais**: fui vítima de todo tipo de violências e atentado ao pudor, faltando apenas que o sargento Léo me forçasse a relações sexuais totalmente completas por temor às consequências de uma possível gravidez. Enquanto estava colocada sobre as latinhas ou pendurada no pau de arara, ele manuseava todo o corpo. Em outros momentos, o capitão Jesu se retirava do local, deixando-me só, de propósito, com o sargento Léo, para que ele tivesse maior liberdade de ação. Às 5h30 da manhã fui conduzida novamente à prisão “Estevão Pinto” pelo sargento Léo, sendo recebida pela chefe da guarda, Maria José Araújo. Esta, justamente com outra funcionária, Justina, são testemunhas do lamentável estado físico em que me encontrava, pois tiveram que me servir de apoio para que conseguisse chegar até a cela. Outras testemunhas dos fatos citados são: Georgina, funcionária da prisão, a doutora Nahylda, médica da prisão – chamada com urgência em 24 de agosto de 1969, domingo, às 8 horas da manhã, para atender-me – e a várias presas.

Loreta Kiefer Valadares, brasileira, casada com Antônio Carlos Melgazo Valadares, 26 anos, nascida em Porto Alegre, em 1º de maio de 1943, advogada, graduada na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

Fui presa na madrugada de 16 de junho de 1969, quando me encontrava dormindo na casa de uma amiga, Vera Magalhães, em Belo Horizonte. A equipe de captura era chefiada pelo capitão Portela, do Exército, e uns dez integrantes; todos nos apontavam submetralhadoras. Prenderam também Vera Magalhães, Luís Raul Machado (ex-dirigente da UNE) que ali se encontrava, e outras pessoas cujo nome não sei. Todos fomos arrancados da cama, os homens foram brutalmente espancados. Conduziram-nos à Central de Polícia (segunda seção) aonde chegamos às 2h da madrugada. Às 4h da manhã fui conduzida pelo capitão Portela do Exército, capitão Pedro e tenente Pádua, (ambos da Polícia Militar) a chutes, empurrões, golpes de caratê na boca do estômago (apesar de haver lhes avisado que sofria de úlceras) e no peito, bofetadas, puxões de cabelo, a uma sala onde minutos antes e que durante horas se ouviram os gritos de Delcy Gonçalves de Paula, Laudelina Maria Carneiro e Maria do Rosário Cunha Peixoto, que ali estavam sendo torturadas. Nessa sala fui submetida pelo capitão Portela e o sargento Léo a choques elétricos. Posteriormente fui levada a outra sala onde o capitão Portela me agrediu com golpes de caratê, tendo inclusive apontado o revólver para o meu rosto. Presentes no ato: tenente Marcelo, do Exército; major Teixeira, da Polícia Militar; capitão Pedro Ivo e o tenente Pádua, ambos da PM.

Depois da sessão de caratê, fui levada novamente à sala anterior, onde me submeteram a descargas de alta voltagem na máquina de choques elétricos, sendo desta vez com os fios enrolados nos dedos dos pés. Presentes ao ato: sargento Léo, da Polícia Militar, que girava a manivela da máquina; capitão Portela, que me batia no rosto; um sub-oficial da PM, que tapava minha boca com um lenço; o tenente Machado, que de vez em quando ajudava a me bater, e o major Teixeira, que não participava das torturas, mas dizia que não podia fazer nada em meu favor. A sessão terminou com o dia já claro, com a chegada do coronel Drumond, da Polícia Militar, no momento exato em que os torturadores começavam a tirar minha roupa. Às 14 horas do dia 16 de junho fui levada ao Departamento de Instrução da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, junto com outros presos, e ali permanecemos todos sentados em bancos escolares durante 24 horas. Até o dia 28 de junho fui submetida a vários interrogatórios, assistidos pelo coronel Helos, comandante do D.I, sendo constantemente ameaçada de novas torturas. Em 29 de junho fui conduzida com outras presas à Penitenciária de Mulheres “Estevão Pinto”, onde fiquei presa durante 45 dias, incomunicável na cela, submetida a interrogatórios feitos pessoalmente pelo tenente-coronel Góes, todas as noites, das 19 horas

até às 8 horas da manhã do dia seguinte, durante 30 dias contínuos. No dia 15 de julho foram presas minha cunhada Marilene Melgazo Valadares e meu sogro, Irineu Valadares da Fonseca, senhor de idade, que esteve preso aproximadamente 15 dias, sendo privado do uso dos seus óculos, sem os quais apenas vê. Nesse dia 15 de julho, no consultório médico da prisão, por ordem do tenente-coronel Góes fui torturada pelo capitão Schubert, pelo método denominado “colocar na latinha”, que consiste em colocar a pessoa descalça, apoiada em um só pé, em cima de uma lata de salsicha com as bordas para cima, de maneira que afundem no pé, enquanto a outra perna e o braço são mantidos no ar pelo torturador.

Na sala ao lado do consultório, Laudelina Maria Carneiro era interrogada e torturada pelo mesmo processo. Seu torturador era o capitão Lacerda. No dia 23 de julho fui retirada da prisão às 15 horas, junto com Delcy Gonçalves de Paula (estando de guarda a funcionária Natália) e levada ao 12º Regimento de Infantaria, de onde, por ordem do tenente-coronel Góes, fomos levadas pelo capitão Jesu, da PM, ao Colégio Militar, seção denominada CCS, onde fui submetida a torturas físicas, morais e sexuais, praticadas pessoalmente pelo capitão Gomes Carneiro, do Exército, na presença do tenente Marcelo (também do Exército) e do capitão Jesu. As torturas eram: “carícias” pelo corpo, abraços, sussurros nos ouvidos, em seguida transformadas em golpes de caratê no estômago, bofetadas e, principalmente, vários golpes de “telefone”, o que me causou dores tão pungentes nos ouvidos que o tenente Marcelo teve que sair em busca de um médico, por temor a uma ruptura de tímpano e hemorragia interna.

Em consequência disto fiquei surda de um ouvido durante dias, tendo sido examinada pela doutora da prisão de mulheres, Nahylda, que pôde comprovar as lesões nos ouvidos, marcas no rosto e no pescoço, como também a gravidade de meu estado físico geral, já que em consequência das violências sofridas agravou-se a minha úlcera, permanecendo quase uma semana em estado de total debilidade, tendo sido prescritas, pela médica, alimentação a cada duas horas e a possibilidade de aplicação de soro.

Finalmente, na madrugada de 1º de agosto de 1969, sexta-feira, fui retirada do Presídio de Mulheres pelo capitão Jesu e levada até o 12º Regimento de Infantaria, onde assisti durante duas horas ou mais ao espancamento de meu marido, Carlos Antônio Melgazo Valadares, preso no início da noite e que estava sendo torturado desde as 19 horas. O lugar de tortura foi o pátio do 12º RI, iluminado com os faróis de um jipe do Exército. Identifiquei os torturadores como o tenente Pádua e o sargento Léo, que espancavam meu esposo armados de cassetetes, além de dar-lhe chutes e pancadas nas costelas. Presentes e segurando-me em uma cadeira para impedir que eu me aproximasse, estavam

o tenente-coronel Góes, o capitão Lacerda e o capitão Jesu. Em consequência desses golpes, meu marido precisou ser levado ao serviço médico de emergência, com um tornozelo e seis costelas fraturadas, além de várias outras lesões, sendo posteriormente conduzido ao Hospital Militar, onde permaneceu internado por dois meses. Na mesma noite vi no 12º RI, amarrados, descalços, sem camisa, quase nus e em estado deplorável os operários metalúrgicos Ênio Seabra e Mário Bento, o advogado José Afonso e o senhor Ricardo Angelim.

Delcy Gonçalves de Paula, brasileira, solteira, 24 anos, nascida em Minas Gerais em 4 de novembro de 1943, professora primária e estudante de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fui presa na rua, em 14 de junho de 1969 e levada ao Presídio “Estevão Pinto”, em Belo Horizonte. Retirada dali no dia seguinte, aproximadamente às 20 horas, fui levada a uma casa desconhecida no bairro Renascença, em Belo Horizonte, onde fui espancada depois ter minhas vestes completamente arrancadas pelo capitão Pedro Ivo. A tortura consistia em golpes de caratê no pescoço, estômago, rins, socos no rosto, chutes em todo corpo. Ao ser concretamente ameaçada de ter os seios queimados com a vela acesa, gritei tanto que o capitão Portela temendo chamar a atenção da vizinhança, deu ordem para que interrompessem a tortura.

Nesta mesma casa presenciei a tortura de duas jovens, cujos nomes os torturadores diziam a grito: Laudelina e Maria do Rosário. Estavam presentes nessa casa os torturadores capitão Portela, do Exército; capitão Pedro Ivo, tenente Pádua, sargento Léo, major Rubens, todos da PM, e outro não identificado. Às 22h30, mais ou menos, fui levada com as duas moças à Central de Polícia (2ª seção) por ordem do tenente Pádua. Fui despida completamente e, tendo ele mesmo emprestado seu cinturão militar ao sargento Léo e a outro indivíduo não identificado, me surraram até 2 horas da manhã.

Enquanto me seviciavam, totalmente despida, entraram na sala uns 20 policiais, que olhavam meu corpo rindo, dizendo piadas e fazendo comentários obscenos. Esta sessão de tortura física e moral só acabou quando, cerca das 2 horas da manhã, se ouviram os gritos de alegria dos policiais lá fora por ter conseguido prender Luís Raul Machado, vice-presidente da União Nacional de Estudantes (UNE), Loreta Kiefer Valadares e outras pessoas. Minutos depois entraram na sala o major Rubens e o capitão Portela, que se revezavam na prática de torturas. Enquanto um deles puxava meus cabelos até me torcer o pescoço, o outro me batia nas costas com a culatra do revólver. Posteriormente, fui levada a outra sala, onde já estava Maria do Rosário, completamente transtornada. Nesta sala fui submetida a choques elétricos. Recebi mais de 20 descargas, tendo caído ao chão várias vezes com tremores e convulsões,

sendo então levantada pelos torturadores, que me batiam e me chutavam. Em certo momento arrancaram novamente minha roupa interior, sendo ameaçada de receber choque elétrico na vagina.

Torturadores: capitão Portela na máquina de choques elétricos e o sargento Léo me segurando.

Participantes da tortura: capitão Pedro Ivo e major Rubens.

Assistentes: major Vicente Teixeira e tenente Praxedes. Os torturadores citados, em minha presença, também torturaram da mesma forma as presas Laudelina Maria Carneiro e Maria do Rosário Cunha Peixoto. Fui torturada até as 4h30m da manhã. Às 6h30m. fui levada a uma residência, na rua Osvaldo Cruz, em Belo Horizonte, onde recebi o mesmo tratamento, chegando o capitão Portela a beliscar e apertar de tal forma meus mamilos que eles começaram a sangrar. Às 9 horas me conduziram novamente à Central de Polícia de onde me transportaram outra vez ao D.I., junto com outras presas às 14 horas. No dia 18 de junho às 16h30min., fui retirada do D.I. pelo sargento Léo e pelo tenente Pádua, que me levaram à Central de Polícia onde fui torturada novamente. Desta vez a tortura consistiu em: 1) choques elétricos nos dedos das mãos; na falta da máquina portátil com manivela, foram arrancados fios de luz e enrolados em meus dedos; 2) torturas sexuais: fui completamente despida, colocada em uma cadeira e ao mesmo tempo em que me davam choques o sargento Léo me acariciava pernas, seios e ventre, me beijando também nos lábios, orelhas e pescoço. Em determinado momento desmaiei, só recuperando os sentidos às 20 horas.

Torturadores: sargento Léo e tenente Pádua.

Assistentes: tenente Franklin e o tenente de guarda na Central de Polícia. De volta ao D.I. recebi atendimento médico de algumas enfermeiras no dia seguinte.

Além das pessoas presas no D.I. (umas 30 ou 40) podem testemunhar a gravidade de meu estado físico: o comandante Helos, coronel Drumond, tenente Ribas e todos os sargentos e soldados da Polícia Militar que estiveram encarregados de cuidar dos presos de 16 a 27 de junho de 1969. No dia 27 fui levada ao presídio de mulheres, permanecendo 35 dias em uma cela, incomunicável. A partir de 16 de julho, começaram os interrogatórios da comissão de investigação. Interrogaram-me todas as noites, durante mais de 30 dias, das 19 horas até 7 horas ou 8 horas da manhã seguinte. Em 14 de julho fui atendida pelo doutor Altemar, médico do Presídio de Mulheres, que conseguiu autorização do encarregado da investigação policial-militar para me aplicar injeções em um tratamento de emergência em sonoterapia. Em consequência dormi 24 horas seguidas. No dia 21 de julho fui levada a uma acareação com minha irmã, Zuleika Drumond, que se encontrava detida no 12º R.I. desde

as 3 horas da manhã. Minha irmã é casada, mãe de cinco filhos e vive em condições econômicas extremamente precárias, precisando trabalhar como lavadeira e fazendo doces para ajudar o sustento da família. Depois de intensa pressão, Zuleika foi obrigada a assinar uma declaração sem que lhe fosse permitido lê-la.

Nessa mesma noite, depois do encontro com minha irmã, fui submetida por duas horas e meia à tortura chamada “latinha”.

Torturadores: sargento Léo, na presença do capitão Paixão, escrivão da investigação, estando toda a equipe de investigação presente no recinto do Presídio de Mulheres, inclusive o coronel Waldir Teixeira Góes, que assistiu a parte da tortura. Torturaram-me em uma sala ao lado da do diretor do Presídio de Mulheres, à noite, estando de guarda a funcionária Maria José Araújo, que inclusive ouviu os meus gritos e viu o estado em que ficaram meus pés. No dia 25 de julho fui conduzida pelo capitão Jesu, junto com Loreta Kiefer Valadares, ao Colégio Militar, seção CCS, onde fui ameaçada de ser torturada pelo capitão Gomes Carneiro e pelo tenente Marcelo que saíam e entravam constantemente da sala onde se encontrava Loreta. Ouvi os gritos dela. O tenente Marcelo me disse que o objetivo da ida ao Colégio Militar era torturar-nos, as duas, uma em frente à outra. Nesse dia não me torturaram fisicamente. No dia 23 de agosto, cerca das 18 horas, estando no 12º R.I. junto com Loreta, Laudelina Maria Carneiro, o capitão Lacerda e o coronel Góes, chegou presa Gilse Maria Cosenza Avelar, que depois de ter sido avisada pelo coronel Góes de que seria “entregue ao sargento Léo, homem sádico, que a estupraria depois de torturá-la”, foi conduzida pelo próprio sargento Léo e pelo capitão Jesu a lugar ignorado. Voltou à prisão no dia seguinte às 6 horas da manhã. Três dias depois, quando já me encontrava na cela das presas políticas, Gilse também chegou ali em péssimo estado físico, com o corpo cheio de marcas roxas e os pés incrivelmente inchados, caminhando com extrema dificuldade em consequência das torturas a que fora submetida. Nesse lugar, pude comprovar também que Maria do Rosário e Emília Emiko Kita tinham o corpo todo marcado e se encontravam em precário estado físico em consequência das torturas sofridas.

Laudelina Maria Carneiro, brasileira, 22 anos, egressa da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, solteira.

Fui presa em 15 de julho de 1969, às 17h30m, em minha casa em Belo Horizonte, onde vivia em companhia de minha amiga, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Minha casa foi invadida pela equipe de diligências dirigida pelo capitão Portela. Em meio a gritos e comentários grosseiros, fui obrigada a despir-me totalmente, sendo levada à cozinha. Durante cerca de uma hora

fui espancada brutalmente pelo sargento Léo Machado, a golpes de cassetetes e socos no estômago, ventre, rins e nádegas, além de receber violentos pontapés nos tornozelos. Em seguida, o capitão Pedro Ivo me levou ao quarto, passando a me bater no rosto até que meus lábios sangraram. Caí várias vezes pela violência dos golpes, sendo obrigada a levantar-me pelo próprio capitão, que apagou um cigarro e um fósforo na pele do ventre. No mesmo dia, às 23h30m, fui levada à 2ª seção na Praça da Liberdade, onde fui obrigada pelo capitão Portela a despir-me novamente, que além disso tentou me forçar (junto com outro oficial) a fazer *striptease*. Nessa mesma noite, o capitão Portela me deu choques elétricos, aplicando-me umas cinco descargas com a máquina de choques, uma maquininha que eles chamam de “manivela”, na qual li a inscrição “U.S.Army”.

Em consequência das torturas, meus tornozelos ficaram roxos e inchados, produzindo dores tão agudas que praticamente me impediram de caminhar por uma semana. No D.I., onde permaneci 12 dias, as consequências das torturas foram observadas por dezenas de pessoas presas. Isso também pode ser testemunhado pelas duas enfermeiras do D.I. que enfaixaram os pés (Vanderléa e Andrade), além do médico que, horrorizado ao ver o estado de meus tornozelos, pensou em possíveis fraturas e pediu que fizessem quatro chapas de raios-X no Hospital Militar (essas chapas estão em poder do meu advogado). Durante minha permanência no D.I. sofri ameaças de torturas físicas e sexuais, que inclusive eram descritas com riquezas de detalhes pelo tenente Ribas em “conversas amigáveis” na hora do almoço ou jantar. Em 27 de junho de 1969, fui transportada, junto com outras presas, ao Presídio de Mulheres, onde permaneci incomunicável por 60 dias.

Em 18 de julho, no consultório médico da prisão, enquanto era interrogada pelo capitão Jofre Lacerda, do Exército, o capitão Schubert, da PM, e o agente policial José Perpétuo da DVS, depois de receber ameaças de todo tipo de torturas físicas e sexuais, fui obrigada a permanecer durante muitos minutos descalça, equilibrando-me com um só pé sobre uma lata aberta de salsichas, cujas bordas se cravavam na planta dos pés. No dia 19, no mesmo consultório médico, fui novamente à tortura das “latinhas” durante 10 minutos. No dia 20, no mesmo local, encheram uma banheira com água fria, planejando me manter nua e imersa por tempo indeterminado e só não executaram seus propósitos por temer maiores consequências, tendo em vista que eu estava menstruando. Para me pressionarem mais ainda, ameaçaram prender e torturar na minha presença meu noivo e minha mãe. O tenente coronel Góes chegou a expedir um mandado de prisão contra minha mãe, e que foi revogado pelo general Álvaro Cardoso. Não conseguindo prendê-la, o tenente-coronel Góes passou a ameaçar minha mãe sempre que ela ia me visitar, chegando a interrogá-la durante dez

horas, em uma ocasião. Minha mãe tem 46 anos de idade e estava grávida de três meses, esperando seu segundo filho. Em consequência das pressões psicológicas e ameaças a que foi submetida, sofreu um aborto. Em 14 de setembro, em uma sala do 12º RI, para onde fui levada pelo capitão Lacerda, fui torturada até as 3h30min. da madrugada pelo capitão Sebastião Geraldo Peixoto e pelo capitão Schubert, que me deram mais de 15 descargas elétricas. Só interromperam a tortura quando eu desmaiei, caindo da cadeira onde me haviam posto. Testemunhas de minha saída e retorno ao presídio de mulheres: as funcionárias Maria José Araújo, Laurentina, Adelina, Justina e Georgina.

Fui testemunha das torturas infligidas a Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Delcy Gonçalves de Paula, Loreta Kiefer Valadares e Gilse Cosenza Avelar.

Maria do Rosário da Cunha Peixoto, brasileira, solteira, 26 anos, nascida em 16 de maio de 1943 no estado de Minas Gerais, professora primária e aluna avançada na carreira de História, da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Minas Gerais.

Fui presa em 15 de junho de 1969 pelo sargento Léo Machado ao chegar em casa (às 20 horas), onde já estava detida Laudelina Maria Carneiro. Estavam presentes o major Rubens e o tenente Pádua. Pouco depois chegaram o capitão Portela, do Exército (a quem os demais chamam de “chefe”), e o capitão Pedro Ivo, os quais mandaram eu me despir para fazer um *striptease* em frente do major Rubens e do sargento Léo. Frente a minha negativa, o capitão Pedro Ivo arrancou minha roupa, chegando a rasgá-la enquanto todos gritavam palavrões. Fui brutalmente espancada pelo capitão Portela, pelo capitão Pedro Ivo e pelo sargento Léo, que se revezavam para me aplicar golpes de caratê no estômago e no peito, socos no rosto, “telefones” e beliscões nos bicos dos seios, ao mesmo tempo em que continuavam me insultando. Ao mesmo tempo, no quarto, Laudelina Maria Carneiro era espancada também. Cerca das 22h30min. fui levada à Central de Polícia (2ª seção), onde fui ameaçada pelo coronel Drumond de que toda minha família seria presa, além de me dizer que eu seria colocada numa cela com maníacos sexuais. Em seguida, fui entregue pelo coronel Drumond ao capitão Portela, que me despiu completamente e me espancou com seu sapato e depois com o cinturão de seu uniforme, enquanto o major Rubens me imobilizava.

Posteriormente, passei a ser espancada pelo capitão Pedro Ivo, que me deu os mesmos golpes de caratê, acompanhados de pontapés. Depois da sessão de pancadarias, fui submetida a choques elétricos, sendo ainda novamente espancada. Às 14 horas do dia seguinte, fui conduzida ao D.I. em companhia de outros presos, e ali permaneci sentada durante 24 horas em uma carteira escolar. Estive no D.I. até 20 de junho, sendo interrogada sempre sob ameaças.

Em 28 de junho fui transferida à penitenciária de mulheres, onde fiquei incomunicável, em uma pequena cela, durante dois meses, sendo interrogada quase todas as noites desde as 19 horas até às 4 horas ou 5 horas da madrugada. Os interrogatórios eram feitos dentro de um banheiro da prisão, com as portas fechadas e acompanhados de golpes de caratê e pontapés. Em 21 de julho, fechada no banheiro da prisão, fui submetida pelo sargento Léo à tortura da “latinha”. Posteriormente entraram no banheiro e assistiram à cena o capitão Schubert, o capitão Jesu e o tenente-coronel Góes.

Dias depois (só me lembro de que era uma terça-feira) fui novamente interrogada no banheiro pelo sargento Léo Machado, que me agrediu com golpes de caratê na clavícula e na base do ouvido. Em 16 de agosto, cerca das 15 horas, outra vez fechada no banheiro fui submetida à chamada “tortura chinesa”, que consiste em sofrer “carícias” em todo o corpo, inclusive nas partes mais íntimas, por debaixo da roupa. Como tentei me defender, foi chamado o capitão Lacerda para segurar-me, enquanto o capitão Jesu percorria com a mão todo meu corpo, me beijando nos lábios, rosto e pescoço e beliscando meus seios. Com a chegada do tenente-coronel Góes, os três oficiais se revezavam na prática da tortura sexual e ameaçavam me levar a algum lugar onde fosse possível completar o ato sexual.

No dia seguinte, no domingo, fui submetida novamente a essa mesma tortura, no mesmo local e pelos mesmos torturadores, durante toda noite. Em 18 de agosto, segunda-feira, fui levada pelo capitão Jesu ao 12º RI, onde se encontravam o capitão Lacerda e o sargento Costa, o sargento Léo Machado e o tenente-coronel Góes, sendo pendurada por eles no pau de arara, apesar de sofrer de desvio na coluna vertebral (fato que os torturadores conheciam), completamente despida. Alternativamente, enquanto eu estava pendurada, os torturadores passavam a mão pelo meu corpo, me beijavam o rosto e o pescoço, mordiam meus seios, chegando a introduzir, muitas vezes, os dedos em minha vagina.

O sargento Léo, além das torturas de natureza sexual, me espancava nas nádegas e nos pés com um cassetete de madeira. Tal tratamento durou até as 7 horas da manhã. Ao meio-dia, mais ou menos, fui transferida da cela ao alojamento coletivo das presas políticas, onde todas puderam se dar conta de meu estado físico e psicológico, sendo necessário inclusive chamar a doutora Nahylda, médica da prisão. Dois dias depois de minha chegada, Emília Emiko Kita, que se encontrava presa também, foi levada ao um posto policial em um lugar afastado e submetida ao pau de arara. Vi quando Emília saiu e como voltou, em precário estado físico. O mesmo testemunho posso dar a respeito da presa Gilse Maria Cosenza Avelar, que foi transferida ao alojamento coletivo poucos dias depois, em lamentáveis condições físicas, com o corpo coberto de marcas das torturas às quais foi submetida.

Coletivamente, as cinco presas destacam ainda:

O motivo de todas essas prisões e torturas é a sanha desesperada dos militares em conseguir confissões para continuar as investigações policial-militares e, por isso, a repressão contra estudantes, operários, camponeses e pessoas do povo em geral. Os militares atuam indistintamente contra jovens e velhos, infligindo-lhes todos os métodos possíveis de torturas. No entanto, a firmeza demonstrada por todos os presos fazem os torturadores recuarem, pois não acreditam que os rapazes e moças estudantes os enfrentariam com dignidade durante as torturas.

As celas onde estivemos encarceradas na penitenciária feminina “Estevão Pinto”, de Belo Horizonte, são as usadas habitualmente para castigo das presas comuns por mau comportamento. As condições dessas celas não permitem nem sequer que se permaneça ali por poucos dias. No entanto, a maioria de nós esteve encerrada nelas por 60 dias. Outra presa, Maria José Nahas, esteve nessa cela durante 150 dias. Há nove dessas celas e só um banheiro com chuveiro. Cada uma mede aproximadamente 1,70 por 2 metros. Na parede, junto ao sanitário, a poucos centímetros do chão, há uma torneira. Do lado esquerdo, há um banco de cimento, de 0,60 por 1,60, sobre o qual há um colchão em péssimo estado. As celas estão hermeticamente fechadas por uma porta de ferro; há um postigo de mais ou menos 30 cm, permanentemente fechado e que só é aberto para passar alimentos ou para contagem dos presos. Quase junto ao teto, no fundo, há uma pequena abertura por onde entra o ar, embora nunca o sol, o que torna as celas bastante frias. Às 17 horas acendem as lâmpadas muito fortes e só são apagadas às 7 horas da manhã seguinte. As paredes são muito claras e, por isso, o reflexo da luz é muito intenso, o que impede de descansar durante a noite, provocando perturbações nervosas e físicas, principalmente nos olhos, como aconteceu com Gilse Cosenza Avelar e Maria Imaculada Diniz.

Duas vezes ao dia abrem os postigos de ferro, fazendo um enorme ruído, para contar as presas, e isso aumenta incrivelmente a tensão psicológica de quem está presa. Como apenas uma cela possui chuveiro que está permanentemente estragado, as presas se banham com latas dentro da própria cela, o que as torna ainda mais úmidas. Nós, além disso, nos víamos obrigadas a lavar nossas roupas dentro das celas, no chão. As latrinas não têm descarga e o cheiro é horrível.

Nessas celas prenderam Ione Grossi, uma jovem que tem desvio na coluna vertebral decorrente de um acidente. Os militares sabiam que, por isso, os médicos haviam proibido que permanecesse em lugar frio e úmido. No entanto, colocaram-na ali. Seu problema de saúde é extremamente grave, sendo necessário, inclusive, o uso constante de um aparelho especial. Depois de

haver passado oito dias em uma dessas celas, Ione foi transferida a Juiz de Fora (a uns 300 quilômetros ao sul de Belo Horizonte), aonde chegou em plena crise, muito grave, quase que totalmente paralisada. Teve que ser carregada para poder chegar às novas celas que nos destinaram na Penitenciária de Juiz de Fora. Nesta penitenciária, nós, as declarantes – junto com outras presas – aguardamos ser julgadas.

DOCUMENTO 13

Exposição pessoal de um preso político, preso pela OBAN em setembro de 1969 e enviado posteriormente ao Presídio Tiradentes, em São Paulo (omite-se o nome pelo fato de que ainda se encontra preso).

Preso na rua em 31 de agosto de 1969 me levaram imediatamente à Operação Bandeirantes, no quartel do batalhão de Reconhecimento Motorizado do Exército, no Parque Ibirapuera, ao lado do quartel da Polícia do Exército. Puseram-me numa cela cheia de presos desconhecidos para mim e uns 15 minutos depois vieram retirar-me. Amarraram-me e me vendaram os olhos. Ao chegar à sala de torturas, caiu sobre mim uma verdadeira tempestade de golpes com cassetetes e palmatórias, socos e bofetadas. Mandaram que me despissem. Eu me neguei e cinco agentes avançaram sobre mim. Resisti e durante alguns minutos pude ainda me manter de pé, sob espancamentos, eventualmente batendo também. Chegaram outros agentes (seriam uns dez no total) e então caí. Um deles pôs o pé sobre meu pescoço, praticamente cortando-me a respiração. Outro ficou de pé sobre meu estômago, enquanto o terceiro puxava, batia e torcia meus testículos. Rasgaram minha roupa e me penduraram no pau de arara.

Começaram, então, o interrogatório. Dois agentes me batiam no estômago, no pescoço, na cabeça, nos testículos. Outro se encarregava dos choques elétricos. Amarravam os fios, às vezes nos dedos, outras no pênis, no ânus, na língua, nos ouvidos ou os passavam pelo peito [...] enquanto isso, os três tipos faziam perguntas, que eles consideravam importantes: ações, locais de reunião e depósito, nome de pessoas. Ao ser retirado do pau de arara fiquei imobilizado no chão em consequência da terrível e insuportável dor provocada quando os músculos distendidos vão se relaxando. Continuaram me batendo. Com a palmatória batiam nas plantas dos pés e nas mãos, com um cassetete de madeira, os músculos da perna e dos braços. Continuava a mesma técnica de interrogatório: gritos e palavrões.

Subitamente, rompendo o ritmo, trazem um companheiro preso para que ele me reconheça. Em seguida, um policial que eu ainda não havia visto entra na sala e manda suspender os espancamentos e se dirigiu a mim, em tom “bondoso” e paternalista. Finge estar com pena de mim, da situação física em que me encontro. Disse que tudo que eu tinha para contar os outros presos já disseram. Propõe deter as torturas se me dispuser a “colaborar”. Como me nego a falar, ele manda reiniciar as torturas, enquanto ironiza a situação. Diz que me treinaram para resistir à tortura, que eu sei que ele é o agente “bondoso”, que se finge de amigoso para conseguir tudo com manha. Comenta que devem ter me ensinado que deveria resistir às propostas de “pacificação”. Depois, gargalhando, me comunica que perdi a oportunidade e que, de agora em diante, teria que dizer tudo na tortura. Continua o espancamento até que, ao chegar um novo preso para ser torturado, me levam à cela. Não lembro nada mais deste primeiro dia. A violência das torturas me impediu de registrar outros dados. Tento dormir, mas é impossível. Durante toda a noite chegam novos presos, que são levados à sala de torturas e retornam arrebatados. No dia seguinte, cedo, me comunicam que me levariam a uma diligência, como parte de uma emboscada para tentar prender outro companheiro. Para que eu possa acompanhá-los, não me “interrogarão” durante a manhã. Ao contrário do dia anterior, me tratam muito bem. O agente que vem me buscar, muito alto, forte, o rosto quadrado como o de bulldog, olhos pequenos e cruéis, está encarregado de me colocar em condições de sair à rua. Não posso caminhar, apenas me arrasto com dificuldade. O agente me conduz ao banheiro dos soldados. Primeiro, mandam que eu me barbeie. Depois me empurram ao chuveiro. Com muita dificuldade me dispo e recebo o jorro de água fria. Uns 20 soldados observam tudo atentamente, como se eu fosse um animal raro. A presença de “terroristas” – como eles nos chamam – no quartel desperta sempre essa reação. Todos querem ver como são os terríveis monstros que põem em perigo a segurança nacional. No entanto, alguns dias depois, os recrutas já não nos veem com medo e assombro e os que têm acesso às celas se dispõem a nos comprar cigarros, conversam e tentam amenizar a terrível situação física em que nos encontramos. Um soldado que, em uma noite muito fria, nos emprestou alguns cobertores, foi severamente punido pelos oficiais. Nunca chegamos a saber o nome desse recruta.

Depois de banhar-me, fui levado ao alojamento dos agentes policiais que atuam na OBAN. Eram os mesmos que haviam saqueado as coisas que eu levava quando me prenderam (eu levava uma maleta com objetos de uso pessoal) e que ficaram com meu automóvel, que era legalmente registrado. Deste modo, tive a oportunidade de ver em funcionamento uma equipe de capturas da OBAN. Os chefes da equipe (oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica ou delegados de polícia) discutiam, junto a um mapa da região, os detalhes do

plano no qual empregariam uma incrível quantidade de homens, armas pesadas e inclusive um grupo de agentes de trânsito motorizados, especialmente requisitados para essa operação. Pude dar-me conta de que envolveriam uns 30 homens na ação. O armamento empregado incluía várias metralhadoras Schmeiser, submetralhadoras Mauser, escopetas calibre 12, além das armas individuais – pistolas Colt 45, Luger e Walther 9 mm e revólveres 38. Alguns policiais usavam duas pistolas e uma arma longa. Toda essa potência de fogo era para prender um homem em uma emboscada na qual me usariam como isca. Eu sabia que a emboscada ia falhar e tratava de preparar-me para o pior, que viria depois. Um oficial jovem e magro, nervoso, de gestos rápidos, cabelo negro, corte militar, comandava a operação. Fui à emboscada disfarçado de vendedor de frutas, com um avental e boné branco, empurrando um carrinho cheio de laranjas. Debaixo do avental, duas pistolas. Debaixo das laranjas uma submetralhadora. Disseram-me que não tentasse fugir, pois me fuzilariam. E enfatizaram que seria conveniente que a emboscada tivesse êxito, pois, do contrário, eu receberia o “troco”.

A equipe perdeu toda a tarde na emboscada e eu me alegrei. Conduziram-me de volta ao quartel no assento traseiro de um carro pequeno, entre dois agentes que me espancaram durante todo o trajeto, enquanto o chefe da equipe, ao lado do motorista, me insultava o tempo todo. Ao chegar à OBAN, fui espancado selvagemmente por cinco participantes da frustrada emboscada. Os golpes eram, para eles, uma forma de se vingar. À noite fui conduzido outra vez à sala de torturas para uma refinada sessão de interrogatório: pau de arara, choques elétricos etc. Depois da tortura, na madrugada, fui interrogado longamente e levado à rua para uma nova diligência. Quando voltei ao quartel já havia sol [...] poucos dias depois, fui interrogado por dois oficiais do Serviço Secreto do Exército, em outra sala do prédio, onde me fizeram sentar em poltronas, me ofereceram café e cigarros. Um era baixo, rechonchudo, claramente um nordestino. O outro, alto e magro, parecia do norte, principalmente pelo sotaque. Disseram que não participavam das torturas, que eu não devia temê-los pois só queriam conversar comigo sobre alguns assuntos. Durante horas tentaram me envolver politicamente. Esses dois foram os únicos elementos que tinham certo nível cultural, sabiam alguma coisa de política e possuíam, inclusive, uma concepção do mundo. Sua visão se fundamentava nas concepções de geopolítica da Escola Superior de Guerra. Disseram que o mundo estava dividido em dois blocos e que, para o Brasil, o único caminho era o do bloco ocidental e qualificaram a guerra revolucionária, no Brasil, como “uma guerra de conquista da China”, que usava “os comunistas brasileiros como seus soldados”. Entremeando a conversa com algumas perguntas, procuravam saber se eu conhecia os organogramas das

organizações revolucionárias no Brasil, se conhecia diversos revolucionários considerados importantes, dos quais me mostraram fotografias.

DOCUMENTO 14

Declaração do frei Tito de Alencar Lima, O.F.P., redigida quando ainda se encontrava preso no Presídio Tiradentes de São Paulo. Sacerdote dominicano de 24 anos, foi libertado em janeiro de 1971 com o grupo de 70 presos políticos trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil⁶.

Fui levado do Presídio Tiradentes para a “Operação Bandeirantes” [OB], no dia 17 de fevereiro de 1970, terça-feira, às 14 horas. O capitão Maurício veio buscar-me em companhia de dois policiais e disse: “Você agora vai conhecer a sucursal do inferno.” Algemaram minhas mãos, jogaram-me no porta-malas da perua. No caminho as torturas tiveram início: cutiladas na cabeça e no pescoço, apontavam-me seus revólveres.

Preso desde novembro de 1969, eu já havia sido torturado no DOPS. Em dezembro, tive minha prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria de Guerra da 2ª Região Militar. Fiquei sob responsabilidade do juiz auditor Dr. Nelson Guimarães. Soube posteriormente que este juiz autorizara minha ida para a OB sob “garantias de integridade física”.

Ao chegar à OB fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu “confessasse”. Pouco depois levaram-me para o “pau de arara”. Dependurado nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-me “telefones” (tapas nos ouvidos) e berravam improperários. Isto durou cerca de uma hora. Descansei 15 minutos ao ser retirado do “pau de arara”. O interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas, sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até às 20 horas. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado de hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado carregou-me até a cela 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 por 2,5 metros, cheia de pulgas e baratas. Terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo.

Na quarta-feira fui acordado às 8 horas. Subi para a sala de interrogatórios onde a equipe do capitão Homero esperava-me. Repetiram as mesmas perguntas do dia anterior. A cada resposta negativa, eu recebia cutiladas na cabeça, nos braços e no peito. Nesse ritmo prosseguiram até o início da noite, quando serviram a primeira refeição naquelas 48 horas: arroz, feijão e um pedaço de carne. Um preso, na cela ao lado da minha, ofereceu-me copo, água e cobertor. Fui dormir com a advertência do capitão Homero de que no dia seguinte enfrentaria a “equipe da pesada”.

Na quinta-feira três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão, cercado por sua equipe, voltou às mesmas perguntas. “Vai ter que falar senão só sai morto daqui”, gritou. Logo depois vi que isto não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na “cadeira do dragão” (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. Dois fios foram amarrados em minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao “pau de arara”. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas a cada vez que elas se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a carga elétrica para 230 volts a fim de que eu falasse “antes de morrer”. Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, batiam em minhas mãos com palmatória. As mãos ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais; tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isto durou até às 10 horas quando chegou o capitão Albernaz.

“Nosso assunto agora é especial”, disse o capitão Albernaz, ligou os fios em meus membros. “Quando venho para a OB – disse – deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede... Guerra é guerra, ou se mata ou se morre. Você deve conhecer fulano e sicrano (citou os nomes de dois presos políticos que foram barbaramente torturados por ele), darei a você o mesmo tratamento que dei a eles: choques o dia todo. Todo “não” que você disser, maior a descarga elétrica que vai receber”. Eram três militares na sala. Um deles gritou: “Quero nomes e aparelhos (endereços de pessoas).” Quando respondi: “não sei” recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um descontrole em minhas funções fisiológicas. O capitão Albernaz queria que eu dissesse onde estava o Frei Raton. Como não soubesse, levei choques durante 40 minutos.

Queria os nomes de outros padres de São Paulo, Rio e Belo Horizonte “metidos na subversão”. Partiu para a ofensa moral: “Quais os padres que têm amantes? Por que a Igreja não expulsou vocês? Quem são os outros padres terroristas?”. Declarou que o interrogatório dos dominicanos feito pelo Deops tinha sido “a toque de caixa” e que todos os religiosos presos iriam à OB prestar novos depoimentos. Receberiam também o mesmo “tratamento”. Disse que a “Igreja é corrupta, pratica agiotagem, o Vaticano é dono das maiores empresas do mundo”. Diante de minhas negativas, aplicavam-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. A certa altura, o capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca “para receber a hóstia sagrada”. Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritaram difamações contra a Igreja, berraram que os padres são homossexuais porque não se casam. Às 14 horas encerraram a sessão. Carregado, voltei à cela, onde fiquei estirado no chão.

Às 18 horas serviram jantar, mas não consegui comer. Minha boca era uma ferida só. Pouco depois me levaram para uma “explicação”. Encontrei a mesma equipe do capitão Albernaz. Voltaram às mesmas perguntas. Repetiram as difamações. Disse que, em vista de minha resistência à tortura, concluíram que eu era um guerrilheiro e devia estar escondendo minha participação em assaltos a bancos. O “interrogatório” reiniciou para que eu confessasse os assaltos: choques, pontapés nos órgãos genitais e, no estômago, palmatórias, pontas de cigarro no meu corpo. Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim, fizeram-me passar pelo “corredor polonês”. Avisaram que aquilo era a estreia do que iria ocorrer com os outros dominicanos. Quiseram me deixar dependurado toda a noite no “pau de arara”. Mas o capitão Albernaz objetou: “não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia”.

Na cela eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento. Sentia a cabeça dez vezes maior do que o corpo. Angustiava-me a possibilidade de os outros padres sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não iria aguentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me.

Na cela cheia de lixo, encontrei uma lata vazia. Comecei a amolar sua ponta no cimento. O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas no meu caso, tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isto seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, li a Paixão segundo

São Mateus. O Pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envolto em dor e febre.

Na sexta-feira fui acordado por um policial. Havia ao meu lado um novo preso: um rapaz português que chorava pelas torturas sofridas durante a madrugada. O policial advertiu-me: “o senhor tem hoje e amanhã para decidir falar. Senão a turma da pesada repete o mesmo pau. Já perderam a paciência e estão dispostos a matá-lo aos pouquinhos”. Voltei aos meus pensamentos da noite anterior. Nos pulsos, eu havia marcado o lugar dos cortes. Continuei amolando a lata. Ao meio-dia tiraram-me para fazer a barba. Disseram que eu iria para a penitenciária. Raspei mal a barba, voltei à cela. Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a “gillete” para terminar a barba. O português dormia. Tomei a gilete. Enfiei-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde recobri os sentidos num leito do pronto-socorro do Hospital das Clínicas. No mesmo dia transferiram-me para um leito do Hospital Militar. O Exército temia a repercussão, não avisaram a ninguém do que ocorrera comigo. No corredor do Hospital Militar, o capitão Maurício dizia desesperado aos médicos: “Doutor, ele não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos”. No meu quarto a OB deixou seis soldados de guarda.

No sábado teve início a tortura psicológica. Diziam: “A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A Igreja vai expulsá-lo”. Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem à responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.

Na segunda noite recebi a visita do juiz auditor acompanhado de um padre do convento e um bispo auxiliar de São Paulo. Havia sido avisados pelos presos políticos do Presídio Tiradentes. Um médico do hospital examinou-me à frente deles mostrando os hematomas e cicatrizes, os pontos recebidos no Hospital das Clínicas e as marcas de tortura. O juiz declarou que aquilo era “uma estupidez” e que iria apurar responsabilidades. Pedi a ele garantias de vida e que eu não voltaria à OB, o que prometeu.

De fato fui bem tratado pelos militares do Hospital Militar, exceto os da OB que montavam guarda em meu quarto. As irmãs vicentinas deram-me toda a assistência necessária, mas não se cumpriu a promessa do juiz. Na sexta-feira, dia 27, fui levado de manhã para a OB. Fiquei numa cela até o fim da tarde sem comer. Sentia-me tonto e fraco, pois havia perdido muito sangue e os ferimentos começavam a cicatrizar-se. À noite entregaram-me de volta ao Presídio Tiradentes.

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Chael Schreier e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estereis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos colocava-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é: defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde.

A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra essa situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este o silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo.

“Não queremos, irmãos, que ignoreis a tribulação que nos sobreveio. Fomos maltratados desmedidamente, além das nossas forças, a ponto de termos perdido a esperança de sairmos com vida. Sentíamos dentro de nós mesmos a sentença de morte: deu-se isso para que saibamos pôr a nossa confiança, não em nós, mas em Deus, que ressuscita os mortos” (São Paulo, II Epístola aos Coríntios, 1, 8-9).

Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas.

Frei Tito de Alencar Lima, O.F.P. Fevereiro de 1970.

DOCUMENTO 15

Fragmentos de uma carta de Shizuo Osawa, escrita no México, na qual relata as torturas sofridas no Deops de São Paulo e na Operação Bandeirantes, de 27 de fevereiro a 14 de março de 1970, data em que foi libertado, em troca do cônsul-geral do Japão em São Paulo, junto com outros quatro presos e três crianças (madre Maurina Borges, Diógenes Oliveira, Otávio Ângelo, Delamaris O. Lucena – viúva de Raimundo Lucena, morto pela polícia – e seus três filhos pequenos).

Fui preso em São Paulo, em 27 de fevereiro de 1970, às 5 horas da manhã. Dirigia um automóvel e houve um acidente: o carro capotou ao derrapar na pista molhada. Desmaiei e só despertei em um pronto-socorro. No acidente sofri apenas algumas escoriações na sobancelha esquerda e ferimentos

superficiais nos joelhos. Como havia munições no automóvel, me prenderam e me levaram à delegacia de Sacomã, de onde me retiraram às 10 horas para levar-me ao Deops. Antes, fui examinado no Instituto Médico Legal, em frente ao Hospital das Clínicas, por exigência do delegado de Sacomã. O Deops quis, inclusive, enganar a opinião pública, dizendo que fiquei em péssima situação física devido ao acidente e não às torturas. Seria bom conseguir uma cópia do laudo do médico legista, que mostra em que condições físicas fui entregue à polícia política.

Ali no Deops começaram os piores sofrimentos a que uma pessoa pode ser submetida em sua vida. Debaixo de pancadas, me despiram e me colocaram no pau de arara. De forma refinada, me deram descargas elétricas, pancadas (na cabeça, planta dos pés e no joelho esquerdo, que estava levemente ferido e onde depois eu tive osteomielite), bofetadas e chutes. Várias vezes me retiraram do pau de arara para descansar e em seguida voltavam a me pendurar. Intensificaram, pouco a pouco, os choques elétricos e os tapas nos ouvidos. Queriam que delatasse outros companheiros e dissesse coisas que desconheço. Com brevíssimas interrupções, a sessão continuou até cerca da meia-noite.

Fui retirado, então, do pau de arara; eu caminhava e enxergava com muita dificuldade. Puseram-me em um automóvel e me levaram a lugares isolados e ermos, ameaçando fuzilar-me. Diziam que iam me transformar em “presunto” (expressão usada principalmente pelo Esquadrão da Morte), me enterrariam como indigente e diriam que eu faleci no acidente de carro. Depois me encapuzaram e me levaram a um hospital, onde me aplicaram duas injeções: uma de pentotal e outra de um estimulante para que eu permanecesse desperto e drogado por toda a noite, durante as torturas.

Às 2 horas voltamos ao Deops para a fase mais dura das torturas. Com apenas um intervalo de mais ou menos meia hora, estive pendurado no pau de arara até as 9h30m da manhã. Paralelamente, me deram choques em todo o corpo, principalmente nas orelhas, dedos, nos órgãos sexuais, ânus, nos peitos. Amordaçaram-me para que ninguém ouvisse meus gritos. Jogaram água sobre todo meu corpo para que o efeito dos choques elétricos fosse ainda mais intenso e tentavam me afogar enchendo meu nariz com água. Em determinado momento cometi a tolice de pedir água, e dizer que tinha sede. Foram buscar um frasco com sal e me obrigaram a engolir sal puro. Eu estava em jejum há 24 horas e com tremenda sede. Atiraram-me uns três frascos de sal e a socos me obrigaram a engolir a salmoura. Fiz força e consegui cuspir alguma coisa, porém creio que engoli mais de 200 gramas.

Quando interromperam essa agonia, às 9h30m, estava praticamente em estado de choque, com desidratação provocada pelo sal, com paralisia nas

pernas devido a ter ficado muito tempo no pau de arara, e o corpo todo inchado. Não aguentava nem sequer ficar sentado em uma cadeira. Colocaram-me num carro e saímos para procurar companheiros. Depois me entregaram à OBAN, mas eu já não tinha nenhuma resistência física, vomitava sangue com sal, tinha cólicas terríveis, não me aguentava de pé, meu corpo estava todo queimado devido aos choques elétricos; sobre os rins havia marcas roxas de pancadas, o lado esquerdo do rosto todo inchado, o ouvido esquerdo praticamente destruído. Minha língua estava cortada e, ao que parece, tinha também uma lesão no esôfago. Durante os cinco dias não pude comer, e com dificuldade bebia leite e água.

Decidiram me levar, então, ao Hospital Militar (onde me trataram à base de soro) para evitar que eu morresse. Depois veio a minha libertação. A sorte que tive, no entanto, não me fez esquecer que centenas de outros bravos companheiros continuam sofrendo ou já sofreram mais que eu.

Depois de se referir ao escândalo causado no exterior, provocado pelos métodos usados pela ditadura militar brasileira, Shizuo Osawa pergunta, aflito, se sua família não sofreu represálias: “Enquanto me torturavam – acrescenta – ameaçavam buscar meu pai e minha mãe para torturá-los na minha frente. Já o fizeram com muitos outros, chegando inclusive a torturar crianças de dez meses na frente de seus pais. É terrível. O fato real é que não desertarei da luta. Sentirei muito se nossas ligações familiares, que não posso apagar, provocam novas crueldades. Mas não posso fazer nada. Os responsáveis serão a ditadura e seus verdugos. Ousar lutar, ousar vencer!”.

DOCUMENTO 16

*Carta dirigida ao ministro do Interior e da Justiça, Alfredo Buzaid, pela senhora Lina Pena Sattamini, mãe do geólogo Marcos Arruda, preso e torturado pela Operação Bandeirantes (datada de 8 de agosto de 1970, em São Paulo)*⁷.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça:

Vossa Excelência declarou através do *Jornal do Brasil* de domingo último que não há tortura de prisioneiros no Brasil, que não há perseguição nem repressão [às] críticas ou oposição no governo.

Venho então contar-lhe a minha história:

Sou Lina Penna Sattamini, brasileira, desquitada, intérprete profissional, residente nos Estados Unidos onde trabalho para o Departamento de

Estado, Agência para o Desenvolvimento Internacional, há 12 anos. De meu casamento tive cinco filhos, todos residentes no Brasil.

Mais ou menos no dia 12 de maio último recebi um telefonema em New York, de minha mãe, avisando-me de que meu filho mais velho, Marcos Arruda, 29 anos, geólogo, havia sido preso. Durante 24 dias a família tudo fez para localiza-lo no DOPS, na OBAN e no Presídio Tiradentes. Afinal, dia 6 de junho, graças a pessoas amigas influentes, foi encontrado no Hospital da 2ª Região Militar, em São Paulo.

Mamãe correu para lá e foi informada no próprio hospital de que Marcos havia sido trazido de maca, em estado desesperador. A primeira palavra falada foi: Padre. Chamaram-no então e quatro agentes do DOPS vieram juntos ouvir a confissão. O capelão recusou-se a confessá-lo assim, mas deu a absolvição *in-extremis*.

Perguntaram à mamãe se ele era epilético, pediram eletrocefalograma de toda a família, pois o mal era “hereditário”...

Por vias não oficiais soubemos que Marcos havia sido barbaramente torturado, em grupo, e só quando não resistiu mais, entrando em convulsões, amarraram-no e o fizeram presenciar a tortura dos outros.

Fora preso acusado de terrorismo, no entanto, até hoje nada ficou provado a não ser que trabalhara de operário numa fábrica.

Mamãe continuou visitando o hospital diariamente. Permitiram que levasse frutas, roupas e [uma] notinha de apoio moral. No entanto a incomunicabilidade continuou, apesar da lei determinar 10 dias. Soubemos que estava muito trêmulo, com um distúrbio neuromotor, sendo tratado por psiquiatra, neurologista e traumatologista. As pálpebras caídas e dificuldade de andar.

No dia 8 de julho, ao chegar ao hospital mamãe foi avisada de que Marcos saíra, andando apoiado numa bengala, de volta para a OBAN. Disseram que fora levado para escrever um depoimento a ser acareado com uma moça que havia sido presa junto com ele. Dois ou três dias depois, mais ou menos, voltou para o hospital. Nada explicaram à mamãe além de que tivera uma pequena recaída, devido ao esforço de escrever e à emoção de rever a moça (por quem, diziam, ele estava apaixonado).

Mamãe notou grande preocupação na expressão das pessoas que lidavam com ele e tanto pediu que acabaram admitindo ser o estado dele muito precário.

Todo esse tempo fui informada, por telefone, do que se passava. Assim que soube da recaída, vim para o Brasil.

Terça-feira, dia 3 de agosto, fui ao quartel-general, acompanhada de minha heroica mãe de 75 anos que já conhecia várias pessoas de lá. Disse-lhes que viera especialmente dos Estados Unidos para ver meu filho. Graças ao

general Airoso que se comunicou imediatamente com o general [Canabarro], tivemos permissão de ir vê-lo após 87 dias de incomunicabilidade.

Senhor Ministro, meu filho está inválido!

A perna esquerda paralisada, sem ação. A pálpebra direita fechada e a esquerda entreaberta. Sofre movimentos convulsos do tórax, engole com certa dificuldade e pronuncia todos os rrs dobrados, como um sotaque francês. (Consultei um médico de minha confiança. Sem ver, disse, parece-me sintomas de derrame cerebral, provavelmente causado por pancada).

Enquanto eu estava lá presente, mantive o seguinte diálogo com ele:

– Meu filho, você precisa ficar bom, ir para os Estados Unidos comigo, descansar bem e se curar.

Respondeu-me: – Como posso ficar curado? A saúde já nem ligo. Só quero saber quando vão parar de me bater e torturar. Puxa, essa gente, para provar que uma pessoa não é terrorista, primeiro acaba com ela, hein, tenente?

Ninguém disse nada.

Marcos sempre foi um menino e rapaz muito saudável. Foi escoteiro, fez alpinismo, natação, é ótimo músico e pinta muito bem. Nunca teve o menor sintoma de epilepsia ou qualquer tendência a doenças cerebrais, ou psicoses. Estudou em colégios católicos, foi seminarista dois anos e posso garantir-lhe, jurar até, de que nunca foi, nem pensou em ser terrorista. É contra violência e um devoto admirador de Ghandi.

Hoje, dia 6, tivemos permissão de revê-lo. Queixou-se de tonteiras e dor de cabeça. Conseguiu contar-me que, da primeira vez, além de vilmente espancado levou choques elétricos violentos nos ouvidos, na boca, nas pernas (daí a paralisia da esquerda) e nos testículos. Ao contar-me isso, recomeçaram contrações mais fortes do tórax e dos músculos do rosto.

Da segunda vez na OBAN, levou bofetões, gritos, ameaças e afinal voltou a ouvir os gritos da moça torturada na sala ao lado. Queixou-se muito dos urros que escutava de noite e que o deixavam numa pavorosa tensão nervosa. Nessas horas, todo seu corpo se contrai violentamente.

Daí para diante pouco se lembra: caiu em um torpor, depressão, sem reação e completa amnésia. Diz ter tomado muito soro e outros medicamentos para sobreviver. Passou dias pensando estar num navio, outros em 1966 e só após a aplicação de três eletrochoques, voltou ao presente. (Note-se que eletrochoques hoje em dia só podem ser aplicados com o consentimento da família, por serem considerados altamente perigosos pelas Associações Médicas, inclusive nos Estados Unidos, onde se registraram 2.500 mortos em determinado ano, porque a carga não era adequada para aquele paciente ou por não ter o coração resistido).

Cito aqui frases esparsas que ouvi durante esses três dias e que são por si autoexplicatórias:

– Se não fosse por sua mamãezinha aqui, que tanto lutou pelo Marcos, a senhora nem teria mais filho...

– Teria sido melhor para ele perder uma mão ou pé do que ficar como está, porque coisa no cérebro é muito difícil de curar.

– Quando o Marcos chegou aqui, da segunda vez, eu não dava nem 2 horas de vida pra ele.

– O seu filho criou uma psicose com a polícia. É só ouvir falar nisso que “entra em pane”.

– E a senhora pensa que a polícia dos outros países não bate? Até nos Estados Unidos, pois foi com eles mesmos que aprendemos.

Venho então, Senhor Ministro, em nome da Justiça que o Senhor representa e dos Direitos que são de meu filho como pessoa humana e de brasileiro, apelar para que o salve das mãos desses bárbaros.

No hospital, sei que é bem tratado e só desejam a recuperação dele, mas vive apavorado de que o levem de volta para as torturas. O próprio médico recomendou que visse a família, pois a depressão em que se achava não permitiria melhora.

Venho pedir-lhe uma ação urgente no sentido de libertá-lo por invalidez, a fim de que possa ser tratado num ambiente de calma e tranquilidade, cercado do amor e carinho da família. Tenho certeza, embora não seja médica, de que será uma convalescença de pelo menos dois anos, com vida muito sossegada, sem o pavor das torturas, para que possa voltar a produzir e ser alguém.

Tenho certeza de que sem motivação e o estímulo da esperança, não se recuperará, pois só vê medo e humilhação.

A vida de meu filho está em suas mãos.

DOCUMENTO 17

Carta escrita por 15 mulheres presas em Ilha das Flores, na Baía da Guanabara, em 8 de dezembro de 1969, ao cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Jaime Barros Câmara⁸.

Neste momento em que o Brasil, indignado, toma conhecimento das atrocidades cometidas nos presídios de nosso país contra os presos políticos e que, mesmo profundamente sensibilizados, ainda podem duvidar de que esses crimes possam realmente ser cometidos, nós, prisioneiras em Ilha das Flo-

res, afirmamos: A TORTURA EXISTE NO BRASIL. E MAIS, TUDO QUE SE TEM DITO SOBRE MÉTODOS DE TORTURA É MUITO POUCO, COMPARADO COM A REALIDADE EXISTENTE. Nós fomos vítimas e testemunhas das torturas infligidas aqui e nós consideramos que, para o bem da justiça e da verdade, é nosso dever informar à nação os fatos concretos que ela exige.

Eis os fatos:

1. Ziléa Resnik, 22, presa em 1º de maio de 1969, envolvida na investigação do chamado MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), foi mantida incomunicável por 45 dias (35 dias a mais do que o prazo legal) durante o qual ela era frequentemente espancada.

2. Rosane Resnik, 20, irmã de Ziléa, foi presa pelas mesmas acusações em 27 de junho de 1969. Despida por seus torturadores, ela foi espancada e sofreu choques elétricos em todo corpo, inclusive em seus seios.

3. Iná de Souza Medeiros, 20, esposa de Marco Antonio Faria Medeiros, incluída na investigação do MR-8, presa em Curitiba, em 6 de julho de 1969. Em Curitiba ela foi testemunha das torturas infligidas a um de seus amigos, Milton Gaia Leite, pendurado no pau de arara, ao som de uma missa, transmitida em alto volume por uma rádio, a fim de encobrir seus gritos. Ao chegar à Ilha das Flores, Iná foi torturada como as demais, espancada, recebeu choques elétricos e ameaças de agressões sexuais, depois de ter sido obrigada a se despir. Na Delegacia de Ordem Política e Social de Curitiba, foi informada que seu marido, detido dois meses antes, havia sido morto, o que a deixou em pânico. Esta informação, posteriormente, foi desmentida.

4. Maria Cândida de Souza Gouveia, 22 anos, presa em Curitiba em 3 de julho de 1969, incluída nas mesmas acusações, foi espancada e pisoteada, e seus pulsos e tornozelos foram torcidos. Ela também foi obrigada a se despir.

5. Maria Mota Lima Alvarez, 20 anos, presa no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1969, sob as mesmas acusações, foi despida e espancada com tal violência que fraturaram um dos dedos da mão, como comprovam as fotografias publicadas, na época, pela imprensa sobre o chamado “caso MR-8”.

6. Marijane Vieira Lisboa, 22 anos, presa no Rio em 2 de setembro de 1969, envolvida na investigação sobre a Ação Popular (AP), forçada a se despir, sofreu espancamentos e foi submetida a choques elétricos que só foram interrompidos quando ela desmaiou em consequência de uma enfermidade cardíaca agravada pelos choques.

7. Márcia Savaget Fiani, 24 anos, presa no Rio, em 2 de setembro de 1969, envolvida na investigação sobre a Ação Popular. Igualmente obrigada a se despir, sofreu espancamentos e choques elétricos combinados com jatos de água fria para aumentar a potência do choque, o que resultou em uma paralisia parcial nos dedos da mão. Ela foi mantida incomunicável por 14 dias.

8. Solange Maria Santana, 25 anos, presa em 2 de setembro de 1969, no Rio, implicada na investigação sobre a Ação Popular, também foi despida, espancada e submetidos a choques elétricos combinados com jatos de água fria. Em consequência das torturas, perdeu temporariamente a sanidade mental.

9. Ilda Brandle Siegl, 25 anos, presa, no Rio, em 29 de outubro de 1969. Igual às demais presas, sofreu espancamentos e choques elétricos em todo o corpo, inclusive nos seios.

10. Maria Elódia Alencar, 38 anos, presa em 30 de outubro de 1969, no Rio, também foi espancada e sofreu choques elétricos, tentativas de enforcamento. Grande parte de seu depoimento final, enviado à Justiça, foi feito submetida a choques elétricos. Seus torturadores ameaçaram, inclusive, prender e torturar seu filho de 15 anos de idade.

11, 12, 13. Priscila Bredariol, 23 anos, **Vânia Smagnoto**, 24 anos, e **Victoria Pamplona**, 26 anos, militantes da Juventude Estudantil Católica, JEC, presas no Rio em 31 de outubro de 1969, foram espancadas e ameaçadas de maiores torturas, além de serem obrigadas a ouvir os gritos de Celso Bredariol (marido de Priscila) e de Geraldo Azevedo (noivo de Vânia), que estavam sendo torturados numa sala ao lado, no Cenimar .

14. Marta Maria Klagsbrunn, 22 anos, presa no Rio, em 2 de setembro de 1969. Várias vezes ameaçada de presenciar as torturas a que foi submetido seu marido, Victor Hugo Klagsbrunn, quando este se encontrava no pau de arara.

15. Dorma Tereza de Oliveira, 25 anos, presa em 30 de outubro de 1969, no Rio, sofreu, além dos espancamentos e choques elétricos habituais nestes casos, tentativas de enforcamento e de asfixia, além de feridas em seus seios provocadas por alicate e introdução de pinças por baixo das unhas das mãos.

16. Arlinda (de sobrenome desconhecido), presa desde 14 de novembro de 1969, na Ilha das Flores, é mantida incomunicável e isolada até este dia, 8 de dezembro de 1969.

Sabemos ainda de vários outros casos de tortura. Podemos mencionar, por exemplo, o caso do líder estudantil Jean Marc von der Weid, presidente da União Nacional dos Estudantes, que foi espancado, pendurado no pau de arara e submetido a choques elétricos na cabeça durante seis dias, o que ocasionou a ruptura de um tímpano e graves distúrbios neurológicos, dos quais ainda não se recuperou. Celso Bredariol e Mário Fonseca Neto também passaram por essas torturas. Este último [Mário Fonseca] foi submetido também à tortura chamada “galeto”, que é a combinação do pau de arara com uma fogueira embaixo de seu corpo. Esta técnica também foi empregada contra Milton Gaia Leite.

Casos como esses se repetem inúmeras vezes. Sabemos com certeza que as seguintes pessoas foram torturadas: Luiz Carlos de Souza Santos, Sebastião Medeiros Filho, Marcos Antonio Faria de Medeiros, Milton Leite Gaia, Rui de

Abreu Xavier, Pedro Porfírio Sampaio, Antonio Rogério Garcia da Silveira, Geraldo Galiza, Thiago de Almeida, Nielse Fernandes, Aluísio Palmar, Umberto Trigueiros Lima, Helio Medeiros, Jorge Medeiros do Valle, Rodrigo Faria Lima, Paulo Roberto das Neves Benchimol, Cesar Cabral, João Manoel Fernandes, Mauro Fernando de Souza, José Bartold Calvet, Victor Hugo Klagsbrunn, Pedro Garcia Gomes, Mário Fonseca Neto, Celso Simões Bredariol, Geraldo Azevedo, Luiz Henrique Perez, Antonio Oscar Fabiano Campos, Flavio Monteiro, André Smolentzov.

Caso mais escandaloso, mas rapidamente ocultado, foi o estupro de Maria Luísa Garcia Rosa, 18 anos, que foi libertada rapidamente, após comprovação de que não participara nos atos políticos de que era acusada.

É necessário ainda esclarecer outros quatro pontos:

1. As torturas são praticadas na prisão da Ilha das Flores; nas dependências do Cenimar, no quarto andar do Ministério da Marinha, no Rio; nos DOPS do Rio de Janeiro e Curitiba.

2. As torturas são praticadas pelos funcionários do Cenimar, e são do conhecimento de todos os comandantes deste Centro de Informações, bem como dos encarregados das investigações e de todos os oficiais, marinheiros e infantess da Marinha que servem aqui na Ilha. Esses torturadores, por temer a Justiça, escondem suas identidade sob alcunhas como o Dr. Claudio, Comte, Mike ou Alfredo, ou também Paulo Roberto, Dr. Alberto, Dr. Breno, e vários outros.

3. Além dos oficiais, também participam, nas sessões de torturas, vários soldados da Ilha, como é o caso do sargento Álvaro e do soldado de 1ª classe, Sérgio.

4. Os torturadores continuam frequentando a ilha, inclusive em uma vergonhosa atitude de afronta, assessoram o comandante da Marinha, José Monteiro Filho, na investigação sobre a Ação Popular, onde são, ao mesmo tempo, interrogadores e torturadores.

Sabemos que nossa atitude, ao denunciar esses fatos, poderá provocar represálias. Exemplo claro foi a presença (durante a entrevista concedida à imprensa pelos indiciados na investigação do MR-8, depois de seu encerramento) de um dos torturadores, para “garantir” a versão oficial dos fatos. Tememos – o que não será o primeiro caso – a simulação de uma tentativa de fuga ou “suicídio” para encobrir as verdades que agora denunciemos. Alertamos, a todos, que estamos expostas a qualquer tipo de coação, e que necessitamos agora, mais do que nunca, do apoio decisivo da população.

Confiadas em que todos os que amam a Justiça, a Liberdade e o respeito à pessoa humana, e que constituem a esmagadora maioria do nosso povo, exigirão a investigação dos fatos e a punição dos criminosos. Esperamos que esta carta seja um instrumento para a consecução desses objetivos.

Ilha das Flores, 8 de dezembro de 1969.

Assinado por: Marta Maria Klagsbrunn, Priscila Melo de Magalhães Bredariol, Martha Mota Lima Alvarez, Rosane Resnik, Vânia Santarosa Smagnoto, Dorma Tereza de Oliveira, Victoria Lúcia Martins Pamplona Monteiro, Iná de Souza Medeiros, Márcia Savaget Fiani, Ilda Brandel Siegl, Maria Elódia de Alencar, Solange Maria Santana, Marta Cândida de S. Gouveia, Marijane Vieira Lisboa e Ziléa Resnik.

DOCUMENTO 18

Carta enviada aos participantes do XIII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, realizado em Salvador, Bahia, Brasil, e assinada pelos seguintes jornalistas encarcerados em São Paulo: Alipio Raimundo Viana Freire, frei Carlos Alberto L. Christo (frei Betto), Carlos Guimarães de Penafiel, Jorge Batista Filho, Jessé Adolfo Granville Ponce, Luís Roberto Clauset, Magnus Dadona, Vera Lúcia Xavier de Andrade, Jacob Gorender, Sinval Itacarambi Leão e Elza Lobo.

Este documento representa a contribuição dos presos políticos jornalistas atualmente presos ilegalmente no Presídio Tiradentes, em São Paulo, ao XIII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais. Sua autenticidade está garantida por cópias rubricadas enviadas ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, à Federação Nacional de Jornalistas Profissionais, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e às Auditorias de Guerra da 2ª Região Militar, além deste original, também assinado. O original e as respectivas cópias foram encaminhadas pela via legal, através do diretor do presídio.

Nossas primeiras palavras são de alento. O simples fato de que este Congresso se realize para debater os temas anunciados no programa revela a inconformidade e a disposição de lutar contra o estado de coisas imposto a nosso país. O Congresso nos faz conscientes de que **a verdadeira democracia só pode ser exercida com ampla liberdade de imprensa e que esta e as demais liberdades a que o homem tem pleno direito e busca só se tornam possíveis no estado de direito.** Saudamos, assim, os companheiros congressistas, desejando êxitos a este Congresso, seguros de que marcará com equilíbrio, firmeza e idoneidade, nossa posição contra a opressão e a arbitrariedade que asfixiam e impedem o exercício de nossa profissão, entendida esta como a divulgação da verdade.

Os autores desta carta são presos políticos, alguns encarcerados há mais de um ano e meio. Alguns cometeram delito de opinião, outros nem isso sequer. *A priori*, todos foram condenados como “terroristas”, negando-lhes inclusive a condição de presos políticos, e se encontram encarcerados sem que, ao menos, tenham sido julgados. O princípio geral do direito, aceito universalmente, é o de que cabe ao acusador provar sua denúncia e que o acusado será considerado inocente até que se prove o contrário. Unicamente dois dos signatários desta carta foram condenados, e isso com base em denúncias genéricas de supostos delitos, só admissíveis como tais em razão dos dispositivos draconianos da Lei de Segurança Nacional.

No que diz respeito às denúncias que fazemos a seguir, lançamos um desafio ao governo para que autorize a inspeção – já solicitada e negada – da Cruz Vermelha Internacional nos cárceres de presos políticos em todo Brasil. A verdade aparecerá diáfana e clara, como tenta sê-lo este documento.

Desejamos demonstrar que, devido à censura imposta sobre a imprensa, um regime de força pode cometer as maiores iniquidades sem que a opinião pública, desconhecidora dos fatos, possa expressar sua condenação e repúdio.

Enumeraremos algumas ilegalidades e arbitrariedades que ocorrem em nível judicial nos processos de presos políticos, em que a tônica é o desprezo aos prazos legais do processo, o cerceamento da defesa, a prepotência e omissão das autoridades responsáveis.

1. No momento em que se redige este documento, há presos políticos com mais de 18 meses de prisão, sem julgamento e sem nenhuma perspectiva de que sejam julgados algum dia.

2. Apontados como suspeitos em investigações, chegam a esperar mais de um ano para serem processados. Iniciadas as audiências de interrogatório, interrompem-nas de repente – sem que os réus tenham sido ouvidos – para que novos processos comecem a tramitar e, pouco depois, sejam também interrompidos ou suspensos. É evidente que se trata de manobras dilatórias, totalmente ilegais.

3. Todas as petições, de qualquer tipo, encaminhadas pelos advogados – seja solicitando a liberação condicional dos que não foram processados, seja buscando obter certidões para recorrer aos tribunais superiores – são sistematicamente arquivadas, perdidas ou não são tramitadas.

4. As ilegalidades, em razão da omissão das autoridades judiciárias, são anteriores à fase processual. As detenções apresentam todas as características de sequestros e às vezes são verdadeiras tentativas de execução sumária. Há, além disso, afronta pública; são inumeráveis os casos de espancamentos em plena rua, às vezes com ofensas e detenções de familiares das vítimas. Houve

casos em que crianças foram presas com seus pais e ficaram encarcerados nas celas da Operação Bandeirantes – onde nem sequer se proporciona um colchão ao preso e onde eram forçadas a estender seus frágeis corpos infantis sobre os tijolos do piso por uma ou mais noites, ouvindo os gritos atormentados de seus pais supliciados pela tortura.

5. Detido no Deops ou em quartéis militares, o preso permanece totalmente incomunicável durante meses, quando o próprio Código Processual Militar limita este prazo a “três dias como máximo” (artigo 17) e a atual Lei de Segurança Nacional fixa esse prazo em “dez dias” (artigo 59). Se algum advogado se arrisca a tentar localizar o preso – buscando exercer sua profissão dentro do que normalmente está definido pela lei – sofre ameaças, é maltratado, algumas vezes detido. Não é uma mera coincidência que seja tão reduzido o número de advogados que aceitam defender os presos políticos [...]

6. Um grande número de declarações são assinadas sob coação, sem que os acusados possam sequer ler o texto.

7. Neste presídio, há neste momento dezenas de pessoas encarceradas há vários meses, sem que tenham sido processadas ou decretada sua prisão preventiva.

8. Há que agregar, finalmente, que os advogados não podem entrevistar livremente os seus clientes, estando presente, sempre, um funcionário que controla a conversação. Até os próprios documentos da Auditoria Militar, enviada aos presos, são interceptados e censurados por funcionários não qualificados.

No que se refere à nossa situação carcerária, a situação é igualmente ilegal e arbitrária.

a) Promiscuidade com presos comuns, não só nos pavilhões, como também nas celas em que estamos presos.

b) Superpopulação nas celas, dormindo os presos sobre colchões infectos estendidos no chão. As celas, projetadas para receberem quatro detentos, estão repletas, às vezes, com 18 presos ou mais. Nem sequer se pode caminhar. A infiltração de água nas paredes provoca miasmas e constante umidade. A falta de higiene nas celas para os presos comuns favorece a proliferação de insetos e parasitas. As portas das celas estão permanentemente fechadas e é terminantemente proibido visitar outras celas.

c) A alimentação proporcionada aos presos é infecta e, muitas vezes, putrefata. Como é impossível consumi-la, os presos são alimentados por suas próprias famílias, o que piora mais ainda sua já difícil, às vezes catastrófica, situação financeira.

d) Permanente estado de tensão provocado pela possibilidade de que os presos sejam novamente levados ao Deops ou à OBAN para novas torturas. Isso se aplica inclusive aos presos teoricamente protegidos pela imunidade

da prisão preventiva, ou seja, já processados pela justiça. Com uma simples solicitação à Auditoria Militar – ou até sem ela – os militares ou policiais podem requisitar qualquer preso. As revistas constantes às celas e os gritos dos detidos torturados aumentam os sobressaltos.

e) O chamado “banho de sol”, vital para o encarcerado, se reduz a duas horas semanais, em local exíguo (o que impede o movimento) e em horário em que já não há raios solares.

f) As visitas familiares, uma vez por semana e com um máximo de três pessoas (que necessitam inscrever-se previamente ante as autoridades), são suspensas com frequência sob os pretextos mais ridículos, até devido ao “mau tempo”. Os visitantes são registrados e há vezes em que obrigam que anciãos ou crianças se dispam antes de se encontrar com o preso. Outras vezes, são provocados pela soldadesca ou detidos durante longas horas depois de concluída a visita.

g) Ausência total de atendimento médico e odontológico. O tratamento dentário de emergência é feito pelos próprios cirurgiões dentistas presos. Com respeito à assistência espiritual, destacamos que inúmeros religiosos detidos estão proibidos de celebrar a missa, considerada reunião política subversiva.

h) No pavilhão feminino do presídio, a situação é idêntica à descrita e ainda mais grave: ali estão detidas presas políticas mães de crianças de poucos meses ou anos, que só podem vê-los uma vez por semana durante o curto espaço de tempo da visita oficial. Entre as quase 50 mulheres detidas, há algumas com mais de 60 anos.

Apontamos, agora, o assunto mais terrível, o das torturas. A morte do colega jornalista profissional Mario Alves, a do estudante Chael Charles Schreier e a do sargento Severiano Viana Collon em mãos das forças repressivas da Guanabara; a do sargento João Lucas Alves, em Belo Horizonte; a dos operários Olavo Hanssen e Virgílio Gomes da Silva, em São Paulo; a do sitiante Avelmar Moreira de Barros e a do sargento Manuel Raimundo Soares, em Porto Alegre – todos comprovadamente mortos devido às torturas depois de presos –, evidenciam que os casos de suplícios conhecidos não são fatos episódicos e isolados, mas sim resultado dos métodos de interrogatório adotados nos quais a violência atingiu níveis extremos. Para enfatizar mais ainda esta evidência, declaramos que **todos** os presos políticos que se encontram encarcerados neste presídio (quase 400) foram torturados, em grau maior ou menor.

Em São Paulo, as torturas são perpetradas atualmente na sede da Operação Bandeirantes (OBAN) – comandada e integrada por militares do Exército –, uma antiga delegacia de polícia localizada na rua Tutoia, 921, no bairro do Ibirapuera, e no 3º andar do Deops. As torturas vão desde o espancamento puro e simples (ainda que feito de forma mais brutal), até os refinados choques

elétricos e asfixia com água introduzida nas narinas. Algumas vezes, os refinamentos alcançam detalhes inacreditáveis: introduziram, por exemplo, um tubo de ferro no ânus de um homem pendurado despido no pau de arara, encheram a parte oca com estopa embebida em gasolina, atearam fogo e chamaram sua esposa grávida para que assistisse à cena. Normalmente as mulheres são penduradas despidas ao pau de arara, ao lado de seus maridos e, além das mais abjetas obscenidades, recebem choques elétricos nos órgãos genitais. Os filhos são torturados na frente dos pais, os pais na frente dos filhos. Dependendo da resistência da vítima, as sessões de tortura chegam a durar vários dias.

Elementos do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) participam nas sessões de tortura na OBAN. Esses elementos dirigem hoje uma nova organização terrorista de extrema direita, denominada “Cruzada Nacionalista”, Cruna.

Não é necessário alongar-nos ainda mais em nossas denúncias. Tudo o que expusemos é suficiente para caracterizar a violação, por parte das autoridades, dos mais elementares princípios de respeito à dignidade humana. Essa situação é determinada, diretamente, pela censura férrea imposta sobre a imprensa. Se não houvesse outras razões, unicamente esta – a iniquidade do tratamento dado aos presos políticos – justificaria por si só a luta pela liberdade de imprensa em nossa pátria.

Que este documento contribua, de uma maneira ou de outra, a essa luta. Finalmente, convocamos nossos companheiros jornalistas a que se mantenham alertas para impedir ou denunciar possíveis represálias que possamos sofrer em consequência deste documento.

Presídio Tiradentes, agosto de 1970.

DOCUMENTO 19

Carta dirigida ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, através dos jornais⁹, pelo advogado Leopoldo Heitor, denunciando as torturas que presenciou enquanto esteve preso na polícia política de São Paulo.

“[...] as recentes declarações de V. Exa., no referente à responsabilização de eventuais torturadores emocionou a nação, especialmente os homens da lei. Ao mesmo tempo declarou V. Exa. que nenhuma denúncia de torturas lhe havia chegado.”

Depois de afirmar que se servia da carta para transmitir uma desagradável experiência pessoal, o Sr. Leopoldo Heitor disse que o fazia através da imprensa,

“porque assim fico com a certeza do seu conhecimento, e ao mesmo tempo defino a minha responsabilidade e a das autoridades com relação a minha posição e segurança”.

“Senhor Ministro. Não sou nem nunca fui político. Apesar disto, e por ser advogado militante e cumprir o meu dever, estive preso durante 15 dias, no DOPS de São Paulo, incomunicável, em cela comum, com direito a um banho por semana, e uma alimentação que jamais consegui ingerir – indigna de porcos...”

Depois de narrar as circunstâncias de sua prisão, diz o advogado que apesar de nada ter feito para merecer represálias legais ou ilegais,

“O responsável por minha detenção, o então delegado Sérgio Fleury, declarou aos jornais que ao contrário tratou-me muito bem nos 10 minutos em que esteve comigo, e que processar-me-á se de fato denunciei torturas ali.”

“Até que ponto chega o atrevimento do fundador do Esquadrão da Morte! Até recentemente ele se orgulhava de suas atrocidades, mas agora, ante as declarações de V. Exa., já as nega e ameaça suas vítimas com processo. Melhor assim” – *continua o advogado.*

“De fato, Sr. Ministro” – *disse* – “não fui torturado, a não ser psicologicamente, mas o que passei não tem qualquer relevância ante o que outros passaram. Passo a indicar os seguintes fatos, dos quais, ali no DOPS paulista, tomei conhecimento de uma ou de outra maneira.

1. A Sr^a Ana Vilma, companheira de outro detido de nome Penafiel, sofreu grandes torturas e esteve tomando vários medicamentos (para a compra dos quais contribuí), para curar-se, especialmente a seu útero; seu marido foi também torturado e colocado no **pau de arara** – aliás os instrumentos de suplício estão lá, acintosamente, para ferir os nossos brios.

2. Todos os padres ali estiveram pendurados pelos pés, nus, levando choques e murros, sendo que o padre Agustin os desafiou durante o suplício, invocando o exemplo de Cristo.

3. Na cela nº 1, do Fundão, ao meu lado, estive enferma, marcada da cabeça aos pés, uma senhora, ainda menina, de nome Vera, de São José do Rio Preto, e cujo marido, em outra cela, segundo ouvi dizer, estava em mais lastimável estado. Numa segunda-feira liberaram esse casal, cujo crime fora o de conhecer um elemento procurado pela polícia. Somente depois de vários dias, que levaram recompondo-se sob a assistência de um médico, puderam viajar. Segundo um carcereiro, “bater estava bem”, mas havia que saber fazê-lo.

4. Chegou ali enquanto eu estava, saudável e caminhando normalmente, um ex-estudante de Física que, expulso da Faculdade por subversão, alugara um sítio em Goiânia, segundo a polícia para atividades ligadas a Marighella.

Do primeiro interrogatório regressou carregado e todo inchado, mãos e pés parecendo um pilão. Dias depois foi medicado no Hospital das Clínicas, onde declarou terem seus ferimentos sido causados por torturas: mãos e pés quebrados e engessados. Esse rapaz estava sendo remendado para seguir para Brasília. Seu nome é Jeová.

5. É voz corrente ter sido supliciado até a morte um cidadão de nome Jonas.

6. A detida de nome Sebastiana, da cela 4, do Fundão, teve um distúrbio mental em razão de torturas e seguia lá em tratamento.

7. A incomunicabilidade ali é pelo tempo de detenção e não obedece ao prazo da lei. A detenção em São Paulo, para onde são transferidos os presos, dura enquanto não vem a prisão preventiva – saberá a Justiça Militar disto?

8. Os padres detidos tiveram suas declarações e imagens gravadas em *tape*, sob ameaça.”

Diz o advogado Leopoldo Heitor que o delegado Fleury, criticado por seus próprios colegas, declarou-lhe, tranquilamente que não cumpre habeas-corpus.

“Estes fatos, Sr. Ministro, são suscetíveis de comprovação, desde que os detidos sejam postos fora da esfera de vigilância do delegado Fleury, e tenham garantias. O caso de Jeová será de fácil constatação.”

A seguir o Sr. Leopoldo diz que está à disposição das autoridades para maiores detalhes, acrescentando que: “logicamente, a partir de agora, a minha integridade física fica sob a responsabilidade de V. Exa., por motivos óbvios.”

“Faço esta denúncia como um dever de advogado e cidadão e um desejo grande de que a segurança nacional não siga sendo pretexto para alguns extravasarem seus instintos selvagens, e como uma contribuição para que o Governo conheça o que certos agentes da lei fazem em seu próprio nome.”

DOCUMENTO 20

Atestado de óbito de Chael Charles Schreier, assassinado no quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1969.

Permínio de Carvalho Asfora, Oficial do Registro Civil das pessoas naturais da 9ª circunscrição, 5ª Zona, comarca de São Cristóvão, cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Certidão de óbito: Certifico que a Folha 211-v do Livro C-304, sob o número 86.524 consta o registro de óbito de Chael Charles Schreier, falecido aos 22 dias de novembro de 1969 a ... horas ...

minutos [espaços em branco], do sexo masculino, de cor branca, filho de Ary Schreier e Emília Schreier, de 26 anos de idade, profissão estudante, estado civil solteiro, residência ... [em branco], natural de São Paulo. *Causa mortis*: contusão abdominal com ruptura do mesocólon transverso e do mesentério com hemorragia interna. Médico que certifica: Dr. Rubens Pedro Macuco Janini. Local do enterro: Cemitério de São Paulo, no estado de São Paulo. Declarante: Sr. Mendel Delman. Certidão lavrada no dia 26 de novembro de 1969. Observações: o defunto não deixou filhos nem bens. Eu, abaixo assinado, escrivão juramentado, extraí as cópias, do que é verdade e dou fé. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1969. Oficial de registro civil.

DOCUMENTO 21

*Exame de corpo delito sobre o cadáver de Olavo Hanssen, dirigente sindical assassinado por policiais do Deops de São Paulo, em 9 de maio de 1970. Extrato da certidão de corpo delito, fornecida pelo Instituto Médico Legal do estado de São Paulo*¹⁰.

[...] examinamos e necropsiamos hoje, às dezesseis horas, no necrotério do Instituto Médico-Legal do Estado, um corpo que nos foi apontado como sendo o de Olavo Hanssen, 32 anos, solteiro, branco, programador da IBM, brasileiro, natural de São Paulo – Capital, filho de Harald Hanssen e Borborema Hanssen, [...] encontrado morto no Hospital Central do Exército [...] Vestes: Trajava short de algodão fantasia azul-claro, camisa de tergal azul, calça de casimira preta [...] ao exame notamos: 1) Ferimento contuso medindo dois centímetros por um centímetro de formato ovalar, com perda da pele e celular subcutânea, localizado na região superior e interna da perna direita; 2) Escoriação localizada na face interna do joelho direito. 3) Pequena escoriação de formato circular, medindo um centímetro de diâmetro localizada no centro da panturrilha da perna direita. 4) Escoriações retilíneas medindo cinco centímetros localizadas na face interna, terço médio da perna esquerda. 5) Pequena escoriação circular localizada na face anterior e terço superior da perna esquerda. 6) Escoriação medindo três centímetros, retilínea localizado na região escrotal esquerda. 7) Pequena escoriação circular de oito milímetros de diâmetro localizada no lado externo do cotovelo esquerdo. 8) Equimose medindo três centímetros de diâmetro de formato circular localizado na região pré-cordial. Exame interno: Tórax e Abdômen: [...] os órgãos torácicos e

abdominais mantinham as relações anatômicas e proporções entre si. Nada de interesse médico-legal foi encontrado. Crânio: [...] notamos apenas hematoma do couro cabeludo localizado na região fronto-parieto-temporal do lado direito. [...] Do acima exposto e observado, verificamos que a natureza e sede das lesões assinaladas seriam, em conjunto ou isoladamente, insuficientes para explicar a *causa mortis*. O exame interno do cadáver foi negativo sob o ponto de vista Anatomo-Patológico e médico legal. O resultado do exame Anatomo-Patológico foi o seguinte [...] Rim: Diagnóstico: pielonefrite aguda. Pulmão: diagnóstico: congestão passiva crônica. Fígado: Diagnóstico: congestão passiva crônica. Coração: Diagnóstico: hipertrofia muscular. Encéfalo: sem alterações. O resultado do exame Toxicológico [...] revelou ser positivo: para o inseticida “Paration”. Nestes termos, concluímos ter a morte sido decorrente de envenenamento. Não havendo outra coisa, encerramos o presente laudo. Dr. Geraldo Rebello e Dr. Paulo A. de Queiroz Rocha (peritos) Visto: chefe da Seção Administrativa, Helena Leone Medeiros.

DOCUMENTO 22

*Fragments do discurso do deputado O. Pedroso Horta, na Câmara Federal, analisando a morte de Olavo Hanssen, e resposta do líder governista, deputado Clovis Stenzel*¹¹.

[Deputado Pedroso Horta]

[...] as escoriações constatadas no cadáver de Hanssen, vê-se que o mesmo, em vida, foi submetido ao chamado “pau de arara”, isto é, despido, foi amarrado pelos braços e pelas pernas a uma travessa de madeira. [...] Tais lesões, entretanto, não bastaram para ocasionar a morte da vítima [...] Este documento nos consterna e entristece. O moço de 30 anos dirigiu-se a uma festa esportiva, [...] e não carregava consigo veneno que lhe permitisse o suicídio. Foi detido à porta do estádio. Dezenas de pessoas testemunharam a sua detenção. Foi, naturalmente, revistado, como todos os presos o são. No próprio dia de sua prisão, foi retirado do xadrez e levado para uma das salas, presume-se que do DOPS.

[...]

De lá voltou – dizem-no as testemunhas – inconsciente e vomitando sangue. Oito dias depois morreu. Não levava consigo nada que o pudesse matar de pronto, de súbito. [...]

Devolvido ao xadrez, ali ficou caído durante dois dias, e o carcereiro, assustado, o fez remover para o Hospital Central do Exército, onde faleceu. Foi autopsiado, e os toxicólogos atribuem sua morte a um veneno que tem o nome comercial de “Paration”, um inseticida perigosíssimo.

Como poderia Olavo Hanssen ter ingerido este veneno? Pela boca? Não o foi. A autópsia revela a traqueia limpa, o esôfago limpo, o estômago limpo. Como o fez? [...] ficamos forçados a imaginar. Só pode o veneno lhe ter sido ministrado através de uma injeção, porque o inseticida, alcançando o sangue, localiza-se nos rins e provoca, como se lê no laudo de corpo delicto, pielonefrite aguda. Sem tratamento, morreu.

Aqui está o corpo de delito que tantas vezes nos tem sido reclamado e que, na verdade, não nos cumpria ir rebuscar nos arquivos do Instituto Médico-Legal, porque, diante da ordem terminante do Senhor Presidente da República, deveria ter sido enviado às altas autoridades para que se investigasse, se definisse a *causa mortis* e se punisse o culpado ou os culpados pela destruição desse rapaz. [...]

Sei, Sr. Presidente, que não é tarefa minha descobrir quem matou Olavo Hanssen: isso compete à Polícia. Para isso a pagamos. Ela vive disso. Devemos ser protegidos por ela. E não precisaríamos dela acautelar-nos, ou fugir dela, temê-la. Quem o matou?

[...] por quatro vezes solicitou-se ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [que ... este Conselho se reunisse] [...] De fato, a lei, o decreto [...] diz em seu art. 8º: “O Conselho reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês” [...] Este Conselho não se congrega desde fevereiro deste ano. [...]

O que estamos vendo presentemente, no Brasil, não é isto. O que estamos vendo são policiais, associados, dirigidos por autoridades categorizadas que festejam o seu centésimo ‘presunto’¹², como eles denominam, escarnecendo dos pobres mortos e fotografando-se para os jornais, com seus risos alvares estampados nas primeiras páginas dos periódicos. [...]

[Resposta do deputado Clóvis Stenzel, sobre a acusação de envenenamento]

Trata-se evidentemente de presunções, ou seja de ilações inteligentemente formuladas pelo eminente advogado [...] O envenenamento foi a *causa mortis*. Muitos, poderíamos nós dizer, envenenam-se nas prisões. Mas se a oposição diz e afirma que ele foi envenenado por outrem, mais uma vez me é lícito pedir à oposição a prova de que assim aconteceu. [...]

O que se quer? Quer-se transformar o caso de Olavo Hanssen num IPM [Inquérito Policial Militar]? Mas, se se quer isso, é preciso em primeiro lugar estabelecer esta premissa: o crime foi político. Olavo Hanssen era terrorista e perigoso para a sobrevivência das instituições políticas do Brasil. Só assim o

governo federal poderá conhecer deste crime. Caso contrário, o conhecimento dele pertence exclusivamente ao estado de São Paulo.

Nós, neste Congresso, só nos deixaríamos ocupar desse assunto se Vossa Excelência provasse que a vítima era um político, preso e seviciado por comportamento político, e que a responsabilidade é do Governo Federal. Enquanto isso não for comprovado, desnecessária será a nossa presença na tribuna.

DOCUMENTO 23

Solicitação de encerramento da investigação sobre a morte de Olavo Hanssen, sob o pretexto de que se tratou de um “suicídio”, segundo o parecer do procurador Durval A. Moura¹³.

O procurador Durval A. Moura, em nome do Ministério Público, solicitou à Auditoria da 2ª Região Militar o arquivamento do inquérito instaurado em consequência da morte do operário Olavo Hanssen, ocorrida dia 9 de maio no Hospital Geral de São Paulo – II Exército.

Solicitando que as conclusões do inquérito sejam remetidas ao ministro da Justiça e ao presidente do Congresso Nacional, porque o assunto provocou interesse no âmbito do governo federal, e do Parlamento, o Ministério Público diz “não ter ficado apurado que a morte tenha sido causada por crime ou tenha sido apurada a responsabilidade de terceiros como causadores da morte do investigado”.

O presente inquérito foi mandado instaurar pelo Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, a fim de apurar as causas do falecimento de Olavo Hanssen, ocorrido no dia 9 de maio, no Hospital Geral de São Paulo – II Exército.[...]

Apurou-se que o investigado Olavo Hanssen foi detido no dia 1º de maio do corrente ano, juntamente com outras pessoas, na Praça de Esportes do Vila Maria Zélia, em Vila Maria, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, quando distribuía, ele e seus companheiros, panfletos impressos subversivos e jornais [...] em consequência do que foram indiciados em inquérito policial, por crime contra a segurança nacional [...]

Após passar pelo 1º Batalhão Policial e Operação Bandeirantes (OBAN), Olavo foi ouvido no Deops no dia 4 daquele mês de maio, havendo o dr. Ernesto Milton Dias, encarregado dos interrogatórios preliminares, constatado que “não demonstrava haver recebido qualquer espécie de sevícias ou maus tratos”.

[...] No dia 8 do mesmo mês, o investigado, sentindo-se mal, solicitou a presença de um médico, havendo comparecido o dr. José Geraldo Ciscato, que determinou sua remoção ao Hospital Geral de São Paulo, onde o investigado foi internado e assistido convenientemente. Entretanto, no dia 9, cerca das 6 horas, o investigado veio a falecer, atestando o facultativo daquele nosocômio militar, como *causa mortis*, a insuficiência renal decorrente de um processo crônico de surto agudo. O laudo de corpo delito [...] concluiu que o exame interno do cadáver foi negativo sob o ponto de vista anatomopatológico do cérebro, rins, fígado, pulmões, coração e sangue [...] o exame toxicológico, havendo este revelado ser positivo para o inseticida “Paration” (liosfosfato de dietila paranintrofenila) [...]

Ora, até a véspera de ser preso, Olavo Hanssen trabalhava na empresa Indústria Agropecuária [...] que manipula “adubos e inseticidas e em algumas formulações de inseticidas participa o produto denominado ‘Paration’” [...]

O falecimento do investigado Olavo Hanssen ocorreu quando se encontrava internado em local sujeito à administração militar (Hospital Geral de São Paulo – Exército) o que, por si só, firma a competência do foro militar federal para apreciar os fatos [...] Aliás, Olavo Hanssen era elemento militante da ala trotskista e foi processado em 1964 pela Justiça Militar; fez parte do chamado “Grupo dos Cinco”, de congressos estaduais de estudantes e antigos de camponeses, mantendo íntimas ligações com elementos indiciados em inquéritos policiais-militares por crimes contra a segurança nacional, dentre eles alguns do que se encontram banidos do território nacional. [...]

Em consequência, a investigação procedida para apurar a causa do falecimento de Olavo Hanssen concluiu que a morte decorreu por intoxicação exógena, causada pelo inseticida “Paration”, que é um dos produtos com que manipulava a indústria onde o investigado trabalhava, sendo assim a morte causada por energia química externa, como denomina a medicina legal.

Requer, pois, o M.P. [Ministério Público], o arquivamento dos presentes autos por não ter ficado apurado que a morte tenha sido causada por crime ou tenha sido apurada a responsabilidade de terceiros como causadores da morte do investigado.

1. Documento original localizado em: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais*. Brasília, DF, 15 de abril de 1968. p. 132-134 (incompleto); trechos localizados também na notícia: Irmãos Duarte revelam que foram torturados na prisão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 e 15 de abril de 1968, p. 3. [N. ed. Bras.]
2. Documento original localizado em: Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS-SP. Localização 30-2-160-8906. [N. ed. Bras.]
3. Documento transcrito localizado parcialmente em ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*: Projeto A. Tomo V, v. I. A Tortura. São Paulo: s/ed., 1985. p. 323-324. Trata-se de catalogação de autos de processos judiciais, compilados entre 1964 e 1979. Em 1985, a documentação foi doada para a Universidade Estadual de Campinas e atualmente também está disponível *on-line* em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/livros/brasil-nunca-mais-livro-na-integra/>>. Acesso em: abr. 2013. [N. ed. Bras.]
4. Documento transcrito localizado parcialmente em ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*: Projeto A. Tomo V, v. II. As Torturas. São Paulo: s/ed., 1985. p. 270-272. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/livros/brasil-nunca-mais-livro-na-integra/>>. Acesso em: abr. 2013. [N. ed. Bras.]
5. Cita um fragmento de um auto poético de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*, sobre a vida rural do Nordeste brasileiro.
6. Documento original localizado em: Arquivo do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS-SP, Localização 30-Z-160-89-06, trechos ilegíveis. Cotejamento complementado com o documento transcrito em: BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. Capítulo VI: Frei Tito, a paixão. p. 188-213. [N. ed. Bras.]
7. Documento original reproduzido em SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer? Nunca mais*. A saga de meu filho Marcos P. S. de Arruda. Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2000. p. 41-43. [N. ed. Bras.]
8. Documento reproduzido em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/midias/recortes/im-prensa-nacional/as-denuncias-comecaram-a-ser-publicadas-no-exterior-no-brasil-so-apos-1979/>>. Segundo consta nessa fonte, teria sido enviado clandestinamente para o exterior pelos prisioneiros da ditadura que se encontravam na Ilha das Flores (RJ) e publicada pelo *The New York Review of Books*, em 1970. Acesso em: abr. 2013. [N. ed. Bras.]
9. Referência localizada no *Jornal do Brasil*. Optou-se por essa versão, que se aproximava bastante da traduzida para o espanhol. Há, no entanto, frases que aparecem de forma indireta no periódico, sinalizadas em itálico. Leopoldo apresenta os casos que teria visto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1969, n. 207, 1º Caderno, p. 3. [N. ed. Bras.]
10. Documento original localizado em: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais*. Brasília, DF, 31 de julho de 1970. p. 425-429. [N. ed. Bras.]
11. Documento original localizado em: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais*. Brasília, DF, 31 de julho de 1970, p. 427-439. [N. ed. Bras.]
12. “Presunto”: expressão usada pelo Esquadrão da Morte para designar o cadáver de suas vítimas. [nota do documento original].
13. Documento reproduzido através de *O Estado de S. Paulo*: Arquivado Inquérito. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, n. 29.272, ano 91, 10 de setembro de 1970, p. 6. [N. ed. Bras.]

ANEXOS DA EDIÇÃO BRASILEIRA

ENTREVISTA COM BERNARDO KUCINSKI
POR DAINIS KAREPOVS, ROGÉRIO CHAVES E LUANA SONCINI

ÍTALO ARNALDO TRONCA:
UM PERFIL

RELEMBRANDO MERLINO:
UMA TEMPORADA INTERNACIONALISTA
POR ANGELA MENDES DE ALMEIDA

LUIZ EDUARDO MERLINO (1948-1971)
POR MICHAEL LÖWY

IMPrensa

NOME:

Bernardo Kucinski

REVISTA:

VEJA

EDITORA ABRIL



Eduardo Ferriz



VALIDADE:

1-969

“Pau de Arara”

La violencia militar en el Brasil

con apéndices documentales



« *pau de arara* »

***la violence
militaire
au brésil***

françois maspero / cahiers libres 215-216



ENTREVISTA COM BERNARDO KUCINSKI¹

Dainis Karepovs, Rogério Chaves e Luana Soncini

A ideia de escrever um livro denunciando as torturas e a ditadura veio de Luís Eduardo Merlino. Antes de falar do *Pau de Arara* propriamente, é importante relatar as circunstâncias que nos levaram até o livro. Nos conhecemos no jornal *Amanhã*², antes de irmos, eu, Ítalo Tronca e Raimundo Rodrigues Pereira, para a Editora Abril.

O *Amanhã* foi o primeiro jornal alternativo que o Raimundo lançou, era bem político, do Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Tinha lá o José Roberto Arantes de Almeida, que depois foi morto, eu, e acho que o José Dirceu participou também do esquema. Era um jornal que tinha certa pretensão estética, plástica. O projeto gráfico foi feito por um artista que depois ficou famoso, o Cláudio Tozzi.

Merlino veio do *Jornal da Tarde*. Era um rapaz muito educado, manejava bem o idioma, escrevia muito bem. O *Jornal da Tarde* havia sido lançado naquela época, tinha uma linguagem diferente dos outros jornais. Uma linguagem que dialogava com o leitor. Então, ele trouxe um pouco essa linguagem para o *Amanhã*. Eu não sabia que ele era ligado a um grupo trotskista³, em geral eu não me importava com esses vínculos. Minha militância partidária tinha se dado em outros tempos.

Na época em que lançamos o *Amanhã* eu era muito entusiasmado pelo Jornalismo em si. O Ítalo havia tido uma militância antes do golpe, acho que trotskista também. Não sei se ele era da Polop, um grupo famoso na época, que não era stalinista. A Polop era uma *nova esquerda*. Eles tinham um jornal muito benfeito, chamado Jornal da Polop, *Política Operária*. A Polop era o grupo que fascinava os estudantes e professores mais intelectualizados na época.

O Ítalo levou o Raimundo para trabalhar no *Médico Moderno*⁴. Eu fui levado para trabalhar nas revistas técnicas da Editora Abril, que ficavam no próprio prédio do Grupo. Foi quando lançaram a *Veja* e chamaram gente do Brasil inteiro; e convidaram o Raimundo para ocupar um lugar na revista, como editor de Ciência. Quando abriu uma vaga na editoria de Vida Moderna, o Raimundo me chamou para as técnicas. Então a gente entrou bem no começo de *Veja*; comecei a trabalhar alguns meses depois do início.

O Raimundo sempre foi muito habilidoso – não há dúvida sobre isso – e na época, com a garra que a gente tinha – eu, ele, Ítalo, o Dirceu Brisola, o Aloysio Biondi na Economia, e outros, essa turminha do Raimundo – era muito aguerrida, entusiasmada com o Jornalismo. E a turma que o Mino Carta tinha trazido para cobrir a Política era uma turma um pouco aérea, tinha um cara que era poeta, tinha outro que era não sei o quê... Eu sei que aos poucos o Raimundo foi tomando conta do pedaço. Primeiro ele tomou conta da cobertura dos voos à Lua, porque ele estava na editoria de Ciências e eu na da seção Vida Moderna. E ele fez uma cobertura sensacional, com a ajuda também do Roberto Pereira, que sabia tudo sobre as naves espaciais. Foi quando a revista se consolidou, e dali o Raimundo passou a ocupar também a editoria de Política, e foi nesse contexto que surgiram as capas da *Veja* sobre as torturas, que dariam origem ao *Pau de Arara*.



Nessa época que ocorreu aquela disputa interna nas Forças Armadas entre o Médici e o general nacionalista, Afonso de Albuquerque Lima, pela presidência. Havia uma ala nacionalista no Exército, de direita, mas nacionalista. O Dirceu Brisola teve uma atuação importantíssima nessa cobertura; descobriu que houve até votação entre os oficiais e conseguiu levantar os dados todos. Foi um furo de reportagem atrás do outro⁵. Enfim, essa equipe acumulou muito prestígio na época, que ajudou um pouco a emplacar as duas edições sobre a tortura.

São duas capas [n. 65 e 66, de 3 e 10 de dezembro de 1969]. A primeira foi a partir de uma declaração do presidente Emílio Garrastazu Médici, de que no governo dele não aceitaria torturas. Então tivemos a ideia de fazer um dossiê para apresentar ao presidente. O dossiê nasceu assim, dentro de um espaço autoproclamado pelo próprio sistema. O presidente dizia que não admitia tortura, então a gente fez um dossiê para “ajudar” o presidente a combater essa deformação. Mas já naquele momento as coisas estavam avançando por debaixo dos olhos dele, ou até na frente dele. Até que ponto a declaração do Médici foi cínica, ou sincera, outros historiadores teriam que ver, mas a Comissão da Verdade descobriu, em 2013, diretrizes do governo militar baixadas em 1972 para que toda e qualquer denúncia de tortura fosse categoricamente refutada. O cara assume, ele vai ser presidente, ele não quer entrar pra história como bandido. Mas as forças que estão por baixo acabam atropelando. Ou pode ser que ele foi simplesmente cínico, fez uma declaração, digamos, formal, na qual nem ele acreditava na época. Também pode ser que foi sincero. E esse foi o nosso pretexto, e aí soltamos repórteres no Brasil inteiro, que coletaram um monte de depoimentos, e publicamos na revista algumas coisas desse dossiê.

O material foi levantado rápido, porque foi um processo jornalístico, uma decisão editorial. “A revista vai fazer um dossiê”, então – na época se mandava telex – mandaram telex para todas as sucursais levantarem casos de tortura, com detalhes. E o pessoal mandou tudo para a Redação, coisa assim de quinze dias. E aí o Raimundo e o Mino fizeram duas coisas inteligentes: primeiro, apresentaram o resultado não como um mero artigo, ou reportagem jornalística, mas como um serviço que nós estávamos prestando ao presidente; e, em segundo lugar, contavam a história do pele fina, do pele grossa⁶, ou seja, de uma tortura que não tinha nada a ver com política, ao lado de outra que tinha a ver.

Depois, houve uma segunda capa mais forte e que generalizava mais. Foi uma decisão, do Mino Carta e do Raimundo, audaciosa, não digo corajosa porque a gente não fazia essas coisas por coragem, fazia porque tinha que fazer, foi uma decisão editorial muito forte, pioneira, com o objetivo de abrir uma discussão. Nos dias seguintes era para os outros jornais caírem em cima do tema e discutirem, ampliarem, até porque o presidente tinha dado um certo aval, mas a turma nos deixou pendurados na brocha. Isso foi um choque. Ficamos isolados. A *Veja* ficou isolada e na semana seguinte veio a retaliação. Aproveitaram uma entrevista que o Raimundo fez com o João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, e ele alegou que tinha havido uma deturpação, inventaram um quiproquó, e no fundo era pressão para a gente sair. Ele teve de sair e foi para a revista *Realidade*⁷; foram bons tempos ali na *Veja* com o Raimundo e o Mino.

Mas tem ainda um episódio que eu preciso contar sobre isso. Nós havíamos entregado o dossiê das torturas ao Médici e uma cópia foi para o Dedoc. A revista havia publicado só algumas histórias, não o dossiê todo. Mas, algum tempo depois, aconteceu de encontrarem esse dossiê junto aos papéis do Marighella. Do Marighella ou do Joaquim Câmara, um deles. E aí o Sérgio Paranhos Fleury chamou o Raimundo para dar explicações, porque foi o Raimundo quem tinha organizado as reportagens. Ele inventou uma história de modo a não implicar nenhum de nós e conseguiu tirar o corpo fora, não sei como, mas sei que teve esse desdobramento.

Então, nesse período é que o Merlino nos abordou, a mim e ao Ítalo, perguntando se a gente topava escrever um livro sobre as torturas com esses depoimentos, com as coisas que a gente tinha, e mais alguns manifestos dos presos políticos – que já estavam saindo nessa época – sinalizando que ele tinha como publicar o livro na França.

Eu e o Ítalo achamos boa a ideia, fomos falar com o Raimundo e tivemos uma surpresa: o Raimundo não quis entrar. Uma coisa chocante, porque ele era o nosso guia e condutor, o cara que me introduziu no Jornalismo, que pensava sempre pra frente. E aí ficamos meio abalados, mas decidimos escrever, eu e o Ítalo. Então, foi uma decisão importante sob este aspecto pessoal também, era a primeira coisa importante que eu fazia como jornalista sem precisar me apoiar no Raimundo. O Ítalo não, porque ele já era jornalista há mais tempo.



Eu estou contando essa história do Raimundo porque, depois, eu cheguei à conclusão que um dos motivos, talvez o principal, foi que ele já estava fazendo a mesma coisa para a APML (Ação Popular Marxista-Leninista), que é talvez esse livro que o Carlos Azevedo montou, que se chama *Livro negro da ditadura militar*, e saiu justamente em 1972 – um livro clandestino que circulou aqui no Brasil em poucas mãos⁸. Mas isso eu não sabia na época. Não sei se a ideia original de fazer o dossiê foi do Raimundo ou do Mino Carta. Certamente o Raimundo não teria feito se o Mino Carta não tivesse apoiado. Mas eu tendo a achar que foi o Raimundo que teve a ideia e convenceu o Mino, já pensando no dossiê da APML. Suponho que é por isso que, quando a gente vai propor fazer com o Merlino, ele cai fora.

Então fizemos. Levamos uns cinco ou seis meses. Acho que fui eu que bolei o título, “Pau de Arara” tem um toque assim regional. Você vê, o texto não é muito grande. A gente usou muito o livro do Leôncio Basbaum, *História sincera da República*, esse tipo de referência⁹. O livro não é apenas a reunião

de documentos de denúncia, a gente tenta dar uma explicação de por que surge esse grupo militar fascista. O Ítalo tinha pretensão de historiador, tanto assim, que depois ele virou historiador mesmo. A gente volta um pouco para o Plano Cohen, conta a história do tenentismo, de como ele vai se dividir em duas grandes alas, uma progressista e a outra fascista etc. É um livro de jornalistas metidos a historiadores.

Quando fomos obrigados a sair da *Veja* por causa das matérias sobre tortura, cada um foi para um lado. O nosso projeto, meu e da minha mulher – Mutsuko Yamamoto Kucinski, que é física –, era ir para a Inglaterra, onde ela ia fazer seu doutorado. Eu não tinha projeto pessoal nenhum, eu ia atrás dela. E nós ficamos alguns meses nos preparando para a viagem e nesses meses nós escrevemos o livro – eu, Ítalo e uma moça chamada Anatildes, mas que a gente chamava de Tide, que era quem datilografava os documentos. Era uma baiana, amiga de uns amigos nossos, e também do Ítalo e da mulher dele, e que tinha tempo disponível na época. Eu acho que hoje ela mora na Bahia, em Arembepe. Também nos ajudou um funcionário do Departamento de Documentação da Editora Abril, o Dedoc, o Ubirajara Forte, porque nessa altura nós não estávamos mais na *Veja* e não tínhamos o dossiê completo. Alguns amigos também nos trouxeram documentos. E a Tide, tá-tá-tá, datilografava...

Depois que a Tide terminou de datilografar, eu e a minha mulher fomos para a Inglaterra. Mas minha mulher foi três semanas antes. Hoje a gente não sabe direito se ela levou os manuscritos e eu levei umas fotografias ou se foi o contrário, mas acho que foi ela quem levou os manuscritos na mala. Nós achamos que ela chamaria menos atenção, era professora, ia fazer doutorado, porque sempre havia risco de eu chamar a atenção por ser jornalista. Tudo isso com o cu na mão, a gente lá, num apartamento que já havíamos desmontado, escrevendo... Era um momento de clima pesado, embora vocês vão notar, pelo livro, que tudo aquilo é café pequeno frente ao que aconteceu depois. Porque em 1970, que é quando a gente escreve o livro, já tem a OBAN [Operação Bandeirantes], mas não tem ainda o DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna], nem a política de desaparecimentos sistemáticos. Havia certa legalidade nas prisões: torturavam, mas depois abriam processo, mandavam para a justiça militar, tanto assim que a maioria dos documentos do livro é de presos políticos, da Penitenciária tal, ou depoimento na delegacia de ordem política. Havia ainda certa legalidade na repressão, embora torturasse. Torturasse e eventualmente matasse.

Já tinha saído aquele livro logo depois do golpe, do Márcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*. Mas era o relato de um episódio localizado, sobre a intervenção em Goiás, a derrubada do governador de Goiás¹⁰. Sabia-se do

caso do Gregório Lourenço Bezerra, que foi arrastado nas ruas, mas a tortura sistemática não era um assunto ainda muito tratado. Acho que o centro do nosso livro são os métodos de interrogatório com tortura, envolvimento de militares nessa prática e os manifestos dos presos políticos.

Nesse sentido, o único reparo que eu faria, à guisa de introdução à edição brasileira, tardia por sinal, é de que, embora tudo isso nos chocasse bastante, isso não foi nada perante o que aconteceu depois – a Casa da Morte¹¹, os desaparecimentos, a entrada dos criminosos na repressão, a repressão no Araguaia... – tudo isso aconteceu depois. Eu sempre penso nisso, de como as coisas se tornaram tão piores. Como falei, ainda tinha um resquício de legalidade, tinha prisões políticas, havia manifestos de presos, faziam greve de fome. Então, você vê, havia as coisas mais brutais que já aconteciam nessa época, mas, exceto a tortura em interrogatório, que sempre foi sistemática, eram pontuais. O Virgílio Gomes da Silva já tinha sido morto a pauladas. O Chael Charles Schreier foi morto a pauladas. Tinha mortes também a paulada já nessa época.

A história do assassinato do Chael Charles Schreier também fui eu que escrevi na *Veja*. Tinha um repórter na *Veja* que estava com um pouco de receio de fazer a matéria e, como o Chael era judeu, eu falei: “Deixa que faço, eu vou contar essa história”. Eu fui. Parece que a mãe dele estava num asilo de velhos lá na Vila Mariana, não sei se era mãe ou tia. Escrevi a matéria, a *Veja* publicou, e o Antônio Roberto Espinoza, preso junto com o Chael, disse que foi essa matéria que salvou a vida dele, porque, quando foi publicada, eles pararam¹².

Teve também o caso do Rubens Paiva nessa época. Cada um deles era um escândalo, então as pessoas sentiam esta necessidade de publicar. O Rubens Paiva foi um pouquinho depois, na verdade. Eu lembro que eu encontrei o Fernando Gasparian em Londres, e o Rubens Paiva já tinha sido morto. Então houve, já nessa época, casos assim, isolados – Rubens Paiva, o caso do Virgílio, o caso do Chael...

Depois passa a ser tudo mundo cão mesmo, quando se cria o DOI-CODI. Mas a gente já tinha bastante medo nessa época, já foi depois do AI-5, que foi em 13 de dezembro de 1968.

Na Inglaterra, eu me lembro de que levei esses documentos, ou uma parte deles, para a Anistia Internacional, porque eu conhecia uma menina da Anistia, uma sueca, e levei logo que eu cheguei lá, por volta de setembro, outubro. Quando chegou o Natal de 1970, deixei minha mulher sozinha no frio da Inglaterra, atravessei o Canal da Mancha e levei o manuscrito para o Merlino. Havíamos combinado de nos encontrar em Paris na noite de Natal. Foi uma coisa até meio romântica: no Café de Cluny que, segundo ele me disse, era um café que todo mundo conhecia, ficava no Boulevard Saint-Germain.

Café de Cluny, noite de Natal... Ele estava lá me esperando e, de fato, um ano depois, mais ou menos, saiu o livro pela Maspéro.

Tem texto do Michael Löwy, que explica um pouco como era o Merlino, a atividade política dele e a organização a que ele pertencia¹³. O Merlino me apresentou a alguns de seus companheiros em Paris, me levou para o escritório dele, fez umas notas, e fui dormir lá no apartamento dele; depois voltei para Londres. Quando ele foi morto, algum tempo depois, eu voltei para Paris; estava muito preocupado em saber se a prisão e a morte dele tinham alguma coisa a ver com o livro, saber notícias. Eu não tinha nenhuma referência, mas consegui chegar ao mesmo lugar a que eu tinha ido antes, no dia em que fiz todo aquele percurso com o Merlino. Consegui chegar até o Alain Krivine, que era o líder deles; ele tinha sido candidato à Presidência, mas também não sabia nada. Não sabia como aconteceu, nem por que aconteceu.

Então é isso: saiu o livro e, depois, de repente, eu fiquei sabendo que saiu no final de 1972 uma edição em espanhol. Pela Siglo XXI, editada pelo Flávio Tavares. Eu não conhecia pessoalmente o Flávio Tavares naquela época, não sei se o Merlino conhecia. Ele não era da turma de trotskistas do Merlino, então não foi por meio de organização que ele chegou ao livro. Eu acho que o livro chegou às mãos dele por alguém que foi da Europa para o México. O livro não tinha autoria e, como jornalista, ele achou que era interessante publicar. As pessoas estavam muito putas nessa época. Ele teve conhecimento do livro, estava exilado no México, e tomou a iniciativa de fazer uma edição em espanhol – que, em minha opinião, é melhor do que a francesa, porque nesse intervalo se desmistifica o Cabo Anselmo. Então esse tipo de coisa ele corrige, e tem outras notas de rodapé elucidativas que ele acrescentou. Depois eu soube que o Fernando Henrique trouxe para o Brasil essa edição da Siglo XXI, também com muito medo, meio escondido no sovaco, lá no bolsinho... O livro teve certo impacto na época, mas muito secretamente, lido escondido.

Um dos erros que nós cometemos, eu e o Ítalo, é que o livro saiu anônimo. Não teríamos assinado mesmo, mas nós podíamos ter inventado um nome. Acontece que o livro, depois de dois ou três anos, sai dos catálogos, porque é como se ele fosse um panfleto, não um livro com autoria. Já a tradução para o francês é um mistério, a gente nunca vai saber quem fez a tradução. Pode ter sido o próprio Merlino. Não sei. Não sei se ele dominava o francês o suficiente para traduzir.

Mas sabemos que o tema da repressão na América Latina e a América Latina em geral eram assuntos importantes da época. Foi quando o García Márquez ganhou o Prêmio Nobel e tornou conhecido o gênero do realismo mágico, e esse realismo mágico tem muito a ver com a América Latina, esse mundo cão, desses latifundiários, o desaparecimento de pessoas... Havia mui-

tas ONGs que se dedicavam à América Latina. Na mesma época, fui procurado por um cara que vivia na Bélgica, para escrever uma introdução para um livro sobre o Esquadrão da Morte, que, aliás, eu escrevi e o livro foi publicado¹⁴. Eu tenho esse livro ainda. Mas ele era em cima daquelas coisas do Hélio Bicudo, de denúncias do Esquadrão, não tinha ainda a ligação Esquadrão-repressão. Mas já era uma coisa pesada, esta história do Esquadrão também era um grande tema da época.

Além disso, no mundo todo, foi uma época em que a cultura de esquerda era, não digo dominante, mas tinha um lugar próprio. Por exemplo, a Maspero era uma editora que publicava livros de esquerda. Era o momento da Guerra do Vietnã. Era uma época em que você subia aquela rua, em Londres, a Charing Cross, e tinha aquelas livrarias com livros de esquerda nas estantes – uma em especial que era só de esquerda, fantástica – com muitos livros desse tipo. Então é um livro que se encaixa nesta cultura de contestação da época. Hoje não existe. Hoje, no lugar disso, você vê esses livros de autoajuda, livro de economia, livro de como ser um bom executivo e tal. Mas naquela época era muito forte a cultura de contestação.

Eu acho muito importante publicar no Brasil. Primeiro, porque eu sempre senti essa frustração. Dupla frustração: de não existir em português e de não existir autoria. Eu coloco a autoria do livro em meus currículos, o Ítalo também. Acho que nós nem discutimos muito isso na época, simplesmente não colocamos nome. Não houve uma discussão. Talvez se a gente tivesse conversado com o Merlino – que foi quem, na verdade, publicou o livro –, mas o Merlino foi embora, ele fez a encomenda e foi embora, e aí eu só fui encontrá-lo naquela noite de Natal. Ou talvez se o Raimundo tivesse entrado na empreitada, ele tinha uma visão um pouco mais além. Também não sei se teria sido uma boa ideia inventar um nome. Teria que se inventar um e depois tirar esse nome para pôr o verdadeiro? Não sei se teria sido uma boa ideia também.

E também eu acho muito importante, nesse momento, que tem a Comissão da Verdade, essas coisas todas acontecendo, porque é mais um documento também. Tem depoimentos aí, são documentos de presos políticos, manifestos, confissões assinadas.

1. Este texto é resultado de uma entrevista concedida por Bernardo Kucinski a Rogério Chaves e Dainis Karepovs, em sua residência em São Paulo, no dia 13 de dezembro de 2013. Com o objetivo de dar maior fluidez à sua leitura, optamos por esta forma final, que contou com a decisiva colaboração de Luana Soncini.
2. Semanário editado por Raimundo Pereira e publicado formalmente em nome do Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1967. É considerado uma das primeiras iniciativas a constituírem a estratégia de comunicação conhecida como “frente jornalística”, à qual convergiam partidos de esquerda variados, que sustentavam, além de seus jornais clandestinos e de partidos, uma publicação alternativa de mais ampla circulação, extrapolando o universo da militância.
3. Merlino foi militante da Polop, Organização Marxista Leninista Política Operária, formada em 1961. Vinculou-se, em seguida, ao POC – Partido Comunista Operário, resultado da fusão com a Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro.
4. Revista cuja publicação iniciara-se em 1961. Pertencia ao Grupo Lund, editora brasileira sediada em São Paulo, fundada em 1960 por Robert Lund, o qual lançou a edição brasileira da *Seleções do Reader's Digest* nos anos 1940.
5. As edições 55 e 56 de *Veja* (de 24 de setembro e 1º de outubro, respectivamente).
6. A matéria relacionava aos casos de tortura e arbitrariedades o incidente ocorrido com Thomas Koch, espancado por policiais militares e preso despropositadamente. A vítima, nesse caso, era um “pele fina”, tenista brasileiro internacionalmente reconhecido e que, portanto, teve meios de reverter a injustiça e divulgar o ocorrido na mídia. A matéria alertava para a prática ser muito frequente entre os “pele grossa”, cidadãos comuns, sem poder aquisitivo ou qualquer tipo de projeção, alvo do mesmo tipo de arbitrariedade.
7. A revista *Realidade* foi lançada em 1966, pelo Grupo Abril. Seus principais jornalistas eram militantes de grupos políticos de esquerda, constituindo-se como “redação alternativa”, nas palavras de Kucinski (KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991, p. 20).
8. O *Livro negro da ditadura militar* foi realizado pelos jornalistas Carlos Azevedo e Raimundo Pereira, com a participação do artista gráfico Elifas Andreato. O grupo foi identificado e perseguido em razão dessa publicação.
9. As referências destacadas pelos autores na obra foram: BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. De Jânio Quadros a Costa e Silva (1961-1967). São Paulo: Fulgor, 1968; SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; PINTO, Herondino Pereira. *Nos subterrâneos do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Germinal, 1950; NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966; ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966; BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.
10. *Torturas e torturados*, livro lançado em 1966 pela Editora Ideia Nova, do Rio de Janeiro, trata mais de três estados – Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás – e reproduz alguns documentos isolados que extrapolam este território.
11. Casa da Morte era o nome pelo qual ficou conhecido o mais famoso dos centros clandestinos de tortura e assassinatos criados pelos órgãos de repressão da ditadura brasileira. Situada na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, na Rua Arthur Barbosa, 668, no bairro Caxambu, era de propriedade de um simpatizante da ditadura, que a cedeu ao Exército. Na casa, diversos presos

políticos capturados foram torturados e assassinados por militares durante a década de 1970, fato que só se tornou conhecido devido às denúncias de uma única sobrevivente, Inês Etienne.

12. A história da morte de Chael Charles Schreier era parte da matéria de capa sobre torturas, da edição de *Veja* de 10 de dezembro de 1969. Chael era de família judia e foi preso junto com Antônio Roberto Espinosa e Maria Auxiliadora Montenegro. O caso é emblemático, e a notícia discute, além da violência confirmada pelo atestado de óbito da vítima, a participação da imprensa como porta-voz da polícia, em razão das incoerências sobre o estado físico de Chael ao ser preso – de ileso a sangrando – e das informações sobre supostos depoimentos da vítima nos dias em que já estava morto.

13. Publicado neste volume.

14. LOPES, Aderito. *L'Escadron de la Mort: São Paulo, 1968-1971*. Paris: Castermann, 1973.

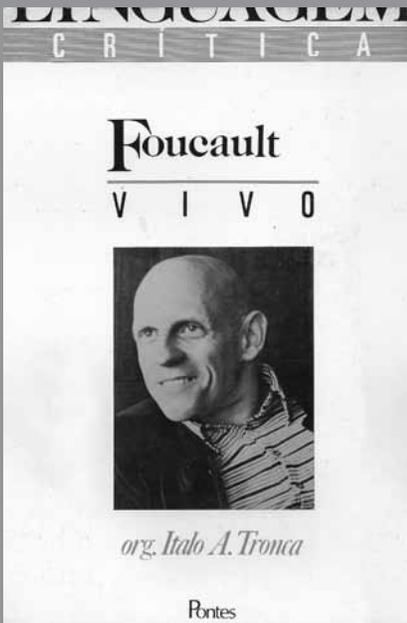


Pedidos à Editora Fundação Perseu Abramo,
loja virtual www.efpa.com.br,
por e-mail lojavirtual@fpabramo.org.br
ou pelo telefone (11) 5571-4299 ramal 146

Ítalo Tronca, em 1972.



*Revolução de 1930,
a dominação oculta.*
Publicado em 1982.



Foucault vivo.
Publicado em 1987.



As máscaras do medo. Lepra e Aids.
Publicado em 2000.

ÍTALO TRONCA: UM PERFIL

Ítalo Arnaldo Tronca nasceu em São Paulo, em 30 de setembro de 1936. Diplomou-se em Direito, pela Universidade Mackenzie, em 1961. Nessa época, Ítalo Tronca militava no Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira da IV Internacional. Foi no POR que conheceu sua futura companheira, Lêda Mariana Marques dos Santos, irmã de Sidney Fix Marques dos Santos (1940-1976), desaparecido político, sequestrado em Buenos Aires pelas forças repressivas argentinas. Lêda e Ítalo casaram-se em 1963. Pouco depois, ambos acabaram se afastando do agrupamento político no qual haviam se conhecido.

Ítalo Tronca foi jornalista profissional de 1961 a 1972, trabalhando em publicações como os jornais *Última Hora*, *Jornal da Tarde* e a revista *Veja*. Posteriormente, formou-se em História na Universidade de São Paulo, em 1970, onde obteve o título de doutor seis anos depois, com uma tese sobre o papel dos militares no processo de industrialização do Brasil no pós-1930, intitulada *Entre as armas e Volta Redonda: o papel dos militares na política econômica do Brasil, 1936-1942*. Desde 1973, já integrava o quadro de professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde chegou a professor titular do Departamento de História, em 2000. Além disso, afora artigos, ensaios, capítulos de livros, orientação de dissertações e teses acadêmicas etc., publicou *Revolução de 1930: a dominação oculta* (São Pau-

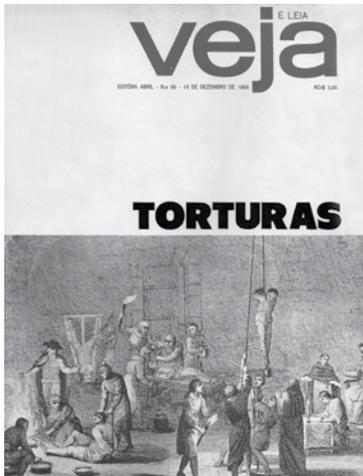
lo: Brasiliense, 1982); *As máscaras do medo: lepra e Aids* (Campinas: Editora da Unicamp, 2000) e organizou *Foucault vivo* (São Paulo: Pontes, 1987). É autor, com Bernardo Kucinski, do livro *Pau de arara: a violência militar no Brasil*, uma das primeiras denúncias no exterior sobre a existência das torturas nos porões da ditadura militar, publicado em 1971 na França (Maspero) e em 1972 no México (Siglo XXI), e somente agora, em 2013, é publicado no Brasil por meio da Editora da Fundação Perseu Abramo.

Em entrevista concedida, em maio de 2003, a Jardel Dias Cavalcanti e publicada no sítio de jornalismo cultural *Digestivo Cultural*, Ítalo Tronca narrou sua trajetória como jornalista e relatou como *Pau de arara* foi concebido e elaborado:

“[...] O senhor trabalhou como jornalista entre os anos de 1961-1972, nos jornais *Última Hora*, *Jornal da Tarde* e na revista *Veja*. Como foi sua experiência como jornalista num período como esse, quando a ditadura militar se assentou no país impondo severas restrições à liberdade de imprensa?

ÍTALO: Incluo, nesse período, uma passagem (dois anos, mais ou menos), pela redação da *Folha da Tarde*, como editor internacional. Foram os “anos quentes” da Guerra do Vietnã, à qual dei destaque quase diário no jornal. Em termos de experiência pessoal, diria que os quatro veículos [*Folha da Tarde*, *Última Hora*, *Jornal da Tarde*, *Veja*] marcaram expectativas bem definidas por parte da chamada “esquerda intelectual”, na qual me incluía, em relação à História. Nos tempos de *Última Hora*, fui repórter e colunista (1960-64). Alimentávamos apostas numa saída revolucionária, de esquerda, para a eterna crise brasileira. Tinha liberdade para escrever e diria que aprendi o ofício nessa época. Hoje, percebo que eu e meus colegas de redação (Ignacio de Loyola Brandão, Maurício Capovilla e mais uma turma de militantes políticos de todos os matizes, liderados pelo Armindo Blanco, um português entendido em cinema, diretor de redação) éramos românticos e ingênuos... Achávamos que a revolução estava em marcha, sem perceber que o ovo da serpente estava sendo chocado pela direita, preparando o golpe de 1964... Os dois anos no *Jornal da Tarde*, primeiro, e na redação de *Veja*, em companhia de Raimundo Pereira, Elio Gaspari, Bernardo Kucinski, foram debaixo do guante da censura dos militares. Assim mesmo, em *Veja*, conseguimos, em 1969, publicar uma matéria de capa, na qual colaborei, denunciando a violência nos porões do regime, cuja figura principal era um civil, o delegado Sérgio Paranhos Fleury. É uma longa história, cheia de lances dramáticos, que não dá para contar aqui.

O senhor escreveu o livro Pau-de-arara: a violência militar no Brasil, com Bernardo Kucinski. É um livro de denúncia da tortura existente nos cárceres militares. Conte-nos a história deste livro que, embora publicado em francês e espanhol, continua inédito [...] no Brasil.



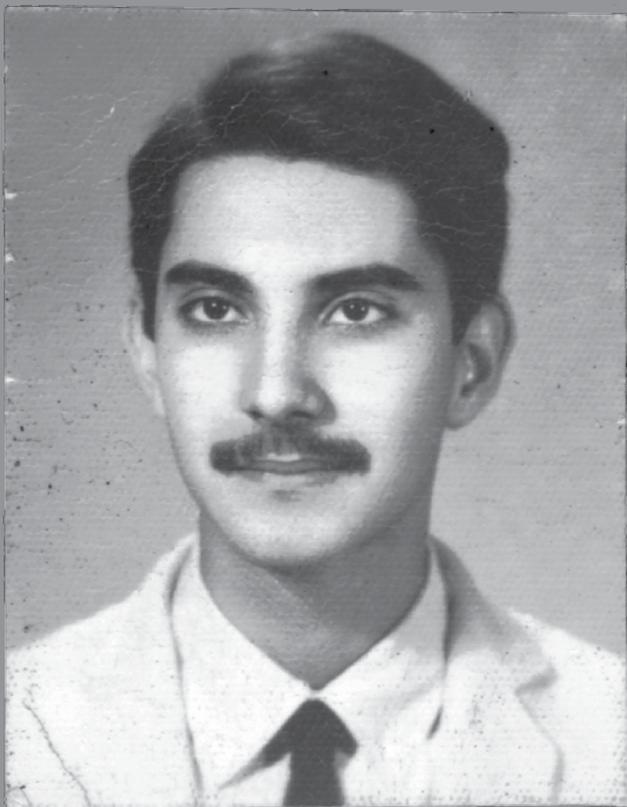
Merlino, morto posteriormente sob tortura no DOI-CODI, levou para Paris, onde foi editado pela Maspero. O ex-presidente Fernando Henrique trouxe um dos primeiros exemplares, escondido debaixo do sobretudo, para São Paulo. Era diretor do Cebrap na ocasião, onde andaram fazendo discussões sigilosas a respeito das revelações do livro. Em seguida, outro jornalista, Flávio Tavares, correspondente do *O Estado de S. Paulo* no México, traduziu para o espanhol o texto e o publicou pela Siglo XXI. Ao que eu saiba, nunca fomos descobertos como autores. Se fôssemos, provavelmente não estaria aqui para contar essa história...

Depois da experiência como jornalista, o senhor tornou-se historiador. Existe algum ponto de encontro entre estas duas profissões?

ÍTALO: Jornalismo, desde o século XIX pelo menos, vem se constituindo numa preciosa fonte para historiadores. Pessoalmente, nunca abandonei certa técnica e, mais importante, uma visão profissional adquirida nas redações, na minha maneira de trabalhar com a História. Tenho até hoje certo “preconceito” em relação à ingenuidade e ao excesso de academismo que viciam a área das chamadas Humanidades na universidade. Não quero dizer que o jornalista esteja qualificado automaticamente para escrever história, mas me surpreende até hoje a maneira como as Ciências Sociais descobrem o óbvio depois de as portas terem sido arrombadas pelos acontecimentos. São quilos de teses discorrendo sobre o *dejá-vu*, que me incomodam. São coisas que me dão a impressão (com exceções, claro) de terem sido produzidas numa perspectiva de “guarda-livros”, como eram chamados, no passado, os contadores... [...]”

NOTA

Extraído de: <http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1060&titulo=Jornalismo_e_Historia:_entrevista_com_Italo_Tronca>. Acesso em: 24 maio 2013.



Entre amigos de praia de Santos, Merlino aparece ajoelhado. Atrás dele, de óculos escuros, Nelson de Souza Kohl, militante do Partido Operário Comunista (POC), preso e desaparecido no golpe do Chile, em 13 de setembro de 1973. Entre os outros amigos, na extremidade direita, o atual repórter da Globo, Tunico Ferreira; à esquerda, Luiz Carlos, também militante do POC, preso em São Paulo na época em que Merlino foi morto.

RELEMBRANDO MERLINO: UMA TEMPORADA INTERNACIONALISTA

Angela Mendes de Almeida¹

Parabéns à Fundação Perseu Abramo por publicar, pela primeira vez no Brasil, *Pau de arara – La violence militaire ao Brésil*, editado por François Maspero, em 1971². Com uma introdução sobre a situação vivida no país naquele momento, o livro traz as primeiras denúncias de torturas dos presos políticos, iniciativa dos jornalistas Bernardo Kucinski, Ítalo Tronca e Luiz Eduardo Merlino.

Pessoalmente sei muito pouco sobre como se deram os passos para a concretização desse projeto. É natural que assim fosse, pois a regra era não ficar sabendo mais do que aquilo que nos cabia como tarefa, não perguntar nem que fosse só para se informar. Já tínhamos internalizado, quase como se fosse uma segunda natureza, o estancamento e a não socialização das informações factuais. Lembro-me de estarmos juntos, eu e Merlino, acho que no Boulevard Saint-Germain, no Quartier Latin, e ele ter-me dito que esperasse, que ia se encontrar com Bernardo Kucinski. Atravessou a rua e andou em direção ao Boulevard Saint-Michel, em meio a uma multidão ávida pelas sessões de cinema. Voltou pouco depois, deu para eu esperar sem entrar em um café, o dinheiro era curto. Gravei também, pela sua conotação premonitória trágica, uma frase dele, dita algum tempo depois, em tom de pilhéria e com olhar maroto: “Livro tão autêntico que seus próprios autores foram torturados”.

Merlino parecia, à primeira vista, alguém extremamente sério, até carrancudo, com os óculos de aro negro herdados do meu pai, morto em 11 de julho de 1968, com que aparece em uma das poucas fotos que temos dele, tirada para o passaporte. Mas, instalada a relação de companheirismo e cumplicidade, esbanjava o seu humor crítico e cético, confiante na nossa luta, mas ao mesmo tempo desconfiando do que nos esperava.

Quando, muito mais tarde, tive o livro em mãos, achei natural que a edição fosse da François Maspero. Ele era tido como simpático à causa da Liga Comunista (Ligue Communiste), a seção francesa da Quarta Internacional. Filho de resistentes, seu pai tinha sido morto no campo de concentração de Buchenwald e sua mãe, deportada para o campo de Ravensbrück, havia sobrevivido. Na década de 1950, com 23 anos, cria uma livraria com o sugestivo nome de La joie de lire (A alegria de ler) e depois a editora, concentrando o eixo de suas publicações na defesa da luta de libertação nacional argelina contra o jugo colonial francês (1954-1962) e na crítica ao stalinismo do Partido Comunista Francês. Posteriormente volta-se também para luta dos revolucionários na América Latina. Suas coleções mais duradouras foram Cahiers Libres (Cadernos Livres) e Textes à l'appui (Textos de apoio), que vão de 1959 a 1982. De 1970 a 1973, foram publicados vários livros na coleção Livres “Rouge”, em colaboração com a Liga Comunista.

O fato de eu não saber praticamente nada sobre a operacionalidade da iniciativa da publicação das denúncias de torturas sofridas, naquele mesmo momento, pelos militantes brasileiros, não deve estranhar. A obediência aos critérios de segurança que usávamos no Brasil tinha a ver com o fato de que estávamos na França, eu e Merlino, com o claro objetivo de um estágio político com prazo determinado para voltar. Por essa razão, também mantivemos nosso círculo social reduzido aos companheiros brasileiros da Quarta Internacional, aos franceses e a um ou outro amigo ou amiga. Vivemos lá com muito pouco dinheiro, quase nada, morando em hotéis bastante miseráveis do Quartier Latin, em quartos sem banheiro, uma vida incômoda, sem poder se apoiar na solidariedade dos que estavam exilados. Em um certo período, Merlino chegou a trabalhar lavando pratos em um restaurante, à noite.

Estágio terminado, Merlino empreendeu o primeiro passo para a nossa volta. Seu nome verdadeiro não era conhecido da repressão, que sabia apenas seu nome de guerra, Nicolau, e o papel que exercia na nossa organização, o POC (Partido Operário Comunista). Voltou com seu passaporte legal e iria, no contato com os companheiros do Brasil, planejar a minha volta, já que eu estava completamente clandestina e condenada a quatro anos de prisão.

Como se sabe, Merlino foi preso três dias depois de chegar ao Brasil, em 15 de julho, na casa de sua mãe, D. Iracema, em Santos. Levado para o

DOI-CODI de São Paulo, foi torturado seguidamente no pau de arara durante mais de 24 horas, conforme o depoimento de outros presos, jogado em uma cela solitária, de onde foi retirado já com as pernas gangrenadas, para ser levado, provavelmente, para o Hospital Militar. O então major Carlos Brilhante Ustra, comandante do centro de tortura, negou a possibilidade de ele permanecer com vida depois de uma amputação, conforme depoimento de dois ex-presos no processo que movemos, eu e sua irmã Regina, contra este militar torturador. É portanto, o responsável direto de sua morte³.

Nossa ida para a França, que era apenas um interregno naquela nossa militância no Brasil, foi decidida em meio a um conjunto de acontecimentos que envolveram a nossa organização, o POC, em 1970. Mas mais do que esses acontecimentos, a soma deles havia produzido, na esquerda em geral e entre nós, um clima de desânimo, por vezes de desmoralização, permeado por deserções face à brutalidade da repressão, quando não de contorções políticas diante do perigo. Vivíamos em uma época angustiante. Para os que ficavam e queriam continuar, cada episódio desses era lamentado objetivamente, mas subjetivamente sentido como um abandono. Isolados, sem informação para além da crônica das quedas, das torturas, das mortes, das delações provocadas pela barbárie dos torturadores, fechava-se um círculo em que a militância se esvaziava de política.

O POC não era uma organização do tipo que nós então denominávamos de “militarista”, daquelas que achavam que o trabalho entre as massas atrapalhava o trabalho militar. No entanto, com o recrudescimento da repressão após o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, todas as organizações tinham sido abaladas em sua estrutura, não apenas as que faziam ações armadas. Nomes de militantes nossos ficaram conhecidos dos aparelhos de tortura, militantes foram presos e barbaramente torturados, foi necessário, para muitos, uma clandestinidade estrita e cara. Nós, os militantes do POC, que estávamos no centro nevrálgico do circuito ações armadas-repressão, em contato solidário com outras organizações, pressentimos o caráter violento do tempo que vivíamos e começamos a encarar as ações de luta armada sob uma forma de autodefesa e resistência, para proteger a segurança e a vida de companheiros. Fomos tachados de “militaristas” por uma minoria simbólica e numericamente importante, que cindiu, retomando o nome de Polop (Política Operária).

Foi nessas condições que travamos contato com uma proposta que nos pareceu preencher aquele vazio de política. Paulo Paranaguá, brasileiro que militava há alguns anos na Liga Comunista e que havia participado, enquanto universitário de Nanterre, nas lutas que deram início ao Maio de 1968, na França, queria nos ganhar, e à nossa organização, para a Quarta Internacional. Propôs a alguns companheiros do POC, entre eles, eu e Merlino, que abríssimos

um contato pelo período de um semestre para conhecer as definições políticas e o caminho traçado pelo chamado “Secretariado Unificado” da Quarta Internacional, cujos líderes eram então Ernest Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan.

Nós vínhamos de uma organização, a Polop, que já tinha uma singularidade entre as organizações brasileiras do período. Enquanto outras organizações falavam em libertação nacional ou luta popular, a Polop, desde a sua fundação, em 1961, orientava-se pelo “Programa Socialista para o Brasil” e baseava o seu trabalho na hegemonia ideológica do proletariado nesse processo revolucionário. Além disso, ela nos havia ensinado a procurar o conhecimento do marxismo nos textos originais, não deixando de lado a sua história. Sendo internacionalista, não tinha como modelo nenhum “socialismo realmente existente”: nem Cuba, nem China e muito menos a União Soviética.

Mas a proposta da Quarta ia além. Ela nos prometia uma compreensão mais definida do stalinismo e da luta antiburocrática que então se travava na URSS e nas chamadas “democracias populares”; um contato com outras seções da Quarta, particularmente as da América Latina; e mais concretamente, um contato com o PRT (Partido Revolucionario de los Trabajadores), da Argentina, que era, naquele momento, uma seção da Quarta. Era portanto a esperança de um internacionalismo vivo, baseado na compreensão clara da radicalização das lutas sociais face às ditaduras na América Latina, que poderia nos retirar dos debates estéreis sobre luta armada que se davam no Brasil, inserindo a violência popular em uma perspectiva histórica e mundial. Era a expectativa de trazer, para os companheiros do Brasil, a capacidade de entender e sentir todas aquelas quedas, torturas e mortes como parte de um processo histórico que vinha de longe e iria além. Era a possibilidade de estabelecer um laço orgânico com os que lutavam nos outros países da América Latina e, em particular, na Argentina.

Nesse momento, o que se passava naquele país era encarado, pela Quarta Internacional, como uma espécie de protótipo do que poderia acontecer no resto da América Latina. Veja-se, como exemplo, este trecho de Livio Maitan:

“As organizações que se dedicam à luta armada ganharam bastante influência e levaram a cabo ações espetaculares, as lições de maio de 1969 [Cordobazo] e da repressão deixaram claro frente milhares e dezenas de milhares de trabalhadores que a luta de classes na Argentina chegou ao nível de enfrentamento armado e que a ditadura militar só pode ser combatida através da violência revolucionária”.⁴

Éramos quatro os que aceitaram a proposta: Maria Regina Pilla, Flávio Koutzii, Merlinio e eu. Mas apenas nós dois pretendíamos voltar para o Brasil, e foi isso que ficou combinado com os companheiros do POC que ficaram. Os

outros dois, juntamente com Paulo, projetaram se inserir no PRT argentino. Essa opção foi encarada por nós como um passo para o internacionalismo e norteou todas as discussões no núcleo que formamos durante o estágio em Paris. Os três, de fato, passaram a se integrar ao PRT, porém, mais tarde, o desenrolar de ações e discussões políticas levou a um rompimento entre a Quarta e o PRT, vindo eles a formar, com outros argentinos, a *Fracción Roja*⁵.

Chegados em Paris em datas diferentes, em dezembro de 1970, Merlino, eu e os outros brasileiros participamos de uma manifestação de rua impressionante para nós, que vínhamos daquelas ruas feitas de consumismo e de medo, sem nenhum sinal aparente de vida política, mas com a certeza de que a repressão vigiava, prendia e torturava na mais absoluta indiferença da maioria da população. Manifestação impressionante pela sua estética e pelo seu conteúdo. Paris ainda guardava aquela aparência deixada pelas reformas de Hausmann, da segunda metade do século XIX, ainda não invadida pelos modernismos. Era de noite, a cena era fantasmagórica: bandeiras vermelhas em profusão, um resto de neve, os militantes parisienses em casacos cheios de peles e capuzes, lembrando algumas fotos que havíamos visto da Rússia bolchevique. Mas não eram as bandeiras vermelhas pacíficas que posteriormente se banalizaram na nossa pálida e mal resolvida democracia, não eram bandeiras vermelhas ligadas à institucionalidade. O protesto era em favor da organização ETA (*Euskadiko Ezkerra*), que lutava e lutou até há bem pouco tempo pela independência do País Basco. Eram 16 militantes do ETA que estavam sendo julgados e poderiam ser condenados à morte pelo método medieval ainda usado pela ditadura de Franco: o “vil garrote”, um colar de ferro a ser colocado no pescoço da vítima, com um parafuso atrás que era girado até quebrar o pescoço e causar a morte. Esse processo judicial e suas peripécias despertaram a opinião pública não apenas espanhola, que se manifestava nas condições impostas, como a de todo mundo. Afinal, apesar da condenação à morte de nove dos acusados, nos últimos dias de dezembro, as penas foram comutadas em prisão perpétua. Assim, de chofre, nós fomos inseridos nas batalhas do mundo. Eu me emocionava e pensava como poderia transmitir aos companheiros do Brasil esse sentimento de coragem para lutar. Tenho a certeza que a emoção era partilhada por Merlino.

Além das discussões no núcleo de brasileiros, da participação em manifestações públicas e reuniões nacionais internas da Liga Comunista, cada um de nós participou de uma célula. Merlino foi integrado em uma célula de Montrouge, nos arredores de Paris, com predominância de operários, enquanto eu participei – e foi uma experiência incrivelmente interessante – de uma célula de jovens poloneses escapados da Polônia, aquela “democracia popular” que vivia sob a bota da União Soviética e que depois se revoltou contra o jugo stalinista.

Merlino e eu, buscando traduzir a riqueza do que víamos e ouvíamos, elaboramos teses que pretendíamos apresentar para discussão aos companheiros do Brasil. Merlino, por exemplo, escreveu um trabalho sobre a intervenção no movimento operário. Comentando algumas posições de outras organizações, ele chega ao eixo fulcral do trabalho, que é a discussão sobre que tipo de palavra de ordem poderia mobilizar os operários na situação da ditadura. Bastante influenciado pela leitura das teses dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, ele trabalha a ideia das reivindicações de transição, entendidas como as que levariam a classe operária a tomar “consciência desta verdade: se ela quer viver, o capitalismo deve morrer”.

As reivindicações de transição são conquistas do proletariado ainda durante a vigência do capitalismo, que têm como característica o fato de não poderem ser integradas pelo funcionamento normal do regime burguês. Desse modo, elas marcam um período em que se alteraram significativamente as relações de força a favor do proletariado, de tal forma que ele impõe, à burguesia, medidas que freiam, bloqueiam ou dificultam o processo normal de acumulação de capital. Assim, por exemplo, reivindicações que impõem um controle operário sobre a produção, como o fim do sigilo bancário, do segredo comercial, da abertura dos livros de conta das empresas aos trabalhadores, do direito de veto dos trabalhadores sobre as dispensas, sobre o ritmo de produção etc.

[...]

Não temos a ilusão de poder avançar aqui um programa de lutas para a classe operária. Não nos cabe aqui “descobrir” algumas palavras de ordem mobilizadoras: o papel da vanguarda não é o de inventá-las, mas de saber generalizar as boas palavras de ordem que saem das próprias massas. Esta tarefa cabe aos camaradas que participam cotidianamente das lutas. Já podemos contar com avanços neste sentido na organização. A palavra de ordem de 35% de aumento imediato, “para recuperar o que foi roubado”, mais o aumento percentual da ditadura traz uma série de vantagens: recupera a palavra de ordem de luta contra o arrocho, que já andava meio desgastada: é uma palavra de ordem permanente, para fora dos períodos de dissídio que andam meio desmoralizados: é educativa, porque agita o problema do “que foi roubado” etc. Outras palavras de ordem como esta, ligadas a problemas sentidos cotidianamente pela classe, devem ser trabalhadas: o problema do desemprego, do contrato coletivo, de assistência médica etc.⁶

Com essas reflexões, Merlino tentava integrar as discussões a que tínhamos tido acesso às suas observações derivadas da vivência, enquanto jornalista e militante, no calor do acompanhamento da greve de Osasco de

1968. Ao mesmo tempo, ultrapassava criticamente os limites estruturais do corporativismo sindical, que era – e continuou sendo, depois da abertura – a tônica do movimento operário brasileiro.

Em diversas ocasiões pudemos ter contato com militantes estrangeiros que estavam em Paris. Particularmente animadoras foram as nossas conversas com um casal de militantes espanhóis, Maria e Gerardo, que também viviam uma ditadura, esta bem mais antiga que a nossa, iniciada com uma revolução e uma guerra civil que marcaram indelevelmente a história dos movimentos revolucionários.

Tínhamos dois “protetores”, companheiros e amigos franceses, que tinham, como tema principal de atuação, inclusive em suas contribuições para o jornal semanal *Rouge*, da Liga Comunista, a América Latina: Toussaint e Rovère.

Toussaint (Xavier Langlade), morto prematuramente em Cuba, em 2007, vinha do “Movimento 22 de março”, liderado por Daniel Cohn-Bendit. Foi a sua prisão, em março de 1968, junto com a de Nicolas Boulte, em uma manifestação de apoio à luta dos vietnamitas, que desencadeou a ocupação do oitavo andar de um edifício da Universidade de Nanterre, que veio a ser o estopim do Maio de 1968. Toussaint conhecia todos os movimentos da América Latina, tinha sempre histórias a contar, misteriosas, conspirativas, às quais ele acrescentava ainda mais pimenta com um sorriso enigmático. E modesto. Ninguém melhor o definiu que Daniel Ben-Said: “Revolucionário irônico – em vez de heroico – que faz o que deve ser feito, sem fantasiar: uma definição que Xavier sem dúvida teria aceito”⁷.

Rovère (Thierry Jouvét), também morto prematuramente em 2004, era ainda estudante secundarista quando aderiu, em 1968, à JCR (Jeunesses Communistes Révolutionnaires), que irá dar origem à Liga. De uma enorme cultura política, que ia muito além da América Latina, manifesta em sua colossal biblioteca, ele não hesitou, mais tarde, em tornar-se operário na fábrica Rhône-Poulenc, em Vitry, nos arredores de Paris⁸.

E tínhamos também, como “protetor” e “orientador”, amigo e solidário, Michael Löwy (Carlos Rossi). Ele nos falava sobre os seus idos da Polop, da qual havia sido fundador, em 1961. E claro, também de Lukács, de Lucien Goldmann e de Rosa Luxemburgo, sua “paixão”. Eram aulas de história do tempo presente.

Merlino e eu tivemos também um contato pessoal, caloroso, porém breve, com um personagem histórico, Pierre Frank. Fomos visitá-lo, num domingo à tarde, em seu apartamento sóbrio, antiquado, na Rua Filles du Calvaire. Era uma espécie de despedida desejando-nos sorte, Merlino estava para partir. Mal sabíamos de que tipo de despedida, se tratava então... Pierre Frank passou do Partido Comunista Francês, nos anos 1920, para a Oposição de Esquerda e foi

secretário de Trotsky na Ilha de Prinkipo, seu primeiro exílio, na Turquia. Depois Frank passou por todas as vicissitudes da guerra: condenado à prisão na França antes da invasão nazista, fugiu para a Bélgica e, depois, para a Inglaterra, onde foi preso pelo governo como “estrangeiro perigoso” e internado em um campo de detenção até o fim da guerra. Na reorganização da Quarta, participou de seu núcleo dirigente e em 1968 foi encontrá-lo em pleno vigor de uma luta que não parou nunca. Foi ele quem ganhou a juventude da JCR para a Quarta Internacional, em 1965, que daria origem à Liga⁹. Em seu livro – *La Quatrième Internationale – Contribution à l’histoire du mouvement trotskyste* (A Quarta Internacional – Contribuição para a história do movimento trotskista) – ele cita, no capítulo “Aqueles que morreram para que a Internacional viva”, a morte sob tortura de Merlino¹⁰.

Mas foi Livio Maitan quem nos proporcionou algumas das discussões mais vivas. Ele havia participado da resistência antifascista na Itália e, condenado em 1944, teve que fugir para a Suíça, onde também passou o resto da guerra internado. Na reorganização da Quarta, fez parte do seu núcleo dirigente, até a sua morte, em 2004¹¹. Com imensa generosidade, ele e sua esposa, Anna Maria, nos receberam – os cinco brasileiros e Rovère – em sua modesta casa de veraneio, em Frascati, pequena cidade situada numa colina nas proximidades de Roma, em junho. Entre massas italianas e o conhecido vinho branco da cidade, debatíamos o mundo e a História. Com que vigor juvenil, durante dois dias inteiros, Livio improvisou verdadeiras conferências sobre vários temas, entre outros a luta antiburocrática na União Soviética e a América Latina, tendo como eixo as lições da revolução cubana e a posição da Quarta sobre a evolução da revolução!

Com estas conversas e estes contatos humanos, se solidificava um sentimento de continuidade da luta através de gerações, de paralelismos entre a resistência antifascista e a luta contra as ditaduras latino-americanas.

Nossos sonhos, nossas expectativas, nossas esperanças viram-se radicalmente frustrados. Depois que Merlino viajou, cheguei a falar com ele pelo telefone, rapidamente. Mas ele não voltou a telefonar. Viajei para uma reunião internacional, voltei, e ele não ligava. Já estávamos na segunda quinzena de julho, entrando em agosto. Tentei ligar para a casa de sua mãe, D. Iracema, e uma telefonista respondeu que não podia completar a ligação. Alguma coisa me pareceu estranha, mas os telefones eram então muito precários. Já era agosto quando um amigo dele, de Santos, me chamou para conversar e mostrou uma carta de um seu parente que dizia que Merlino estava morto.

Imediatamente compreendi a estranheza do telefonema. É impossível descrever o que senti. Relembrando aqueles dias, acho que tive uma crise de desespero. Voltando à casa onde vivia, no metrô, por coincidência, encontrei a

companheira espanhola Maria, nos braços de quem me debulhei em lágrimas mal conseguindo explicar. Vaguei depois pelas ruas, entrei em um cinema e, sem ver o filme, adormeci por minutos e acordei como se a notícia fosse terminar no fim da sessão. Fui socorrida pelos companheiros franceses, Jean-Pierre Beauvais e os psicanalistas Claude e Claude, marido e mulher. Permaneci na casa deles como que adormecida, dormia muito com os medicamentos que me davam, e acordava em desespero.

Quando pude voltar a pensar, decidi que iria, apesar de nossa organização praticamente destruída no Brasil, tentar fazer o que tínhamos projetado como nossa causa comum e tentar se reinstalar no Brasil, a partir da atividade de nossos militantes reagrupados no Chile e na Argentina. Achei que era a maneira mais coerente de manter sua memória viva nas lutas vindouras. Mas isto já é outra história.

NOTAS

1. Historiadora, do Coletivo Merlino, coordenadora do Observatório das Violências Policiais (CEHAL-PUC/SP).
2. Paris, François Maspero, Collection Cahiers Libres, 1971.
3. Em 2008, eu e a irmã de Merlino, Regina Merlino Dias de Almeida, abrimos um processo na área cível contra o coronel Ustra, responsabilizando-o pela morte de Luiz Eduardo Merlino. Através de um embargo, os advogados de Ustra conseguiram a extinção desse processo no Tribunal de Justiça de São Paulo. Em 2011, movemos um outro processo e dessa vez tivemos ganho de causa em primeira instância pela sentença emitida pela juíza Cláudia Menge. Os advogados de Ustra recorreram à segunda instância e não há ainda definição.
4. “Political Crisis and Revolutionary Struggle in Argentina”, abril de 1971, citado em Federico Cormick. *Fracción Roja – Debate y ruptura en el PRT-ERP*. Buenos Aires, 2012. p. 42.
5. Sobre esse processo de ruptura, ver: Federico Cormick, *ibid*. Disponível em: <<http://eltopoblindado.com/files/Libros/libro1.pdf>>.
6. Luiz Eduardo Merlino. “Questões de organização e de programa de lutas no movimento operário”, junho de 1971, p. 30 e 33.
7. Daniel Ben-Said. Les nôtres: Xavier Langlade. Disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article4867>>.
8. Jan Malewski. Thierry Jouvét, dit “Michel Rovère” (1952-2004). Disponível em: <<http://www.preavis.org/breche-numerique/article2096.html>>.
9. Pepe Gutierrez Álvarez. Pierre Frank, el militante con piel de elefante. Disponível em: <<http://www.anticapitalistas.org/Capitanes-sin-medallas-1-Pierre>>.
10. Paris, François Maspero, 1973, p. 151. Ver também: <<http://www.marxists.org/history/etol/writers/frank/works/march/index.htm>>.
11. Livio Maitan. Bio-Bibliography Sketch. Disponível em: <http://www.trotskyana.net/Trotskyists/Bio-Bibliographies/bio-bibl_maitan.pdf>.



LUIZ EDUARDO MERLINO

(1948-1971)

Michael Löwy

Por iniciativa do jovem jornalista Luiz Eduardo Merlino, foi publicado, na França em 1971, o livro *Pau de arara*.

Nascido em Santos (SP) em 1948, Merlino participou, enquanto estudante secundarista, do movimento do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Mudou-se para São Paulo em 1966 e integrou a primeira equipe de jornalistas do *Jornal da Tarde* (do grupo *O Estado de S. Paulo*).

Neste período escreveu algumas reportagens que tiveram grande repercussão, tais como a denúncia das práticas antioperárias de Abdala, o patrão da Fábrica de Cimento Perus (*Jornal da Tarde*, 24 de abril de 1967). Inscrito como estudante de História na Universidade de São Paulo (USP), militou no movimento estudantil. Em setembro de 1968, cobriu o 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP), em uma série de brilhantes artigos para a *Folha da Tarde*, sob os pseudônimos de Antonio Mello e Eduardo da Rocha e Silva. Sua condição de jornalista permitiu-lhe sair rapidamente da prisão, apesar de ter sido fichado, e ser um dos poucos presentes a informar ao público leitor sobre o que realmente havia acontecido. Reeditados pelo Coletivo Merlino em uma brochura¹ de janeiro de 2011, os artigos testemunham seu compromisso de luta e seu talento como jornalista.

No final dos anos 1960, Merlino irá aderir, primeiro, à Polop (Organização Política Operária – Polop), fundada, em 1961, em torno de um “Programa Socialista para o Brasil”, e depois ao POC (Partido Operário Comunista), resultado da fusão com a Dissidência Leninista do PCB (Rio Grande do Sul). Durante o ano de 1970, alguns militantes das direções do POC se aproximam da Quarta Internacional, liderada nessa época por Ernest Mandel, Pierre Frank e a “nova geração” de franceses: Alain Krivine, Daniel Bensaïd. Em dezembro de 1970, Merlino e sua companheira, Ângela Mendes de Almeida, partiram para a França, para implementar a adesão do POC à Internacional e estabelecer vínculos diretos com seus quadros e militantes.

Durante sua estadia em Paris, Merlino se ocupou intensamente da edição do livro *Pau de arara*, primeira denúncia em língua francesa dos crimes da ditadura brasileira – obra que provocou um impacto considerável sobre a opinião pública na França. O contato com o editor François Maspero – personagem generoso e comprometido com as lutas no mundo “Tricontinental” – foi feito por meio de Xavier Langlade, codinome “Toussaint”, um dos jovens dirigentes da Liga Comunista, com papel de destaque durante as manifestações de Maio de 1968. “Toussaint” era, ao mesmo tempo, contato da Liga com os militantes latino-americanos na França e contato com François Maspero, simpatizante da Liga – foi seu militante durante um período. Não sabemos se Merlino chegou a se encontrar pessoalmente com Maspero, mas, por sua iniciativa, o livro foi publicado em 1971.

ALGUMAS PALAVRAS A TÍTULO DE TESTEMUNHO

Luiz Eduardo Merlino é o tipo de pessoa que fica para sempre gravada na memória de quem a conheceu, por mais que passem os anos e as modas. Tive a chance de encontrá-lo em Paris, durante os poucos meses em que permaneceu na França (1970-71), como militante da nossa corrente (a velha Quarta), mas sobretudo como amigo, como “camarada”, no amplo e fraterno sentido dessa palavra.

Escolheu o codinome “Nicolau”. Certa vez me explicou que este era o nome que os primeiros comunistas brasileiros utilizavam para tentar traduzir “Vladimir”, o prenome de Lênin, ao português. “Nicolau” era inseparável de sua companheira de amor e de lutas, Ângela, codinome “Taís”. Os dois haviam formado no POC uma corrente “quartista”, a “Tendência Nicolau-Taís”, que se designava, com autoironia, a “TNT”. A escolha do pseudônimo não era casual: “Nicolau” era leninista confesso e convicto. Às vezes brincava, com humor e amizade, com minhas simpatias “luxemburguistas”. A verdade é que nos entendíamos muito bem, partilhando aquela mistura de Trotsky com Che Guevara, que era tão explosiva como a TNT.

Ele era um rapaz magro, de feições delicadas e agradáveis, sempre de óculos e bigode. Era generoso, calmo e decidido. Não se resignava a ficar no exílio e havia tomado a decisão de voltar o mais cedo possível ao Brasil, tentar reorganizar o POC e inseri-lo no processo de resistência armada à ditadura. Tentei dissuadi-lo, mas sem sucesso. Lúcido, ele reconhecia a dificuldade e o risco. Certa vez lhe perguntei como avaliava sua chance de “sair-se bem” da volta ao Brasil. “Cinquenta por cento”, me respondeu...

A análise de conjuntura era certa ou não? Será que a tática era a mais apropriada? A estratégia era correta ou equivocada? Trinta e cinco anos depois essas questões perderam muito de seu interesse. O que sobra é a integridade de um indivíduo, sua decisão de arriscar a vida pela causa da liberdade, da democracia, da emancipação dos trabalhadores, do socialismo. Para o Luiz Eduardo, voltar ao Brasil era uma alta exigência moral e política, uma espécie de “imperativo categórico” que não aceitava recuos ou concessões.

Luiz Eduardo amava a vida, amava sua companheira e não tinha a mínima vocação para o suicídio. O que o levou a tomar a decisão que tomou, e isso lhe custou a vida, foi simplesmente um sentimento de dever, uma ética, um compromisso com os companheiros de luta. É por isso que a memória dele continua tão viva e presente, não só no Brasil, mas também na França e em outros países em que se conheceu sua história.

A herança que ele nos deixou é a de seguir lutando, para que nunca mais o Brasil conheça a opressão, a violência policial, a tortura.

NOTA

1.Cf. Merlino Presente! *Caderno de Combate pela Memória*, produzido pelo Coletivo Merlino. Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org/merlino_dupla_1700.pdf>.

Cadernos da Revista PERSEU foi impresso pela Forma Certa para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 50 exemplares. O texto foi composto em Berkeley no corpo 11,5/13,4. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

¡ALTO A LA REPRESION Y A LAS TORTURAS!



Pau de Arara: a violência militar no Brasil é o primeiro volume da série *Cadernos Perseu História & Memória*. Trata-se de uma obra originalmente publicada na França (1971), e em seguida no México (1972). Não havia, ainda, recebido sua versão em língua portuguesa e com o reconhecimento, na capa, de seus autores. Quatro décadas depois de publicada no exterior, e quase cinco décadas após o golpe militar de 1964, *Pau de Arara* faz voltar ao centro de nossa memória coletiva aqueles que, sem sucesso, tentaram calar uma ditadura e impedir que se levantasse em luta por um Brasil mais justo, mais democrático e mais republicano.

PRODUZIDA POR LA UNIÓN INTERNACIONAL DE ESTUDIANTES



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

